NOELI PERTILE

FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGROINDUSTRIAL EM SANTA CATARINA:

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CARNES NO OESTE CATARINENSE

Florianópolis - SC, 17 de setembro de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO
ÁREA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

NOELI PERTILE

ORIENTADOR: ELSON MANOEL PEREIRA

FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGROINDUSTRIAL EM SANTA CATARINA:

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CARNES NO OESTE CATARINENSE

Tese de Doutorado em cumprimento aos requisitos parciais do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC para obtenção do grau de **Doutora em Geografia**.

Florianópolis - SC, 17 de setembro de 2008.

FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGROINDUSTRIAL EM SANTA CATARINA:
O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CARNES NO OESTE CATARINENSE

Tese submetida ao Curso de Doutorado em Geografia, área de concentração, Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de **Doutora em Geografia**.

_____
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

APROVADA pela banca examinadora em 17 de setembro de 2008.

_____
Dr. Elson Manoel Pereira (Presidente e Orientador – GCN/UFSC)

_____
Dra. Leila Christina Duarte Dias (Membro – GCN/UFSC)

_____
Dr. Carlos José Espíndola (Membro – GCN/UFSC)

_____
Dra. Valeria de Marcos (Membro – DG/FFLCH/USP)

_____
Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares (Membro – DGEO/UFRGS)

Florianópolis - SC, 17 de setembro de 2008.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Luz Divina que me permite existir e não desistir dos sonhos e dos projetos que possibilitam me tornar um ser humano melhor; à minha mãe Brígida Bernardi Pertile e ao meu pai Adelino João Pertile (*in memorian*), pela família que constituíram e souberam educar no amor: foram o meu "porto seguro" nos momentos mais instáveis que a caminhada de doutoranda me trouxe.

Quero registrar meu agradecimento a todas as pessoas e instituições que, de diferentes formas, contribuíram para o desenvolvimento deste estudo.

Minha imensa gratidão ao professor Dr. Elson Manoel Pereira que, na condição de meu orientador, sempre demonstrou sua confiança em mim na certeza que eu era capaz de desenvolver minha pesquisa. Agradeço a companhia e incentivo dos amigos do laboratório Cidade e Sociedade; aos professores Dr. Carlos J. Espíndola, Dra. Leila C. Dias e Dra. Cécile Raud-Mattedi, por suas críticas rigorosas e recomendações durante a qualificação do projeto, essenciais para a continuidade da pesquisa.

Agradeço aos coordenadores e demais professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia e à técnica Marli Costa; ao professor Dr. Yves Chalas e Françoise Terensio pelo apoio, dedicação e carinho, durante meu estágio PDEE (Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior); e também à Universidade Pièrre Mendes-France (Grenoble II), pela disponibilidade de suas bibliotecas, o que possibilitou a realização de parte da pesquisa.

Sou grata a Claricia Otto e Péricles Alves Medeiros, pela dedicação e amizade nos distintos e difíceis momentos pelos quais passei nestes últimos cinco anos; a Marcia Bianchi, Angela Rech e Alcionete Pschisky, pela amizade e companhia constante, compartilharam aflições e alegrias

da caminhada de doutoranda; ao Nazareno M. Martins pela amizade e apoio na confecção dos mapas.

Não posso deixar de agradecer aos amigos e colegas por me proporcionaram alegria, incentivo e fornecimento de material para o desenvolver da pesquisa ao longo do doutorado: Jairo Marchesan, Cristóvão Brito, Valdeir Demétrio, Renzo F. Figueroa, Cindy Ibarra, Yesid Yasaff, Débora Correa e Márcia C. De Fazzio.

Quero também agradecer às prefeituras municipais do Oeste catarinense e as empresas agroindustriais que se dispuseram a colaborar com a pesquisa respondendo os questionários. Aos funcionários das agroindústrias, de diferentes municípios, por compartilharem seus conhecimentos referentes a seus trabalhos desenvolvidos dentro das empresas.

Agradeço a CAPES, representante oficial do Governo e do povo brasileiro no meio acadêmico, por conceder a bolsa de doutorado, possibilitando a realização desta tese e de meu estágio PDEE (Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior) na França.

RESUMO

Neste estudo, discute-se o processo de formação e representação do atual espaço agroindustrial de carnes de aves e suínos em SC, bem como suas principais características socioespaciais, tendo em vista o processo de formação histórica, econômica, social e tecnológica. Nesse processo, as relações sociais estiveram permeadas pela presença de agentes hegemônicos que se beneficiaram com as condições gerais de produção implantadas em grande medida pelo Estado. Na divisão espacial da produção econômica brasileira, a Mesorregião Oeste de Santa Catarina constitui-se importante produtora de carnes de suínos e aves tendo por base a agricultura familiar e a produção integrada às grandes empresas agroindustriais. Essa produção teve origem já no início processo de colonização, entre as décadas de 1920 e 1940, quando os colonos criavam suínos para produzir banha. A criação desses animais era realizada à medida que a família também produzia produtos de origem vegetal, permitindo assim a diversificação na propriedade de forma autônoma. Com a integração, especialmente após a década de 1960, a relação dos produtores com as agroindústrias passou a ser marcada pela subordinação dos primeiros em relação a essas empresas. Os empresários agroindustriais tornam-se parte dos principais agentes hegemônicos regionais, inclusive na atualidade. No entanto, ao longo de todo o processo de formação da região agroindustrial, diferentes agentes contribuem para tornar desigual o espaço em questão, sendo os ervateiros, os madeireiros, os colonizadores, comerciantes e o Estado os principais agentes hegemônicos a conduzir essa formação. O Estado, por sua vez, teve participação efetivada pela viabilização de parte das condições gerais de produção – de uso coletivo – necessárias para que o capital se reproduzisse na região e fizesse desta a estrutura básica e também sua alavanca para, junto com os avanços tecnológicos do setor produtivo, conquistar o mercado nacional e externo com produtos a partir da suinocultura e da avicultura.

Palavras-chave: Formação Espacial. Condições gerais de produção. Agentes e relações sociais.

RÉSUMÉ

Dans cette étude, il se discute le processus de formation et la représentation de l'actuel espace agro-industriel de viandes de volailles et de porcs dans Santa Catarina, ainsi que leurs principales caractéristiques socioespaciais, en vue du processus de formation historique, économique, sociale et technologique. Dans ce processus, les relations sociales ont été des permeadas par la présence d'agents hégémoniques qui se sont bénéficiés avec les conditions générales de production implantées dans une large mesure par l'État. Dans la division spatiale de la production économique brésilienne, à *Mesorregião* Ouest de Santa Catarina se constitue important producteur de viandes de porcs et de volailles en ayant par base l'agriculture familière et la production intégrée aux grandes sociétés agro-industrielles. Cette production a eu origine déjà dans le début processus de colonisation, entre les décennies de 1920 et 1940, quand les colons créaient des porcs pour produire baignent. La création de ces animaux était réalisée au fur et à mesure que la famille aussi produisait des produits d'origine végétale, en permettant ainsi la diversification dans la propriété de forme indépendante. Avec l'intégration, spécialement après la décennie de 1960, la relation des producteurs avec les agro-industries a passé à être marqué par la subordination de premiers concernant ces sociétés. Les entrepreneurs agro-industriels se rendent partie des principaux agents hégémoniques régionaux, de même dans l'actualité. Néanmoins, au long de tout le processus de formation de la région agro-industrielle, de différents agents contribuent pour rendre différent l'espace concerné, en étant les herbièrs, les marchands de bois, les colonisateurs, opérateurs et l'État les principaux agents hégémoniques à conduire cette formation. L'État, à son tour, a eu participation accomplie par la viabilisation de partie des conditions générales de production - d'utilisation collective - nécessaires pour que le capital se reproduise dans la région et faisait de la cette la structure basique et aussi son levier pour, conjointement les avances technologiques du secteur productif, conquérir le marché national et externe avec des produits à partir de la élevage de porcs et de l'aviculture.

Mots-clé: Formation spatiale. Conditions générales de production. Agents et relations sociaux

LISTA DE FIGURAS

	p.
Figura 1 - Área em litígio entre Santa Catarina e Paraná no início do século XX	50
Figura 2 - Municípios de Chapecó e Cruzeiro do Sul em 1930	60
FIGURAS 3 e 4 - O Território do Iguaçu e o mapa de Santa Catarina em 1944	69
Figura 5 – BRASIL: Porcentagem de população ocupada no total de imigrantes, 2000.	238
Figura 6 - Capa de revista da Suinocultura Industrial	241
Figura 7 – Embalagem de produto para exportação da Perdigão.	244
Figura 8 - Capa da revista avicultura industrial	247
Figura 9 – Frigorífico: unidade de abate e industrialização de aves	269

LISTA DE FOTOS

	p.
Foto 1 – Monumento ao tropeiro em Lapa- PR	37
Foto 2 – Monge João Maria	57
Foto 3 – Caboclos do Contestado	58
Fotos 4 e 5 – Áreas recém-colonizadas no Oeste de Santa Catarina	70
Foto 6 – Balsa e balseiros no Rio Uruguai	75
Fotos 7 e 8 - Auto-ônibus da década de 1930	107
Foto 9 - Vista parcial da cidade de Joaçaba	188
Foto 10 - Vista parcial da Cidade de Xanxerê	191
Foto 11 - Vista parcial Norte-Sul da Cidade de Concórdia	197
Foto 12 - Produto da industria têxtil do Oeste Catarinense.	225
Foto 13 – Aduana no município de Dionísio Cerqueira.	228
Fotos 14 e 15 - A travessia do Rio Uruguai entre Itapiranga e os municípios gaúchos de Barra do Guarita e Pinheirinho do Vale	230
Fotos 16 e 17 – Área e unidade industrial da Perdigão em Mineiros (GO).	257

LISTA DE GRÁFICOS

	p.
Gráfico 1 – Participação relativa (%) de grupos de alimentos na disponibilidade total de energia – Brasil, 1962-1996	125
Gráfico 2 – Distribuição do PIB no município de Joaçaba, 2004	187
Gráfico 3 – Distribuição do PIB no município de São Miguel do Oeste, 2004	189
Gráfico 4 - Distribuição do PIB no município de Xanxerê, 2004	193
Gráfico 5 - Distribuição do PIB no município de Videira, 2004	194
Gráfico 6 - Distribuição do PIB no município de Concórdia, 2004	199
Gráfico 7 - Distribuição do PIB no município de Caçador, 2004	200
Gráfico 8 - Distribuição do PIB no município de Chapecó, 2004	201
Gráfico 9 – População dos municípios com frigoríficos das maiores agroindústrias do Oeste Catarinense, 2006.	211
Gráfico 11 – Evolução da população do município de Chapecó, 1960-2006	237

LISTA DE QUADROS p.

Quadro 1 - Principais áreas de terras concedidas, adquiridas e/ou registradas no atual Oeste catarinense (empresas ou pessoas físicas)	65
Quadro 2 - Instituições instaladas na área urbana de Chapecó 1939-1949	113
Quadro 3 – Principais funções urbanas de Chapecó em 1950	115
Quadro 4 - Instituições instaladas na área urbana de Chapecó década de 1950	116
Quadro 5 – Principais equipamentos na cidade de Joaçaba em 1960 (n. de freqüência)	153
Quadro 6 – Ações do Estado para financiar agricultura e indústrias, 1965-1981	157
Quadro 7 - Empresas de assistência técnica rural criadas em Santa Catarina, 1956-1991	162
Quadro 8 - Bancos existentes em Chapecó, 2007.	210

LISTA DE MAPAS p.

Mapa 1 – BRASIL: Estados brasileiros em 1889.	31
Mapa 2 – Sul do Brasil e São Paulo: Caminhos dos tropeiros, Séculos XVIII e XIX	41
Mapa 3 – SANTA CATARINA: Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande e área de conflito do Contestado	55
Mapa 4 – CONCÓRDIA, SC: Fluxo de matéria-prima para as agroindústrias do município em 2007.	198
Mapa 5 – CHAPECÓ, SC: Fluxo de matéria-prima para as agroindústrias do município em 2007.	206
Mapa 6 – MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE: Fluxo de matérias-primas para unidades frigoríficas das empresas Aurora, Sadia, Seara/Cargill e Perdigão, 2007.	216
Mapa 7 – MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE: Fluxo de mão-de-obra para unidades frigoríficas das empresas Aurora, Sadia, Seara/Cargill e Perdigão, 2007.	217
Mapa 8 – MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE: Predominância do PIB municipal e distribuição das unidades frigoríficas, 2007.	235
Mapa 9 – BRASIL: Localização das unidades frigoríficas da empresa Seara/Cargill, 2007.	249
Mapa 10 - BRASIL: Localização das unidades frigoríficas da empresa Sadia, 2007.	250
Mapa 11 - BRASIL: Localização das unidades frigoríficas da empresa Aurora, 2007.	255
Mapa 12 - BRASIL: Localização das unidades frigoríficas da empresa Perdigão, 2007.	256
Mapa 13 - SANTA CATARINA: Espaço Agroindustrial de carnes, 2007.	283

LISTA DE TABELA p.

Tabela 1 – Erva-mate exportada pelo estado de Santa Catarina (1901-1905)	44
Tabela 2 – Valor (contos de réis) da produção catarinenses 1903	45
Tabela 3 – Participação da erva-mate na exportação geral de Santa Catarina (1914-1919)	45
Tabela 4 – População no Oeste de Santa Catarina, 1938	71
Tabela 5 - População no Oeste de Santa Catarina, 1940	71
Tabela 6 - População no Oeste de Santa Catarina, 1950	72
Tabela 7 – Oeste de Santa Catarina e Santa Catarina: produção de milho, feijão, trigo e suínos, 1940 e 1950.	91
Tabela 8 – Produção de banha no Brasil e em Santa Catarina – 1960/1985 (t)	93
Tabela 9 – Estrutura Fundiária de Santa Catarina, 1970, 1980 e 1996	94
Tabela 10 – Estrutura Fundiária do Oeste de Santa Catarina, 1970, 1980 e 1996	95
Tabela 11 - Beneficiamento da produção nos municípios de Chapecó e Cruzeiro, 1920	102
Tabela 12 - Instrumentos e máquinas agrícolas nos municípios de Chapecó e Cruzeiro, 1920	103
Tabela 13 - Estabelecimentos comerciais no Oeste de Santa Catarina em 1940	104
Tabela 14 - Maquinários, automóveis e caminhões agrícolas no Oeste de Santa Catarina em 1940	105
Tabela 15 - Pequenas indústrias agrícolas no Oeste de Santa Catarina em 1940	105
Tabela 16 - Atividade comercial no Oeste de Santa Catarina, 1940	110
Tabela 17 - Atividade industrial no Oeste de Santa Catarina, 1940	110
Tabela 18 - População no Oeste de Santa Catarina, 1950	115
Tabela 19 - Granjas de Criação de suínos geneticamente melhorados em Santa Catarina	131
Tabela 20 - Evolução da população no Oeste Catarinense 1920-2000	151
Tabela 21 - Cidades do Oeste catarinense com mais de 20 mil habitantes, ano 2000	185
Tabela 22 - Participação das empresas Perdigão, Sadia, Seara e Aurora nas exportações de carne suína do Brasil em 2006	240

LISTA DE IMAGENS DE SATÉLITE p.

Imagem 1 - Vista parcial da cidade de Videira e rio do Peixe	195
Imagem 2 - Unidades industriais da Aurora e da Sadia em Chapecó.	202
Imagem 3 - Unidade industrial da empresa Aurora em Chapecó e vista parcial e área de predominância residencial.	205
Imagem 4 - Vista da cidade de Chapecó.	208

ANEXOS

Anexo A – Principais etapas da atividade ligada à madeira de exportação Oeste Catarinense, 1946
Anexo B – Entidades de Classe no municipio de Chapecó, 2007.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ABEF - Associação Brasileira de Exportadores de Frango
ABIEC - Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes
ABIPECS - Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína
ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural de Santa Catarina
ACCS - Associação Catarinense de Criadores de Suínos
AM - Amplitude Modulada
AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani
AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense
AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina
APROSESC - Associação dos Produtores de Sementes do Estado de Santa Catarina
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BESC - Banco do Estado de Santa Catarina S.A.
BNB - Banco do Nordeste
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento da Região Sul
CARGILL - Cargill Agrícola S.A.
CAT - Comunicado de Acidente de Trabalho
CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina
Cia. EFSPRG – Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande
CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CONTAC - Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação
COOPER ALFA – Cooperativa Regional Alfa Ltda.
COOPERCENTRAL AURORA - Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda.
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DER - Departamento de Estradas de Rodagem
DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DORT - Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPASC - Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
FAESC - Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina
FATMA - Fundação do Meio Ambiente
FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FM - Freqüência Modulada
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNDESC - Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICASA - Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária
INP - Instituto Nacional do Pinho
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
LER - Lesão por Esforço Repetitivo
OIE - Organização Mundial de Sanidade Animal
OIT - Organização Internacional do Trabalho
PCD - Projeto Catarinense de Desenvolvimento
PDS - Partido Democrático Social
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A
PFL - Partido da Frente Liberar
PIB – Produto Interno Bruto
PLAMEG I e II - Planos de Metas do Governo I e II
PROASE - Programa de Aplicações Seletivas
PROCAPE - Programa de Apoio à Capitalização de Empresas
PRODEPE - Programa de Desenvolvimento de Pernambuco
PSD - Partido Social Democrático
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
SAIC - S.A. Indústria e Comércio Chapecó
SINCRAVESC - Sindicato dos Criadores de Aves do Estado de Santa Catarina
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural
UDN - Democrática Nacional
UDN – União Democrática Nacional
UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

SUMÁRIO

	p.
1 INTRODUÇÃO	15
2 ANTECEDENTES DA FORMAÇÃO DA REGIÃO AGROINDUSTRIAL CATARINENSE	30
2.1 Abrindo caminhos: rastros no Ocidente do Estado de Santa Catarina	31
2.1.1 Nos caminhos das tropas e da erva-mate	32
2.1.2 Dos tropeiros à ferrovia	47
2.2 Da colonização e da ocupação efetiva do espaço: o papel da empresas colonizadoras	58
2.2.1 Efetiva-se a colonização	61
2.2.2 O papel dos extrativistas e colonizadores na construção do espaço: a madeira e a terra, o voto e a exclusão	72
2.3 O comércio de suínos na formação e reprodução dos capitais locais	83
2.3.1 Origem do comércio de suínos e do mercado nacional de banha	83
2.3.2 Expansão do comércio de suínos e da produção de banha: implantação dos primeiros frigoríficos	88
2.4 A estrutura fundiária e a produção integrada no Oeste catarinense	94
2.5 Os primórdios do dinamismo urbano	102
3 DOS FRIGORÍFICOS ÀS AGROINDÚSTRIAS	118
3.1 O processo de urbanização e a expansão do mercado de alimentos no Brasil: emergência das agroindústrias de carnes no Oeste Catarinense	118
3.1.1 O processo de urbanização e a expansão do mercado de alimentos no Brasil	119
3.1.2 Mudanças nos hábitos alimentares	124
3.1.3 Emergência e expansão das agroindústrias de carne suína	127
3.2 As condições gerais de produção e o processo de consolidação das agroindústrias no Oeste Catarinense	132
3.2.1 Considerações sobre o complexo agroindustrial	138
3.2.2 As condições disponíveis aos investimentos agroindustriais na década de 1950 em Chapecó	141
3.2.3 As condições gerais de produção exigidas para	

investimentos agroindustriais a partir da década de 1980	146
3.2.4 A agroindústria e a mudança na dinâmica das cidades: Joaçaba perde sua hegemonia	150
3.2.5 As condições gerais de produção na consolidação das agroindústrias	155
3.2.6 As agroindústrias e os meios de comunicação	166
3.2.7 As inter-relações e as buscas por benefícios: empresários agroindustriais, política partidária e cargos públicos	171
4 A REORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO REGIONAL CONTEMPORÂNEA: A MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES DO MERCADO MUNDIAL DE CARNES	181
4.1 A divisão intra-regional da produção associada às atividades agroindustriais	181
4.1.1 As maiores cidades como "espaços luminosos" no desenvolvimento agroindustrial	185
4.1.2 A contribuição dos pequenos municípios na produção e industrialização de matérias-primas para as agroindústrias de carnes	211
4.1.3 Municípios com outra dinâmica econômica	222
4.1.4 A interdependência entre os municípios da mesorregião	229
4.2 Transformações e permanências na estrutura regional do Oeste Catarinense	232
4.2.1 Diferenciações regionais: o PIB *per capita* e a cidade de Chapecó como centro de atração regional para a população	233
4.2.2 A produção local e regional para atender um mercado mundial: mercados específicos	239
4.2.3 As agroindústrias hoje: novas formas de consumo e novos espaços de produção	245
4.2.4 A força de trabalho nos frigoríficos: a saúde dos trabalhadores na produção agroindustrial	261
4.2.5 Mão-de-obra para a agroindústria: empregos disponíveis e formação universitária	274
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	284
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	297
ANEXOS	318

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas foram sucessivas as pesquisas sobre produção agroindustrial o que tem possibilitado acompanhar a evolução pela qual tem passado o processo produtivo de carnes em Santa Catarina.

Sabe-se que esse possui grandes empresas agroindustriais e que estas contribuem significativamente para a economia estadual, mas à medida que se investiga o processo de produção agroindustrial catarinense, encontram-se diversos elementos que podem ser associados ao processo produtivo de carnes. Diferentes pesquisas apontam a evolução histórica, econômica e política de grupos agroindustriais.

Contudo, para compreender a geografia da agroindústria[1] de carnes em Santa Catarina, ou seja, para que se possa entender o arranjo espacial decorrente desse processo produtivo, é necessário articular diferentes outros elementos, como social, cultural e tecnológico. De modo complementar, o fenômeno necessita ser compreendido sob o ponto de vista da região produtora, aquela que apresenta maior produção e, por isso, envolve diferentes empresas e municípios no estado catarinense,

[1] Tendo por base Sandroni (2001), agroindústria aqui é definida como atividade constituída pela junção dos processos produtivos agrícolas e industriais no âmbito de um mesmo capital social, ou, quando tal não acontece, a atividade caracteriza-se por uma grande proximidade física entre a área que produz a matéria-prima agrícola e o seu processamento industrial.

evitando uma análise compartimentada e parcial do processo de produção agroindustrial.

A ausência de bibliografias que apresentassem informações sobre o conjunto do fenômeno agroindustrial regional (tanto em relação às diferentes empresas, quanto em relação aos municípios) com dados[2] indicando a localização de unidades industriais, fluxos de matérias-primas e fluxos de mão-de-obra necessários à produção agroindustrial de carnes em Santa Catarina, serviram de estímulo para a pesquisa. O resultado disso é uma possibilidade de compreensão do arranjo espacial da produção agroindustrial de aves e suínos em Santa Catarina, sobretudo na maior região produtora, a mesorregião Oeste Catarinense.

O trabalho, portanto, busca responder a seguinte pergunta: como a relação entre a pluralidade dos elementos históricos, sociais, políticos, culturais e tecnológicos contribuiu para a formação do arranjo geográfico da agroindústria de carnes catarinense, tendo como particularidade a Mesorregião Oeste? Ao responder a pergunta, obter-se-á a compreensão da formação da geografia da agroindústria catarinense.

Ao analisar as distintas dinâmicas que envolvem as áreas de atuação das principais empresas agroindustriais de carnes (Aurora, Perdigão, Sadia e Seara/Cargill), pode-se obter uma compreensão espacial desse processo produtivo em Santa Catarina, que se acredita ser uma contribuição de interesse geográfico considerável.

Alguns autores contribuíram no sentido de elaborar uma compreensão acerca da importância econômica e política do processo produtivo de carnes de algumas agroindustriais catarinenses. A empresa Sadia, por exemplo, foi pesquisada por Silva H. (1991) que analisou a empresa a partir da gestão do território no município de Concórdia. Espíndola (1999; 2002), por sua vez, manteve um enfoque analítico voltado para evolução das estratégias de expansão da empresa até a década de 1990 e a conquista do mercado internacional na venda de

[2] O termo dados será utilizado para se referir a qualquer tipo de informação usada na pesquisa. Portanto, o referido termo não estará indicando apenas as informações quantitativas (Elaborado a partir de BOOTH, COLOMB, WILLIANS, 2005).

carne aves e suínos. Também sob o ponto de vista histórico e econômico, Dalla Costa (2007), analisou a Sadia na perspectiva de compreender a relação entre empresa e sua administração com característica familiar.

Goularti Filho (2001), em uma análise a respeito da formação econômica de Santa Catarina aponta o apoio das políticas econômicas governamentais que beneficiaram o empresariado catarinense, incluindo os agroindustriais. De outro modo, Raud (1999) buscou compreender a industrialização de Santa Catarina de forma descentralizada. A autora salienta as distintas especializações na produção industrial catarinense sugerindo a formação de pólos industriais especializados, sendo que ao Oeste catarinense, caberia o pólo agroindustrial.

Por seguir uma linha de análise de abrangência regional da agroindústria de carnes em Santa Catarina, uma das dificuldades encontradas na realização do presente trabalho foi a obtenção de dados que contivessem uma análise geral do enfoque agroindustrial. Por isso, os dados disponíveis nas bibliografias se tornaram insuficientes e insatisfatórios (não havia dados referentes à origem da matéria-prima e da mão-de-obra utilizadas pelas empresas, por exemplo). Sobretudo foi difícil encontrar (ou mesmo são inexistentes) dados que nos tragam a representação espacial do fenômeno, no caso, o espaço da produção agroindustrial de carnes (aves e suínos) em Santa Catarina. Esses pontos trouxeram ainda mais motivação para realizar uma pesquisa mais abrangente envolvendo outras empresas e numerosos municípios.

Nesse sentido, a maior parte do tempo pesquisado, foi destinado para obtenção de dados e construção dos elementos indispensáveis para a compreensão da formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina, como o levantamento de informações em campo e elaboração e análise do material que resultou no texto da tese e em diferentes mapas.

Sendo assim, no âmbito deste estudo, não haverá, *a priori*, intenção de se produzir uma análise das diferentes concepções de agroindústria ou de regiões agroindustriais, nem tampouco classificá-las por categorias ou indicadores. O posicionamento contido neste trabalho constitui apenas

um referencial, que também pode ser compreendido como resultado de uma prática social, além de acadêmica, servindo como ponto de partida para outros aprofundamentos que poderão ser elaborados posteriormente.

Tendo em mente que o atual processo de globalização da economia permite identificar um mercado tanto hierarquizado quanto articulado pelo capital monopolista, em que ocorre a aceleração de sua circulação e também de sua acumulação, é possível identificar a ampliação e a crescente complexidade da divisão do trabalho nas distintas escalas espaciais. Assim sendo, a complexidade do produzir também aparece na complexidade espacial que, por sua vez, acontece de forma diferenciada de um lugar para outro.

Desse modo, no contexto em que ocorre uma divisão do trabalho no país e no mundo, às regiões é atribuída uma nova dinâmica de acordo com as especificidades que lhe são próprias. A especialização em um tipo de produção, por exemplo, pode possibilitar ao espaço regional sua conexão com distintos espaços nacionais e até mesmo mundiais por meio das grandes empresas. Estes, à medida que vão se tornado maiores, também fazem crescer a necessidade de um suporte logístico para o desenvolvimento, (re)produção e acumulação de seus capitais nas áreas onde atuam, especialmente nas cidades nas quais estão inseridas.

Assim, a produção especializada pode promover o desenvolvimento acelerado de um local e, ao mesmo tempo, a retração ou estagnação de outro dentro de uma mesma região, iniciando ou acentuando as diferenças no espaço regional.

Nessa perspectiva, busca-se analisar o processo de produção e industrialização de aves e suínos à luz das relações sociais permeadas pela presença de agentes hegemônicos, como as agroindústrias, que se beneficiaram com as condições gerais de produção – de uso coletivo - implantadas em grande medida pelo Estado para tornarem-se "competitivas" no mercado mundial de alimentos e sua importância na organização do arranjo espacial da mesorregião Oeste catarinense.

O estado de Santa Catarina é conhecido e reconhecido como um

dos mais importantes na produção agroindustrial de aves e suínos (e seus derivados) no Brasil, com significativa produção para o mercado nacional e de exportação. Existem diversos municípios que possuem em seu território unidades industriais de abate e processamento de aves e suínos. Em função destas, há grande diversidade de outras indústrias também voltadas (mesmo que indiretamente) para o processo de produção agroindustrial, como indústrias metal-mecânica, plásticos, embalagens, câmaras frigoríficas, etc. Grande quantidade de outros municípios, de modo diferente, não possui essas indústrias, mas colabora com o primeiro grupo fornecendo elementos básicos para a produção como a matéria-prima e/ou a mão-de-obra.

Dessa forma, o processo produtivo de carnes em Santa Catarina envolve grande número de municípios, especialmente aqueles localizados na Mesorregião Oeste Catarinense. A participação da referida região na produção de alimentos, especialmente de carnes, confere a Santa Catarina privilegiada contribuição desse setor no âmbito nacional. Nesse sentido, há a formação de um espaço agroindustrial catarinense, especializado na produção de carnes e derivados de aves e suínos. A pesquisa irá apontar, por meio de informações diretas e indiretas, quais são os municípios que efetivamente compõem esse espaço agroindustrial e se existem municípios que possuem uma outra dinâmica que não seja esta.

Em meio a pesquisa, algumas indagações foram ocorrendo, a exemplo de: Como definir o espaço da produção agroindustrial de carnes como uma realidade econômico-social? Na busca por respostas, havia a necessidade de adequa-las à realidade catarinense, do Oeste, particularmente.

A partir da compreensão de que o espaço regional é uma unidade escalar intermediária, parte de um todo, é possível compreender sua relação com as diversas escalas, do local ao mundial. Sendo assim, a região agroindustrial de carnes do Oeste catarinense apresentará indícios dos processos globais, nacionais e estaduais passíveis de serem apreendidos como realidade única.

De forma complementar, é preciso ter em mente a importância das ações dos agentes sociais, dentre eles os hegemônicos. Assim, a diversidade apresentada por uma região, em termos naturais e socioculturais, pode ser acrescida com base nos interesses dos grupos que detém o poder, representados pelos agentes políticos, econômicos, em consonância com o Estado em todas as fases de construção regional.

A presença da produção de suínos e aves no Oeste de Santa Catarina está amplamente relacionada, dentre outros fatores, com a forma e o processo de colonização implementado nesse espaço (ocorrido desde a década de 1920, mas principalmente após 1940 até início da década de 1980) em propriedades de tamanho reduzido, se comparado com outras áreas colonizadas no Brasil. A maioria das propriedades compradas pelos colonos possuía, em média, 25 ha cada. Esta era a medida possível de ser adquirida, principalmente pelos gaúchos, já que saíam do Rio Grande do Sul de áreas em que não podiam adquirir terras por sua escassez e também pelo alto preço das mesmas. Muitos agricultores eram oriundos de famílias numerosas e a partilha da propriedade entre pais e filhos chegou ao limite, o que os "empurrou" para a migração em Santa Catarina onde poderiam adquirir um lote de terra e permanecer na agricultura.

Para que fatores como a colonização e a ocupação da área sejam compreendidos, faz-se indispensável uma análise do processo histórico de formação regional. A sociedade que se formou ao estruturar sua base econômica, o Estado e suas instituições fornecem, portanto, elementos que produziram a região. A evolução do processo de criação dos animais, tendo iniciado em propriedades dos primeiros agricultores e depois passado por diferentes fases de especialização, até a atual integração/parceria agroindustrial, também necessita ser considerada. Do mesmo modo, a análise não pode esquecer dos aspectos culturais, as interferências do Estado e as distintas inovações tecnológicas de "como produzir" constituem indispensáveis elementos sem os quais seria difícil compreender a evolução do processo agroindustrial e seu arranjo espacial concebido tal como se encontra na atualidade.

Para tanto, a base conceitual a ser utilizada, para compreensão da região como uma realidade objetiva, passível de ser analisada e explicada, necessita considerar a região de produção agroindustrial catarinense como uma "totalidade social", um espaço geográfico produzido por uma sociedade (DINIZ e DUARTE, 1983).

Para se atingir esse objetivo, foram analisados os processos sociais. A partir destes, reconstitui-se a produção do espaço regional até o momento do presente estudo. A estrutura de todo o processo de produção agroindustrial de aves e suínos como sendo a base econômica regional é enfatizada por ser considerada como sendo o vínculo mediador entre as diferentes escalas geográficas.

A mediação ocorre porque a organização espacial da produção agroindustrial de aves e suínos vai além dos limites de um município ou mesmo do estado de Santa Catarina. Sua relação está associada ao mercado nacional e ao exterior. Assim, ao mesmo tempo em que a produção da matéria-prima para as agroindústrias tem na base regional o seu fortalecimento, apresenta ainda, de modo complementar, uma estreita relação com a dinâmica do mercado brasileiro e, em grande medida, com o mercado externo.

A espaço regional pode ser considerado como uma totalidade social a partir do momento em que é visto como produto de uma sociedade que foi estruturando-se ao longo do tempo. À medida que formava sua base econômica, transformava também o meio natural, produzindo o espaço regional. Desse modo, o espaço regional varia no tempo e sua estrutura atual apresenta formas que expressam conteúdos sociais do passado. A análise de relações sociais, com a identificação da gênese das estruturas espaciais pretéritas, pode tornar possível a compreensão da estrutura atual do espaço agroindustrial de aves e suínos em Santa Catarina.

O que se verifica no espaço onde atualmente é de predominância agroindustrial no estado catarinense em relação às relações sociais diz respeito à apropriação, uso e controle da terra para diferentes fins ao longo do processo histórico de formação regional. Esse processo de

formação foi constituindo e definindo a divisão social do trabalho na região. Para chegar à organização da estrutura atual da produção agroindustrial de carnes de aves e suínos, foram criadas instituições privadas e estatais, e estabelecidas normas diversas ligadas a todo o processo, desde a produção até a comercialização final no Brasil e no exterior. Os agentes institucionais hegemônicos de cada época definiram estratégias e ações na economia e na sociedade gerando, por muitas vezes, conflitos e contradições nas relações sociais.

Ao analisar a formação do espaço regional do Oeste catarinense, antes mesmo da produção agroindustrial se fazer presente, em diversos momentos, os distintos interesses dos agentes locais e regionais entram em contradição e/ou conflito com interesses de outros agentes sociais de outros espaços. São as relações sociais envolvendo os personagens nos diferentes momentos e conflitos socioeconômicos, culturais e políticos que marcaram a história desse espaço: a) foi alvo de disputa, em uma questão de relações internacionais, entre os governos do Brasil e da Argentina, entre 1890 e 1895, na chamada Questão de Palmas ou Questão das Missões; b) depois também entre governos de Santa Catarina e Paraná que discutiam há muito os limites de seus estados e reivindicavam uma mesma área; c) por outros motivos, a área que havia sido contestada pelos dois estados foi palco da Guerra do Contestado, entre outubro de 1912 e agosto de 1916; d) não obstante, parte da área pertenceu ao Estado do Iguaçu entre 1944 e 1946, como será visto mais adiante, no segundo capítulo.

Pensar atualmente a produção agroindustrial de carnes, de aves e de suínos e seu espaço em Santa Catarina é pensar na ligação com seus primórdios e, como espaço regional, a inserção deste em um conjunto espacial maior. É considerar esse espaço como um produto socialmente construído e em contínuo processo de produção. E ainda, considerar a existência de suas interações com outras relações sociais com transformações que não cessam de acontecer. De um lado é resultado de processos específicos da organização econômica dos agentes

agroindustriais locais, regionais e brasileiros, é também, de outro lado, decorrência de interações com agentes e processos diversos e de escalas diferenciadas.

Na produção do espaço regional, interagem processos sociais desenvolvidos tanto em Santa Catarina, onde ocorre a formação social que lhe atribui maior interação por meio da estrutura produtiva, quanto no Brasil, como parte dessa estrutura na qual o sistema social geral é formulado. Da mesma forma, recebe influência direta do sistema de mercado em nível mundial, na comercialização e consumo dos produtos de origem agroindustrial, com políticas externas, como as da Organização Mundial do Comércio (OMC) e as específicas de cada país consumidor.[3] Nessa direção, o conceito de totalidade social, utilizado nesta análise regional, está presente igualmente na análise temporal dos processos sociais específicos da região, conceituados como processos regionais por Diniz e Duarte (1983).

No sentido de atribuir uma ordem e compreensão à dinâmica da sociedade e do processo produtivo agroindustrial, faz-se necessária uma periodização das relações sociais pela definição de processos sociais. Para isso, haverá que se considerar a interação entre os diferentes agentes sociais, suas complexidades, sua forma e seu conteúdo.[4] Optou-se por uma regionalização na qual foram privilegiados os instrumentos institucionais da instância política e econômica por interferirem constante e continuadamente na estrutura produtiva e na formação socioespacial regional na sua totalidade.

Os instrumentos institucionais podem ser considerados como sendo agentes sociais oficiais e privados, que influenciam na política regional econômica (DINIZ e DUARTE, 1983). Por haver uma relação que

---

[3] Como exemplo disso, citam-se os embargos de importação de carne suína catarinense pela Rússia no ano de 2006 (FIESC, 2006). O motivo do embargo deveu-se a uma questão sanitária, ou seja, o fato de que houve casos de febre aftosa em outros estados brasileiros. No entanto, a comercialização atualmente já foi retomada por constatar-se que Santa Catarina não foi atingida pela enfermidade animal.

[4] Conteúdo são as relações sociais desenvolvidas ao longo do tempo na estruturação da totalidade espacial. Já a forma é definida pelas relações sociais, no caso, capitalistas na economia regional. “A complexidade do conteúdo expressa as formas dessas relações sociais”, segundo Diniz e Duarte (1983, p. 68).

envolve assimetrias manifestadas por meio de conflitos de interesses e não de igualdades entre os agentes sociais, existe a alusão à existência dos agentes hegemônicos que exercem o papel de liderança.[5]

Uma ação de liderança pode ser considerada qualquer tipo de ação empreendida por um determinado agente social com legitimidade para assumir tal posição. Ao atuarem como agentes políticos, os agentes hegemônicos, ao longo do tempo, criam normas e estabelecem ações, como a criação de órgãos direcionados ao benefício da produção agroindustrial. Para Weber, a existência do Estado supõe um quadro administrativo que "reivindica com êxito o monopólio legítimo da coação física"; para tanto, os detentores de poder precisam ter sua autoridade reconhecida como legítima por parte dos dominados, que a obedecem (WEBER, 2000, p. 34).

Em função das ações de liderança de um agente hegemônico em uma região, o conteúdo que a ela atribui identidade refletirá mais fortemente as materializações dos interesses dos agentes hegemônicos que coordenam legitimamente o consenso formado em torno de objetivos, mediado pelas perspectivas desses agentes. Há de se considerar, ainda, o fato de cada um dos agentes envolvidos também exercer seus direitos e desejar suas ambições; do contrário, não há consenso, mas sim a supressão da autonomia dos agentes envolvidos na relação social.

Assim, o elemento definidor que dá sentido às ações governamentais e, em particular, à política econômica é a necessidade de conquista da legitimidade ou, em outras palavras, a busca do reconhecimento de sua autoridade (FONSECA, 2004). A representação desses agentes hegemônicos ganhou importância à medida que se exercia pressão nos poderes locais e regionais, estadual e nacional, para beneficiar-se. Sua atuação possuiu intensidades diferenciadas ao longo do tempo, contudo, fazendo-se presente a cada momento.

---

[5] O conceito de legitimidade está baseado em Lafer, in: Faria (1978, p. 12). Para o autor, a "legitimidade é fundamentalmente avaliativa, requerendo o concurso da opinião pública, que no espaço da palavra e da ação, julga dos títulos em nome dos quais o poder é exercido".

Quando se pensa o processo de produção – no caso, agroindustrial - com todas as particularidades que ele pode conter, não se pode deixar de trazer ao debate o conceito de "condições gerais de produção". A ausência deste poderia possibilitar uma lacuna na explicação da formação da região de produção agroindustrial de carnes do catarinense. O conceito marxista de condições gerais de produção e a idéia de consumo coletivo de Jean Lojkine foram recuperados por Lencioni (2007) para pensar o consumo produtivo voltado à indústria, justamente para permitir uma maior compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional.

A partir de uma análise marxista, são ressaltados os diferentes tipos de consumo: consumo produtivo (reprodução dos meios de produção, como o consumo de estradas, energia – indispensáveis para propulsar as máquinas no processo de produção; ou escolas, hospitais – fundamentais para a reprodução da força de trabalho); consumo individual (reprodução da força de trabalho, como o consumo de alimentos); consumo de luxo ou individual (consumo que, mesmo sendo também individual, extrapola as necessidades básicas).

Consumo produtivo está relacionado à reprodução dos meios de produção e constitui-se como consumo coletivo. Nesse sentido, o consumo de máquinas, matérias-primas e energia, ou o de escolas e hospitais, constitui formas de consumo produtivo e, enquanto tal, mantém relação com o conjunto do processo de produção e circulação do capital. É essa sua natureza "produtiva" que o faz manter relações com o processo de produção e circulação do capital. Todavia, o consumo produtivo e o processo de produção e circulação do capital não ocorrem de forma direta, mas por intermédio das condições gerais de produção (LENCIONI, 2007 p. 3-4).

As condições gerais de produção articulam o consumo produtivo/coletivo (processo imediato de produção) ao processo de produção e circulação do capital (conjunto da produção e circulação do capital). Dessa maneira, as condições gerais de produção articulam o particular e o geral. Essas condições viabilizam tanto um capital em

particular, quanto um conjunto de capitais; por isso, são denominadas de gerais. E é isso que faz o consumo delas ser coletivo (LENCIONI, 2007. p. 4).

As condições gerais de produção podem manter conexão direta com o processo de produção e circulação do capital (bancos, alguns serviços, redes de circulação material – rodovias, ferrovias, etc. – redes de circulação imaterial – telecomunicações e de informática) ou conexão indireta com o processo de produção e circulação (escolas, hospitais, centros de lazer, esportivos, culturais)[6]. Tanto no primeiro quanto no segundo conjunto, o consumo das condições acontece de forma coletiva, por meio dos equipamentos coletivos de consumo.

A autora lembra ainda que os equipamentos de consumo coletivo, relacionados diretamente ao processo de produção, desenvolvem-se de forma mais rápida que os demais (que ficam em segundo plano), porque estão em conexão direta com o processo produtivo ao permitirem a circulação da mercadoria. Possibilitam, assim, sua realização no mercado, agregam valor à mercadoria, transformam as mercadorias em potencial em mercadorias reais, por isso, são os prioritários. Como exemplos do primeiro grupo, Lojkine cita as estradas que servem as zonas industriais e os serviços de telecomunicações; do segundo grupo, as estradas servindo as residências dos trabalhadores, telefones para usuários individuais (LOJKINE, 1997, p. 158).

Os equipamentos coletivos de consumo voltados diretamente à produção e as relações que estabelecem com o espaço regional serão tomados como reflexão para discutir essa relação com o processo de produção agroindustrial de carnes, tendo como referência particular o Oeste de Santa Catarina. As diferenciações espaciais serão evidenciadas pela maior ou menor concentração das condições gerais de produção nos distintos processos de produção ao longo de sua formação socioespacial.

---

[6] Estes "são valores de uso coletivos no sentido em que se dirigem ao consumo de uma coletividade social e - ou - territorial (estratos sociais definidos por sua renda, e ainda, classes sociais cujo modo de consumo está ligado ao lugar no processo de produção e de reprodução do capital)" (LOJKINE, 1997 p.154).

Assim, em função da construção histórica, algumas cidades do Oeste de Santa Catarina apresentam hoje características que lhe conferem o título de pólo regional, a exemplo de Chapecó. A concentração de indústrias ligadas ao setor agropecuário, a existência de comércio e rede bancária diversificadas e de serviços especializados, dentre outros, formam um conjunto capaz de atrair para essas cidades os mais distintos olhares; desde investidores financeiros, industriais e comerciais, até uma população menos favorecida de benefícios.

Nessa direção, é importante compreender o processo de formação da produção agroindustrial do Oeste catarinense para explicar o porquê de sua atual configuração espacial. Torna-se, assim, necessária a formulação de algumas questões: De que maneira o processo de produção agroindustrial e a formação de grandes agroindústrias contribuíram e/ou contribuem para a formação espacial contemporânea? Em que medida o processo de urbanização brasileira contribuiu para a expansão das agroindústrias e das cidades do Oeste de Santa Catarina? Quais as principais cidades e como elas serviram e/ou servem de apoio às demandas das empresas agroindustriais?

Para responder a essas e a outras questões necessárias à pesquisa, buscou-se subsídios em diversas fontes, de forma direta e indireta. Por meio de entrevistas e questionários (GIL, 1994), realizados entre maio e agosto de 2007, pesquisaram-se as informações sobre as mais importantes formas de ação de distintos agentes sociais envolvidos no processo de reprodução da região agroindustrial do Oeste de Santa Catarina ao longo dos períodos de análise – especialmente com prefeituras municipais e empresas agroindustriais. Ao seguir a trajetória dos agentes, chegou-se às suas principais ações registradas, por sua vez, em diversas fontes.

Os agentes regionais foram sendo revelados a partir da própria vivência da pesquisadora com parte da realidade do Oeste catarinense, passando por meio de leituras de livros, artigos de periódicos, dissertações e teses, reportagens de jornais, até artigos disponíveis na *Internet* que

tratavam acerca de pessoas ou temas ligados à formação socioespacial e histórica da região Oeste de Santa Catarina.

Tão importante quanto as outras buscas foram os levantamentos de informações estatísticas realizados em várias fontes que, com tratamento adequado, foram aplicadas às demonstrações assertivas por meio de tabelas, gráficos e textos. Já as ilustrações – mapas, figuras, imagens e fotos –, algumas foram produzidas pela própria autora deste estudo, outras foram extraídas de diferentes bibliografias. Assim, o estudo divide-se em um capítulo introdutório no qual é feita uma exposição da problemática e também são apresentados os elementos conceituais e metodológicos norteadores da apresentação da pesquisa.

No segundo capítulo, é descrito o processo histórico de formação regional, os antecedentes que conduziram à formação produção agroindustrial com especialidade em aves e suínos. Inclui-se o trabalho desempenhado pelos tropeiros no comércio de mulas e a extração de erva-mate, o papel das empresas colonizadoras no processo de colonização e da ocupação efetiva da parte mais ocidental do estado de Santa Catarina e o princípio do comércio de suínos na formação e reprodução dos capitais locais e os primórdios do dinamismo urbano. Estes itens correspondem do final do século XIX até por volta de 1945.

O terceiro capítulo é constituído pela análise regional num período em que ocorre a transição da produção artesanal com a implantação dos primeiros frigoríficos de suínos até a produção industrial com maior grau tecnológico. O processo de urbanização brasileira levará à expansão o mercado de banha e, posteriormente, à emergência das agroindústrias de carnes de Santa Catarina, sobretudo na atual Mesorregião Oeste. A inter-relação entre empresários agroindustriais, capitais regionais e o Estado levará à expansão e à consolidação das empresas agroindustriais que se apropriarão das estruturas disponíveis nas cidades e municípios onde atuam para fortalecer-se. Nesse período, de meados da década de 1940 até fins da década de 1990, enquanto algumas cidades perderam força econômica e política, sobretudo em função de emancipações, outras

passaram a se fortalecer tornando-se cidades-chave para o desenvolvimento das empresas agroindustriais.

Já no quarto capítulo, o esforço é feito no sentido de explicar uma maior complexidade e especialidade do processo de produção de carnes cujo objetivo é atender mercados para muito além do local e regional. O enfoque incide na reorganização regional contemporânea no contexto das transformações do mercado mundial de carnes, na divisão intra-regional da produção associada às atividades agroindustriais, salientando as transformações na estrutura do espaço regional. Do mesmo modo, será analisada a estrutura educacional de nível superior com relação à formação de profissionais que atendam ao mercado produtivo agroindustrial. Por último, as considerações finais retomam alguns principais resultados da pesquisa.

2 ANTECEDENTES DA FORMAÇÃO DA REGIÃO AGROINDUSTRIAL CATARINENSE

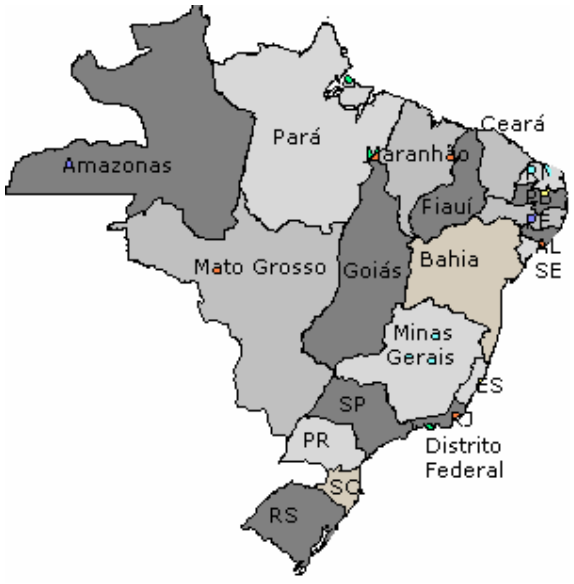
A compreensão do fenômeno da agroindústria em Santa Catarina, em particular na atual Mesorregião Oeste, necessita ser compreendida a partir de uma base histórica que a antecede. Por isso, este capítulo se ocupará em analisar o processo histórico de formação regional para identificar os principais agentes sociais e de que modo eles conduziram à formação da atual região de produção agroindustrial com especialidade em aves e suínos. Inicia-se o capítulo com abordagem acerca da presença dos tropeiros e o comércio de mulas e a extração de erva-mate como principais atividades econômicas. Em seguida, ocorrem as intervenções do Estado e das empresas colonizadoras no processo de colonização e da ocupação efetiva da parte mais ocidental do estado de Santa Catarina; concomitantemente, há o princípio do comércio de suínos na formação e reprodução dos capitais locais e os primórdios do dinamismo urbano. Estes itens correspondem do final do século XIX até por volta de 1945 e serão marcos importantes

que definirão, sobretudo, a estrutura fundiária em nível regional e o início de uma atividade econômica que se sobressairá em relação à economia principiante.

2.1 Abrindo caminhos: rastros no Ocidente do Estado de Santa Catarina

Compreender como as diferentes territorialidades foram constituídas ao longo da história da porção mais ocidental do estado catarinense é identificar, também, os principais agentes e processos sociais que construíram esse espaço e nele deixaram seus "rastros"[7]. Para tanto, inicia-se com a compreensão de que a área correspondente ao atual estado de Santa Catarina ainda não havia sido delimitada no final do século XIX (conforme Mapa 1). No ano 1879 foi definido o Rio do Peixe como limite Oeste de ocupação catarinense. Porém, não foi determinado o limite Norte da então província, originando, assim, os conflitos de limites entre Santa Catarina e Paraná, somente resolvidos na segunda década do século XX.

Mapa 1 - BRASIL: Estados brasileiros em 1889.



Fonte: Adaptado de: Adaptado de Brasil Escola (2007).

[7] O sentido de rastro aqui é uma alusão aos rastros deixados pela passagem das tropas de mulas. Posteriormente, esses mesmos caminhos foram sendo utilizados para outros fins econômicos. Já a introdução do trem de ferro e a construção da ferrovia vão deixar outros "rastros", tanto na economia, quanto na população local. Estes são tidos como marcas. Para parte da população local, como a cabocla, a passagem vinda do trem significou perdas, por isso, compreende-se como rastro de destruição.

Na época, a população que habitava essa área catarinense era constituída por grupos de índios Kaingang, Xokleng e Guarani que tentavam manter seus espaços de ocupação tradicional (SANTOS, S. C. 2000). Além desses, havia a população cabocla, com forte presença negra e indígena, mesclada a outros grupos. Dentre estes, fazendeiros originados de São Paulo e Curitiba (IBGE, 1959). Os caboclos formavam a principal base da população trabalhadora da região que formaria, posteriormente, grande parte da população dos conflitos do Contestado (MACHADO, 2004). Na virada do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, cresce a presença de imigrantes europeus e de seus descendentes, dentre eles, alemães, italianos, poloneses e, na fronteira Oeste do estado, argentinos e paraguaios. A ocupação da região tem, no início de sua história, as marcas de duas diferentes atividades econômicas, a saber, o tropeirismo e a extração da erva-mate.

2.1.1 Nos caminhos das tropas e da erva-mate

O tropeirismo teve origem nos séculos XVII e XVIII e prolongou-se especialmente até o século XIX. Desde meados do século XVIII a população indígena que habitava a região passou a sofrer influências dos tropeiros. E, a partir daí, as atividades ligadas à pecuária e ao tropeirismo, nos chamados Caminhos das Tropas, marcaram a história da região. Há quem aponte, inclusive, ter a época do Tropeirismo a mesma importância de outras como as do açúcar e do café e a denominam de Ciclo do Tropeirismo (Sorocaba, 2007). Reservadas as diferenças, o tropeirismo foi sem dúvida muito importante para a economia e integração da Argentina com o Sul do Brasil e deste com o Sudeste brasileiro.

A palavra "tropeiro" deriva de tropa, numa referência ao conjunto de homens que conduzia gado muar e mercadorias desde o Brasil colônia até por volta de 1940. O termo tem sido usado para designar principalmente o transporte de gado vindo do Rio Grande do Sul até os

mercados de Minas Gerais e, posteriormente, de São Paulo e Rio de Janeiro.[8] O Tropeirismo, assim, era a condução de animais soltos ou de mercadorias em lombos de animais arriados, especialmente as mulas. A atividade de transporte muar teve origem ainda nas Reduções Jesuíticas no Sul da América do Sul, nas quais esse meio de transporte facilitava as transações entre os vários povoados das missões.

Para chegar aos locais programados, os tropeiros procuravam seguir o curso dos rios ou atravessar as áreas mais abertas (os "campos gerais") e, mesmo conhecendo os caminhos mais seguros, o percurso do trajeto envolvia várias semanas. Seguindo os cursos dos rios, descobriram locais de travessia, os chamados “passos”, principais obstáculos dessa atividade.[9] Desse modo, os tropeiros partiam de lugares como nas províncias platinas, no antigo distrito de Missões (na Argentina) e na campanha gaúcha, seguiam por serras e campos gaúchos, catarinense e paranaense até Sorocaba, no estado de São Paulo, onde o gado era redirecionado.

A busca por esses animais era grande, uma vez que constituíam o principal meio de transporte da época. Ainda nesse período inicial de ocupação, ocorria a captura de gado vacum remanescente das missões jesuíticas. O objetivo era a extração do couro que, além de ter grande procura, era fácil de ser transportado pelas tropas de mulas. No Sul do Brasil, o caminho do mercado desses animais foi denominado Caminho das Tropas.

As mulas e os burros foram os responsáveis por transportar os produtos comercializados no Brasil por cerca de quatro séculos. Até por volta de 1930 e, dependendo do lugar, até 1940, constituíam o principal meio de transporte para longas distâncias. Existiam as carretas de bois, mas, por serem lentas, eram utilizadas somente para cargas pesadas e

---

[8] Porém, há quem use o termo em momentos anteriores da vida colonial, como no "ciclo do açúcar" entre os séculos XVI e XVII, quando várias regiões do interior nordestino se dedicaram à criação de animais para comercialização com os senhores de engenho (RECCO, 2007).

[9] Passo - termo utilizado para designar um lugar de passagem habitual em rios, arroios. Como exemplo, o Passo Goio-En, no rio Uruguai (atual município de Chapecó), entre outros nos rios Uruguai, Iguaçu, etc.

para as curtas distâncias. Os produtos de subsistência, como sal, farinha, açúcar e tecidos, somente poderiam ser transportados dos maiores centros para o interior do Brasil em cargueiros de mulas. Portanto, o transporte muar somente seria substituído pelo trem – no final do século XIX - e, principalmente, pelo caminhão – já na primeira metade do século XX.

O Rio Grande do Sul e também a Argentina eram fornecedores de mulas para os estados do Sudeste e Nordeste. No Rio Grande, a cidade de Viamão tornou-se um dos principais centros de comércio e formação de tropas cujo destino eram os mercados de São Paulo. Porém, de outras regiões do sul, partiam as tropas, quase sempre com o mesmo destino. Por isso, a cada ano, milhares desses animais saíam de seu local de origem com destino a Sorocaba. Neste município paulista, as mulas passavam por um processo de triagem e, depois de vendidas, seguiam seu destino final.

Devido à sua localização estratégica, com o passar dos anos, Sorocaba tornou-se marco obrigatório para os tropeiros, sendo parte do eixo econômico entre o Norte, o Nordeste e o Sul. Com o aumento do fluxo de tropeiros, ganhou uma Feira de Muares, na qual feirantes de diversos estados reuniam-se para comprar e vender animais (SOROCABA, 2007). O Oeste catarinense foi, nesse sentido, importante ponto de passagem das tropas desde 1845, especialmente o passo Goio-En, conforme Folador (1991) e Werlang (1992).

Isso justifica dizer que, durante o Brasil colônia, grande parte da riqueza do país circulou por meio das mulas. Junto com as entradas e bandeiras, os tropeiros possibilitaram a expansão das fronteiras, criaram vilas e cidades e contribuíram para a integração do país. Tiveram grande e importante atuação, transportando alimentos para as áreas de mineração em Minas Gerais e minerais preciosos para o Rio de Janeiro e Parati. Dessas cidades, voltavam ao local de partida, muitas vezes com produtos manufaturados vindos de Portugal.

Nos caminhos de ida e volta, eram obrigatórias as paradas para os pousos, e muitos desses locais tornaram-se base para a formação de

vilas e povoados. Em Santa Catarina, diversos lugares por onde os tropeiros passavam e/ou pousavam originaram ou contribuíram para o surgimento de diversas atuais cidades como as de Rancho Queimado, Lages, Laguna, Lauro Müller, Pedras Grandes, Tubarão, Curitibanos[10], Chapecó, Abelardo Luz e Campo Erê. É interessante notar que dezenas de cidades do interior na região sul do Brasil e mesmo em São Paulo, além de atribuírem sua origem à atividade tropeira, também levam o seu nome em função dela, como Pouso Redondo, em Santa Catarina.[11]

No século XIX, as tropas começaram a transportar charque e conduzir gado bovino a pé, para o litoral e para os estados do Paraná e São Paulo. No caminho das tropas, formou-se um longo curso de fazendas de invernada e criação. Nessas áreas, a vegetação de destaque era a mata de araucária e erva-mate entrecortada por campos naturais. Esses campos tinham grande importância para os tropeiros porque era neles que o gado repousava e/ou era engordado. Posteriormente, acabaram por se transformar em extensão da pecuária, tanto paranaense, quanto gaúcha.

No entanto, ressalta-se que, por causa da indefinição quanto à demarcação dos limites nacionais na questão entre Brasil e Argentina, a geopolítica portuguesa tinha como estratégia o envio de bandeiras para ocupação dos campos. Com as bandeiras, seguiam alguns fazendeiros para estabelecer suas possessões nos Campos de Palmas (PR). Porém, outros seguiram em frente, mais para Oeste, fixando-se em Campo Erê (SC). Conforme ia consolidando-se a ocupação dos campos, melhoravam-se também os meios de comunicação e de trânsito. Havia, nesse sentido, grande preocupação do Império em abrir estradas que ligassem as missões no Rio Grande do Sul ao comércio com São Paulo.

---

[10] Curitibanos foi o primeiro núcleo populacional do planalto catarinense. Disponível em: <http://www.sc.gov.br>. Acesso em: 24 de julho de 2007.

[11] O nome Pouso Redondo deve-se porque era um local onde os tropeiros paravam para descansar e nele formavam clareiras circulares. Atualmente o local, no município de Pouso Redondo, é trevo de acesso ao município de Taió. As estalagens que davam apoio logístico para os tropeiros formaram a sede do município que, em 1928, já tinha uma barreira para a arrecadação de tributos. Em 1931, Pouso Redondo tornou-se distrito de Rio do Sul, emancipando-se 27 anos depois. Disponível em: <http://www.sc.gov.br>. Acesso em: 24 de julho de 2007.

O gado e as mulas do Rio Grande do Sul eram fontes de alimento e transporte, respectivamente, muito importantes para a região aurífera (BAVARESCO, 2007).

A implantação de fazendas atraía diversas famílias, pois como garantia de ocupação da área, o Império distribuía concessões de terras aos fazendeiros que quisessem estabelecer-se nos campos, uma vez que não havia, para estes, necessidade de grandes investimentos para a criação de gado. Outra razão pela existência das fazendas de gado é que existia o conceito de que os campos não podiam ser cultivados; considerava-se o seu solo "pobre" para fins agrícolas (WAIBEL, 1949).

Na primeira metade do século XIX, ocorreu a ocupação dos campos de Palmas e Guarapuava, no Paraná, quando foi aproveitado o chamado passo de Goio-En, ao Sul da atual cidade de Chapecó, fazendo uma ligação mais interiorana entre Sorocaba e a região das Missões. Esse atalho, que ficava a Oeste de Palmas, descoberto pelos tropeiros, encurtava o caminho em mais de 70 quilômetros.

Foi por esse caminho, consideravelmente mais curto, que os tropeiros, tanto aqueles procedentes dos campos do Oeste e Noroeste do Rio Grande do Sul quanto os de Corrientes, na Argentina, começaram a conduzir suas tropas. Atravessavam o rio Uruguai na latitude de São Borja, passavam por Cruz Alta, Passo Fundo, fazendo novamente a travessia do rio Uruguai, no passo do Goio-Em; atravessavam, então, o Oeste de Santa Catarina, aproveitavam as pastagens do Sudoeste do estado do Paraná e passavam Guarapuava e Castro até Sorocaba (Caminho 1). Uma das principais povoações surgidas na época nesse novo caminho deu origem a atual cidade de Clevelândia, no estado do Paraná. O Caminho 2 era semelhante ao primeiro até chegar ao estado do Paraná. Porém, os tropeiros não passavam por Clevelândia, iam mais ao Leste passando por Palmas, União da Vitória, Palmeira, Ponta Grossa e Castro, seguindo para São Paulo (FOLADOR, 1991).

Outro trajeto percorrido (Caminho 3) era comum aos dois primeiros até Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Daí seguia para Leste, rumo à Vacaria, depois para Norte, passando por Lages,

Curitibanos, Rio Negro, Lapa, Palmeira e Curitiba, adentrando, assim, o estado de São Paulo (MACHADO, 2004).

Por último, uma das principais prolongações dos caminhos dos tropeiros, a Estrada Real, partia de Viamão, no Rio Grande do Sul, passava por Vacaria, Lages, Curitibanos, Papanduva, Rio Negro, Campo do Tenente, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Jaguariaiva, Itararé, chegando a Sorocaba. Essa estrada formaria, mais tarde, o trajeto da atual rodovia BR-116. Esse caminho dos tropeiros é o conhecido Caminho do Viamão (Caminho 4).

FOTO 1 – Monumento ao Tropeiro, Lapa - Paraná. Fonte: CAMARGO (2005)

A importância econômica de Viamão, para a época, é o fato de a cidade constituir-se na sede das principais estâncias de criação de gado; originou-se daí o comércio e transporte da carne de gado (charque) e couro para Laguna e São Paulo.

Além desses, um dos ramais do Caminho do Viamão era feito pelo litoral gaúcho, desde Rio Grande e Pelotas, passando por Viamão, seguindo pelo litoral catarinense, Araranguá (chamado de Caminho dos Conventos) até Lauro Muller; de lá subiam a Serra do Rio do Rastro até São Joaquim, rumo a Lages. Entre Tubarão e a serra, o caminho era chamado de o Caminho do Tubarão, tendo o local da atual cidade de Tubarão como referência. Ainda em trecho catarinense, mas já no Norte do estado, esse mesmo trajeto era chamado de Caminho da Mata. Já a partir de Laguna, as tropas seguiam pelo litoral catarinense em

direção a São Paulo.

Um último caminho identificado (Caminho 5), talvez por ser menos conhecido, partia de Missiones na Argentina, adentrava por Barracão[12], no Paraná, passava por Campo Erê, em solo catarinense, e novamente seguia para o Paraná, em Clevelândia, seguindo daí até São Paulo. No entanto, até o início do século XX, como toda essa região – atualmente pertencente a Santa Catarina - ainda não havia sido demarcada se pertencia ao Paraná ou a Santa Catarina, o único limite tido como certo pelos habitantes e tropeiros era o Rio Peperiguaçu. Assim, quando chegavam ao rio, estavam na divisa com a Argentina, ou com o Brasil, se estivessem no país vizinho.

A situação de parte da população que habitava o Extremo Oeste de Santa Catarina ou de domínios de Campo Erê, uma referência aos campos, era considerada de miséria. Na área, o gado - especialmente bovino, muar e, por vezes, suíno - comercializado pelos tropeiros tinha origem nos campos de Campo Erê ou na Argentina. No entanto, era difícil de ser comercializado, dado o isolamento local e a dificuldade de encontrar quem pudesse comprá-los (BAVARESCO, 2003). Desse modo, a passagem dos tropeiros era condição para o comércio incipiente nos campos do Erê, o que também deu início à ocupação do território.

Os trajetos percorridos pelos tropeiros eram de dezenas de quilômetros; sendo assim, havia a necessidade de permuta no caminho. Determinado grupo de tropeiros era responsável por determinados trajetos. Assim, eles não percorriam todo o caminho das tropas, necessariamente. Quem saía da Argentina, por exemplo, percorria até Clevelândia e de lá em diante outra equipe responsabilizava-se pelos animais e cargas.[13]

Diferentes abordagens bibliográficas a respeito da passagem dos tropeiros pelo Sul do Brasil apontam a existência do caminho das

---

[12] Também nesse caso o nome Barracão está associado à atividade dos tropeiros. O nome deve-se à existência de uma hospedaria – um barracão – construída no povoado e que servia de local de pouso e descanso dos tropeiros (BARRACÃO, PR). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>.Acesso em: 26 de julho de 2007.

[13] Informações obtidas em entrevista com um filho de um tropeiro (J.X.) no município de São Bernardino - SC (desmembrado de Campo Erê em 1997) em junho de 2006.

tropas e enfatizam, especialmente, o trajeto de Vacaria, passando por Lages, Rio Negro até São Paulo. No entanto, como foi verificado, pode-se afirmar que eles não seguiam um trajeto único, mas vários; por isso, os Caminhos das Tropas e não somente "o caminho", (Mapa 02). Nos diferentes trajetos utilizados, de acordo com o local de origem das tropas, os tropeiros buscavam percorrer o caminho que, além de assegurar a viagem, fosse também mais curto. Nesse sentido, algumas tropas tinham o ocidente catarinense como passagem obrigatória.

Por volta de 1870, principiou a apropriação e a colonização de terras catarinenses do Planalto na direção Oeste, permitindo o estabelecimento de pequenos e médios agricultores. Como a alimentação dos tropeiros era constituída basicamente por toucinho de porco, feijão preto, farinha, pimenta-do-reino, café[14], arroz, rapadura para adoçar o café e erva-mate,[15] os agricultores que se encontravam nas proximidades dos caminhos percorridos pelos tropeiros aproveitavam para vender alguns excedentes de suas lavouras e de suas criações – como de suínos criados em meio aos pinhais. Além disso, a ocorrência de ervais nativos em terras devolutas possibilitava a colheita da erva-mate que, depois de beneficiada, também era vendida aos tropeiros e fazendeiros, ou ainda a estabelecimentos comerciais locais. Isso originou uma importante rota de comércio estruturado pela atividade do tropeirismo (MACHADO, 2001; 2004).

Considerando também a existência de áreas de campos, a maior parte das terras que compreende o atual território do Extremo Oeste catarinense, no entanto, era coberta por matas. Isso significava riqueza em madeiras nobres, bem como uma quantia satisfatória de erva-mate. As condições favoráveis do clima e do solo para a erva-mate possibilitaram a existência de grandes manchas de ervais, ou da *ilex-paraguariensis,* como é denominada cientificamente a erva-mate.[16]

---

[14] RECCO, 2007.

[15] Informações obtidas em entrevista com um filho de um tropeiro (J.X.). São Bernardino - SC, junho de 2006.

[16] Apesar do nome científico e ser mais conhecida como erva-mate, esta é popularmente chamada de mate, chá mate, chá-do-paraguai, chá-dos-jesuítas, chá-das-missões, mate-do-paraguai, chá-argentino, chá-do-brasil, congonha, congonha-

Apesar da existência do vegetal em Santa Catarina, a exploração econômica dos ervais esteve mais ligada ao Paraná, Rio Grande do Sul e a Argentina, sendo o comércio mais freqüente com esse país vizinho. Era para lá que se dirigiam pequenas tropas de gado e mulas carregadas de erva-mate, para comercializá-la, quando faltavam gêneros de primeira necessidade. A ocorrência disso está no fato de que até início do século XX, o extremo Oeste do estado catarinense encontrava-se distante de centros urbanos e da capital estadual, ou como alguns autores se referem, "em total abandono" por parte do governo estadual. Dessa forma, era deficitário o controle da saída da erva-mate, tanto para a Argentina, quanto para os estados vizinhos. De modo contrário, havia maior preocupação do governo paranaense e do gaúcho no controle da cobrança de impostos. Também o governo argentino pretendia controlar a entrada ilegal da erva-mate, proveniente dos estados brasileiros vizinhos (BAVARESCO, 2007).

Nesse contexto, não só se tornava possível a exportação para a Argentina que era o maior mercado consumidor da erva-mate brasileira, como também para o Uruguai. Isso pode ser explicado pela certa facilidade de comunicação da Zona do Chapecó (como era conhecida parte da região que compõe atualmente a Mesorregião Oeste de Santa Catarina) com o Rio Grande do Sul. Conforme Linhares (1969), em 1910, passaram por Passo Bormann (atual cidade de Chapecó), 640 mil kg de erva-mate e, no ano seguinte, 1.200 mil kg. A passagem pelo rio Uruguai era a maneira mais próxima de fazer com que a erva-mate pudesse ser levada para o Rio Grande do Sul e para os referidos países.[17]

Por outro lado, a importância da erva-mate no Paraná era tanta que Linhares (1969) considerou que esse vegetal representava para o

---

das-missões, congonheira, erva, mate legítimo, mate verdadeiro. Outras denominações populares de menor disseminação incluem: erva-de-são bartolomeu, orelha-de-burro, chá-do-paraná, congonha-de-mato-grosso, congonha-genuína, congonha mansa, congonha verdadeira, erva senhorita. No entanto, as denominações indígenas para a erva mate são caá, caá-caati, caá-emi, caá-ete, caá-meriduvi e caá-ti (BALDO S.A., 2007b).

[17] Esses números referem-se à erva-mate cancheada, isto é, à erva seca e separada dos galhos maiores, enviada para os soques de beneficiamento.

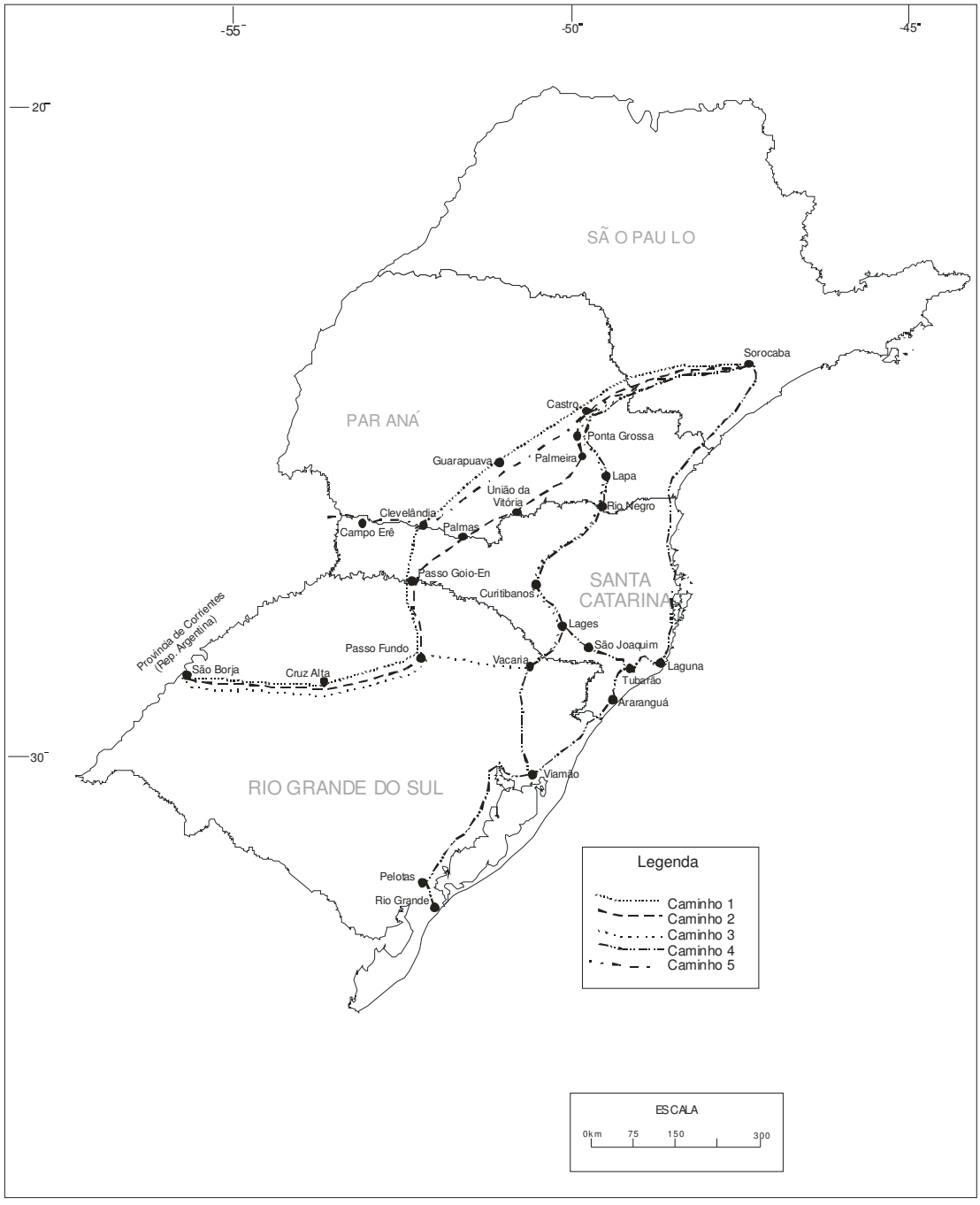
estado, o mesmo que o café para São Paulo ou o açúcar para a Região Nordeste. Com o crescimento da industrialização da erva-mate no Paraná, aumentava também a procura pela matéria-prima e isso propiciava a busca por um produto de baixo custo. Por isso, o desvio dos impostos atraía os contrabandistas para áreas de difícil controle aduaneiro, em áreas pouco habitadas, como no extremo Oeste de Santa Catarina, onde existia certa fartura em erva-mate e esta podia ser extraída sem controle (LINHARES, 1969).

A Argentina, ao contrário, com proteção para sua indústria, proporcionava um aumento nas exportações brasileiras de erva-mate cancheada, bem como do contrabando. A erva-mate retirada em terrenos devolutos, por estrangeiros sem vínculo com o Estado, não proporcionava nenhum benefício para Santa Catarina, caracterizando o contrabando, praticado principalmente por argentinos. Isso também pode ser considerada outra explicação satisfatória para as intrigas criadas entre brasileiros e argentinos na área de fronteira.

Nessa senda, em termos econômicos para o período, a região não passou de um fornecedor de matéria-prima para as indústrias que se instalaram na Argentina e nos Estados vizinhos (Paraná e Rio Grande do Sul). Registraram-se alguns pequenos soques de erva-mate em Palma Sola, Campo Erê e Chapecó.[18] No entanto, com a crise que estaria por se instalar a partir de 1910, em função principalmente de limites, essas pequenas indústrias viriam a desaparecer. Outro fator a ser considerado é a grande distância entre o local de produção e o mercado consumidor, dificultando a instalação de indústrias. Inclui-se, ainda, o fraco mercado consumidor local, uma vez que os moradores daquela região, além de serem em pequeno número, produziam a erva-mate para seu próprio consumo (BAVARESCO, 2007).

[18] A presença de pequenas indústrias se faz notar em Campo Erê e Palma Sola, onde estava localizada a área de campo. Ali o fluxo comercial era maior, dado o comércio ligado ao tropeirismo (BAVARESCO, 2007).

MAPA 2 - CAMINHOS DOS TROPEIROS



Fonte: Pesquisa bibliográfica e elaboração: Noeli Pertile, 2006. Mapa Base: IBGE-ESTATCART 2, Rio de Janeiro/2003.

A erva-mate, usada no preparo de bebida como o chimarrão e mate, era um produto altamente consumido e valorizado na Argentina e no Uruguai. Por isso, a erva-mate era vendida ou contrabandeada para esses países que a consumiam no lugar do café. Na fronteira do Paraná e de Santa Catarina com a Argentina, era comum encontrar argentinos ocupando extensas áreas de terras com a finalidade de explorar erva-mate, denominadas obrages, segundo Folador (1991).[19]

A partir de 1916, com a definição dos limites entre Paraná e Santa Catarina, o governo catarinense passaria a arrendar os ervais a particulares que começaram a monopolizar essa atividade. Com a importância econômica da produção da erva-mate, em 1938, o Governo Federal, Vargas, criou o Instituto Nacional do Mate, com a função de "promover a política de defesa e expansão do mate no país e no estrangeiro".

A erva-mate produzida nos vales dos rios Chapecó, Pelotas, Canoas e Peixe[20] escoava para o Rio Grande do Sul e estava ligada ao comércio de mulas. Já a erva-mate, cuja origem era o planalto Norte catarinense, era exportada via porto de São Francisco e Itajaí. Desse modo, essa riqueza vegetal possibilitou uma das primeiras conexões comerciais do Sul do Brasil com os países vizinhos. De acordo com os dados estatísticos do IBGE (1986), a erva-mate era o principal produto de exportação e, portanto, de receita para o estado de Santa Catarina entre o final do século XIX e início do século XX, mesmo considerando que parte dela era contrabandeada, como apontado anteriormente.

A importância da exportação da erva-mate para o antigo município de Chapecó reside no fato de que o passo Goio-Em havia se tornado um importante centro exportador do produto catarinense para a Argentina, via rio Uruguai. A navegação nesse rio teria iniciado em

---

[19] Obrage - lugar próximo à barranca de um rio, onde se corta e prepara a madeira destinada a descer por água (Dicionário Aurélio, 1994). É muito provável que o uso do termo tenha sido aplicado para a atividade de extração e transporte da erva-mate por também utilizar o rio como uma das únicas vias de escoamento da produção.

[20] Especialmente sobre erva-mate do Oeste de Santa Catarina, consultar o trabalho desenvolvido por Arlene Renk (1990).

1860, como consta em Folador (1991), pelo comerciante Frederico Mascarenhas Camello quando transportou 600 arrobas de erva-mate até São Borja, por meio de barco. Passados dois anos, ele teria exportado 1.500 arrobas.[21] A partir dos primeiros anos do século XX, parte da erva-mate catarinense começou a ser exportada para a Argentina também por terra, via Dionísio Cerqueira.

A exportação da erva-mate catarinense, do início até meados da primeira década do século XX, manteve-se praticamente estável, exceto o ano de 1903, quando o estado exportou mais de cinco mil toneladas, conforme indicado na Tabela 1.

Tabela 1 – Erva-mate exportada pelo estado de Santa Catarina (1901-1905)

Ano	1901	1902	1903	1904	1905
Erva-mate (t)	4.794	4.648	5.157	4.495	4.630
Valor recebido (contos de réis)	2.027	2.116	1.622	1.855	2.146

Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em IBGE - Séries Estatísticas Retroativas (1986)

Em relação à exportação do produto em outros estados brasileiros, nesse período, Santa Catarina somente ficou atrás do estado do Mato Grosso. Contudo, em relação ao valor total recebido (13.595 contos de réis) com a exportação de erva-mate pelo Brasil no ano de 1903, por exemplo, Santa Catarina representou apenas 12%.

A renda que o país obtinha, naquele período, com a exportação de erva-mate significava mais do que a arrecadada com a exportação de produtos como o cacau, o diamante ou o ouro, tamanha era sua importância. Já para Santa Catarina, era a principal fonte de arrecadação de impostos.

Aos poucos, após a primeira metade da década de 1910, a queda do preço da erva-mate exportada foi atribuída à concorrência entre exportadores (estados do Paraná e do Rio Grande do Sul e Paraguai) e à pouca possibilidade de ampliação do mercado importador, no caso, formado por Chile, Argentina e Uruguai.

[21] A arroba é uma unidade de medida de peso de produtos agropecuários, equivalente a 15 kg, ainda utilizada no Brasil, no caso, equivalente a 22 mil quilos.

Tabela 2 – Valor (contos de réis) da produção catarinense 1903

Produtos	derivados de suínos	manteiga	açúcar	feijão	farinha de mandioca
Valor	789	785	698	351	313

Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em Machado (2004, p.156, nota 23)

Na mesma época, já havia iniciado o comércio de outros produtos alimentícios de Santa Catarina para o mercado interno brasileiro, como exposto na Tabela 2.

No entanto, pode-se observar que os valores obtidos com os outros produtos catarinenses são relativamente menores do que o valor obtido com a erva-mate exportada pelo estado de Santa Catarina no ano de 1903. Enquanto a erva-mate representou 1.428 de contos de réis na arrecadação do estado, os produtos suínos renderam apenas 789 contos de réis. Ou seja, apesar de haver um declínio no preço de exportação da erva-mate, a sua produção ainda era bastante significativa para o estado nas primeiras décadas do século XX, sendo ainda o produto catarinense de maior aceitação no mercado platino.

Assim, verifica-se a boa representatividade da erva-mate dentre os produtos exportados pelo estado catarinense, uma vez que, no ano de 1919, correspondeu a 27,8% do total exportado, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 – Participação da erva-mate na exportação geral de Santa Catarina (1914-1919)

Ano	1914	1915	1916	1917	1918	1919
% sobre o valor em contos de réis	13,0	6,8	9,8	20,0	14,0	27,8

Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em BOSSLE (1988).

Uma das formas de extração da erva-mate existente em terras devolutas de Santa Catarina era o arrendamento destas a particulares, concedido pelo governo estadual. Nesse sentido, ainda no ano de 1919, um desses contratos foi assinado com José Rupp, arrendamento dos ervais existentes no município de Chapecó. Nele o contratante assumia o compromisso de exportar no mínimo 50 mil arrobas/ano. Os ervais

arrendados por Rupp localizavam-se próximos ao rio Peperi-Guaçu.[22]

Com os arrendamentos dos ervais a particulares, a exploração começou a ser mais intensiva. No ano de 1930, Santa Catarina produziu 26 mil toneladas de erva-mate e, em 1935, produziu 16 mil toneladas e exportou 13 mil toneladas, representando 8% do total de produtos exportados em contos de réis. Nesse ano, a madeira e a banha já superavam o valor da erva-mate na exportação, no entanto, ainda era superior ao valor exportado dos produtos têxteis e carvão (INE, 1936; BOSSLE, 1988).

A produção de erva-mate em Santa Catarina, contudo, não foi abandonada. Ainda no ano de 1945, o estado produziu 13,7 toneladas do produto e, em 1991, produziu 109 mil toneladas, representando 52 % da produção total do país (IBGE, 1996). Nesse mesmo ano, a produção de erva-mate no Oeste catarinense significou 29% do total produzido no estado. Já no ano de 2002, o Brasil produziu 229 mil toneladas de erva-mate e Santa Catarina foi responsável por 22% dessa produção, um decréscimo considerável se comparado com o início da década anterior (ICEPA/SC, 2004).

Apesar da redução gradativa da produção catarinense, o estado continua sendo o segundo maior produtor de erva-mate nativa do país, com 18% da produção nacional, perdendo apenas para o estado do Paraná que lidera a produção, fornecendo 67,3% de todo o produto ofertado. A produção de erva-mate em Santa Catarina distribui-se por 103 municípios, e as maiores concentrações são verificadas na região do Planalto Norte (PEREIRA, 2003).

Foi esse meio político, econômico e social que caracterizou o início da ocupação do Oeste do estado de Santa Catarina. Pode-se inferir que, economicamente, os primeiros anos do século XX não proporcionaram um acúmulo capaz de gerar um desenvolvimento regular, pois a circulação de capital não era tão expressiva e, em determinadas áreas, era mesmo insignificante (BAVARESCO, 2003). No

[22] Maiores detalhamentos sobre arrendamento de ervais entre José Rupp e Governo do Estado de Santa Catarina encontram-se na cópia do próprio contrato datado de 10 de janeiro de 1919. O material encontra-se nos anexos de Werlang (1992).

extremo Oeste do estado, por exemplo, a comercialização de gado estava associada à necessidade de aquisição de alguns produtos, principalmente, alimentícios, muitas vezes encontrados com maior facilidade na Argentina. Desse modo, o comércio local proporcionava uma transferência de capital para o país vizinho.

E o que seguiria na história da formação do Oeste catarinense mudaria o curso e o percurso dos tropeiros, da economia e da vida das pessoas da região. Nos primeiros anos desse século (XX), foi iniciado um processo de ocupação mais intensiva da região, o que ocorreu a partir da chegada das empresas colonizadoras. Não obstante, a origem da construção desse espaço guarda, ainda, a história de uma estrada de ferro — a Ferrovia do Contestado, cuja construção possibilitou muitas mudanças, inclusive alterações econômicas.

2.1.2 Dos tropeiros à ferrovia

As primeiras décadas do século XX marcaram definitivamente o futuro de Santa Catarina.[23] O transporte de mercadorias no Sul do Brasil, até então feito pelas mulas nos caminhos dos tropeiros, começa a ser substituído por outros meios de transporte, dentre eles, o trem. A área entre os rios Iguaçu e Uruguai até a fronteira com a Argentina havia sido considerada como passível de apropriação privada. A definição dos limites entre Paraná e Santa Catarina cujo início data de 1853, vinha sendo protelada, em função dos interesses das elites regionais, e a administração das terras devolutas estava a cargo dos Estados, conforme a Constituição de 1891.[24] A área em litígio entre os dois estados era constituída pelas terras localizadas entre os rios do

[23] A história do estado de Santa Catarina é versada por diferentes autores como Cabral (1983); Piazza (1982; 1983).

[24] O termo "terras devolutas" significa "devolvidas ao senhor de origem, à Coroa". Originou-se a partir do Sistema de Sesmarias implantado no Brasil pela Coroa Portuguesa, mas foi criado em Portugal, nos fins do século XIV, para solucionar uma crise de abastecimento. O objetivo básico da legislação era acabar com a ociosidade das terras, obrigando ao cultivo sob pena de perda do domínio. Quem não cultivasse nem desse em arrendamento suas terras perdia o direito a elas, e as terras devolutas eram distribuídas a outros para que as lavrassem e aproveitassem, respeitando, assim, o interesse coletivo (SILVA, L. 1996, p. 37).

Peixe e Pereri-Guaçu (como limite Leste e Oeste, respectivamente) e entre os rios Uruguai e Iguaçu (delimitando as fronteiras Sul e Norte, respectivamente).

Cabe lembrar que essa área foi reivindicada pela Argentina durante quase todo o século XIX, como parte de sua província de Missiones, tendo como limite a Leste os rios Chapecó e Chopim. A chamada, "Questão das Missões" ou também "Questão de Palmas" ocorreu em uma área correspondente a 30.620 km^2. Possuía cerca de cinco mil habitantes, segundo recenseamento de 1890. Para fins governamentais e de colonização, a área era considerada um "grande vazio demográfico" o que instigava, ainda mais, a ambição de alguns privilegiados em obter títulos de propriedade de terras.

A controvérsia entre os países surge a partir da designação de dois rios limítrofes. O Brasil tinha como fronteira ocidental o rio Peperiguaçu e seu afluente Santo Antônio. Já os argentinos reivindicavam o estabelecimento da fronteira sobre outros dois rios a cerca de cem quilômetros a Leste; rios denominados pelos argentinos de Pequirí-Guazú e San Antonio-Iguazú e pelos brasileiros de Chapecó e Chopim, respectivamente.

O acordo entre Brasil e Argentina foi fundado em dois documentos da época colônia: um Mapa das Cortes de 1749 e o texto integral das instruções complementares dadas em 1758 aos comissários encarregados de demarcar os limites do tratado de 1750. Esses documentos permitiram confirmar a real posição do Rio Peperiguaçu (DROULERS, 2001).

Todavia, um acordo efetivo sobre os limites entre o Brasil e a Argentina somente ocorreria no ano de 1895, por intermédio do presidente dos Estados Unidos, Grover Stephen Cleveland, quando a posse brasileira passou a ser reconhecida internacionalmente. Na ocasião, o representante do Estado brasileiro foi o Barão do Rio Branco que era Ministro do Exterior (QUEIROZ, 1967; MACHADO, 2004). Entretanto, a memória coletiva local estará marcada pelo episódio dessa contestação territorial, e um "movimento que ocorre entre 1912 e 1916

leva o nome de Guerra do Contestado", conforme Droulers (2001, p. 137).

Todo o processo de passagem de terras de um país para outro (Brasil e Argentina), de um estado para outro (Paraná e Santa Catarina) e, ainda, do patrimônio público para o privado, provocou diversa e intensa transformação de um espaço regional, atualmente conhecido como Mesorregião Oeste catarinense.

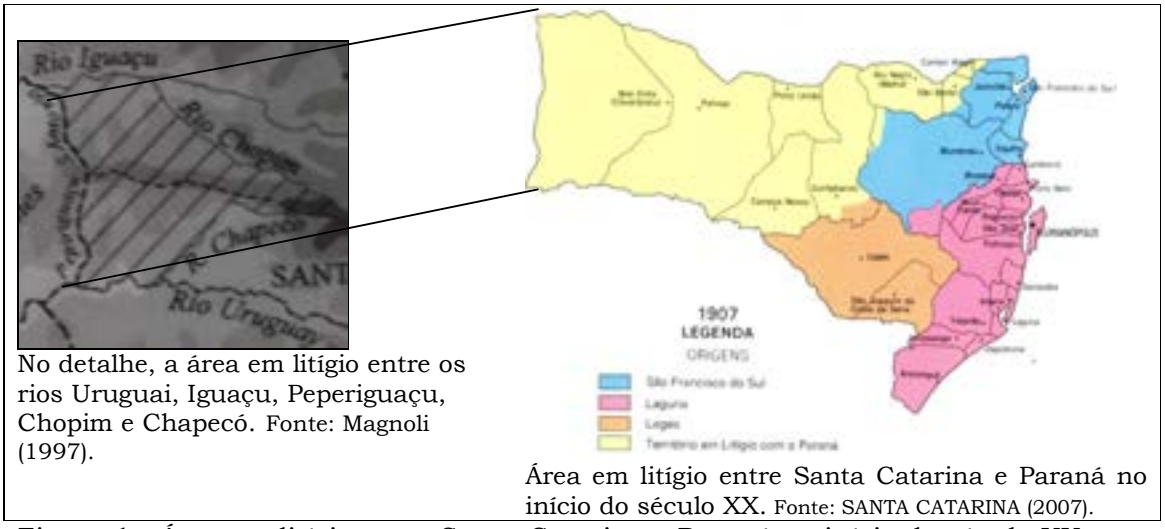
No ano de 1859, o Governo Imperial brasileiro criou a Colônia Militar de Xanxerê e a Colônia Militar de Chopim. Além do objetivo de defender a fronteira, como segurança nacional, as colônias militares visavam proteger os habitantes dos Campos de Palmas, Erê, Xagu e Guarapuava contra ataques indígenas, com auxílio da catequese e "civilização".

Essa decisão pode ser considerada como um primeiro projeto de administração para aquela área do Estado de Santa Catarina. A implantação da Colônia Militar de Xanxerê, no município de Chapecó, apesar de não apresentar grande porcentagem no aumento populacional em sua jurisdição, viabilizou o início da ocupação deste, implantando as bases definitivas do povoado onde ficou sediada (atual município de Xanxerê).[25] O Governo argentino, contudo, reclamou contra a criação de tais colônias militares, alegando que as terras estavam em litígio, prorrogando, dessa forma, a instalação dessas colônias para o ano de 1882.

O município paranaense de Palmas contava ainda em 1890, entre outros, com os distritos de Passo do Carneiro (mais tarde, Passo Bormann), Campo Erê, Xanxerê e Chapecozinho. Todos esses formavam o território de Chapecó e passariam para a jurisdição do Estado de Santa Catarina assim que houvesse o acordo de limites, o que

[25] A Colônia Militar de Xanxerê, por vezes, é encontrada com o nome de Colônia Militar do Chapecó por pertencer, pós-1917, ao município de Chapecó. A sua instalação possibilitou algumas marcas em nível regional, como a construção de quartel, casa para moradores, doação de terras e material de trabalho (supõe-se na lavoura), cuidados da saúde pública, criação de escolas, além de edição do primeiro jornal regional "O Xanxerê" (Bellani, 1991, p. 19).

aconteceria três décadas mais tarde.[26] No mesmo processo de constituição dos referidos municípios, couberam, ao município de Chapecó, os seguintes distritos: Passo Bormann, Xanxerê, Campo Erê e Barracão (mudado para Dionísio Cerqueira em 1938).[27]



No detalhe, a área em litígio entre os rios Uruguai, Iguaçu, Peperiguaçu, Chopim e Chapecó. Fonte: Magnoli (1997).

Área em litígio entre Santa Catarina e Paraná no início do século XX. Fonte: SANTA CATARINA (2007).

Figura 1 - Área em litígio entre Santa Catarina e Paraná no início do século XX

O distrito de Xanxerê havia sido sede da colônia militar com o mesmo nome e teve como diretor o Marechal do Exército Brasileiro, José Bernardino Bormann, na época ainda capitão. Foi em sua homenagem que Passo do Carneiro foi renomeado Passo Bormann (IBGE, 1959). A área em litígio com o Paraná abrangia toda a que ia do Planalto e Norte catarinense até a fronteira com a Argentina, como se pode observar na Figura 1.

Contudo, foi no ano de 1903 que a comissão demarcatória Brasil-Argentina, encarregada de fazer as medições e o balizamento na fronteira com a Argentina, concluiu seus trabalhos. Um dos encarregados de chefiar a comissão brasileira, Dionísio Cerqueira, propôs a fundação de uma vila para servir de embaraço à influência

[26] Um acordo que definia os limites entre os dois Estados somente seria assinado em 1916. Em decorrência desse acordo houve a criação de novos municípios como Boa Vista e Palmas. Destes, seriam formados Cruzeiro (Joaçaba) e Xapecó (Chapecó) em 1917.

[27] Ocorre uma divergência entre as obras que citam a existência dos distritos de Chapecó em 1917. O IBGE (1956) indica Passo Bormann, Xanxerê, São Domingos (mais tarde chamado Abelardo Luz), Campo Erê e Barracão. Já Folador (1991, p. 80) aponta os distritos de Xanxerê, Passo das Flores (primeiro nome de Abelardo Luz), Barracão (depois mudado para Dionísio Cerqueira) e Campo Erê.

castelhana nessa divisa. A vila foi então criada e levou o nome de seu idealizador (FOLADOR, 1991).

Nesse mesmo tempo, já tramitava o projeto da construção de uma estrada de ferro que ligasse o estado de São Paulo ao do Rio Grande do Sul. No projeto do trecho catarinense, a ferrovia seguiria costeando o Rio do Peixe, no Meio-Oeste do estado. Um possível acesso à estrada de ferro fez aumentar, consideravelmente, o valor econômico da região atendida por essa via de transporte. Com isso, renasceram os interesses do Estado de Santa Catarina em resolver a questão dos limites com o estado do Paraná e, em 1901, o governo catarinense dava entrada do pedido no Supremo Tribunal Federal. No ano de 1904, o Estado catarinense obteve ganho de causa quando o Supremo Tribunal Federal reconheceu como catarinense toda a área em questão.

Essa decisão, entretanto, não foi posta em prática, pois o Paraná não a reconheceu, continuando a administrar o território em litígio e procurando colonizá-lo. A partir daí, e com o impulso da construção da ferrovia, foram sendo fundadas diversas povoações em ambas as margens do Rio do Peixe; as da margem direita pertenciam ao Paraná e as da esquerda, a Santa Catarina.

Ao mesmo tempo, o governo republicano não tinha recursos financeiros para construir uma estrada de ferro e, por isso, concedeu vantagens aos investidores nacionais e estrangeiros. A concessão de terras feita pelo governo aos investidores como pagamento pela construção da estrada de ferro, no entanto, não asseguraria qualquer tipo de benefício à população habitante das terras no trecho concedido às companhias.

Os desdobramentos do projeto de modernidade que ocorriam mundo afora estavam assim chegando ao estado catarinense por meio de uma estrada de ferro. Nos primeiros anos do século XX, num cenário de busca do “progresso” e de disputas na delimitação da fronteira entre Paraná e Santa Catarina, é iniciada a construção da Estrada de ferro São Paulo-Rio Grande em terras catarinenses. A ferrovia foi projetada ainda no ano de 1887 para ligar as províncias de São Paulo, Paraná,

Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pelo interior, possibilitando, assim, a conexão da capital Federal (Rio de Janeiro) às regiões fronteiriças do Brasil com a Argentina e o Uruguai.

As ferrovias possibilitaram novas formas de reprodução do capital por meio da articulação dos lugares de produção de mercadorias e serviços por onde passavam. Desse modo, a chegada do trem a vapor em Santa Catarina simbolizava o moderno. Contudo, o processo de sua implantação também implicou a geração de conflitos entre os agentes sociais que chegavam e os já existentes, tendo como sua maior expressão "[...] a guerra sertaneja do Contestado" (SANTOS, S. C., 2000).[28]

A existência de uma ferrovia que ligasse os maiores centos urbanos (São Paulo e Rio de Janeiro) do Sudeste ao extremo Sul do país possibilitaria, ainda, maior rapidez no transporte, especialmente de produtos agropecuários do Rio Grande do Sul até o Sudeste, e de erva-mate e madeira do Paraná e de Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul. A melhoria nas condições de transporte, particularmente a existência da estrada de ferro, possibilitou um impulso econômico ao vale do Rio do Peixe. E, com isso, foi acelerado o processo de colonização e reorganização dessa área por pequenos produtores migrantes vindos especialmente do Rio Grande do Sul, como exprime Waibel (1979, p. 295):

> [...] a estrada de ferro atraiu grande número de colonos descendentes de alemães e italianos do Estado do Rio Grande do Sul, facultado-lhes ainda a possibilidade de exportar seus produtos principalmente, porcos e alfafa [...] O Oeste de Santa Catarina não foi desbravado a partir do litoral, mas por povoadores que vieram do Sul e que exportam os seus produtos para um mercado localizado a grande distância, mais ao Norte.

O trecho da estrada de ferro construído em Santa Catarina atravessaria o meio-Oeste entre os rios Iguaçu (ao Norte) e Uruguai (ao Sul), margeando o rio do Peixe em aproximadamente 75% de sua extensão. Por conseguinte, a ferrovia estaria cortando a região

[28] A Guerra do Contestado é tema de diversos outros autores, como Auras (1984).

conhecida como “Contestado”, objeto de disputa de seus limites entre Paraná e Santa Catarina (THOMÉ, 1980).

Para levantar o capital necessário à construção da ferrovia, com investidores europeus, em 1890, o engenheiro responsável pela elaboração do seu projeto, João Teixeira Soares, criou a *Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens*. Após passar para a Companhia União Industrial dos Estados do Brasil, no ano de 1894, a concessão foi transferida para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG). Esta, no ano de 1908, passou a integrar o holding *Brazil Railway Company*, administrada pelo empreendedor norte-americano Percival Farquhar.

Conforme Santos S. C. (2000), a *Brazil Railway Co.* detinha também outras concessões no Brasil e em outros países da América do Sul. Além da extração de madeira, investia na indústria de papel, frigoríficos e em companhias colonizadoras, formando um conglomerado. As referidas empresas desenvolveram um cuidadoso processo de cooptação de lideranças políticas dos estados de Santa Catarina e Paraná para evitar embargos legais e obter facilidades administrativas na realização de seus empreendimentos (MACHADO, 2004).

O trecho catarinense, entre os rios Iguaçu e Uruguai, foi construído em dois anos, de 1908 a 1910. O primeiro deles, entre Porto União e Taquaral Liso (passando pelos atuais Matos Costa e Calmon), foi inaugurado no ano de 1909 pelo Presidente da República, Affonso Augusto Moreira Penna. Em cumprimento do contrato estabelecido com o Governo Imperial e, posteriormente, com o Governo da República, a Cia. EFSPRG recebeu como pagamento uma série de concessões de terras numa faixa de 15 km de cada lado da ferrovia. Por isso, constituiu uma subsidiária, a *Brazil Development & Colonization Company*, para promover o loteamento e a colonização das terras marginais aos trilhos.

De acordo com Thomé (1980), a empresa recebeu do governo mais de 15 mil km^2 de terras que deveriam ser vendidas por meio de

colonização. O trecho catarinense era de 6.696 km², equivalente a 114.336 hectares. A definição do traçado da ferrovia e a demarcação das terras foram feitas diretamente pela empresa sem o acompanhamento e/ou contestação do Estado catarinense (MACHADO, 2004).

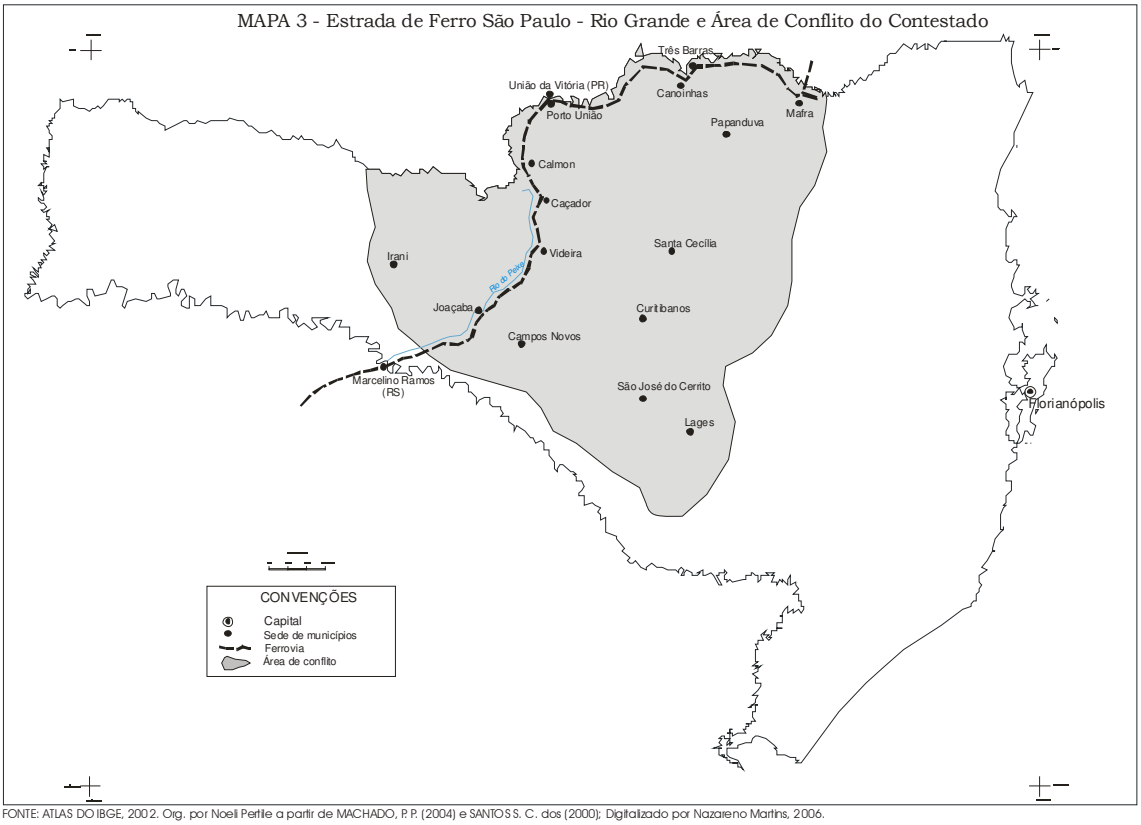
Para a construção da ferrovia, Pimenta (1984, p. 16) assegura que houve incorporação de um "[...] contingente humano marginal, arregimentado em presídios ou entre diferentes espécies de desempregados". No entanto, a autora não indica a procedência dessa força de trabalho utilizada na construção da estrada de ferro, nem mesmo os supostos presídios de onde teria vindo esse "contingente humano marginal". Diferentemente da afirmação de Pimenta (1984), Machado (2004, p. 338) esclarece que, para a construção da ferrovia "houve emprego maciço de habitantes da região [...]" e que esta população ficou sem emprego e/ou sem ter para onde ir após a construção da ferrovia, já que muitas das terras anteriormente ocupadas haviam sido repassadas para a *Brazil Railway*. Além disso, no que se refere aos conflitos do Contestado, o autor salienta não haver, entre as lideranças rebeldes, pessoas deportadas de outras regiões.

Paralelamente às atividades da ferrovia, esse holding criou a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, em Três Barras, para a exploração da madeira de Araucária no Norte e Nordeste catarinenses. Houve a implantação de duas grandes serrarias às margens da estrada de ferro, assegurando a exploração da madeira existente na região.

No intuito de extrair a maior quantidade de madeira possível e depois vender os terrenos para os colonos, a empresa passa a empreender ações que resultam na expulsão da população de posseiros que ocupava a área desde antes da concessão da exploração da terra pela empresa concessionária. Com a retirada da madeira, ocorreram também muitos prejuízos para os exploradores da erva-mate, sobretudo para os caboclos. No momento em que as árvores maiores eram cortadas e caíam ou eram arrastados sobre os ervais, ocorria a destruição tanto dos ervais, quanto das matas nativas. Isso significava

uma maior limitação nas condições de sobrevivência da população local cabocla que dependia da mata, como na caça de animais.[29]

MAPA 3 - Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande e Área de Conflito do Contestado



FONTE: ATLAS DO IBGE, 2002. Org. por Noeli Pertile a partir de MACHADO, P.P. (2004) e SANTOS S. C. dos (2000); Digitalizado por Nazareno Martins, 2006.

Não obstante, para obter a posse da terra ocupada pelos caboclos posseiros e até proprietários, a empresa utilizava a força armada da polícia paranaense. Na região (Mapa 3), conforme explica Machado (2004, p. 152), "[...] além do impacto econômico, houve o impacto ambiental e, como resultado do processo de grilagem, um verdadeiro processo de exclusão étnica". A implantação do transporte ferroviário representou, ainda, segundo o mesmo autor, a decadência do comércio do pequeno excedente agropecuário produzido localmente (feijão, milho, suínos, erva-mate, etc.) associado ao caminho das tropas, causando, com isso, uma significativa depressão econômica na região.

Se não bastasse a baixa do preço da erva-mate e a decadência do caminho das tropas na região, a partir de 1911, a Cia. EFSPRG passou a expulsar de seus domínios todas as pessoas que não possuíam títulos

[29] Quem não possuía terras para instalar-se como fazendeiro ou era despedido dos latifúndios improdutivos, adentrava as matas, nos lugares mais distantes e vivia da pequena roça e da caça (SILVA, E. L., 1978).

de propriedade das terras que ocupavam. Um outro fato que contribuiu sobremaneira para a reorganização regional nas proximidades da ferrovia, foi a súbita liberação de força de trabalho após a conclusão de sua construção, conforme explica Machado (2001).

A penetração de novas linhas de estradas de ferro, a concentração da propriedade fundiária e um ambiente de insegurança proporcionarão difíceis condições de trabalho às populações rurais. As transformações ocorridas nesse meio, a partir das rápidas evoluções trazidas pelo trem, fizeram com que a população se sentisse ameaçada o que a fez não hesitar em "pegar suas armas". Além disso, a rivalidade entre os governos do Paraná e Santa Catarina pelo controle das áreas anteriormente contestadas sobre suas fronteiras ocidentais reativou os conflitos internos entre os políticos locais pela aquisição de terras e complexifica ainda mais a situação fundiária (DROULERS, 2001, p. 170).

Outro elemento que se pode acrescentar como componente da Guerra do Contestado, é a crença da população cabocla em um Monge chamado João Maria[30]. Em um período e espaço onde a população se encontrava à mercê dos governos, alguém que desse o mínimo de atenção à essas pessoas como um monge, ou curandeiro acabava conquistando sua confiança. Aguçando ainda mais a crença da população do contestado, em 1912 surgiu o curandeiro José Maria, na cidade de Curitibanos e logo foi associado ao "famoso" monge João Maria. Tal curandeiro, ao ser convidado para uma festa, atraiu grande número de doentes e a aglomeração foi aumentando no final do evento. O prefeito de Curitibanos desconfiou que ele estivesse a serviço de seu adversário político e chamou a polícia de Florianópolis para dispersar os

[30] O Monge, como era chamado João Maria de Agostinho, ou também São João Maria, dedicava-se a convencer as populações sertanejas de que deveriam erguer cruzes em certos locais, usar fontes especiais de águas curativas, entre outras pregações. De acordo com Machado (2004), João Maria teria sido visto pela última vez em 1870, mas os relatos das suas aparições são mais recentes, de 1938, 1954 e 1961. No entanto ainda é comum na atualidade encontrar quem fale ou acredite nas profecias do monge e guarde consigo uma foto ou figura de João Maria. Além disso, especialmente pessoas mais idosas, não hesitam em falar sobre suas visitas às "Aguinhas de São João Maria" no município de Campo Erê (Relatos de entrevistados em São Bernardino, Campo Erê, Saltinho, Santa Teresinha do Progresso, por Noeli Pertile, 2006).

sertanejos, acusando-os de fanáticos e monarquistas. Ao ser expulso, o curandeiro foi seguido por um grupo de sertanejos até Irani, no centro do Contestado, região administrada pelo Paraná (MACHADO, 2004). O resultado disso foi acentuar ainda mais os conflitos já existentes entre os dois estados.

Considerando o exposto, é possível pensar que não faltaram motivos que pudessem ser suficientes para desencadear a Guerra do Contestado. De acordo com Santos S. C. (2000), oito mil operários foram desmobilizados após a construção da ferrovia e, com outra parte da população espoliada, constituíram a base social da Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912 e 1916, na região de Irani. O autor aponta para o número de vinte mil as pessoas envolvidas nos combates, sendo que milhares delas foram mortas.

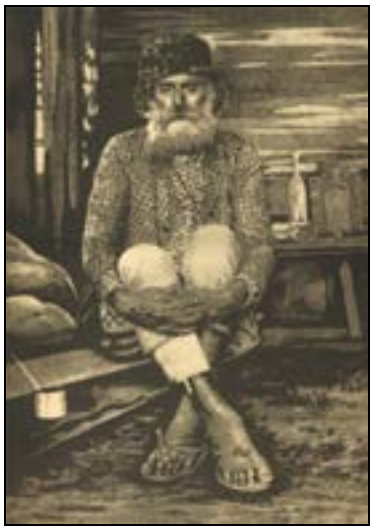


FOTO 2 – Monge João Maria.
O "verdadeiro monge" João Maria, proclamado santo profeta pelos caboclos da Guerra do Contestado. Fonte: ALCA (2007).

Se de um lado, a ferrovia trouxe possibilidades de desenvolvimento – tornando-se ela própria o símbolo do progresso – de outro, foi portadora de morte para milhares de homens. A construção da ferrovia São Paulo–Rio Grande significou uma penetração imperialista sem precedentes no Paraná e em Santa Catarina, que utilizou grandes quantidades de terras e provocou um dos maiores conflitos sociais no Sul do Brasil, a guerra sertaneja do Contestado (ARIAS NETO, 1997).

FOTO 3 – Caboclos do Contestado. Grupo de caboclos combatentes da Guerra do Contestado, vendo-se à esquerda as chamadas "Virgens do Monge João Maria", monge do qual os caboclos eram devotos.[31] Fonte: Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina.

Desse modo, considera-se que esses agentes que primeiramente atuaram na transformação do espaço Oeste do estado catarinense contribuíram de diferentes formas para a construção do que se chamou inicialmente de “rastros”. A construção desse espaço esteve associada aos caminhos por onde passavam primeiro os tropeiros, depois, a ferrovia e as rodovias. Tanto uma quanto a outra seguiu, em partes, os caminhos dos tropeiros, mas sempre com novas significações e transformações econômicas.

2.2 Da colonização e da ocupação efetiva do espaço: o papel das empresas colonizadoras

A Ferrovia do Contestado tornou-se, assim, a razão de dois importantes acontecimentos: do ponto de vista social, uma tragédia, especialmente para a população cabocla; do ponto de vista econômico, uma conquista, um meio de escoar a produção, permitindo fluidez no

[31] Maria Rosa, uma das "virgens", que se vestia de branco e montava um cavalo branco. Era líder espiritual de um reduto sertanejo no planalto catarinense chamado Caraguatá, palco de um dos combates mais ferozes da Guerra do Contestado. Monge João Maria, ou São João Maria, como foi santificado pela população cabocla do Contestado. Pelo menos dois indivíduos assumiram o papel de João Maria na região: o primeiro a perambular por lá foi um italiano, João Maria de Agostinho, por volta de 1849. Dizendo-se um penitente, andava de Santa Maria (RS) a Sorocaba (SP). Dedicava-se a convencer as populações sertanejas de que deveriam erguer cruzes em certos locais (normalmente 14, o número de estações da Via Sacra de Cristo), usar fontes especiais de águas curativas, não comer carne aos sábados e guardar uma vida de respeito e penitência. Identificado pela falta de dois dedos na mão direita, nunca mais foi visto depois de 1870. Apesar dos relatos da existência de outros monges em épocas distintas, para a população crente do planalto, só existiu um. Relatam aparições suas em 1938, 1954 e 1961 e acreditam que ele ainda vive "encantado" no morro do Taió, com mais de 200 anos de idade (MACHADO, 2004).

transporte e comunicação por onde passava.

A existência da ferrovia iniciou outras grandes mudanças. Exemplo disso são as numerosas colônias criadas na sua área de influência. A abertura das colônias possibilitou a ocupação por agricultores que compravam lotes de terras localizados na área de concessão da Cia. EFSPRG, caracterizando uma nova frente agrícola. Assim, nas primeiras décadas do século XX, já ocorria a extração vegetal, da erva-mate e da madeira. Contudo, a extração da madeira decorre principalmente pelo início de colonização da região. Com o processo de colonização, aparecem os colonizadores, os produtores rurais e os pequenos comerciantes como novos agentes a mobilizar as mudanças naquele espaço.

A política de concessão de terras, empreendida pelo Governo catarinense, visou à ocupação do estado até a fronteira com a Argentina e beneficiou as empresas colonizadoras, redirecionando a evolução econômica e a vida sociopolítica da região. Para atender às necessidades regionais de colonização, no caso o Oeste do estado, o governador Felipe Schmidt criou a Agência de Terras, com sede em Cruzeiro, por volta de 1918.[32] Assim como ocorreu no Brasil, em Santa Catarina, também, uma das características da propriedade privada da terra foi sua constituição a partir do patrimônio público.[33]

A ocupação efetiva da área, até a fronteira com a Argentina, no entanto, aconteceria depois da demarcação dos limites entre Santa Catarina e Paraná, o que ocorreu somente em 1916. Nesse ano, os governadores dos estados do Paraná e Santa Catarina, Affonso Alves de Camargo e Felipe Schmidt, respectivamente, assinaram o acordo, tendo como mediador o Presidente da República, Wenceslau Braz Pereira Gomes,[34] efetivado, contudo, somente em 1917.

---

[32] Foi somente no ano de 1943 que o município de Cruzeiro passou a ser denominado Joaçaba. No entanto, ao longo do trabalho, se o nome Joaçaba for citado em datas anteriores ao referido ano, considere-se como sendo o mesmo município.

[33] SILVA L. O. (1996) procura estabelecer quais foram as condições em que se deu o processo de passagem das terras públicas para o domínio privado no Brasil.

[34] Há controvérsias no que diz respeito ao representante paranaense no acordo dos limites com Santa Catarina. Em outro documento, o IBGE (1956, p. 406), atesta ter

Pelo acordo, foi colocado um fim no litígio entre os dois Estados, cabendo ao Paraná 20.300 km² e a Santa Catarina 28.000 km². Desse modo, as terras que estavam sendo ocupadas pelo Paraná a Oeste do Rio do Peixe passaram a pertencer ao Governo catarinense. Com o objetivo de administrar a região, o estado de Santa Catarina criou, ainda em 1917, os municípios de Xapecó (Chapecó), Cruzeiro (Joaçaba), Mafra e Porto União, sob a Lei n. 1.147, de 25 de agosto, conforme destaca Bordignon (1968). Os municípios de Chapecó e Cruzeiro somente iniciaram desmembramentos e emancipações de seus distritos na década de 1930 (FIGURA 2).

FIGURA 2 - Municípios de Chapecó e Cruzeiro do Sul em 1930. Fonte: SANTA CATARINA (2007).

No início do século XX, os municípios de Chapecó e Cruzeiro representavam importantes pontos de passagem dos tropeiros para São Paulo e de remessas de erva-mate e madeira para o Rio Grande do Sul e Argentina. Somando-se a isso, a instalação das sedes desses municípios, com unidades escolares, paróquias e comarcas judiciárias, garantiu a base para continuar a ocupação da região. Esses dois municípios tornaram-se os embriões da ocupação de toda aquela região que formaria, posteriormente, a Mesorregião Oeste catarinense e a nova fronteira agrícola para os migrantes procedentes do Rio Grande do Sul.[35]

---

sido o coronel Carlos Cavalcante e não o governador do Paraná, Affonso A. de Camargo.

[35] Especialmente, a partir de 1950, o Oeste catarinense torna-se extensão da fronteira agrícola do Rio Grande do Sul (SILVA, E. L. 1978). Ocorre, também, a expansão da lavoura de milho, ligada à criação de suínos (ICEPA/SC, 1984). Outros autores enunciam a respeito da fronteira agrícola no Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, a exemplo de Campos (1987).

2.2.1 Efetiva-se a colonização

Passada a fase inicial no processo de ocupação regional do Oeste do estado de Santa Catarina, registra-se um grande e contínuo crescimento da população. Em 1920, Chapecó possuía 11 mil habitantes e Cruzeiro 13 mil, mas para o ano de 1940 o número de habitantes foi 56 vezes superior, como se verificará na Tabela 5. Em parte desse período, no Brasil, é instaurado o Estado Novo do Governo Vargas com a centralização político-administrativa.

Contudo, esse governo repassou aos Estados o encargo de inventariar as terras devolutas para que, então, pudessem ser destinadas à colonização. Esta medida facilitaria "[...] a formação de colônias, quer pela afluência de elementos nacionais, quer pela imigração. A exemplo de outros países, devemos atrair o afluxo de imigrantes, colocando o solo ao alcance de todos que desejem trabalhá-lo", Vargas (1940, p. 70). Nessa direção, havia uma evidente preocupação do governo em ocupar o território brasileiro, inclusive por imigrantes. Ocupação esta feita de forma notável em grande parte do país.

No entanto, mais que ocupar o território brasileiro, o Governo Federal necessitava garantir a ocupação na faixa de fronteira. Para assegurar essa ocupação e as concessões feitas aos governos estaduais e municipais, foi criada a Comissão Especial da Faixa de Fronteira, em 1939, na cidade do Rio de Janeiro (BELLANI, 1991). Em Santa Catarina, havia a Comissão de Demarcação de Terras que atuava nos municípios de Chapecó e de Joaçaba. Em 1924, a demarcação estava sob a responsabilidade de Wenceslau Breves.[36] Na formação da população da área que formaria o Oeste catarinense, ocorreu a predominância de gaúchos, dentro da chamada "colonização do interior". Ou seja, a transferência de excedentes populacionais de certas

[36] Em 1922, Breves foi eleito membro do Conselho Municipal de Chapecó (vereador). Mantendo proximidade com Ernesto Bertaso, tornou-se seu amigo e sócio em alguns empreendimentos no município de Chapecó. Destacou-se nesse município, como liderança política junto com Passos Maia e, em Santa Catarina, em serviços de medições de terras (Bellani, 1991).

regiões para outras que ainda não haviam sido colonizadas.

As terras a serem colonizadas normalmente eram concedidas às empresas em troca da construção de estradas (tanto a ferrovia São Paulo-Rio Grande, quanto estradas de rodagem) que, em muitos casos, beneficiavam as próprias empresas. Como exemplo, pode-se citar o caso da Colonizadora Bertaso, Maia & Cia. que, na década de 1920, obteve uma de suas concessões do governo do Estado de Santa Catarina por haver "aberto" a estrada entre Passo Goyo-En e Passo dos Índios (próximo à atual cidade de Chapecó). Nesse sentido, o processo de colonização da porção Oeste de Santa Catarina chama a atenção por diferentes pontos. Dentre eles, destaca-se: foi responsável pela ocupação das terras do chamado "vazio demográfico"; ocupou, dentro dessa área, a fronteira com a Argentina, garantindo a defesa nacional; e o principal, tornou a venda de terras um grande negócio para as empresas e para o próprio governo.

Algumas empresas receberam a concessão diretamente do governo, como é o caso da *Brazil Development & Colonization Co*, Companhia Colonizadora Oeste catarinense e da Colonizadora Bertaso e Maia.[37] Ao atuar no município de Chapecó, a Colonizadora Bertaso dividia a terra adquirida em lotes medindo 25 hectares cada. A venda desses lotes, considerados pequenos, era mais fácil de ser realizada, uma vez que o tamanho está associado ao respectivo preço. Assim, poderiam ser adquiridos por um número maior de agricultores já habituados a uma vida de poucos recursos. Era o caso de grande parcela das famílias que migraram do Rio Grande do Sul. Nas novas

[37] Em 1918, um ano após a criação dos municípios de Cruzeiro e Chapecó, foi formada uma das primeiras sociedades para colonizar as terras do Oeste catarinense. Ernesto Francisco Bertaso e irmãos, Coronel Manoel dos Passos Maia e Agilberto Maia formaram a Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia., com sede em Passo Fundo (RS). Nesse mesmo ano, a empresa já atua em Santa Catarina; há registros de venda de uma gleba de terras no atual município de Quilombo para uma família de Veranópolis (RS). No ano de 1920, Passos Maia é indicado delegado de polícia do município de Chapecó e, em 1922, a empresa foi transferida para este município catarinense. No ano de 1923, a empresa passou a pertencer somente à família Bertaso, sob a denominação de Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso e, por fim, em 1948, com o nome de Empresa Colonizadora e Industrial Ernesto Francisco Bertaso S.A. (Bellani, 1991; Hass, 2003). Ao longo do texto poderão aparecer as diferentes denominações da empresa, ou ainda, apenas Colonizadora Bertaso.

terras onde as famílias se instalavam, inicialmente era praticada a agricultura de subsistência. Dentre os produtos da pequena propriedade destacavam-se o arroz, feijão, mandioca, milho e trigo, bem como a criação de animais (suínos e aves) nas proximidades da casa.

A forma como foi deflagrado o processo de colonização da região (em sua maioria em pequenos lotes) e a evolução da ocupação com a chegada de um número cada vez maior de migrantes resultaram numa estrutura fundiária tendo por base pequenas propriedades trabalhadas pelos membros da família.[38] A predominância da agricultura familiar, portanto, é o que foi se fortalecendo e criando a estrutura fundiária da região, o que caracteriza hoje o atual hoje o atual Oeste catarinense (ICEPA/SC, 2002).[39]

Como já antecipado, a grande maioria das empresas colonizadoras era procedente do Rio Grande do Sul. A aplicação do capital financeiro pelos empresários gaúchos em companhias colonizadoras com atuação em Santa Catarina deve-se ao fato de vislumbrarem fabulosos lucros nesse empreendimento, tanto na comercialização das madeiras, quanto na das terras, mesmo mantendo a sede da empresa na cidade de origem. No entanto, os empresários que as constituíam, poucos eram do setor e, por isso, poucos tinham experiência em colonização. Em função disso, buscavam apoio com pessoas experientes nesta atividade, como foi o caso da Cia. Sul Brasil que contratou o alemão Carlos Culmey para dirigir a colonização de

---

[38] A definição de pequena propriedade está fundamentada em INCRA/SC (2002). Considera-se pequena propriedade os estabelecimentos rurais com áreas inferiores a quatro módulos fiscais. A propriedade rural é considerada grande quando possui uma área superior a 15 módulos fiscais. Um módulo fiscal é fixado para cada município, considerando, por exemplo, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante, outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada. Na mesorregião Oeste, a exemplo do município de Quilombo, o módulo fiscal equivale a 18 hectares de terra. Sendo assim, uma grande propriedade necessita possuir mais de 270 ha (INCRA, 2002).

[39] Entende-se aqui por agricultura familiar aquela em que os trabalhos são realizados predominantemente pelo produtor rural e seus familiares, com vistas a produzir alimentos, obter renda, melhorar a qualidade de vida, dentre outros (PERTILE, 2004); a respeito de agricultura familiar, cita-se Lamarche (1993); Altmann (1997) e Silva, J. G. (1999).

suas terras.[40]

O repasse de concessões e obrigações da *Brazil Development Colonization Co.* para outras empresas colonizadoras foi a maneira encontrada pela referida companhia para colonizar as terras do Oeste de Santa Catarina até por volta de 1945, conforme se comprometera com o Governo do Estado. Cabe ressaltar que parte das terras próximas à ferrovia pertencia a proprietários com titulação dos terrenos e, por isso, a empresa recebeu em troca outras concessões no extremo Oeste do estado catarinense (QUEIROZ, 1967).

A referida companhia recebeu extensas áreas de terras do Estado catarinense que foram sendo revendidas diretamente para pessoas físicas ou para outras empresas. Exemplo disso, em 1945, foi a venda de mais de 33 mil hectares de terras reunidos em uma só área para nove proprietários particulares. Assim, se a área fosse dividida por igual, cada um dos proprietários obteve mais de três mil hectares, uma grande extensão, considerando o período e a região. Outro exemplo foi o surgimento das empresas Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Ltda., a Empresa Colonizadora Chapecó-Pepery Ltda., a Volksverein e a Barth-Benetti e Cia. que adquiriram milhares de hectares diretamente da concessionária da ferrovia. (QUADRO 1).[41]

---

[40] Carlos Culmey, responsável pela colonização da Cia. Sul Brasil entre 1924 e 1939, veio para o Brasil em 1901 com 23 anos de idade. Nesse período, a empresa também trouxe seis agrimensores da Alemanha. O trabalho destes possibilitou à empresa a confecção de mapas com os respectivos lotes, tamanho da área, localização e devida numeração. Evitando assim problemas com a venda do mesmo lote a mais de uma pessoa. Estes agrimensores delimitaram áreas que iam desde o rio Uruguai até a divisa com Paraná, no município de Campo Erê (Werlang, 1992). E, de acordo com Trindade (2000), esses agrimensores alemães também demarcaram terras para a empresa Bertaso, a exemplo do atual município de Quilombo.

[41] A Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense foi criada em 1920, com sede em Porto Alegre, por José Rupp, Fidêncio de Souza Mello Filho e os então deputados catarinenses Henrique Rupp Junior e Abelardo Luz (WERLANG, 1992).

QUADRO 1 - Principais áreas de terras concedidas, adquiridas e/ou registradas no atual Oeste catarinense (empresas ou pessoas físicas)

Data	Local	transmitente	adquirente	área total (ha)	n. de áreas
1924	Diversas áreas no Oeste	Estado de Santa Catarina	Brazil Development Colonization Co.	848.013	3
1924	Entre os rios Uruguai, Chapecó e Peperiguaçu	Brazil Development Colonization Co.	Emp. Col. e Madeireira e Chapecó-Pepery Ltda.	325.000	1
1919	Palmitos, Caibi e Riqueza	Estado de Santa Catarina	Emp. Construtora e Col. Oeste Catarinense Ltda	277.275	4
1919 1920	São Carlos, Saudades, Pinhalzinho e Campo Erê	Estado de Santa Catarina	Companhia Territorial Sul Brasil (ex-Oeste Catarinense Ltda)*	262.026	2
1920	Chapecó – S. Lourenço do Oeste, Campo Erê, Quilombo, Coronel Freitas, Xaxim	Estado de Santa Catarina	Emp. Col. e Industrial Ernesto F. Bertaso S/A.	224.925	3
-	Saudade	-	Emp. Col. e Industrial Saudades Ltda	62.266	3
1926	Entre os rios Uruguai e Peperi-Guaçu	Brazil Development Colonization Co.	Sociedade Woksverein (Católicos Teuto Brasileiros, RS)	58.206	4
-	Dionísio Cerqueira e Mondaí	-	Pinho e Terras Ltda	47.292	1
1915	Itá	Estado de Santa Catarina	Emp. Col. Luce, Rosa & Cia Ltda. (Henrique Hacker)	39.542	1
-	-	-	Col. e Madeira Oeste Ltda	34.428	1
1945	Chapecó	Brazil Development Colonization Company e Estados do Paraná e de Santa Catarina	Miguel de Mendonça, Arbelino Nunes de Lara, José Alves de Lara, Arlindo Antunes de Lara, Vicente Antunes de Lara, José Alves Ferreira Soares, Ernesto Rodrigues, Ozorio Policeno de Souza e Laurentina de Lara Rodrigues	33.131	1
1927	Xanxerê	Antônio Simões Cavalheiro	Fidencio de Souza Mello Filho	31.856	11
-	-	-	Col. e Madeira Bandeirantes Ltda	29.009	1
-	Campo Erê	-	Madeireira Iguassu Ltda.	29.200	3
-	-	-	Pinho e Terras Ltda	17.488	1

Continua

Continuação

-	Ponte Serrada	-	Firma Angelo de Carli, Irmãos & Cia	15.408	1
-	-	-	Firma Comercial Marafon & Irmãos	13.310	1
1948	Xanxerê	Ida de Menezes de Mello	Emp. Col. e Madeireira Xanxerê (Pedro Bortoluzzi, RS)	10.415	24
1924	Seara	-	Emp. Col. Rio Branco Ltda, Nardi, Rizzo & Simon	8.258	1
-	-	-	Demosthenes Bornhausen	4.339	1
1954	Campo Erê	Madeireira Iguassu Ltda	Imobiliária Princesa Ltda – Santo Cristo	2.904	1
-	São Miguel do Oeste	-	Col. Tegoni Ltda.	2.627	1
1964	Águas de Chapecó	Instituto de Reforma Agrária do Estado de Santa Catarina	Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó	2.488	1
-	Faxinal dos Guedes	-	Migliorini, Grando & Cia Ltda	2.420	1
-	Dionísio Cerqueira	-	Madeireira Santo Antônio Ltda.	2.391	1
-	Xaxim	-	Madeireira André Lunardi Ltda.	1.912	1
-	Palma Sola	-	Madeireira Esperança Ltda.	1.810	2
-	-	-	Severino Trentin e Giocondo Trentin	1.576	1
-	Chapecó	-	Severino Pandolfo	1.452	1
1948	Chapecó	-	Instituto Nacional do Pinho**	1.290	-
1949	Xanxerê	Estado de Santa Catarina	Prefeitura Municipal de Chapecó	1.119	1
-	-	-	Madeireira Santo Antônio Ltda.	1.058	1
-	-	-	Serrapinho Ltda	820	1
-	-	-	Emp. Iguassu Ltda.	435	2
1949	Águas de Chapecó	Estado de Santa Catarina	Prefeitura Municipal de Chapecó	305	1
1949	Caxambu do Sul	Estado de Santa Catarina	Prefeitura Municipal de Chapecó	240	1
-	Xaxim	-	Emp. Col. Irmãos Lunardi Ltda	136	1
1940	São Miguel do Oeste	Brazil Development Colonization Co.	Barth, Benetti e Cia. Ltda	-	-
-	Joaçaba, Concórdia, Capinzal e Piratuba	-	Col. Campelli; Col. Brun; Soc. Territorial Sul Brasileira H. Hacker & Cia. (1916)***	-	-
-	Seara	-	Col. Nardi, Rizzo, Simon e Cia.	-	-
-	Nova Petrópolis	-	Cia. Moserle de Colonização.	-	-
-	Tangará	-	Col. Piccoli & Canduro e Col. Alberto Schmidt	-	-

Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em IBGE (1956); IBGE (1959); Queiroz (1967); Bellani (1991); Folador (1991); Werlang (1992); Ofício Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó (2005).

*A Cia. Territorial Sul Brasil adquiriu a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Ltda. em 1925.

** O Instituto Nacional do Pinho foi criado no Governo Vargas, no ano de 1941 (INSTITUTO NACIONAL DO PINHO, 1941). Foi, posteriormente, substituído pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), depois passou para Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no ano de 1989 (LEÃO, 2000).

***Essa empresa mudou de nome por duas vezes; primeiro, em 1923, sob denominação de Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ghilardi & Cia. e, depois, em 1925, para Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia.

- sem informação

Por volta de 1920, concomitante à colonização na fronteira com a Argentina, organizada em torno da *Brazil Development & Colonization Co* e pelas empresas contratadas, o próprio Governo de Santa Catarina, interessado e/ou preocupado em ocupar a região, aproveitou a experiência da referida companhia e iniciou a concessão e venda de terras devolutas em todo o Oeste do estado. Nesse sentido, o governo decidiu conceder o direito de colonizar às demais terras localizadas entre o extremo Oeste e o Vale do Rio do Peixe, diretamente a várias outras empresas. Portanto, é bem provável que numerosas empresas do Quadro 1 tenham recebido concessão diretamente do Estado de Santa Catarina. Contudo, como não foram encontrados dados a esse respeito, preferiu-se deixar como "sem informação".

Conforme IBGE (1959), em 1915, Henrique Hacker, imigrante alemão, adquiriu no município de Cruzeiro cerca de 40 mil ha de terra, (incluindo a parte onde se encontra o atual município de Itá), posteriormente, divididos em lotes medindo, aproximadamente, 26 ha cada um. Esses lotes seriam vendidos aos migrantes gaúchos que para lá se dirigissem, já que Hacker havia fundado, para tal finalidade, uma empresa colonizadora. Essa área teria sido uma das primeiras a serem colonizadas, fora da concessão da ferrovia.

A Cia. Territorial Sul Brasil foi responsável pela colonização de municípios como São Carlos e Palmitos. São Carlos teria recebido agricultores cuja religião predominante era católica e Palmitos, protestante. A referida colonizadora possuía na região grandes quantidades de terras (Quadro 1) e também atuou nos municípios de Campo Erê (parte dele), Saudades e Pinhalzinho. Ainda no ano de 1926, foi instalada a primeira serraria em São Carlos, de Irmãos Sehnem.

No atual município de São Miguel do Oeste, em 1940, a Colonizadora Barth, Benetti fundou a chamada Vila Oeste[42] com o

[42] Na letra do Hino Oficial do município de São Miguel do Oeste, o destaque para a presença e a derrubada (clareira) da mata na então denominada Vila Oeste, a localização entre os rios Antas e Peperiguaçu e o pouco povoamento (moradas aqui e ali). O texto remete ao histórico de numerosos municípios da região cujo processo de colonização foi semelhante: "I/ Na floresta verdeal oestina/ Os primeiros colonos chegaram:/ Deslumbrante, mas fértil colina/ Em cidade novel transformaram./ II/ A famosa Vila Oeste

objetivo de extrair e exportar madeira para a Argentina, aproveitando as cheias do rio Uruguai. Essa era considerada a principal atividade econômica possível de gerar "progresso" para a região naquele período. No entanto, ocorreram três anos consecutivos de estiagem (1943/1945), ocasionando, desse modo, a falência da Vila Oeste. Não obstante, em seguida, ocorreu uma enchente com surto de febre tifóide.[43] A colonização dessa área somente seria retomada a partir de 1948 pela mesma colonizadora (FOLADOR, 1991).

Outro importante fator que fez frear a migração, não somente em São Miguel do Oeste, mas em todo o Oeste do estado de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, foi a repercussão da Segunda Guerra Mundial (1939/1945). Com o propósito de acelerar o processo migratório naquela área, como uma questão de soberania nacional, uma vez que abrangia a fronteira com a Argentina, Getúlio Vargas criou o Território do Iguaçu (Figura 3), em setembro de 1943. Este que abarcava o antigo Território das Missões, pretendido pela Argentina, teve curta duração, pois foi extinto em 1946.[44]

A retomada do fluxo migratório, principalmente a partir do Rio Grande do Sul, ocorreria em seguida, ao findar a guerra, já nos anos de 1947 e 1948, mas em ritmo bastante superior à fase inicial.

No que se refere às concessões de terras pelo Estado, a importância residia em assegurar o seu domínio político e a posterior fonte de geração de riqueza para o próprio estado. Inicialmente, uma das principais tributações recebidas pelo Governo estava na exportação de erva-mate e da madeira. Esta se expandiu de forma expressiva com a

---

surgia/ Entre o Antas e o Rio Peperi;/ Com clareira enfeitada e sombria/ De moradas aqui e ali". (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, 2007)

[43] Febre tifóide – Doença infecciosa causada pela *Salmonella Typhi*, que se prolonga por várias semanas e inclui em seu quadro clínico cefaléia, febre contínua, apatia, erupção cutânea maculopapular, podendo, eventualmente, ocorrer perfuração intestinal (Dicionário Aurélio, 1994).

[44] A criação da referida unidade da federação estava em estudos desde 1933, quando se analisou a definição das fronteiras dos Estados. Com ele foram também criados os territórios do Amapá, Rio Branco, Guaporé e Ponta Porã (Bellani, 1991). O Território de Iguaçu compreendia os estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina. A intenção de Getúlio Vargas em criar esse estado era o de redefinir o Brasil como ponto estratégico para os Aliados na Segunda Guerra Mundial. O estado de Iguaçu tinha a cidade de Iguaçu (atual Laranjeiras do Sul) como capital (BRASIL ESCOLA, 2007).

colonização, pois, com a chegada dos migrantes, era necessário retirar parte da mata restante para a construção das moradias e praticar a agricultura.

FIGURAS 3 e 4 – O Território do Iguaçu e o mapa de Santa Catarina em 1944

Território do Iguaçu
Fonte: Adaptado de Brasil Escola (2007)

Mapa de Santa Catarina no entre 1944 e 1946, quando da existência do Território do Iguaçu.
Fonte: SANTA CATARINA (2007)

Já para as empresas colonizadoras, nesse período, além do interesse na extração de madeira, o negócio com terras era bastante lucrativo, devido à grande demanda dos pequenos produtores provenientes do Rio Grande do Sul. Esse estado apresentava problemas na área rural como escassez da oferta das terras, inclusive para a reprodução da unidade familiar que, no geral, era constituída de numerosa prole. Dessa forma, os produtores gaúchos, em sua maioria descendentes de italianos e alemães, viam como solução para esses problemas a compra de terras e sua transferência para o Oeste de Santa Catarina onde os preços eram acessíveis para a época. Isso ocorreu principalmente com casais jovens, os quais iriam constituir sua família nesse estado vizinho.

Há que se ressaltar a importância da propaganda (radiofônica e impressa) realizada pelas empresas colonizadoras para atrair a população para Santa Catarina.[45] Para tanto, eram enfatizadas as vantagens das terras novas, como a fertilidade do solo. Os migrados haviam deixado para trás terras "cansadas", desgastadas e com baixa

[45] Nesse sentido, a Companhia Sul Brasil utilizou-se da propaganda em meio impresso, jornais e revistas (Volksblatt e Paulusblatt) direcionadas especialmente ao público de origem alemã (Werlang, 1992, p. 59).

fertilidade. Além disso, especialmente no Vale do Rio do Peixe, a existência da estrada de ferro indicava maiores possibilidades na comercialização do excedente.

FOTO 4 e 5 - ÁREAS RECÉM-COLONIZADAS NO OESTE DE SANTA CATARINA

Nas fotos, destaque para a paisagem formada nas áreas recém-colonizadas no Oeste de SC. As clareiras abertas em meio à mata nativa e as primeiras moradias construídas com a própria madeira derrubada. (Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, 2007).

Contudo, a propaganda mais eficiente foi a do convencimento pessoal, feita por agentes representantes das colonizadoras, os propagandistas. Estes, colonos, conhecedores de terras, com bom círculo de amizades e motivados pela porcentagem (10%) recebida das empresas, convenciam facilmente com seus argumentos, especialmente os de que as terras eram boas, produtivas e de preço barato. Assim, a venda de lotes de terra era rapidamente efetuada.

A venda das terras era feita pelos agentes encarregados ou nas sedes das empresas. Nesse caso, as empresas gaúchas disponibilizavam de escritórios de venda nas áreas a serem colonizadas. O pagamento era realizado – preferencialmente – à vista ou em parcelas que poderia estender-se até 36 meses, com juros anuais que variavam entre 1 e 10%. Uma das principais dificuldades de quem necessitasse parcelar sua dívida era conseguir vender a produção para honrar seus compromissos, pois a madeira existente no lote somente poderia ser vendida após a liquidação da dívida. Sendo assim, era possível encontrar agricultores trabalhando para as empresas, na abertura de estradas, com o objetivo de pagar os juros da aquisição de suas terras.

Tabela 4 – População Oeste de Santa Catarina, 1938

Município	População total	% rel. SC
Chapecó	17.832	1,70
Caçador	13.195	1,25
Concórdia	19.673	1,87
Joaçaba	14.434	1,37
Conjunto de municípios	65.134	6,19

Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em Santa Catarina (1939).

Do mesmo modo em que o conjunto dos municípios da Tabela 4 constituía sua população, também estabelecia seus novos municípios. Num primeiro momento, registram-se número bastante reduzido, apenas quatro municípios no ano de 1938 e oito em 1950. Neste período, dobra o número de municípios e a população aumenta mais de quatro vezes (Tabelas 5 e 6).

Tabela 5 - População no Oeste de Santa Catarina 1940

Municípios	n. habitantes
Chapecó	44.327
Joaçaba	36.174
Concórdia	32.655
Caçador	25.307
Total desses municipios	138.463
Total Santa Catarina	1.178.340

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 1952

O processo de colonização em fase de expansão trouxe como resultado a ocupação dos municípios catarinenses apontados na Tabela 5. Segundo IBGE (1959), no ano de 1950, dos mais de noventa mil habitantes do município de Chapecó, 1.412 eram estrangeiros e, da população total, sua grande maioria (89%), residia na área rural. Já no município de Concórdia, a população rural representava 92%. Esses dados confirmam que em 1950 a representação da população rural na área estudada era predominante (Tabela 6).

Contudo, Caçador é o município que desponta no sentido de apresentar o maior índice de população urbana da região naquele ano. Nesse sentido, dos 25 mil habitantes, 34% formavam a população urbana, um índice significativamente superior se comparado aos outros municípios.

Tabela 6 - População no Oeste de Santa Catarina, 1950

Municípios	n. habitantes	pop. rural (%)
Z. do Iguaçu – Chapecó	96.624	89
Caçador	23.723	66
Capinzal	13.935	86
Concórdia	48.014	92
Joaçaba	48.299	81
Piratuba	12.620	85
Tangará	13.359	85
Videira	23.625	80
Total desses municípios	280.289	
Total Santa Catarina	1.560.502	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1955.

Porém, foi entre as décadas de 1960 e 1970 que as terras a Oeste de Santa Catarina foram todas colonizadas. Houve então a chegada do maior número de migrantes, 61 mil, representando 43% do total (CAMPOS, 1987, p. 82). No ano de 1960, enquanto o estado possuía cerca de dois milhões de habitantes, a referida região participava com 21,7% deste total, tendo assim cerca de 460 mil habitantes. Em 1970, eram 730 mil habitantes e representavam 25% do total da população catarinense (IBGE, 1960; 1970). As propagandas das colonizadoras, tendo como atrativos as terras virgens em Santa Catarina e a forte pressão demográfica do estado gaúcho, resultaram num impulso do povoamento que acabaria assim com os "vazios demográficos".

2.2.2 O papel dos extrativistas e colonizadores na construção do espaço: a madeira e a terra, o voto e a exclusão

O processo de colonização que se implementou no ocidente do Estado de Santa Catarina atraiu numerosa população do Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul, majoritariamente agricultores. Nesse processo, uma das características que ficaria marcada até os dias de hoje foi a divisão, venda e aquisição de pequenas propriedades agrícolas ou minifúndios. No entanto, no início da colonização, era a concentração fundiária que predominava, como pode ser visto no

Quadro 1.

A colonização e a extração da madeira – A grande propriedade significava, além da terra, a possibilidade de aproveitamento de maior área de mata nativa. Na mata nativa, a riqueza vegetal destacava-se as madeiras de lei[46] e erva-mate que eram comercializadas pelas empresas colonizadoras (antes de venderem os terrenos aos agricultores) e pelos agricultores (no momento de chegada, se ainda houvesse disponível na propriedade).

A erva-mate extraída da mata nativa era destinada à exportação. Contudo, havia pouca presença do Estado no controle das vendas, como visto anteriormente. Assim, foi a extração da madeira que proporcionou àquela região uma maior inserção ao mercado exportador nas primeiras décadas. Essa atividade estava associada especialmente ao transporte fluvial, no rio Uruguai e Paraná. Dentre a madeira extraída, recebe grande destaque a araucária, pinheiro-do-paraná ou simplesmente pinho, como também era chamado. Na fase de grande extração, durante as primeiras décadas de colonização regional, grande parcela dessa floresta nativa foi desmatada com objetivo de comercialização da madeira.

A derrubada da mata durante o processo de colonização (mais intensamente entre 1930 e 1947) resultava no aproveitamento comercial da madeira exportada para os países platinos, principalmente para a Argentina. A vegetação original da região era formada pela denominada Mata Subtropical do Uruguai e a Mata de Araucária, de formação mista.

Na Mata Subtropical do Uruguai, algumas espécies chamavam

[46] Madeiras de lei aqui são as que apresentam boas características de durabilidade, resistência e densidade, e que são normalmente usadas na construção civil, obras externas e confecção de móveis e peças decorativas. Algumas destas espécies são difíceis de serem encontradas nas florestas naturais, seja pela sua própria característica de ocorrência rara ou pelo extrativismo histórico excessivo (ESALQ, 2007). No entanto, de acordo com IBAMA (2007), a expressão madeira de lei não deve ser utilizada em documentos oficiais como contratos, licitações, textos legislativos, etc. Sempre que necessário, as madeiras devem ser citadas pelos seus nomes comuns mais conhecidos e principalmente pelo nome científico. Sendo assim, o sinônimo de madeira de lei para o Oeste catarinense quando de sua colonização era o de madeira de cedro, canjerana, grápia, louro-pardo, canafístula, canela, guajuvira, araucária (pinheiro-brasileiro ou pinho, denominações comuns), imbuia e angico.

mais a atenção dos madeireiros como o cedro, canjerana, grápia, louro-pardo, canafístula, canela e guajuvira. Ela ocorria por quase todos os vales dos rios formadores do Uruguai, desde o Vale do Rio do Peixe até o extremo ocidente do estado. Alongava-se a montante pelos seus diversos afluentes encobrindo superfícies mais rebaixadas dos vales. E, na segunda, a araucária, a imbuia, canela, cedro e o angico. Era nesse tipo de formação vegetal que também encontrava-se a erva-mate em manchas de campos, em Campo Erê. Ocorria entremeando a anterior e, com mais densidade, ao Noroeste e Norte do estado (SANTA CATARINA, 1997; LAGO, 2000).

Inicialmente, foram exploradas as madeiras que se encontravam nas proximidades dos rios, especialmente o Uruguai e outros como Chapecó. Já o pinheiro, localizado mais ao norte da região, mais distante das margens dos principais rios, teria sido explorado em segundo plano. No entanto, se for considerada a exploração de madeira pela *Brazil Development & Colonization Co.*, ela extraía todo o tipo de madeira que lhe conviesse, pois o transporte era garantido via ferrovia.

Para serrar a madeira e depois exportá-la, já que era esse o destino da maior parte da produção, no ano de 1927, havia 32 serrarias no município de Chapecó. Dessas, trinta às margens do Rio Uruguai e duas no atual município de Xanxerê. Contudo, a contínua migração e o aumento na exploração da madeira fizeram surgir numerosas outras firmas madeireiras na região. Entre os anos de 1936 e 1945, por exemplo, foram registradas 109 empresas madeireiras no município de Chapecó (BELLANI, 1991; HASS, 1993).

No processo de ocupação regional as primeiras firmas industriais instaladas estavam, assim, associadas à exploração madeireira. As serrarias, em grande parte pertencentes às próprias empresas colonizadoras, à proporção que faziam as medidas dos lotes de terras, cortavam e retiravam as madeiras de maior valor comercial. Para a realização desse trabalho, utilizava-se da força de trabalho dos caboclos que habitavam a região. Após esse procedimento, as empresas vendiam os lotes de terras aos migrantes (PERTILE, 2001). Além disso,

muitas vezes o corte da madeira era feito de forma indiscriminada. As árvores menores não eram aproveitadas, mas também acabavam sendo derrubadas, havendo assim, grande prejuízo à flora e fauna regional para atender às demandas do mercado externo, sobretudo argentino.

Ao ser extraída da mata, a madeira era transportada por meio fluvial, por balsas formadas pelas próprias toras que, conduzidas, desciam pelo Rio Uruguai.[47] A descida das balsas pelo rio ocorria nos períodos de cheia (Anexo A). Enquanto aguardavam a cheia do rio, as madeiras cortadas ou as balsas (Foto 6) ficavam acumuladas em vários pontos do rio, denominados "poços" ou "portos".

FOTO 6 - BALSA E BALSEIROS NO RIO URUGUAI

No meio da balsa, uma pequena cabana, único abrigo para os balseiros durante vários dias de viagem. Fonte: Folha do CEOM (2005).

Com o tempo e com o constante uso do local para essa finalidade, associado a outros serviços, esses "portos" originaram diversos povoados que, mais tarde, se tornaram municípios. Alguns, mudando de nome, como Porto Novo e Porto Feliz originaram Itapiranga e Mondaí, respectivamente. Outros principais localizavam-se onde hoje se encontra Concórdia, Itá, Goio-En, Palmitos e São Carlos, os dois últimos já próximos à fronteira com a Argentina.

---

[47] A balsa consistia no conjunto de dez a doze pelotões de madeira roliça (de lei) ou serrada (pinho). Cada pelotão, por sua vez, compunha-se de nove a dez toras ou onze molhos de tábuas serradas. O molho era formado por duas dúzias de tábuas amarradas num só feixe. Os pelotões eram colocados em fila e amarrados uns aos outros com fortes cordões de cipó, em três pontos, nas extremidades e no meio. Estava formada a balsa (FOLADOR, 1991, p. 47).

Para acompanhar a atividade de extração de madeiras, foi implementado o Instituto Nacional do Pinho (INP), criado em 1941 pelo Governo Vargas. No instituto, havia a representação dos Governos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (INP, 1941). A instalação do INP em Chapecó, no entanto, somente ocorreu em 1948 (BELLANI, 1991), mas sua efetivação foi uma das estratégias da política econômica agrícola do Governo Vargas que beneficiou a elite local e regional ligada ao setor extrativista que, não por acaso, detinha o poder político em Chapecó.[48] Foi também com a colonização do Oeste do estado que teve início a produção de suínos, o que iria tornar-se, a partir da década de 1960, uma das atividades capitalistas de maior destaque na agropecuária catarinense juntamente com a produção de aves alguns anos mais tarde.

A passagem das terras públicas para o setor privado: colonização, voto, exclusão – Em todo o processo de ocupação regional houve uma interação política, econômica e territorial muito forte entre o Governo estadual e as empresas colonizadoras, resultando na defesa de interesses específicos. A chegada dos colonizadores e os seus posteriores acordos com o governo dentro do chamado sistema coronelista promoveram alterações políticas importantes na correlação de forças existentes na região. As empresas colonizadoras implementaram um padrão de ocupação que enfraqueceu o antigo mandonismo local, cuja base encontrava-se no extrativismo florestal e promoveram, assim, seu próprio fortalecimento (HASS, 1993).[49]

O processo de passagem das terras públicas para o domínio privado esteve especialmente vinculado a um fenômeno típico da

[48] A extração da madeira, anteriormente à instalação do INP, era uma atividade de responsabilidade do Serviço Florestal do Brasil, criado ainda em 1921. O esforço de organização do Estado Brasileiro, iniciado em 1921, prosseguiu em 1938 e 1941, com a criação, respectivamente, do Instituto Nacional do Mate e do Instituto Nacional do Pinho, vinculados ao Ministério da Indústria e Comércio (SANTOS PEREIRA, 2001).

[49] É importante salientar que, no ano anterior à criação dos municípios de Chapecó, Cruzeiro (Joaçaba), Mafra e Porto União, em 1917, a área contestada do Paraná ainda era pouco povoada por caboclos, posseiros e indígenas. Existiam grandes propriedades na área e 48 delas pertenciam a paranaenses. Esses grandes proprietários ou fazendeiros moravam próximos à divisa catarinense, mas mantinham seus negócios no Paraná (CAMPOS, 1987; HASS, 1993). As alterações nessa estrutura iniciaram-se, portanto, com a chegada das companhias colonizadoras.

Primeira República, o chamado coronelismo, conforme assevera Silva L. (1996). O coronel era o chefe político de reconhecido poder econômico, que conseguia apoio e prestígio com o Governo estadual, na razão direta de sua competência em garantir eleições situacionistas.

Nessa troca de compromissos, o chefe político recebe recursos do Estado para o município – espaço de sua dominação direta – e o privilégio de nomear ou indicar pessoas para cargos (JANOTTI, 1981). A referida autora argumenta que, controlando a vida municipal por meios que iam do paternalismo à violência, os coronéis "fiéis" às oligarquias que dominavam a política estadual, representaram um papel central no modo pelo qual as terras públicas estaduais foram incorporadas ao patrimônio privado.

É nesse contexto que surge o "coronel" Bertaso no município de Chapecó, proprietário da colonizadora Bertaso, que incentivava a migração de população do Rio Grande do Sul para áreas que ele mesmo comercializava no Oeste do estado catarinense. A relação existente entre o "coronel" Bertaso com a população que se estabelecia nas terras por ele comercializadas era de paternalismo. Assim, os moradores mais antigos do município consideravam o "velho" Bertaso como um homem "bonzinho", "gente boa", "um santo homem", como se constata em depoimentos da população.[50]

Apesar de serem proprietários de suas terras, os colonos acabavam subordinados a essa classe possuidora, legitimando mais tarde sua ação política, apoiando eleitoralmente os candidatos apresentados pelo "coronel" nos períodos de eleição e/ou qualquer outro pleito de interesse do chefe político local. A atuação dos colonizadores e dos madeireiros na região esteve bastante presente nas primeiras décadas da história e da política regional. Nesse sentido, vale acrescentar que, de 1917 a 1921, foram os extrativistas de madeira e de erva-mate (Marinho) que dominaram politicamente o município de Chapecó. De 1921 a 1930, foi a Família Maia ligada às atividades

[50] Entrevistas concedidas à Mônica Hass (2003) entre os anos de 1986 e 1992, no município de Chapecó.

colonizadoras. Em 1920, Manoel dos Passos Maia foi nomeado Delegado Especial do Governo catarinense no município de Chapecó, tornando-se líder político regional. Desempenhou as funções de Superintendente Municipal de Chapecó e Deputado Estadual (BELLANI, 1991).

Na mesma senda, esses representantes políticos identificavam-se com o sistema coronelista que predominava no país, naquela época, sendo a violência era uma de suas marcas. Em Chapecó, o partido político que os representava era o Partido Social Democrático (PSD), até então, o único partido político organizado. Então, já numa fase mais pluralista, surgem outros partidos políticos. Nessa mudança, outros setores da sociedade despontam na estrutura de poder local, o setor burocrático/urbano, os profissionais liberais. Pode-se destacar a presença de advogados, médicos, funcionários públicos, industriais e, especialmente, os comerciantes. Daí surgem dois partidos: a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O primeiro identifica-se com protestantes, mas também com católicos e encontra apoio, principalmente, nos distritos de colonização alemã. Nele, prevaleciam os comerciantes. E o segundo, em sua maioria formado por católicos, recebia apoio dos distritos de origem cabocla e de colonização italiana. Esses novos segmentos representados pela UDN e pelo PTB passam a ameaçar o domínio da facção política ligada, como já antecipado, à extração madeireira e às colonizadoras, no caso o PSD. Os componentes desse partido eram, em sua maioria, católicos, o que pode explicar a inclinação dos representantes do clero ao partido. Encontravam apoio nos distritos de colonização italiana e de cabocla (HASS, 1993).

A partir de 1930, no Governo Vargas, governo marcado pela centralização político-administrativa e pela ditadura, o executivo municipal passa por influências significativas. O presidente nomeava os interventores em cada estado, seguindo critérios de lealdade pessoal e política e conveniências na política regional e local que beneficiasse o governo central. Os interventores, por sua vez, nomeavam os prefeitos, além de controlar seus gastos e limitar sua ação administrativa. Dessa

forma, eram nomeados representantes que nem sempre possuíam identidade com o local ou com a região e, portanto, estranhos aos quadros políticos locais. Conforme Costa (1997), por meio desse mecanismo era possível manter o coronelismo no meio rural, uma vez que os proprietários de terras, em geral, apoiavam e se beneficiavam das nomeações. No caso do Oeste de Santa Catarina isso aconteceu já no fim do Estado Novo, com a nomeação de Bertaso.

No governo de Getúlio Vargas, os responsáveis pela prefeitura de Chapecó eram nomeados e exonerados com tanta freqüência que as repetidas sucessões tornaram-se fatos corriqueiros. De 1931 a 1945, foram nomeados dez prefeitos no município e um único que havia sido eleito não tomou posse porque estava em viagem.[51] No ano de 1944, ocorre a aproximação da família Bertaso com o Presidente Vargas, quando foi nomeado Serafim Bertaso, filho de Ernesto F. Bertaso, para prefeito do município. O município de Chapecó, na ocasião, pertencia ao Território do Iguaçu, durante o Estado Novo.[52] Já no ano de 1946 o município de Chapecó volta a pertencer a Santa Catarina com a extinção do Território do Iguaçu (IBGE, 1959).

Desde a década de 1930, a migração da população do Rio Grande do Sul para o Oeste de Santa Catarina havia se intensificado. Este pode ser considerado resultado do interesse do Governo Estadual em ocupar a área e seu apoio às empresas colonizadoras, principalmente por saber das dificuldades de empreender a ocupação da região, tanto pela escassez de recursos públicos, quanto pela dificuldade de comunicação.

Vale lembrar que muito pouco do capital acumulado das empresas colonizadoras foi revertido em aplicações produtivas naquela área catarinense. Elas colonizaram a região, mas mantiveram-se instaladas no Rio Grande do Sul. Com exceção às demais, a Bertaso transferiu sua sede para Chapecó, dentro da área colonizada. Isso pode

[51] O Estado Novo ocorreu entre 1937 a 1945. Na época, o prazo para tomada de posse era de 30 dias. Por não tomar posse o candidato eleito, foi nomeado o presidente da Câmara de Vereadores, conforme Hass (1996, p. 22).

[52] O primeiro governador do Estado do Iguaçu foi o Cel. João Garcez do Nascimento e foi quem nomeou Serafim Bertaso em 1944 (op. cit. p. 23 e 84).

explicar o porquê dessa empresa investir em outros empreendimentos, além da colonização (CAMPOS, 1987), instalação de serrarias, moinhos de trigo e olarias. Ao colonizar a região de sua abrangência, assumiu a responsabilidade de todo o empreendimento que compreendeu a implantação de obras de infra-estrutura, como medição e demarcação das terras, abertura de estradas vicinais, do núcleo urbano (traçado de ruas, demarcação de lotes urbanos), instalação de serviços (casa comercial, igreja, escola e hotel).

Apesar das iniciativas em diversificar a economia, a madeira foi a principal atividade comercial e industrial do Oeste do estado até a década de 1940, superando a da erva-mate (IBGE, 1959). O setor madeireiro, portanto, marcou o início da industrialização da região, gestando uma acumulação de capitais que, posteriormente, foi direcionada a outras atividades econômicas. Dessa maneira, a exportação da erva-mate e da madeira, possibilitou certa integração da região em nível nacional e internacional sem, no entanto, provocar grandes alterações na agricultura, mantida principalmente como produção de subsistência (CAMPOS, 1987).

Até esse momento, os agentes hegemônicos regionais estavam associados ao comércio de terras e a extração vegetal. Ou seja, eram os madeireiros extrativistas e os colonizadores os principais condutores da organização desse espaço. Foram a construção da ferrovia, o processo de colonização e o extrativismo vegetal (erva-mate e madeira) os principais elementos que explicam a introdução de relações capitalistas de produção no Oeste do estado catarinense.

Posto isso, é possível identificar uma contínua disputa pelo poder local, até a década de 1930, entre dois grupos principais, aquele voltado ao extrativismo vegetal e o das empresas colonizadoras. Esses grupos de maior hegemonia atuavam simultaneamente e em comum acordo com os governos locais, no sentido de buscar maior valorização de seus capitais. Para as colonizadoras, por exemplo, além da demarcação das terras, o objetivo era acumular capital por meio da venda da terra.

No Oeste de Santa Catarina, os grupos dominantes construíram suas representações sobre a região e também sobre a cidade, como em Chapecó, e procuram conservá-las (UCZAI e MARCON, 2003). E o meio pelo qual essa classe hegemônica mantinha-se no poder era o de indicações ou pelo voto. Desse modo, é possível identificar o sustentáculo da liderança política regional nessa primeira fase de desenvolvimento, o tripé: madeira, terra e voto.

Mas, a partir de 1940, algumas outras transformações importantes começam a se destacar na economia regional. As mudanças decorrem da expansão da agricultura familiar que se constitui e se consolida como "base da economia regional" a partir dessa década (CAMPOS, 1987, p.128). Outro fator importante a ser salientado é a ocorrência da Segunda Guerra Mundial causadora de intensas alterações em toda economia mundial, fazendo-se sentir tanto no Brasil quanto na Argentina, maior importador da madeira brasileira, madeira que vai sendo exaurida com a colonização. Ao mesmo tempo, emerge o processo de urbanização, também repercutindo nas cidades da região. Essas situações provocam transformações na economia do Oeste de Santa Catarina, até então alicerçada na produção madeireira e na venda de terras.

Além dos aspectos político e econômico, é preciso considerar todo um processo de exclusão social ocorrido durante o período de colonização na região. Com a passagem das terras públicas para o setor privado (colonizadoras e/ou migrados), a população formada por índios e caboclos que residiam na região passou a ser expulsa dessas terras a partir do início da colonização. Nesse sentido, tornaram-se os "primeiros deserdados da terra" (RADIN, 2001, p. 29). A ocupação progressiva da região provocou, além da perda da terra, a destruição das tradicionais condições de vida construídas ao longo dos anos pelos caboclos.[53]

Por não ter o título de propriedade da terra e nem a possibilidade de aquisição, via compra, os caboclos e indígenas foram

[53] Os autores Poli, J. (1991); Renk (1991) e Poli, O. (2001) abordam a existência de caboclos como os pioneiros no Oeste catarinense e sua marginalização após a colonização.

sendo expulsos das terras que ocupavam há várias gerações. Os conflitos entre essa população e as empresas colonizadoras eram constantes, contudo, existem poucos registros oficiais. Um exemplo é o caso de a colonizadora Companhia Sul Brasil ter sido acusada de maltratar e expulsar os posseiros de suas terras na década de 1950. A empresa não negou tal prática e justificou que era necessário desocupar os lotes já vendidos a terceiros e que não puderam ser entregues a eles, dada a permanência dos intrusos, ou seja, os posseiros.[54] Reforça-se aqui a idéia inicial, de que nada ou nenhuma política do governo havia sido implantada para assegurar algum benefício aos caboclos que ocupavam as terras por décadas, antes da concessão das terras ocupadas para as empresas colonizadoras.

A população excluída das terras ocupadas sem ter para onde ir passou a estabelecer-se em locais menos interessantes aos colonizadores e à nova sociedade que rapidamente e em grande número de pessoas passou a ocupar a região. Desse modo, passou a ocupar as áreas mais acidentadas, principalmente nas margens dos rios Chapecó, do Peixe e Uruguai. A inexistência de uma política de apoio ao desenvolvimento da pequena propriedade e as condições sociais predominantes no campo contribuiu para que, na prática, o Estado excluísse da propriedade da terra uma parcela importante da população e assegurasse força de trabalho barata e abundante para outra parcela da população (SILVA, L. 1996). Isso pode significar que a abundância de terras, no Brasil e mesmo em Santa Catarina, é um dado relativo e socialmente determinado.

Nesse sentido, muitos daqueles que não tiveram acesso à terra foram trabalhar para as empresas colonizadoras e também para os migrados do Rio Grande do Sul. As empresas colonizadoras apropriavam-se do trabalho dos caboclos na abertura de caminhos, na demarcação dos terrenos e na extração de madeira. Os colonos, por sua vez, viam nos caboclos a possibilidade de trabalhadores para o

[54] A Companhia Sul Brasil foi acusada no processo protocolado na Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, sob n. 5.285, de 7 de agosto de 1951, apud Werlang (1992, p. 82).

desmatamento das áreas adquiridas, a fim de realizarem o cultivo agrícola.

Mais tarde, já no final do século XX, parte dessa população e seus descendentes formarão grande contingente de mão-de-obra disponível para ser apropriado em outras atividades, como na agroindústria regional. Outra parte, ainda na exclusão, margeia as pequenas e médias cidades como Quilombo e Chapecó, respectivamente (PERTILE, 2001).

No entanto, até a chegada desse momento, numerosas mudanças ocorrem no espaço ocidental do Estado de Santa Catarina. O comércio tem por base alguns produtos excedentes da agricultura e os suínos que se tornarão primordiais na produção de banha para os primeiros frigoríficos da região, como será visto em seguida.

2.3 O comércio de suínos na formação e reprodução dos capitais locais

Como apresentado nos itens anteriores, é evidente que a origem da indústria no Oeste de Santa Catarina esteve vinculada ao segmento extrativo, tendo a erva-mate e a madeira como fontes principais. Dessa mesma fonte, também bebeu o comércio da região, acrescido pelo fator terras. No entanto, a partir da década de 1940, passou a emergir a indústria e o comércio voltados para o setor de alimentos.[55] Este setor foi estimulado pela crescente presença dos migrantes nas novas áreas colonizadas.

2.3.1 Origem do comércio de suínos e do mercado nacional de banha

Os emigrantes gaúchos já comercializavam o excedente de sua produção agropecuária em seu estado, onde o comércio era crescente. Ao chegarem a Santa Catarina, buscaram fazer o mesmo, vendendo o

[55] Considera-se aqui indústria de alimentos o setor classificado como Alimentos e Bebidas, na Indústria de Transformação dos censos industriais do IBGE.

excedente no núcleo urbano mais próximo. A variedade de produtos cultivados ou animais criados em sua propriedade era grande, tornando-se uma prática comum no Brasil agrícola das décadas de 1930 e 1940.

O que mudava, de uma região para a outra, eram as espécies vegetais, que necessitavam adequar-se ao tipo climático. Era possível, por exemplo, cultivar uvas e araucária no Sul do país, o que não ocorria na policultura paulista, apontada por Monbeig:

> O cultivador planta então um pouco de tudo e, entre grãos e tubérculos, todas as combinações são possíveis. Plantam-se feijões, cebola, alho, abóboras, a cana-de-açúcar e, quando se pensa em ficar anos no local, também árvores frutíferas, principalmente bananeiras, laranjeiras e mesmo mangueiras. [...] Pela simplicidade das técnicas, pela variedade da produção e pelo papel primordial que desempenham na alimentação familiar, essas primeiras culturas de subsistência enquadram-se bem no quadro de toda agricultura indígena de países quentes e úmidos (MONBEIG, 1984, p. 250; 253).

Em Santa Catarina, nas localidades posteriormente emancipadas dos municípios de Chapecó e de Joaçaba, os colonos criavam os suínos em cercados e quando estavam gordos, os animais eram conduzidos, a pé, por uma distância de 3 a 6 km, até o vilarejo mais próximo onde eram vendidos para um comerciante local. Este revendia os animais em Chapecó e Joaçaba onde era produzida a banha, dada a existência de pequenos frigoríficos, especialmente no Vale do Rio do Peixe, no município de Joaçaba.

Considerando-se que a gordura animal era um produto de largo consumo no Brasil, a sua produção e preço tinham posição garantida. Já que a finalidade da criação de suínos era a produção de banha, quanto mais gordos os suínos, melhor. As primeiras fábricas de banha do Brasil surgiram ainda na década de 1880, no estado de São Paulo. Naquela época, em que o país importava o produto dos Estados Unidos, um dos mais importantes fabricantes e distribuidores brasileiros, Francisco Matarazzo, reinventou a embalagem do produto: inicialmente reaproveitava os barris de madeira da banha americana para acondicionar a banha produzida em sua fábrica; depois, passou a fornecê-la em lata, o que significava maior economia e maior facilidade

no transporte, pois esse material tornava a embalagem mais leve; além disso, não ficava dependendo das oscilações do mercado de importação (MARTINS, 1976).

Inicialmente, em 1882, Matarazzo abriu uma casa comercial, mas em seguida, percebendo que o país importava banha dos Estados Unidos e que ela poderia ser fabricada aqui, abriu uma fábrica do produto em Sorocaba. Logo após, abre outro em Capão Bonito do Paranapanema. Esses empreendimentos iniciais, além de estarem próximos à oferta de matéria-prima (no caso, suínos) possibilitaram ao comerciante reunir capital para os posteriores investimentos industriais, como a fábrica aberta em 1891, agora não mais no interior do estado, mas na capital paulista. Lá, além da produção e compra e venda de banha, o fabricante investia no comércio de outros produtos originados no sul do país e do próprio estado de São Paulo, como toucinho e fumo, entre outros produtos de origem rural (MARTINS, 1976).

Até as primeiras décadas do século XX, era possível encontrar em Santa Catarina, principalmente nas atuais regiões produtoras de suínos, a criação destes em áreas de milho cultivado. Muitas áreas de criação de suínos coincidiam com as de cultivo de milho. Na safra do milho, os suínos eram soltos do cercado e encaminhados até a plantação para que, nela, pudessem engordar (FOLADOR, 1991). Eram os chamados "porcos de safra", que existiam não somente em Santa Catarina, mas também em estados economicamente já mais desenvolvidos, a exemplo de São Paulo, como se refere Monbeig:

> Todo sitiante tem, pelo menos, dois ou três porcos destinados ao consumo familiar e, quase sempre, engorda um leitão, para vendê-lo no centro mais próximo. Às vezes, [...] especializa-se na criação comercial de suínos, reservando cem a duzentos alqueires para uma roça de milho, onde solta os animais [...] e, em seguida, vende-os aos comerciantes das grandes cidades, inclusive São Paulo (MONBEIG, 1984, p. 252).

O estado de São Paulo, na década de 1880 já começava produzir banha, iniciando a concorrência com o mercado americano. As fábricas de banha contribuíram, também, para o início da industrialização de

outros produtos agropecuários em São Paulo e no Brasil. A atividade de fabricação de banha pode ser considerada como um desdobramento do setor de comércio. Os comerciantes de São Paulo compravam (direta ou indiretamente) porcos e outros excedentes agrícolas e vendiam produtos industrializados, tanto em seu estado, quanto em outros, a exemplo de Santa Catarina (MARTINS, 1976, p. 19). No estado de São Paulo essa atividade era efetuada de forma direta com os produtores. Nos demais, o comércio era realizado indiretamente e contavam com outros comerciantes intermediários.

Em Santa Catarina, especialmente no Vale do Rio do Peixe, a produção e comercialização de suínos aliada à relativa facilidade do transporte, por meio da ferrovia, fez com que a região estabelecesse diversas relações comerciais com São Paulo e Rio Grande do Sul, num curto período. Primeiramente, com o estado gaúcho de onde chegaram os primeiros migrantes, para onde enviava banha, suínos vivos e erva-mate, e de onde adquiria ferramentas e pequenas máquinas agrícolas. Posteriormente, com o mercado de São Paulo na venda de suínos e outros excedentes agrícolas, insere-se, assim, no mercado nacional com produção de alimentos. As possibilidades de produzir para um mercado maior e de ter a possibilidade do transporte, no caso ferroviário, fizeram com que os frigoríficos despertassem imediato interesse para o aumento de suas produções.

O comerciante Attílio Fontana, fundador da empresa Sadia, em Concórdia, por exemplo, comercializava suínos e cereais na cidade de São Paulo, de onde adquiria tecidos, ferramentas, louças, entre outros produtos. Retornando para o Vale do Rio do Peixe, revendia as mercadorias adquiridas em São Paulo para os colonos de quem adquiria os animais e cereais. Desse modo, o citado comerciante expandiu sua área de atuação desde Caçador até Marcelino Ramos, no estado do Rio Grande do Sul, transformando as estações de trem ao longo da ferrovia em entrepostos de compra. O comerciante adquiria, sobretudo, suínos, e garantia, dessa maneira, matéria-prima para seu frigorífico. Para que o comerciante enviasse e recebesse mercadorias pela ferrovia, foi

construído um desvio ferroviário em Volta Grande, próximo a Concórdia, com um depósito próximo à estação (WAINTUCH, 1995, DALLA COSTA, 2007).

Attilio Fontana passou de comerciante a industrial, começando no início dos anos 1920 e atuou por mais de duas décadas no comércio com um pequeno empreendimento de poucos produtos, voltados para o mercado local e regional. Comprava produtos dos colonos e os revendia em São Paulo, onde se abastecia de mercadorias para as casas comerciais localizadas na região, como já apontado.

No início da década de 1940, vendeu suas casas comerciais para dedicar-se à indústria. A venda das lojas forneceu o capital inicial necessário para investir em outros negócios, no caso, os frigoríficos. A empresa familiar, de poucos produtos para o mercado local era dirigida pelos membros da família do fundador. Em seguida ocorre uma evolução em número de unidades industriais, diversificação de produtos, ocupação do mercado nacional e exportações, sob o comando da segunda geração. Já na primeira metade da década de 1990, a empresa fica sob a direção dos netos do fundador, com presença cada vez mais significativa tanto no mercado interno, quanto no exterior (DALLA COSTA, 2007).

Desse modo, pode-se afirmar que a comercialização de excedentes produzidos pelos pequenos proprietários agrícolas possibilitou aos comerciantes constituir seu capital inicial. Isso contribuiu para o início do desenvolvimento regional e, principalmente, possibilitou condições para a implantação dos primeiros frigoríficos, como é o caso da Sadia. Houve ainda, um ajustamento às demandas de outros estados após 1930. Nesse sentido, a urbanização e o aumento da população operária proporcionaram considerável aumento na demanda por produtos básicos, como alimentos. A passagem de frigoríficos às agroindústrias é decorrência desse processo, mas sempre contando com o apoio generoso do Estado.

Cada momento em que ocorre o avanço das relações capitalistas e da construção do espaço no Oeste de Santa Catarina é marcado pela

implantação de numerosas técnicas. Estas são efetivadas para atender às novas necessidades de reprodução do capital. As questões que envolvem a vida social e econômica – por conseguinte, espacial – são, em boa parte, ditadas, viabilizadas e mediadas pela via política, por meio do Estado, e este não pode ser visto como algo independente e autônomo, já que se encontra no interior da mesma estrutura social e econômica. Nessa ótica, as mudanças na organização do espaço regional podem ser inseridas num processo qualificado por Santos (2002) de substituição de objetos naturais e culturais por objetos técnicos. O autor lembra que "as áreas, os espaços, as regiões, os países passam a se distinguir em função da extensão e da densidade dessa substituição" (SANTOS, 2002, p. 236).

A cada nova fase de crescimento, a região passa a ser comandada por diferentes agentes. A hegemonia desses pode ser percebida tanto no campo econômico quanto político. Após a década de 1940, o crescimento populacional, principalmente nos núcleos urbanos, e o desenvolvimento das atividades econômicas trouxeram, para a região, profissionais liberais que passaram a disputar o poder local com os políticos ligados ao extrativismo vegetal e o comércio de terras.

A elite local passa então a ser mais diversificada. Além dos colonizadores e madeireiros, surgem os comerciantes, médicos, advogados, farmacêuticos, engenheiros, gerentes de banco, juízes de direito, promotores públicos, ocupantes de cargos públicos e os representantes da igreja (HASS, 1993). Nessa dinâmica, ressalta-se a criação de órgãos públicos e privados, fortalecimento da indústria e do comércio e o surgimento dos meios de comunicação (jornais e rádios), coexistindo, assim, velhos e novos métodos que servem, inclusive, para dominação.

2.3.2 Expansão do comércio de suínos e da produção de banha: implantação dos primeiros frigoríficos

Ainda ao longo da década de 1930, as casas comerciais expandiram-se geograficamente no Oeste de Santa Catarina, assim

como o comércio de suínos com o Sudeste do Brasil. Um crescente número de produtores de suínos passou a vender o excedente da produção para os agentes intermediários, fazendo com que a suinocultura se firmasse como atividade comercial, resultando em maior integração da região no meio econômico nacional. Naquele momento, as indústrias do país estavam em desenvolvimento e necessitavam ampliar seu mercado, o que foi obtido com a extinção de barreiras à circulação de mercadorias entre os Estados brasileiros. Isso representou um avanço no processo de integração do espaço nacional.

Para Espíndola, a especialização na produção inicial das agroindústrias (banha e toucinho) foi promovida por uma política de protecionismo do início do século XX, como a defesa da produção da banha nacional em substituição da banha americana; por um processo produtivo simplificado e de fácil acesso; pela possibilidade de ascensão dos produtores de café e pela exportação de bens agrícolas por São Paulo, no pós-guerra (1ª Guerra Mundial); pela instalação de frigoríficos em São Paulo e em Minas Gerais na década de 1910, entre outros (ESPÍNDOLA, 2002, p.141).

Já no início da década de 1940, em meio a esse processo de integração, os comerciantes do Oeste de Santa Catarina sentiram que o comércio de suínos vivos, até então lucrativo, começava a dar sinais de arrefecimento devido à dificuldade de competir com os frigoríficos estabelecidos em São Paulo. Desse modo, eles foram pressionados a redirecionar seus empreendimentos comerciais para o abate de animais. Começaram, assim, separar a comercialização de banha e da carne suína. Com a necessidade de mudança no perfil do produto, originam-se os primeiros abatedouros na região, via associação e expansão de capitais comerciais locais. Inicialmente, ocorreu no Vale do Rio do Peixe, que possuía maior intercâmbio comercial com o estado São Paulo.

Naquele momento, esses comerciantes vendiam suínos vivos para aquele estado contando para isso, com o apoio do Governo brasileiro que concedia requisições gratuitas no transporte dos animais

pela Estrada de ferro.[56] Houve, assim, duplo favorecimento dos comerciantes situados ao longo da ferrovia, pela possibilidade de transportarem por ela e por receberem apoio do Governo federal. E foi justamente próximo à ferrovia, no Vale do Rio do Peixe, que surgiram os primeiros frigoríficos do Oeste de Santa Catarina.

Nos primeiros anos da década de 1940, surgiram três frigoríficos com relativa expressão econômica na região. Em 1940, a família Brandalise, dando continuidade a seus empreendimentos comerciais, adquiriu um frigorífico no distrito de Videira, posteriormente denominado Perdigão S.A. Comércio e Indústria. Em 1942, no distrito de Herval D'Oeste, implanta-se a Comércio e Indústria Saulle Pagnoncelli, e, em 1944, também resultante da expansão do capital comercial e da incorporação de um frigorífico já existente, funda-se a Sadia, no município de Concórdia.[57] Com a implantação dos frigoríficos, o Vale do Rio do Peixe passa a produzir lingüiça, carne salgada e principalmente banha (HASS, 1993).

Ainda na mesma década, com o mercado em expansão, a produção de suínos passa a ser uma das principais atividades comerciais, expandindo-se por todo o Oeste do estado catarinense. Com a existência dos frigoríficos, também ganha impulso a produção do setor agrícola. Os pequenos produtores rurais, que até então comercializavam apenas seus excedentes de consumo, passaram a produzir com vistas à comercialização de seus produtos, especialmente suínos.

A grande expansão da produção de suínos necessitava, contudo, satisfazer a demanda crescente dos frigoríficos. Nesse sentido, ocorre a busca pelo aumento da produção e comercialização de suínos, tornando-se a atividade comercial mais importante na região. Com ela cresceu também o cultivo de milho, base da alimentação animal. Normalmente consorciada à produção de milho, ocorre ainda o

---

[56] As requisições gratuitas eram concedidas pelo governo brasileiro aos comerciantes das regiões não-cafeeiras do país, após 1930 (ESPÍNDOLA, 2002, p.143).

[57] A empresa surge com o nome de Sociedade Anônima Indústria e Comércio Concórdia no ano de 1943. No ano seguinte, a razão social da empresa passa a ser Sadia (Sociedade Anônima Concória) (WAINTUCH, 1995, p.53).

crescimento da lavoura de feijão. Foi nesse contexto que a região passou a assumir a liderança estadual na produção desses produtos, conforme se pode visualizar na tabela 7.

Tabela 7 – Oeste de Santa Catarina e Santa Catarina: produção de milho, feijão, trigo e suínos, 1940 e 1950.

	Produção regional				Total Santa Catarina			
	1940	%	1950	%	1940	%	1950	%
Milho (t)	81.042	28	188.118	46,7	288.590	100	402.471	100
Feijão (t)	4.768	20,1	11.914	33	23.660	100	36.000	100
Trigo (t)	6.001	55	42.959	69	10.904	100	61.857	100
Suínos (cabeças)	271.233	23,7	1.373.944	83,8	1.144.426	100	1.639.037	100

Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em IBGE - Censo Agrícola, 1952; 1956

Conforme dados da Tabela 7, o Oeste de Santa Catarina também passou a ser a maior região produtora de trigo de Santa Catarina nas décadas de 1940 e 1950, produzindo 55 e 69%, respectivamente, do total da produção estadual. Já a liderança na produção de suínos ocorreu bruscamente, passando de 23,7% da produção estadual, em 1940, para 83,8% no ano de 1950.

A produção de suínos na região foi destinada à industrialização, na década de 1940, era enviada para abate no Vale do Rio do Peixe. Assim, os suínos criados em Chapecó eram levados até Concórdia, por exemplo, para que pudessem ser industrializados. Desse modo, a instalação dos frigoríficos no Vale do Rio do Peixe interferiu não somente na economia local, mas em toda a região Oeste do estado. Aos poucos, o município de Chapecó também apresentou possibilidades de acumulação para o capital agroindustrial. Assim, no ano de 1952 foi criada a S.A. Indústria e Comércio Chapecó (SAIC) e, em 1956, a Indústria e Comércio Marafon Ltda., as duas na cidade de Chapecó. A segunda originaria, mais tarde, a Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda. (CHAPECÓ, 1984).[58]

[58] De acordo com Hass (1993, p. 247; 249), o frigorífico Chapecó teria sido idealizado por Bertaso para incentivar a migração dos gaúchos para o município, após uma chacina na cadeia pública, em outubro de 1950, onde quatro detentos haviam sido linchados, assassinados e incendiados em local público. Por dois anos após o ocorrido, a colonizadora não teria vendido nenhum lote de terra e parte dos migrantes que já estava residindo no município ficou receosa de represálias e demonstrava interesse em voltar para o Rio Grande do Sul.

> Com a instalação desses novos frigoríficos, os agricultores do município de Chapecó e arredores, começaram a direcionar a produção de suínos para os frigoríficos locais e não mais para os do Vale do Rio do Peixe. E, em 1956, foi criado o frigorífico Seara na cidade de mesmo nome, dando continuidade à expansão do abate e à comercialização de suínos e derivados, com base na pequena produção familiar.

A expansão dos frigoríficos significará também uma maior participação do estado de Santa Catarina na produção de banha no mercado brasileiro, enquanto o estado de São Paulo diminui sua produção. E, nesse sentido, os frigoríficos do Oeste catarinense representaram suporte para essa produção. No início dessa década, Chapecó produzia 19% da banha catarinense, enquanto Joaçaba e os demais municípios do Vale do Rio do Peixe produziam 22% do total estadual que era 4.672 toneladas.

Vale ressaltar que a precoce implantação dos frigoríficos no Vale do Rio do Peixe, em comparação aos de Chapecó, pode ser o fator explicativo da maior produção de banha no período. Convém acrescentar ainda que, foi na década de 1950, que os produtos de origem animal começam a dividir forças com a atividade extrativa vegetal na economia regional. Em 1955, a extração da madeira e a produção de banha de porco refinada tiveram a maior contribuição da produção industrial do município de Chapecó. Representaram 34% e 24%, respectivamente, da arrecadação do município neste setor e com o setor agropecuário, formavam as principais rendas do município (IBGE, 1956).

Assim, pode-se afirmar que entre duas décadas, 1945 e 1965, ocorreu uma grande diversificação e ampliação na base produtiva na economia Oeste do estado de Santa Catarina. Nessa região, a produção agropecuária, que até então se voltava ao comércio, começa a se industrializar.[59] A industrialização de produtos de origem animal como,

[59] Esse setor, considerado tradicional da indústria – o abate, conservas e banha –, teve seu crescimento e declínio entre 1920-1980 (ARAÚJO, 2002).

por exemplo, a banha, na referida região, proporcionará uma maior participação de Santa Catarina no cenário nacional. Assim, a produção de banha no Brasil, terá uma expressiva representação do catarinense a partir da década de 1960, conforme dados da Tabela 8.

Tabela 8 - Produção de banha no Brasil e em Santa Catarina – 1960/1985 (t)

Ano	1960	1975	1985
Brasil	71.388	93.118	93.742
Santa Catarina	14.662	27.107	11.469
% produção nacional	20%	29%	12%

FONTE: Organizada por Noeli Pertile com base em IBGE: Censos Econômico, Agropecuário e Industrial. 1960, 1975, 1985.

No ano de 1960, o Brasil produziu pouco mais de 71 mil toneladas de banha, e Santa Catarina participou com 20% dessa produção. Num mercado crescente até a década seguinte, o país vê sua produção aumentar para 93 mil toneladas no ano de 1975, quando, a partir de então, a produção tende a se estagnar.

Já no caso da banha catarinense, a produção tem uma redução significativa em uma década. Enquanto em 1975, ocorre o auge da participação relativa do estado na produção nacional, atingindo 29% do total, no ano de 1985, em 1985 a participação catarinense na produção nacional é de apenas 12%. A redução será explicada pela implantação dos pacotes tecnológicos da "modernização da agricultura" que, dentre outras conseqüências, trazem o incentivo do consumo de óleos vegetais – especialmente o da soja.

Nesse meio, ocorre uma mudança nos hábitos alimentares de parte da população brasileira. A ocorrência de mudanças nos hábitos alimentares de uma população acarreta, também, mudanças no "o que" e no "como" produzir alimentos. A expansão nos setores agropecuário e industrial foi um momento no qual o país necessitava investir na industrialização interna. Nesse processo de expansão, o setor de alimentos foi favorecido e, nesse meio, surgiram os frigoríficos.

No entanto, o crescimento econômico e populacional e a urbanização, entre outros fatores, trarão mais e maiores mudanças que também serão percebidas nas transformações dos frigoríficos em

grandes agroindústrias. Estas terão um novo perfil de produção, redirecionando seus produtos no processamento de derivados de carne de suínos e aves. Nessa passagem do setor mercantil para o industrial, ocorre uma ampliação da divisão social do trabalho e na organização espacial da região.

2.4 A estrutura fundiária e a produção integrada no Oeste catarinense

A estrutura fundiária do Oeste catarinense reflete seu modo de colonização em que grandes e médias propriedades foram parceladas em lotes de aproximadamente 25ha cada. Assim, analisando essa estrutura, em um período de 26 anos (1970-1996), é possível caracterizar a referida área como predominância de pequenas propriedades. Observa-se nas Tabelas 9 e 10 que entre os anos de 1970 e 1996 as propriedades com menos de cinqüenta hectares mantiveram uma representavam semelhante, 88% e 89% no estado de Santa Catarina e 94% em todo o Oeste catarinense.

Tabela 9 – Estrutura Fundiária de Santa Catarina, 1970, 1980 e 1996

Extratos de área (em hectares)	1970				1980				1996			
	estabeleci-mentos		Área		estabeleci-mentos		Área		estabeleci-mentos		área	
	número	%	hectares	%	número	%	Hectares	%	número	%	hectares	%
Menos de 10	66074	31,9	339874	4,8	75724	35	376792	5	72462	35,7	364673	5,5
10 e menos de 20	56236	27,1	788319	11,2	58943	27	824559	11	60051	29,5	838076	12
20 e menos de 50	61180	29,5	1834402	26,2	57588	26,3	1720446	23	49865	24,5	1481570	22,4
50 e menos de 100	14764	7,1	987259	14	14257	6,6	953380	12,8	12120	6	811300	12,3
100 e menos de 200	4939	2,3	665133	9,5	4946	2,2	670444	9	4585	2,3	617637	9,3
200 e mais	4006	1,9	2410335	34,3	4534	2,9	2928152	39,2	4154	2	2499584	37,8
TOTAIS	207218	100	7025326	100	216195	100	7473778	100	203237	100	6612845	100

FONTE: Organizado por Noeli Pertile, com base em: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1980 e 1996.

Já por analisar esses dados é possível afirmar que uma das características rurais do Oeste de Santa Catarina é a predominância da pequena propriedade.

No entanto, é necessário que se conste aqui, o que se considera por pequena propriedade. Para os fins deste trabalho, considera-se pequena propriedade, os estabelecimentos rurais com áreas inferiores a quatro módulos fiscais. Conforme INCRA (2002), módulo fiscal é uma

unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município considerando, por exemplo, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante, outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada, entre outros fatores.

Tabela 10 - Estrutura Fundiária do Oeste de Santa Catarina, 1970, 1980 e 1996.

Extratos de área (em hectares)	1970				1980				1996			
	estabeleci-mentos		área		estabeleci-mentos		área		estabeleci-mentos		área	
	número	%	Hectares	%	Número	%	Hectares	%	número	%	hectares	%
Menos de 10	19628	37	102727	9,9	26869	40,8	143414	10,8	29881	34	166546	7,7
10 e menos de 20	16670	31,4	228063	22	22151	33,5	304133	22,9	31752	36,1	449645	20,7
20 e menos de 50	14442	27,2	417476	40,3	14259	21,7	408737	30,7	20767	23,7	612030	28,3
50 e menos de 100	1780	3,4	117836	11,4	1933	2,9	128222	9,6	3490	4	230965	10,7
100 e menos de 200	349	0,6	46679	4,5	440	0,6	59405	4,4	1081	1,2	144718	6,7
200 e mais	202	0,4	123387	11,9	322	0,5	287690	21,6	889	1	559972	25,9
TOTAIS	53072	100	1036167	100	65977	100	1331607	100	87860	100	2163880	100

FONTE: Organizado por Noeli Pertile, com base em: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1980 e 1996.

Desse modo, para a maioria dos municípios do Oeste de Santa Catarina o INCRA (2002) considera um módulo fiscal equivale a 18 hectares de terra e as propriedades com menos de 18 ha de terra como minifúndios. Assim, as pequenas propriedades podem dispor de até 72 ha. No entanto, de acordo com a divisão dos extratos de área estipulados pelo IBGE na composição da estrutura fundiária, verificou-se que a grande maioria das propriedades rurais da referida região inclui-se na categoria de propriedades com menos de 50 ha. Nesse sentido, a pequena propriedade, com área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais, pode conter entre 18 e 72 ha. Já a média propriedade (com mais de 4 e até 15 módulos fiscais) pode possuir de 73 até 270 ha e a grande propriedade (área superior a 15 módulos fiscais) necessariamente com mais de 270 ha.

Esses critérios adotados pelo INCRA foram confirmados pelos dados do IBGE, na composição da estrutura fundiária desta pesquisa que, inegavelmente, identifica essa região catarinense como exemplo característico de predominância de minifúndios e ou pequena

propriedade e de agricultura familiar (CEPA/SC, 2002). Outros poucos estabelecimentos rurais, 5,2%, apresentam tamanho médio e, apenas um com mais de 200ha.

Ainda com vistas a confirmar esses dados, a pesquisa realizada em campo aponta que 80% das 35 propriedades onde foram realizadas as entrevistas possuíam menos de 50ha. Mas a existência de minifúndios, cerca de 20% dessas mesmas propriedades, revelam ainda outro dado - o processo de fragmentação, de subdivisão das pequenas propriedades rurais de Quilombo.

O processo de fragmentação da propriedade fundiária, por sua vez, é explicado por dois fatores que atuam simultaneamente e de maneira complementar. O primeiro refere-se ao modo de colonização da região moldado na pequena propriedade (normalmente em 25ha). O segundo liga-se aos baixos preços recebidos pelos produtos comercializados da pequena propriedade, seja ela do produtor não-integrado ou do integrado à grande empresa, que reduzem a possibilidade da aquisição de terrenos maiores.

Toma-se aqui o exemplo do milho como produto de maior valor econômico e de mercado garantido e que, por isso, é um cereal cultivado pela maioria dos produtores agrícolas do Oeste catarinense. Segundo dados do IBGE, dos 2,3 milhões de toneladas de milho produzido no estado de Santa Catarina, no ano de 1996, 70% foram cultivados em propriedades com menos de 50ha. Para cultivar o milho, o produtor necessita utilizar sementes selecionadas e outros insumos (fertilizantes, herbicidas) que são adquiridos nas empresas agroindustriais atuantes no município. Se o produtor não efetuar o pagamento à vista dos insumos, deverá pagá-los no momento da venda da safra de milho, o que é muito comum.

Mas para que o produtor tenha uma boa colheita, além do trabalho empenhado, é imprescindível que os fatores naturais (climáticos) também colaborem, pois caso ocorra qualquer intempérie (estiagem, enchente, chuva de granizo, vendaval), todo o prejuízo fica a cargo do produtor. Não há, até o momento, qualquer política agrícola

que beneficie o produtor nesse sentido. Assim, o produtor assume todos os custos da produção e, ainda, no momento de vender o produto, ele se sujeita a receber o preço estipulado pelas empresas. É comum, nos períodos de entre-safra, o preço do milho estar mais elevado e, a partir do início da colheita, quando o milho começa a chegar nas empresas, o preço do produto começar a cair. Convém ressaltar que o baixo preço pago pelo milho não está relacionado à má qualidade do produto. A qualidade é assegurada, pois as empresas que adquirem o milho exigem do produtor o cultivo de sementes selecionadas, caso contrário, elas não compram o produto.

Nessas condições, o pequeno produtor integrado tem grandes dificuldades de gerar uma reserva financeira e de adquirir mais terras. Apesar disso, ele ainda dispõe de uma certa autonomia em relação às decisões tomadas em sua propriedade. Entre os integrados essa autonomia é ainda menor, já que a atividade da integração exige muito mais investimento do que o cultivo de milho, por exemplo. Contudo, tanto o preço recebido pelo milho, quanto pelos animais, não corresponde à expectativa de lucro para compensar os investimentos exigidos pelas atividades.

O milho cultivado é de grande importância nas pequenas propriedades do Oeste catarinense, ele serve de matéria-prima para a criação de animais na propriedade e para a produção de ração nas agroindústrias. Por isso, os suinocultores precisam dispor de terra suficiente para cultivar a quantidade de milho necessária na alimentação dos suínos por eles criados. Na área pesquisada, as empresas com as quais os produtores comercializam os suínos exigem deles o cultivo de, pelo menos, 70% do milho consumido pelos animais. Assim, a criação de suínos está estreitamente relacionada com o tamanho da propriedade, ou seja, quanto maior a propriedade, maior a possibilidade de cultivar o e maior pode ser a quantidade de suínos nela criada.

No entanto, o cultivo de milho é apenas uma das atividades das pequenas propriedades, incluindo aquelas integradas às grandes

empresas. Dentre as atividades pecuárias que mais se destacam na agricultura familiar de Santa Catarina, estão a produção de leite e a criação de suínos e de aves. De acordo com o IBGE, no ano de 1996, foram produzidos nas pequenas propriedades 4,5 milhões de suínos, 87,6 milhões de aves e 86,9 milhões de litros de leite. Essa produção representou 80%, 80% e 83%, respectivamente, do total produzido no estado catarinense para aquele ano.

Os sistemas de produção agropecuária "integrada" no segmento da avicultura tiveram o seu início de implantação no Brasil na década de 1960, em Santa Catarina. Posteriormente, foi implementada para a suinocultura, assim como se estendeu para os demais estados do Sul do país. A idéia central contida neste sistema de produção é o da garantia de fornecimento de matéria-prima homogênea e de qualidade, produzidas pelos produtores rurais para a indústria processadora.

Inicialmente o sistema integrado funcionou por meio de acordos informais entre produtor e indústria. Na medida em que os processos foram ficando maiores e mais complexos, foram sendo desenvolvidos mecanismos formais e foram implementados os contratos entre a empresa integradora e o integrado. Diversas indústrias privadas e cooperativas adotaram este sistema, que na atualidade envolve milhares de produtores rurais (UBA, 2008).

Ao produtor, uma das poucas vantagens é a existência de um mercado permanente para o seu produto, o que não lhe garante uma remuneração que realmente valorize suas horas trabalhadas na atividade. Desta forma, a atividade da integração, na maioria das vezes, contribui para a sustentação e desenvolvimento da propriedade, mas está associada a outras atividades que fornecem um complemento da renda.

Para que as premissas acima citadas ocorram na prática e, apesar de que existem variáveis entre as políticas seguidas por cada empresa integradora, pode-se afirmar que, de uma forma geral, as empresas integradoras, por um lado, disponibilizam recursos, na forma de insumos (rações, reprodutores suínos, sementes, pintinhos de corte,

etc.) e assistência técnica, o que, com o trabalho do produtor, irá garantir a produtividade e qualidade necessárias (e exigidas) pelas empresas. Por sua vez, o produtor integrado participa no ciclo produtivo com as suas instalações, mão-de-obra e outros custos, tais como a energia elétrica consumida no processo produtivo, água, etc.

Em termos de avicultura, existe no Brasil praticamente um modelo único de "parceria avícola". As indústrias de forma geral possuem ou detém a capacidade de produção de pintinhos, por ser uma estrutura complexa e que requer elevada tecnificação e controles técnicos, principalmente sanitários. Os referidos pintinhos são transferidos à propriedade do integrado, sem ônus para este, assim como toda a ração consumida no processo, até que os frangos ficam prontos para o abate, quando são retirados pela empresa integradora ou agroindústria (UBA, 2008).

Já na suinocultura, atualmente existem diversas modalidades. Por um lado, há produtores que trabalham dentro do sistema de "Ciclo Completo", o que significa que possuem o seu próprio plantel produtor e efetuam todo o processo de cria, até disponibilizar os lotes de suínos para o abate. Eles adquirem reprodutores, grãos concentrados e/ou rações prontas no mercado e vendem às agroindústriais o seu produto final. Estes suinocultores consideram-se como "integrados" quando adquirem esses insumos a "prazo de lote" (a pagar quando os suínos terminados estão prontos para o abate), ou seja, quando recebem insumos a crédito, com o compromisso (muitas vezes, informal ou não-contratual), de entregar a matéria-prima para a indústria que o apoiou no seu processo produtivo.

Ainda dentro do processo de "integração" na suinocultura existe outra modalidade, conhecida genericamente como "Parceria". Dentro deste sistema, existem dois níveis de produtores: a) o criador de leitões; b) o terminador.

A empresa integradora transfere os leitões para outro tipo de propriedade, ou seja, para os "terminadores". Neste caso, os procedimentos são muito similares aos da avicultura integrada: a

empresa entra com os leitões e as rações e o integrado com as suas instalações, mão-de-obra e alguns custos menores. Também há nestes casos, contratos formais entre o integrado e a agroindústria. Esta retira os suínos, quando atingem peso adequado para o abate.

Se as empresas agroindústria visam "a facilitação e continuidade do processo produtivo e do fornecimento da matéria-prima, procurando o menor custo possível na cadeia produtiva" (UBA, 2008), evidencia-se que estas buscam crescentes lucros, como lógica do sistema capitalista de produção.

Cabe ressaltar aqui que, tanto na suinocultura, como na avicultura integradas, a empresa demanda ao integrado diversidade de atividades na propriedade. Segundo os integrados, "a empresa não quer que eles dependam de uma única alternativa de renda, porque se uma atividade não vai bem, não render, tem a outra para contribuir com as despesas da casa e assim por diante". Essa seria uma maneira encontrada pela empresa para que o integrado se conforme com os baixos ganhos com a atividade integrada, principalmente na avicultura que requer mais e constantes investimentos?!

Nesse sentido, pode-se exemplificar parte de que investimentos são necessários na avicultura, como aqueles destinados à ambientação das aves (tanto no verão, quanto no inverno). No verão, em função das altas temperaturas (entre 26 e 35º C) e da grande concentração (entre onze e quinze mil aves em aviários de cem metros de extensão) na criação de aves, torna-se necessário um eficiente sistema de ventilação para que elas não se sufoquem. Para tanto, o avicultor necessita dispor de diversos (8 a 12) ventiladores grandes. Associado aos ventiladores, há também, o chamado sistema de nebulização, ou seja, um sistema pulverizador de água para umedecer o ambiente.

Ao mesmo tempo em que a água é pulverizada, os ventiladores espalham-na por todo o aviário, deixando, assim, a temperatura mais amena. Por outro lado, no inverno, com a ocorrência de temperaturas próximas a 0ºC, faz-se necessário aquecer o ambiente. Para isso, existem desde os mais antigos aquecedores em forma de campânulas à

lenha ou a gás, até os mais recentes sistemas de tubulação centralizada e subterrânea. Esta é movida também à lenha que é queimada numa fornalha no exterior do aviário, sendo somente o calor conduzido e espalhado para o interior da instalação.

Contudo, todos os investimentos na avicultura, a exemplo dos citados, não são compensados pelo preço das aves entregues para a empresa. A maioria dos integrados entrevistados salienta que as dificuldades de investir na moradia e de adquirir novas terras são conseqüências dos baixos preços dos produtos vendidos.[60] Isso ocorre porque os poucos ganhos com a atividade normalmente são utilizados na aquisição de novos equipamentos ou na manutenção das instalações dos animais; sendo assim, eles não conseguem fazer novos investimentos em benefício da família, caracterizando um processo de empobrecimento.

Além de serem forçados a adotar as novas tecnologias disseminadas pelas empresas, os produtores têm de vender seus produtos num mercado monopsônico. Dessa maneira, eles permanecem em situação de dependência em relação às empresas de equipamentos e de beneficiamento dos animais e, conforme Graziano da Silva (1999, p.141), "muitas vezes as agroindústrias subordinam os pequenos produtores através de mecanismos semelhantes ao do capital comercial". Os integrados estão em suas unidades produtivas e são possuidores de sua força de trabalho, mas são "trabalhadores para o capital", são "úteis ao capital" à medida que proporcionam trabalho gratuito para as empresas nas quais se encontram vinculados (WANDERLEY, 1985). Portanto, sua autonomia é apenas aparente, pois eles são (des)possuídos da condição de dirigentes do processo produtivo.

Como conseqüência das dificuldades de acesso a uma parcela maior de terras, é freqüente encontrar filhos casados, residindo na

[60] Entre os anos de 1996 e 1998, os preços dos frangos vivos na área de Chapecó tiveram uma média de R$ 0,63 ao quilo, já nos anos de 1999 e 2000, a média foi de R$ 0,70 (ICEPA/SC, 2001). Essa pequena elevação ocorreu devido ao aumento das vendas do produto, tanto no mercado interno, quanto nas exportações; essa situação, entretanto, não reflete num aumento de ganhos para o produtor.

mesma propriedade dos pais. A maior parte (setenta por cento) dos entrevistados salientam que as filhas ou filhos casados dividem a mesma moradia com os pais. Com pouco estímulo para prosperarem, as famílias mal conseguem manter a propriedade adquirida pelos pais ao longo de suas vidas.

Por essas questões, empenham ao máximo a força de trabalho familiar nos cultivos realizados na lavoura e, principalmente, nas atividades destinadas ao mercado, como a suinocultura e a avicultura integradas. Essas atividades contêm investimentos equivalentes ao que a família conseguiu economizar durante muitos (quinze, vinte) anos de trabalho e, por isso, os agricultores, de modo geral, não mudam facilmente de atividade. E, para manter o empreendimento e desempenhar todas as atividades (policultura, suinocultura e/ou avicultura) da pequena propriedade é necessário o trabalho de todos os membros da família.

2.4 Os primórdios do dinamismo urbano

Nas primeiras décadas do século XX, com a colonização regional, inicia-se igualmente a instalação de uma infra-estrutura correspondente às dimensões econômicas da região. A extração da madeira e o cultivo de alimentos para a subsistência originam a atividade comercial e industrial do Oeste de Santa Catarina. Nessa senda, no ano de 1920, já se verifica a existência de indústria de transformação na região, mesmo que de forma incipiente, especialmente em Cruzeiro, conforme dados da Tabela 11.

Tabela 11 - Beneficiamento da produção nos municípios de Chapecó e Cruzeiro, 1920

Município	Indústria da alimentação						Indústria da madeira (serraria)
	beneficia. arroz	beneficia. erva-mate	açúcar	manteiga	aguardente	farinha mandioca	
Chapecó	1	1	2	-	2	1	1
Cruzeiro	1	1	31	1	20	-	-

Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em Relação dos estabelecimentos industriais recenseados em 1920. Recenseamento do Brazil (1925).

Cruzeiro destacava-se tanto no beneficiamento de produtos como açúcar e aguardente, quanto no uso de instrumentos agrícolas. Enquanto que em Chapecó havia sido registrados um arado e dois cultivadores, em Cruzeiro a quantidade desses instrumentos aparece bem mais elevada, 58 e 534, respectivamente (Tabela 12).

Tabela 12 - Instrumentos e máquinas agrícolas nos municípios de Chapecó e Cruzeiro, 1920

Município	número de estabelecimen-tos rurais	instrumentos agrícolas						
		arados	grades	semeadeiras	cultivadores	ceifadores	tratores	moedor de cereais
Chapecó	326	1	4	2	2	12	-	9
Cruzeiro	620	58	5	15	534	11	2	46

Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em Recenseamento do Brazil (1925).

Mas o que poderia justificar tal situação se, a princípio, os dois municípios foram criados no mesmo período, a população era em número semelhante (onze mil para Chapecó e treze mil para Cruzeiro), os dois dependiam da agricultura e, portanto, poderiam usar os mesmos instrumentos?

Pode-se considerar que a existência da ferrovia, passando pelo município de Cruzeiro, já começava a mostrar, em 1920, resultados da importância dos meios de transporte para o desenvolvimento de um município, de uma região. Por ela, efetivamente realizava-se a maior parte do comércio entre o Rio Grande do Sul e São Paulo. Tendo acesso à ferrovia, Cruzeiro pôde beneficiar-se mais facilmente da troca de seus produtos agrícolas (mesmo que incipiente) por outros industrializados, vindos do Sudeste brasileiro. Ao passo que Chapecó encontrava-se distante da ferrovia e as estradas eram poucas e precárias. Talvez, por isso, naquele ano, as relações do município com o mercado de ferramentas e utensílios industrializados ainda eram mínimas.

Ao iniciar o processo de colonização, os meios de transporte disponíveis eram à base de tropas de mulas e carroças e continuaram assim por longo tempo. O trem, com a ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul teve papel significativo no transporte de mercadorias em longa distância e em grande quantidade, especialmente no transporte de madeira, erva-mate e demais produtos agropecuários. Após a década de

1920, a ferrovia teve sua importância reforçada com o início do comércio de suínos e derivados (banha, salames e outros), sobretudo para o Sudeste do país.

O comércio começou a se destacar nos núcleos urbanos do Oeste de Santa Catarina dando continuidade às transações intermunicipais e estabelecendo outras com diferentes municípios e estados, como São Paulo e Rio de Janeiro.

A Tabela 13 expressa a importância de Concórdia ainda na década de 1940 quanto ao comércio, especialmente no atacado. Há de se lembrar o fato de que em Concórdia havia o comerciante Atílio Fontana que, naquela época, exercia essa atividade em todo o Vale do Rio do Peixe com conexão para São Paulo, onde comprava e vendia no atacado. Essa situação pode ajudar a explicar o maior número de estabelecimentos de comércio com venda no atacado em Concórdia. Por outro lado, comerciantes dessa cidade poderiam revender seus produtos no varejo nas cidades como Cruzeiro e Caçador, onde o transporte via ferrovia facilitava as transações.

Tabela 13 - Estabelecimentos comerciais no Oeste de Santa Catarina em 1940

Municípios	Comércio (n. de estabelecimentos)	
	Atacado	Varejo
Caçador	6	49
Chapecó	16	50
Concórdia	34	32
Cruzeiro	16	60

Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em IBGE – Censos Econômicos, Agrícola, Industrial, Comercial e de Serviços do ano de 1940.

Já em Chapecó, considerando que a colonização do município era mais recente, havia significativo número de estabelecimentos no varejo (50). Esses dados reafirmam que, nessa época, os comerciantes também ajudavam a dividir forças no campo econômico e político com agentes até então mais tradicionais, como os madeireiros extrativistas e os colonizadores.

A mercadoria adquirida em centros urbanos maiores era revendida para toda a região de abrangência do comércio no Vale do Rio

do Peixe, especialmente para a população rural que era a predominante naquele período. Assim, a venda de máquinas e ferramentas agrícolas, que já vinha acontecendo desde o início da colonização na região, toma maior impulso com o aumento da população rural. Os colonos necessitam dessas ferramentas para as atividades do cotidiano que eram manuais, em sua maioria. Assim, tem-se considerável número de arados de tração animal, principalmente em Chapecó (1.521), Concórdia (1.987) e Cruzeiro (1.794) uma vez que ainda era pequeno o número de tratores. Estes aparecem em maior quantidade somente em Concórdia que possuía 15 unidades no ano de 1940.

Tabela 14 - Maquinários, automóveis e caminhões agrícolas no Oeste de Santa Catarina em 1940

Municípios	tratores	arados	automóveis e motociclos	caminhões
Caçador	1	366	5	7
Chapecó	6	1.521	10	6
Concórdia	15	1.987	4	4
Cruzeiro	3	1.794	5	10

Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em IBGE - Censos Econômicos, Agrícola, Industrial, Comercial e de Serviços do ano de 1940.

Considerando que havia poucas máquinas movidas a motor na área rural do Oeste de Santa Catarina em 1940, sendo em maior número em Concórdia (15 tratores), não poderia ser muito diferente com a existência de automóveis e caminhões nessa mesma época, tanto na área rural quanto urbana dos municípios da região. Os dados do IBGE apontam pequena quantidade de automóveis e motociclos (10 em Chapecó) e também de caminhões (10 em Cruzeiro) (Tabela 14).

Tabela 15 - Pequenas indústrias agrícolas no Oeste de Santa Catarina em 1940

Municípios	alambiques	moendas	moinhos
Caçador	1	16	19
Chapecó	19	533	25
Concórdia	44	448	36
Cruzeiro	27	282	45

Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em IBGE - Censos Econômicos, Agrícola, Industrial, Comercial e de Serviços do ano de 1940.

Na mesma década, em um período em que a indústria ainda era

incipiente, o processo de transformação da matéria-prima era bastante rústico, mas de extrema importância para a população da região. Os exemplos mais comuns de indústrias de transformação eram os alambiques, moendas e moinhos. A ocorrência dessas indústrias era mais expressiva nos municípios de Chapecó, Concórdia e Cruzeiro do que em Caçador, conforme Tabela 15.

Considera-se que, durante vários anos, a ferrovia foi a mais importante via de comunicação e de transporte dessa região com o restante do Brasil. Nas composições que trafegavam à média de 20-30 km/h, além das mercadorias e produtos agropecuários, também eram transportados passageiros. Diversas linhas de trens transitavam diariamente, inclusive linhas internacionais, ligando Buenos Aires ao Rio de Janeiro.[61] Contudo, devido à localização da ferrovia (São Paulo-Rio Grande) no estado catarinense, às margens do rio do Peixe, todo o vale do mesmo nome foi favorecido no transporte, tanto no transporte de mercadoria, quanto de pessoas. Ao contrário, as demais áreas ocidentais do estado não tiveram esta possibilidade. No histórico das ferrovias catarinenses, a importância dessa ferrovia para o Vale do Rio do Peixe também é salientada: "Os produtos das terras do vale do Rio do Peixe rapidamente eram transportados para São Paulo e o Rio de Janeiro, pelos trilhos da São Paulo-Rio Grande" (SEI/SC, 2007).

Sendo assim, a maior parte da produção de riqueza gerada na região, desde o início da colonização por volta de 1920 até a década de 1940, era transportada por estradas de terra que ficavam intransitáveis quando chovia. Nesses períodos, era comum o transporte coletivo (realizado por meio dos auto-ônibus) interromper seu funcionamento dada a precariedade das vias, mesmo nas linhas regulares.

---

[61] Dominado pela corrupção, todo o complexo da Brazil Railway havia entrado em concordata em 1917. Já em 1940, transcorridos os 50 anos do prazo da concessão dada em 1890, juntamente com todos os bens do Sindicato Farquhar, o governo federal encampou essa estrada de ferro, revertendo-a para a autarquia Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPSC), a qual em 1957, somadas a outras autarquias, veio a constituir a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), com 100% das ações pertencentes à União (THOMÉ, 2005).

Fotos 7 e 8 – Auto-ônibus da década de 1930. Nas fotos, modelos de Auto-ônibus da época. À esquerda, Chevrolet Tigre (1934), com 15 lugares e à direita um Chevrolet Gigante (1937), com 18 lugares. Fonte: Milbus (2007).

As dificuldades com transporte e comunicação eram os principais obstáculos para o desenvolvimento da região. O não-transporte, também significava falta de mantimentos nos primeiros anos de colonização, pois poucos foram os que levaram animais como gado bovino, suíno e mesmo galinhas para iniciarem uma criação. Sendo assim, produtos como leite, carne, ovos e banha eram difíceis de serem encontrados nas redondezas das colônias. Quando o transporte nas estradas ficava interditado ou se houvesse enchentes no rio Uruguai, a ponto de impedir a sua transposição, estava impedida também a entrada de mantimentos vindos do Rio Grande do Sul.

Somente em 1940, a região começou receber os primeiros investimentos em infra-estrutura, permitindo a melhoria das estradas. Nesse mesmo período, é introduzido o caminhão para o transporte de cargas em substituição às carroças e, principalmente, às mulas. Além do desaparecimento das tropas de mulas, os principais efeitos do uso do caminhão, dentre outros, foi o desaparecimento das balsas de madeira para a Argentina e o estímulo à produção agrícola de produtos para os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro (FOLADOR, 1991).

O transporte rodoviário e o uso do caminhão começaram a desempenhar a função dos diversos outros meios, inclusive do ferroviário. O transporte de produtos diversos com maior rapidez e em grandes quantidades, aliado à melhoria da infra-estrutura rodoviária, foi o que possibilitou essa substituição. A partir de 1960, também o transporte ferroviário perderia sua competitividade de fretes pelo transporte rodoviário. E, já nos anos de 1970, a Ferrovia do Contestado paralisaria totalmente o transporte de passageiros e, sem faturamento,

entraria em processo de deterioração.[62]

O caminhão exerceu predominância sobre os demais meios de transporte em nível regional porque era o único a transpor distâncias e barreiras desde Dionísio Cerqueira e São Miguel do Oeste. Os trajetos mais freqüentes eram de Chapecó ao Rio Grande do Sul, e em segundo lugar para o litoral catarinense. Neste último caso, poderia passar por Concórdia e Joaçaba ou por Caçador. Apesar das dificuldades em relação às más condições das estradas, o caminhão não dependia de um curso natural (rio) e nem necessitava trafegar em trajeto determinados, como ocorre com o trem.

Salienta-se que o problema do transporte era comum em áreas recém-colonizadas, mas por muito tempo, o Oeste e o Planalto catarinenses ficaram praticamente sem comunicação com o litoral, sendo o maior obstáculo a travessia da Serra Geral. O acesso às vias de transporte apresentava muitas restrições e ocorria por meio de rodovias, poucas e recém-abertas, ou de modo ainda mais limitado, por meio fluvial. Este era mais utilizado para o transporte de madeira e erva-mate, mas também de mercadorias e passageiros. Além disso, a construção da ferrovia margeava o Rio do Peixe, o que proporcionava o acesso a alguns municípios como Concórdia, Joaçaba, Videira, mas não beneficiava, assim, as outras áreas mais ocidentais do estado, como o município de Chapecó.

Nesse sentido, o sistema de transporte implantado em Santa Catarina, ao mesmo tempo em que respondia a uma tentativa de integração do Estado aos pólos da economia agro-exportadora e que refletia sua organização geoeconômica, mesmo que de forma tênue, reforçava e condicionava o isolamento de suas várias zonas.[63] O isolamento dava-se ainda pelo lado político-administrativo, pois se

---

[62] Em 1996, a malha ferroviária vinculada à 5ª Superintendência Regional (Paraná e Santa Catarina) da RFFSA foi privatizada, passando para a empresa Ferrovia Sul Atlântico S.A., com sede em Curitiba, com a promessa de revitalização. Dois anos depois, a empresa foi transformada em América Latina Logística S.A. (ALL) que, desinteressando-se economicamente pela exploração do trecho, suspendeu o tráfego de trens e desativou totalmente a Linha Sul, entre os rios Iguaçu e Uruguai (THOMÉ, 2005).

[63] Assim eram denominadas as regiões catarinenses, ex.: Zona de Chapecó.

verificou que, somente no ano de 1929, um Governador do Estado visitou o Oeste de Santa Catarina.[64] Não havia ainda nenhuma autêntica via de comunicação entre o Litoral e o Planalto para superar a travessia da Serra Geral.[65] A ferrovia São Paulo-Rio Grande, ligando longitudinalmente o estado, continuava a desviar os fluxos do Planalto e do Oeste do estado catarinense para o Sudeste brasileiro (SILVA, E. L., 1978).

A partir de meados da década de 1930, com o aumento da população nos municípios de Chapecó e de Joaçaba, atraída pela colonização, ocorre também uma maior diversificação nas funções urbanas desses municípios. Com as emancipações ocorridas no final dessa década, são as cidades de Chapecó e de Joaçaba que se destacam no cenário regional. Considera-se que elas tenham assumido tal posição em decorrência de uma gama de funções que exerceram nesse período (especialmente após 1940), relativamente maior do que as demais cidades da região.

Essas cidades na década de 1930 ofereciam funções que se restringiam às necessidades imediatas da população que se encontrava muito dispersa. As atividades não atendiam muito além do comércio de produtos de "primeira necessidade". O que caracterizava o comércio eram as denominadas casas de "secos e molhados" que vendiam seus produtos para a população local e compravam os excedentes agrícolas.

No ano de 1940, existiam 66 estabelecimentos comerciais na cidade de Chapecó, considerando atacadistas e varejistas. A maioria desses comerciantes mantinha ligação com o Rio Grande do Sul e empregava 138 pessoas. Já no município de Cruzeiro (Joaçaba), as atividades comerciais são um pouco mais intensificadas, com 76 estabelecimentos e 182 pessoas ocupadas neste setor.

---

[64] O Governador da ocasião era Adolpho Konder (1926-1930), na viagem necessitou andar a cavalo, dadas as limitações de meios de transporte locais. Foi até Dionísio Cerqueira, onde se encontrou com Getúlio Vargas, então governador do Rio Grande do Sul. Lá fundou uma escola, instalou um destacamento da Polícia Militar e nomeou um exator para a arrecadação de tributos (SANTA CATARINA, 2007b).

[65] Essa situação se prolongaria até o final da década de 1970, quando da construção da BR-282.

Tabela 16 - Atividade comercial no Oeste de Santa Catarina, 1940

Municípios	Estabelecimentos comerciais	Pessoal ocupado no comércio
Caçador	55	142
Chapecó	66	138
Concórdia	66	164
Cruzeiro	76	182
Santa Catarina	4.370	-

Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em IBGE - Censo Comercial, 1952 (-) sem informação

No setor industrial, o município de Chapecó apresentava 57 estabelecimentos e ocupava 311 pessoas, tinha por base a erva-mate e a madeira para exportação. No entanto, é o município de Caçador que desponta com considerável número de estabelecimentos industriais (88) e o maior número de pessoal ocupado nesse setor (967 pessoas) na região no ano de 1940, como se pode acompanhar na Tabela 17.

Tabela 17 - Atividade industrial no Oeste de Santa Catarina, 1940

Municípios	Estabelecimentos industriais	Pessoal ocupado na indústria
Caçador	88	967
Chapecó	57	311
Concórdia	38	176
Cruzeiro	51	220
Santa Catarina	2.847	27.899

Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em IBGE - Censo Industrial, 1952

As empresas que atuavam no setor madeireiro eram classificadas de acordo com o gênero ou operação comercial. Assim, era possível encontrar empresas de madeira de lei, pinho em retalhos e atacado; serraria; serraria a vapor; mercador e exportador de madeira; mercador ou empresa de madeira (compra e venda de madeira em geral); engenho de serra de madeira e/ou serraria hidráulica; extração de madeira e madeiras em torras. E como a via de transporte mais utilizada para exportação desse produto era a fluvial, notadamente, a maioria das serrarias localizava-se em áreas próximas às margens do rio Uruguai ou de seus principais afluentes. No caso de Caçador, a ferrovia constituía outra possibilidade no transporte.

No ano de 1949, o estado de Santa Catarina possuía 2.284 serrarias, destas, 2.250 (98%) produziam para exportação. As demais indústrias existentes consistiam em pequenos estabelecimentos, mas indispensáveis para a época - ferrarias, marcenarias, olarias, moinhos, curtumes, funilarias, carpintarias e cervejaria –, e destinavam-se ao atendimento da população dos próprios municípios.

Apesar da constatação de que o primeiro frigorífico de Chapecó data de 1956, a existência de abatedouros de suínos no município acompanhou a colonização da região. Assim, ainda em 1939, o município de Chapecó possuía um abatedouro – Diadema – no distrito de Xaxim, gerando 50 empregos. A matéria-prima do abatedouro, no caso os suínos, era comprada desde as margens do Uruguai até Palmas, PR. A produção de banha, salame e fiambre destinava-se, principalmente, ao mercado catarinense, paulista e carioca. O transporte inicial dos industrializados era feito por meio de caminhões até o Porto de São Francisco e de lá seguiam embarcados de navios até São Paulo, Rio de Janeiro, ou até Joaçaba de onde seguiam de trem até São Paulo (XAXIM, 2007).

Numa perspectiva geral, vislumbra-se que a principal atividade econômica que atribuiu sustentação aos núcleos colonizados no Oeste do estado catarinense até a década de 1940 foi a madeireira. Contudo, o desenvolvimento da região foi pequeno se comparado à quantidade de madeira extraída e a destruição da maior parte de suas florestas. Além dos baixos preços conseguidos com a sua comercialização, o principal motivo foi a não aplicação do capital acumulado na região. Como mencionado, as companhias colonizadoras, em sua maioria, aplicavam o capital proveniente da venda dos lotes de terra e também da comercialização da madeira no Rio Grande do Sul, estado de procedência da maior parte delas.

Por outro lado, vale acrescentar que a fase das balsas, ou seja, da comercialização da madeira via rio Uruguai e afluentes, contribuiu para amenizar a estagnação econômica provocada pela falta de comércio para os produtos coloniais nos primeiros anos em Santa

Catarina. No entanto, mais importante que a atividade dos grandes madeireiros na região, foi o papel desempenhado por pequenas serrarias instaladas para abastecer o mercado regional. As madeireiras retiravam-se à medida que extraíam as madeiras de maior valor comercial, deixando para trás somente as florestas semidestruídas. As serrarias, ao contrário, foram crescendo com o fluxo migratório que exigia um volume maior de madeira para a construção de casas e outras benfeitorias.

Essas incipientes indústrias da madeira tiveram papel preponderante em todo o período de colonização da região. A partir delas, foram surgindo as moradias nas áreas rurais e mesmo todo tipo de construção nos núcleos urbanos. Naquela época, a madeira é que fundamentalmente servia de base para a construção. Além disso, a madeira era a matéria-prima para quase a totalidade das pequenas fábricas de móveis e esquadrias que foram propagando-se na região.

A existência dos moinhos esteve presente desde o início da colonização. Sua difusão ocorreu proporcionalmente à expansão dos núcleos coloniais que dependiam diretamente do consumo da farinha. A farinha de milho era consumida em grande quantidade em forma de polenta, entre os italianos, e de pão de milho, entre os alemães. Aos poucos, os moinhos passaram também a moer trigo e descascar arroz.

Na segunda metade da década de 1930, algumas firmas atuavam no município com extração e comércio de erva-mate, serviços de colonização urbana e rural, extração e exportação de madeira, mecânica (reparos e consertos de caminhões e automóveis), olaria, destilarias; acrescenta-se abertura de agências dos correios (1941, em Xaxim), escolas[66] e casa de saúde (farmácia), com farmacêutico no atendimento.

A partir décadas de 1940 e 1950, houve um crescimento considerável, tanto na diversificação das indústrias da região, quanto na urbanização. Ao longo desse período, no entanto, a região mantém

[66] Uma das escolas do município de Chapecó, no distrito de Xaxim, foi aberta e dirigida pelas Irmãs Franciscanas, no ano de 1942, quando se registrou a matrícula de 140 alunos (XAXIM, 2007).

suas características rurais e a população rural também continua predominando sobre a urbana.

Dessa forma, outras funções começam a aparecer nos seus núcleos urbanos. Algumas fundações e instituições de serviços vão surgindo com o constante, porém lento, crescimento das cidades da região na década de 1940. Na cidade de Chapecó, por exemplo, em uma década foram instaladas 11 instituições que permitiram um avanço no que concerne à comunicação, à segurança e ao transporte, entre outros serviços, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Instituições instaladas na área urbana de Chapecó, 1939-1949	
1939	Jornal A voz de Chapecó
1946	Delegacia Regional de Polícia
1947	Serviço radiotelegráfico da Polícia Militar de Santa Catarina (em Chapecó e em Dionísio Cerqueira)
1947	Jornal d'Oeste
1947	Departamento de Estradas de Rodagem (DER)
1947	Banco Indústria e Comércio S.A. (INCO)
1948	Empresa Força e Luz para a construção da usina hidrelétrica de Chapecó
1948	Serviços dos Portos do Rio Uruguai
1948	Instituto Nacional do Pinho
1948	Posto Agropecuário do Governo Federal
1949	Rádio Sociedade Oeste Catarinense

Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em Bellani (1991); Hass (1993); Alba (1998)

Desses órgãos, o DNER teve fundamental importância para viabilizar os acessos rodoviários aos diversos municípios que iam sendo criados. O transporte rodoviário ainda ocorria em "estradas de terra", em solo basáltico, o que o deixava escorregadio quando molhado. A falta de manutenção das estradas, como citado, ocasionava muitos prejuízos para quem necessitasse deslocar-se ou transportar algo por elas. No ano de 1947, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) instalou uma inspetoria na cidade de Chapecó, dirigida inicialmente por Serafin E. Bertaso. Esse órgão estadual teve papel fundamental na viabilização de abertura e manutenção das estradas em toda a região. As principais rodovias do Oeste de Santa Catarina faziam ligação entre Chapecó e Argentina, passando por Dionísio Cerqueira; Chapecó a Florianópolis,

passando por Joaçaba;[67] Chapecó e Paraná, passando por Xaxim e Xanxerê; Chapecó e Rio Grande do Sul, passando pelo Goio-En.

Diferente do que afirma Bellani (1991), que o Instituto Nacional do Pinho (INP) era responsável por toda atividade extrativa, o INP, como mencionado era encarregado da política comercial madeireira exclusivamente do pinho. Controlava e fiscalizava toda a atividade extrativa desse vegetal no território brasileiro. Além disso, o INP era responsável pelos convênios e tratados comerciais sobre o pinho com outros países.

Os países para os quais a madeira catarinense era exportada em maior quantidade na década de 1940, eram a Argentina, China, Itália, Grã-Bretanha e União Sul-Africana[68]. A Argentina era o comprador que mais se destacava entre os demais, adquirindo 151 mil m^3 (78%) da madeira de pinho catarinense ou 599 mil m^3 (75%) da madeira de pinho brasileira, no ano de 1947. É possível acrescentar que, em grande medida, a madeira extraída em matas do Oeste de Santa Catarina, também teve como destino a Argentina. O processo comercial era favorecido com a utilização do rio Uruguai como via de transporte.

Outra instituição implantada na época e com finalidade de atender ao comércio da madeira exportada foi o chamado Serviço dos Portos do Rio Uruguai. Este instalou bases de atendimento, como postos de fiscalização, classificação e medição de madeira nos diversos portos ao longo do rio Uruguai (Barra, Goio-En, Chalana, São Carlos, Lucena, São Borja, Barra do Quaraim), desde 1933 (BELLANI, 1991).

---

[67] Essa rodovia, a BR-282, liga o extremo Oeste do estado a Florianópolis. Até fins da década de 1960 ainda não havia sido asfaltada e era denominada de "Estrada do Trigo" (BORDIGNON, 1968).

[68] A União Sul-Africana foi criada em 31 de maio de 1910 no território da atual África do Sul, com o estatuto de Domínio do Império Britânico, na seqüência da derrota das repúblicas *boers* (descendentes de holandeses) pelos britânicos. A União incluiu as quatro províncias que antes eram, ou repúblicas *boers* ou colônias britânicas e que passaram a designar-se: Província de Cabo, Natal, Estado Livre de Orange e Transvaal. Esta União durou até 31 de maio de 1961, quando foi declarada a República da África do Sul (TVCULTURA, 2007).

Tabela 18 – População no Oeste de Santa Catarina, 1950

Municípios	n. habitantes	pop. urbana (%)
Z. do Iguaçu – Chapecó*	96.624	11
Caçador	23.723	34
Capinzal	13.935	14
Concórdia	48.014	8
Joaçaba	48.299	19
Piratuba	12.620	15
Tangará	13.359	15
Videira	23.625	20
Total regional	280.289	
Total Santa Catarina	1.560.502	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1955.* Chapecó pertenceu ao Território do Iguaçu no período de 1943-1946, quando passou a pertencer novamente a Santa Catarina.

A atividade madeireira é, notadamente, a que mais se destaca na economia regional na década de 1940, dada a preocupação dos órgãos governamentais em providenciar infra-estrutura e serviços para atender às necessidades emergentes dessa atividade. Já na década seguinte, diversas outras mudanças aparecem em nível regional, a começar pela população que passa a se urbanizar, especialmente em Caçador que aparece com 34% de sua população residindo na área urbana no ano de 1950.

Já o município de Chapecó, mesmo contendo apenas 11% do total de sua população urbana, era o maior núcleo urbano de toda a região, com pouco mais de 10 mil habitantes. Não indicava um fenômeno urbano em si, como um modo de vida, sugerido por Lefèbvre (2001), no entanto, começava a apresentar indícios de seu crescimento com considerável variação em suas principais funções urbanas para a época, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Principais funções urbanas de Chapecó em 1950

Automóvel	30	Serviços diversos			
Caminhão de frete	17	Açougue	2	Fotógrafo	1
Caminhão particular	82	Agência bancária	1	Funilaria	1
Caminhonete	20	Alfaiataria	3	Hospital	1
Carroça de frete	18	Artefatos de cimento	1	Hotel	7
Carroça particular	216	Banca jornal/revista	1	Jornal	1
Charrete	1	Bar	32	Livraria	1
Jeep	16	Barbearia	3	Mercador de cereais	1
Motocicleta	1	Bazar-quiosque	1	Mercador de suínos	1
Ônibus	21	Cancha de bocha	1	Oficina eletrônica	3

Táxi	7	Casa comercial	46	Oficina mecânica	5
Trilhadeira	5	Churrascaria	2	Posto gasolina	1
Indústria de transformação		Cinema	2	Relojoaria	2
Bem. Madeira	1	Correio	2	Sapataria	3
Engenho de erva-mate	6	Depósito de bebida	2	Selaria	3
Fábrica de aguardente	5	Emp. colonizadora	3	Tinturaria	1
Fábrica de cadeiras	1	Emp. construtora	1	Tipografia	2
Fábrica de cama	1	Engraxataria	2	Vulcanização	1
Fábrica de esquadrias	1	Farmácia	4		
Fábrica de gasosa	1	Ferraria	8		
Marcenaria	4				
Moinho	6				
Olaria	5				
Padaria	2				
Serraria	22				

Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em Hass (1993), Xaxim (2007).

No decorrer da década, outras instituições são instaladas na cidade de Chapecó. O destaque é para a criação dos dois primeiros frigoríficos (Quadro 4) que representarão, nas décadas seguintes, grande mudança no setor industrial do município. Assim, Chapecó e Joaçaba – com 9 mil habitantes - são os dois núcleos urbanos mais importantes na região Oeste de Santa Catarina até o período considerado.

Quadro 4 - Instituições instaladas na área urbana de Chapecó década de 1950	
1950	Jornal do Povo
1951	Jornal O Imparcial
1952	Associação dos Balseiros do Rio Uruguai, em Porto Goio-Em
1952	Fundação da S.A. Indústria e Comércio (Frigorífico Chapecó)
1952	Banco do Brasil
1956	Frigorífico Indústria e Comércio Marafon Ltda. (Incomasa)
1958	Diocese de Chapecó

Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em Hass (1993)

As funções urbanas presentes na região, a exemplo das agências bancárias e correios, eram essenciais para o funcionamento da economia regional daquela época e serviam como meio de articulação entre os diferentes locais. Eram os núcleos urbanos que ofereciam serviços de saúde e educação. Mas em diferentes localidades era possível encontrar um pouco de lazer para a população local, sendo comuns os jogos de bocha e baralho e corridas de cavalo.

No entanto, quando se trata de telefonia, esta não era difundida entre a população, sua existência ainda apresentava problemas e,

quanto mais ao Oeste do estado, menor era o seu funcionamento. O Oeste foi a região mais excluída do processo de implantação do sistema telefônico de Santa Catarina até meados do século XX. As empresas responsáveis alegavam que a região não apresentava grande expressão econômica (SANTOS A. L., 2005), o que inviabilizava a implantação das linhas telefônicas.

O destaque para a cidade de Joaçaba, por exemplo, deve-se à sua posição de importante entreposto comercial estruturado à margem da ferrovia São Paulo-Rio Grande, desde o período de construção dessa via, no início do século XX. A sua localização possibilitou centralizar os produtos agropecuários adquiridos dos colonos e também a venda de produtos industrializados vindos de São Paulo e Rio de Janeiro. De modo semelhante o transporte ferroviário favoreceu os municípios de Concórdia e Caçador.

Pode-se admitir, nesse sentido, que as cidades de Chapecó e, especialmente, Joaçaba exerciam papel regional, abrangendo as demais cidades e localidades situadas em seu entorno imediato. No processo histórico de formação da região Oeste de Santa Catarina, alguns núcleos urbanos começam a se destacar. No entanto, o que foi construído até esse período servirá de base para o fortalecimento de diversas cidades que despontarão na região a partir das décadas seguintes.

Essas cidades irão inserir-se na rede urbana brasileira, especialmente a partir da comercialização e industrialização de carnes de aves e suínos – principais atividades econômicas da região. A formação das agroindústrias, com a implantação do sistema integrado de produção animal, bem como as mudanças nos hábitos alimentares da população brasileira, também faz parte do processo, como será abordado no próximo capítulo.

3 DOS FRIGORÍFICOS ÀS AGROINDÚSTRIAS

As mudanças ocorridas do modo de produção mercantil em capitalista tiveram significativas marcas no processo de construção do espaço no Oeste de Santa Catarina. A transformação dos pequenos frigoríficos em grandes agroindústrias teve grandes e efetivas repercussões, tanto na agricultura quanto no comércio e na indústria regional. Neste capítulo será apresentado de que modo o processo de urbanização no Brasil, a mudança nos hábitos alimentares da população e as políticas públicas contribuíram para a expansão e consolidação das agroindústrias de carnes em de Santa Catarina.

3.1 O processo de urbanização e a expansão do mercado de alimentos no Brasil e a emergência das agroindústrias de carnes no Oeste Catarinense

Para compreender a formação da região agroindustrial em Santa Catarina, torna-se imprescindível o entendimento do contexto no qual a região foi inserida na produção brasileira de suínos e aves. O período que vai da década de 1930 até a de 1970 caracterizou-se por profundas mudanças estruturais na economia brasileira.

3.1.1 O processo de urbanização e a expansão do mercado de alimentos no Brasil

A partir da década de 1930, medidas de controle cambial e de restrições às importações, colocadas em prática com o objetivo de resolver os problemas do balanço de pagamentos, estimularam a produção industrial para substituir as importações de bens de consumo não-duráveis (ARAÚJO, 2002). Esse período constituiu uma fase de integração dos vários segmentos produtivos nacionais com esforço de congregação e formação de um mercado nacional.

Foi o momento da constituição do capital industrial, período denominado por diversos autores de fase da "industrialização pesada". Foi quando o Estado brasileiro realizou investimentos estratégicos e de altos custos e riscos. É desse período a fundação de empresas estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)[69], Petrobrás[70], Eletrobrás[71], entre outras. Com a industrialização, a economia ganhou

---

[69] A Companhia Siderúrgica Nacional foi fundada em 9 de abril de 1941 e iniciou suas operações em 1946. Como primeira produtora integrada de aço plano no Brasil, a CSN é um marco no processo brasileiro de industrialização. Com o aço, foi viabilizada a implantação das primeiras indústrias nacionais, núcleo do atual parque fabril brasileiro. Após mais de seis décadas de atividade, foi privatizada em 1993 (CSN, 2007).

[70] A constituição da Petrobras (Petróleo Brasileiro S/A) foi autorizada em outubro de 1953, com o objetivo de executar as atividades do setor de petróleo no Brasil em nome da União. Iniciou suas atividades com o acervo recebido do antigo Conselho Nacional do Petróleo (CNP), que manteve sua função fiscalizadora sobre o setor. Em 1997, o Brasil, por intermédio da Petrobras, ingressou no grupo de 16 países que produz mais de 1 milhão de barris de óleo por dia. Nesse mesmo ano, em 6 de agosto, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei n. 9.478, que abriu as atividades da indústria petrolífera no Brasil à iniciativa privada. "Com isso a Petrobras perdeu a exclusividade e foi legalmente obrigada a participar dos leilões promovidos pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, para obter áreas de exploração. Essa autarquia federal foi encarregada pela União de promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo". Empresas do Grupo: Petrobras Distribuidora S/A – BR, Petrobras Energia Participariones S.A., Petrobras Química S/A – PETROQUISA, Petrobras Gás S/A – GASPETRO, Petrobras Transporte S/A – TRANSPETRO, Downstream Participações S. A. e Petrobras Internarional Finance Company – PIFCo (PETROBRAS, 2007).

[71] Criada em 1962, a Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.) lidera um grupo composto de seis empresas subsidiárias (Chesf, Furnas, Eletrosul, Eletronorte, CGTEE e Eletronuclear), do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) e ainda possui metade do capital da Itaipu Binacional. A empresa é a maior companhia do setor de energia elétrica da América Latina. Em 2006, a capacidade geradora das concessionárias do grupo Eletrobrás, acrescida de metade da potência de Itaipu pertencente ao Brasil, alcançou a marca de 37.941 MW, correspondentes a 39% do

um dinamismo próprio e iniciou o processo de substituição de importações, ou seja, passou-se a produzir no país o que antes era importado. Na evolução do processo de substituição das importações, têm-se três fases: a) produção de bens de consumo imediato (não-duráveis); b) produção de bens de consumo duráveis; c) produção de bens de capital e de insumos básicos (BRUM, 1987).

No processo de implantação das políticas de modernização, o governo busca na federalização dos recursos uma tentativa de minimizar as pressões políticas locais e conferir maior racionalidade à distribuição desses recursos. O governo brasileiro procura criar estratégias para o desenvolvimento de um plano de expansão do mercado interno e consolidação do capitalismo industrial nacional, tendo o planejamento como mecanismo central. O objetivo era o de organizar o desenvolvimento de forma a evitar rupturas que pudessem colocar em risco a execução de uma macropolítica, anteriormente definida (GONÇALVES NETO, 1997).

Esse processo gerou uma intensa expansão urbana e industrial com a ampliação das novas funções urbanas e segmentos produtivos que, por sua vez, direcionaram e elevaram a demanda interna por produtos rurais. A urbanização brasileira tornou-se um fator determinante na organização do espaço, sobretudo, a partir da década de 1940, quando o país começou a incentivar a industrialização, incluindo também a implantação de empresas estrangeiras no território brasileiro, além das nacionais.

Entre as décadas de 1940 e 1980, verifica-se uma transferência muito grande da população rural para as cidades, invertendo, desse modo, o lugar da habitação, saindo do meio rural para o urbano (SANTOS, 1993). Na década de 1940, a taxa de urbanização no Brasil era de 26,35%; em 1980, no entanto, já havia mudado para 68,86%. Nesses quarenta anos, a população total do Brasil triplica (41 para 119

---

total nacional. As linhas de transmissão pertencentes ao grupo, com 56.718 quilômetros de extensão, representam 65,9% do total nacional (ELETROBRÁS, 2007).

milhões), enquanto a população urbana multiplica-se por sete vezes e meia (10,8 para 82 milhões) (IBGE).

Com o crescimento da população urbana, a demanda por produtos de qualidade que atendessem à nascente indústria também continuava aumentando. Isso se tornou um fato impulsionador de políticas que deveriam também atender ao rural, para que este pudesse ser eficiente o suficiente no suprimento do mercado nacional. Ao mesmo tempo, era necessário liberar mão-de-obra para as atividades urbanas e isso poderia ser possível com maior mecanização da agricultura, "modernizado-a". Nesse processo de reestruturação, surgem as políticas agrícolas baseadas em uma concepção de planejamento induzido pelos mercados de produtos rurais mediante menores custos e riscos do processo produtivo privado. Assim, estimula-se a adoção de pacotes tecnológicos, dentro da chamada "Revolução Verde", considerando o uso intensivo de maquinário e produtos químicos como sinônimo de modernidade e competitividade.

Desse modo, surgia um novo padrão agrícola orientado fundamentalmente para uma integração vertical, tendo por base o aumento de produtividade. É nesse contexto que é criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) – mecanismo financiador dos novos processos produtivos rurais (como será abordado posteriormente, no item 3.2.2). A manutenção da estrutura agrária e política local, regional, denominada "Modernização Conservadora" pode ser considerada uma das características das políticas implantadas na época.

Na década de 1950, o setor agropecuário brasileiro, que era "quase auto-suficiente", passou a fazer parte (e depender) de um conjunto maior de atividades. Graziano da Silva (1982) salienta que no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, ocorrido no pós-guerra, a agricultura converteu-se, aos poucos, num setor subordinado à indústria e por ela transformado.

Além desse, outros autores se referiram a um novo padrão da dinâmica da agricultura surgida no Brasil em meados da década de 1960, como Sorj (1980). Este observou que, a partir dessa década, a

dinâmica da agricultura estava determinada pelo padrão de acumulação industrial, centrado no desenvolvimento dos "complexos agroindustriais". A ação do Estado, nesse contexto, orientou-se para a modernização da agricultura, a fim de integrá-la ao novo circuito produtivo, liderado pela indústria de insumos e processamento de matéria-prima.

Para Müller (1986), o fato mais importante que permitiu delimitar a década de 1960 como um marco do novo padrão agrícola relaciona-se com a constituição do "complexo agroindustrial (CAI) brasileiro", a partir da negação do predomínio do complexo agro-comercial até então existente. E, o elemento imbricado nas diversas atividades, tanto na agricultura como nas indústrias de maquinários ou processadoras, eram as atividades do capital conduzidas por uma regulação macroeconômica mais geral.

Esse aspecto foi bem abordado por Delgado (1985), que também explorou a implementação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) no país, na referida década. Para o autor, aquele momento pode ser considerado como uma ruptura do antigo estilo de desenvolvimento e a implantação de um novo padrão agrícola, resultado da conjugação de alguns fatores fundamentais como a consolidação das agroindústrias e as mudanças da base técnica da produção agrícola. Acrescentam-se, ainda, a intensa urbanização, o crescimento do emprego não-agrícola (que demandava mais produtos agrícolas), o crescimento e diversificação das exportações, a organização do SNCR e a política de crédito rural para o projeto de modernização da agricultura.

Particularmente, para o final dos anos 1960, o mesmo autor ressaltou a existência de um conjunto de condições macroeconômicas e de políticas internas que possibilitaram diversas mudanças qualitativas no desenvolvimento da agricultura. Essas condições refletiriam no lugar ocupado pela agricultura no padrão geral de acumulação do país. Essa mudança concretizava-se nos "complexos agroindustriais" e na integração de capitais intersetoriais pelo capital financeiro. Esse processo tomaria uma posição efetiva a partir da década seguinte.

Na década de 1970, o setor agrícola brasileiro assumiu uma nova e importante função. Além de produtor de alimentos e matérias-primas, também começou a absorver parcela da indústria de maquinários voltados à agricultura. A política de crédito rural, subsidiada pelo governo, tinha como finalidade a modernização do setor agropecuário brasileiro. Esse processo trouxe consigo uma alteração na estrutura industrial, ocasionando avanços tecnológicos e a internacionalização da economia.

Essa mesma modernização permitiu a reunificação de interesses das classes dominantes e, com ela, foram acentuadas as desigualdades sociais e a maior concentração de terras. Nesse contexto, houve alguns privilegiados em detrimento de tantos outros produtores não atendidos pelo processo de modernização, pois este não atingiu de forma homogênea aqueles (produtores rurais) que por ela esperavam para produzir mais e melhor. A política de crédito adotada possibilitou ao Estado restabelecer o seu "poder regulador macroeconômico". O crédito rural foi considerado como o alicerce da política da modernização conservadora ocorrida no Brasil na década de 1970 (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Diversas modificações ocorreram na agricultura brasileira pós essa década. Dentre outras, pode-se citar uma maior intensificação no uso de mecanização e de adubos químicos e agrotóxicos. Na agricultura familiar, particularmente, houve uma maior especialização no que tange à produção. Apesar de o agricultor moderno ainda manter certa diversidade em sua unidade produtiva, passou a ter uma ou duas atividades principais que respondiam pela maior parcela em sua renda, como no caso da especialização na suinocultura e avicultura. Assim, um número significativo de produtores da agricultura familiar passou a integrar as agroindústrias instaladas no país.

Essas mudanças na agropecuária e indústrias brasileiras ocorreram num momento em que a população brasileira transitava do campo para a cidade. Isso significou também mudança nos hábitos alimentares de uma população que, em grande parte, passou de

produtora a consumidora. Com a implantação dos pacotes agrícolas, o novo modo de "o que" e "como" produzir será em função de "o que se consome", pela população urbana, principalmente. Nesse sentido, a agricultura e a indústria de alimentos, do mesmo modo, passam por mudanças para atender às novas "necessidades" dessa população cujos hábitos alimentares passam por mudanças. Na realidade, é um momento de bastante interesse por parte das empresas agroindustriais que vêem nas cidades um crescente mercado para seus novos produtos.

3.1.2 Mudanças nos hábitos alimentares

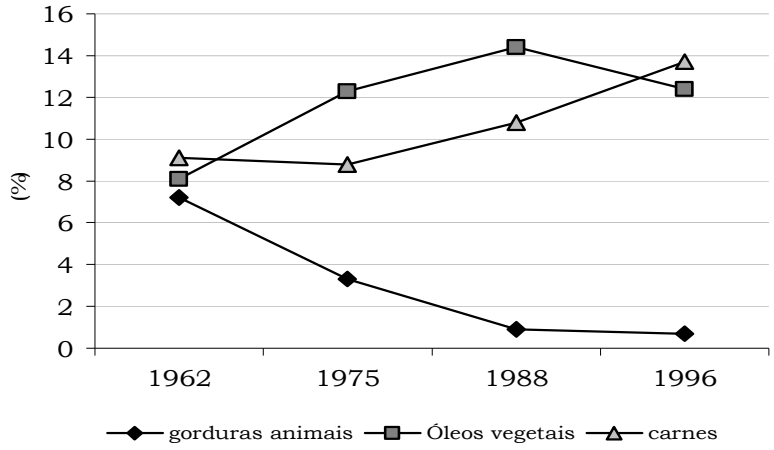
Os hábitos alimentares são as formas como os indivíduos ou grupos selecionam, consomem e utilizam os alimentos disponíveis. Isso inclui os sistemas de produção, armazenamento, elaboração, distribuição e consumo de alimentos (ARRUDA, 1981). As mudanças nos hábitos alimentares da população brasileira, com ênfase à população urbana, têm sido temática de diferentes áreas de estudo. Aqui, deseja-se ressaltar a relação entre as mudanças nos hábitos alimentares da população brasileira com o crescimento da produção de carnes de aves e suínos e a substituição de gorduras animais, como a banha, por produtos de origem vegetal. E, nesse processo de mudanças, ocorre a firmação da produção agroindustrial e das agroindústrias do Oeste de Santa Catarina.

Souza e Hardt (2002), em estudo acerca dos hábitos alimentares brasileiros, enfatizam ter havido aumento contínuo no consumo de ovos, leite e derivados e acréscimo no consumo de carnes. Constatam ter ocorrido uma substancial progressão do consumo de gorduras vegetais em detrimento de gorduras de origem animal em todo o país no período de 1962 e 1975. As maiores mudanças estão relacionadas ao consumo de gorduras, na substituição da banha e do toucinho, e manteiga por margarina e óleos vegetais.

É importante lembrar que a introdução dos pacotes tecnológicos na agricultura ocorreu nesse período, fazendo com que houvesse uma

maior produção de grãos para exportação, como soja. A maior produção de soja significou também a produção de óleo de soja e margarina, e de seus derivados. Esses dois produtos foram introduzidos no consumo alimentar brasileiro de modo a substituir o consumo de produtos de origem animal, como banha e manteiga. O resultado disso é que, em 1962, as gorduras animais (banha, toucinho e manteiga) representavam 7,2% na disponibilidade total de energia consumida no Brasil e, no ano de 1975, a representação caiu significativamente para 3,3%. Já as carnes representavam 9,1% em 1962 e passaram para 8,8% em 1975. Por outro lado, o maior consumo de margarina e óleos vegetais fez com que eles passassem de 8,1% para 12,3% na disponibilidade de energia nos alimentos da população brasileira nos anos 1962 e 1975, respectivamente (MONTEIRO e MONDINI, 1994).

Gráfico 1
Participação relativa (%) de grupos de alimentos na disponibilidade total de energia - Brasil, 1962-1996



Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em Monteiro e Mondini (1996); Monteiro, Mondini e Costa (2000).

A contínua diminuição no consumo de gorduras animais é expressa no Gráfico 1, especialmente entre 1962 e 1988. Houve nesse período uma queda acentuada da participação das gorduras animais dentre os alimentos da população brasileira, passando de 7% para 0,7%.

Os hábitos alimentares brasileiros continuaram em progressiva mudança, trazendo consigo outras significativas alterações. No período entre 1988 e 1996, nas áreas metropolitanas brasileiras, a alteração que mais se destacou foi o aumento na importância relativa das carnes, que passou de 10,8% para 13,2% do total calórico. Em 1996, as gorduras animais (banha, toucinho e manteiga) representavam apenas 0,7% na disponibilidade total de energia consumida no Brasil, e os óleos e gorduras vegetais, 12,4%.

O aumento do consumo de carne pode refletir a necessidade do brasileiro de mostrar certa ascensão social, especialmente para grande parte da população que sempre viveu à margem do consumo. Além disso, a carne é um dos alimentos que causam maior sensação de saciedade. A redução do consumo de feijão e de farinha de mandioca, bem como o crescimento do consumo do pão francês, aponta para um novo hábito que vem crescendo; o "lanche" que aparece, talvez, em substituição do jantar (BLEIL, 1998 p. 23). A difusão do uso dos congelados, enlatados, microondas e do refrigerante, no Brasil, é característica de que a alimentação também está associada à redução de tempo para o preparo das refeições. Nesse sentido, as novidades da indústria alimentar conquistam novos consumidores todos os dias.[72]

As referidas pesquisas apontam para a ocorrência de uma transição nutricional no Brasil, diretamente relacionada com mudanças econômicas, sociais, demográficas e de saúde.[73] As modificações refletem, de um lado, as variações no preço relativo de gêneros alimentares, levando às substituições de alguns alimentos por gêneros industrializados.[74] Por outro lado, pode-se incluir um aumento do

---

[72] A propaganda televisiva tem um papel decisivo nesse processo. Na década de 1980, o número de lares brasileiro que possuía televisão chegava a 80% (BLEIL, 1998). Nesse sentido, as agroindústrias catarinenses também investem em suas propagandas em horários de grande audiência televisiva, em canais nacionais abertos, ou seja, em canais de TV gratuitos.

[73] A transição nutricional pode ser definida como as mudanças nos padrões nutricionais resultantes de modificações na estrutura da dieta dos indivíduos (SOUZA e HARDT, 2002).

[74] Como exemplo da substituição, registra-se o decréscimo do consumo do feijão e arroz. Esse fator, acompanhado por substituições de refeições por lanches,

interesse em relação à nutrição e à saúde que vem tomando lugar no Brasil.

Outras características das mudanças dos hábitos alimentares estão associadas ao comportamento do consumidor brasileiro que, especialmente nos grandes centros urbanos, tem aumentado a alimentação fora de casa e a preferência pela compra de gêneros alimentícios em supermercados. Salienta-se que esses fatores favorecem a diversificação de gêneros e o consumo de alimentos industrializados.

Essas tendências devem ser relacionadas à mudança no estilo de vida da população, que busca diminuir o tempo gasto em compras e no preparo e/ou consumo de alimentos e também relacionadas ao papel do abastecimento de certos produtos em detrimento de outros gêneros alimentícios. A diferença existente entre diferentes classes sociais da população em relação ao acesso a gêneros alimentícios, tanto em termos qualitativos como quantitativos, é enfatizada, assim como o aparecimento de um novo desequilíbrio nutricional, ao lado da contínua prevalência das formas tradicionais de desnutrição (ARRUDA, 1981; SOUZA e HARDT, 2002).

Em meio às mudanças nos hábitos alimentares da população brasileira, as agroindústrias do país crescem em ritmo acelerado e, em Santa Catarina, o momento é de emergência e expansão das agroindústrias, principalmente no Oeste do estado.

3.1.3 Emergência e expansão das agroindústrias de carne suína

No final da década de 1950 e início de 1960, as agroindústrias Sadia, Perdigão, Coopercentral, Seara e SAIC já se firmavam como as maiores do estado de Santa Catarina. O processo de produção e industrialização da carne suína da região apresentava-se em plena expansão, o que permitiria, mais tarde, a consolidação dessas empresas.

Fazendo parte desse processo de crescimento do setor

---

traduzindo-se em dietas desequilibradas, em especial quanto à quantidade de ferro (BLEIL, 1998).

agroindustrial catarinense e mesmo brasileiro, começa a se delinear um novo perfil na demanda de produtos suínos. A banha, principal produto comercializado pelas agroindústrias, passa a perder espaço no mercado, pouco a pouco, para o consumo de óleos vegetais. Com isso, há uma pressão para novos direcionamentos do segmento agroindustrial, no sentido de diversificar e reorientar o processamento de sua matéria-prima. Como solução, inicia-se o processo de substituição da comercialização de banha pela comercialização de carne suína.

Porém, os tipos de suínos que até aquele momento formavam o plantel da região Oeste do estado não correspondiam mais ao novo perfil de demanda, o que passou a ser um entrave no setor agroindustrial. Para solucionar esse impasse, o Governo do estado passa a intervir e busca, no exterior, novos tipos de suínos que ofereçam maior rendimento de carne. A Sadia foi a empresa que, com o incentivo do Governo catarinense, pioneiramente introduziu o suíno *Duroc-Jersey*, norte-americano, na suinocultura da região, adaptando-se às exigências do mercado (WAINTUCH, 1995). E assim, deu-se o início de todo um processo de substituição dos suínos de espécie que apresentavam muita banha, por espécies, cada vez mais modificadas, que apresentassem a menor quantidade de banha possível.

A partir da década de 1970, dentro da chamada "modernização da agricultura" brasileira, o estado de Santa Catarina criou um conjunto de assistência técnica e programas de crédito voltados à agricultura.[75] O objetivo dos Governos era difundir as inovações tecnológicas com a finalidade de aumentar a produção e a produtividade agropecuária para atender ao mercado consumidor que, a partir desse momento, estava crescendo e diversificando-se, especialmente nas áreas urbanas.

---

[75] Diferentes autores abordam a temática agricultura brasileira; no entanto, há os que reservam profícuas críticas com relação à sua modernização. Principalmente por ela ter sido direcionada para alguns setores agrícolas e atender apenas parcela dos agricultores, o que permitiu a reunificação de interesses das classes dominantes. Por isso, foi denominada de "modernização conservadora". Dentre os autores, podem ser citados Guimarães (1982); Graziano da Silva (1982); Martine (1990) e Amstalden (1991).

As novas técnicas agrícolas, no entanto, eram apenas para uma parcela de agricultores que, geralmente, estavam integrados às empresas Sadia, Chapecó, Coopercentral e Perdigão. A assistência técnica e o crédito rural eram difundidos por meio das empresas criadas ou reestruturadas na década de 1970 pelo Governo estadual para esse fim, como será visto posteriormente (Item 3.2.2).

Com a atuação do Governo estadual em vários setores no Oeste de Santa Catarina, ocorre a expansão das empresas agroindustriais. A S.A. Ind. e Com. Chapecó (SAIC), criada na década de 1950, passou por um processo de expansão na década de 1970; em 1967, foi formada a Cooperativa Regional Alfa Ltda., para a comercialização e industrialização de cereais; em 1969, foi fundada a Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda. (Coopercentral - Aurora), voltada para a produção e comercialização de carne de suínos. Esta passará a controlar um conjunto cada vez maior de cooperativas, como a Cooper Alfa. Em 1970, a Sadia Avícola S.A., que já existia em Concórdia, implanta uma unidade industrial em Chapecó para abate e industrialização de frangos. Em 1975, a Ceval Agroindustrial começa a atuar em Chapecó, com refinamento de óleos vegetais. Originária do município de Gaspar – SC, desde 1971, a Ceval adquiriu, na década de 1980, a Seara, para industrialização de frangos e suínos (CHAPECÓ, 1984; PERTILE, 2001).

Um conjunto de fatores proporcionou a consolidação das agroindústrias em Santa Catarina ainda na década de 1950. Fatores esses que vão desde o uso da estrada de ferro para o barateamento no transporte ou aquisição de caminhões frigoríficos ou aviões, a busca por melhoria genética e aquisição de força de trabalho especializada para produção de matéria-prima padronizada, a instalação de filiais comerciais em outros estados, como São Paulo, até a instalação de empresas próprias para embalagens.[76] No entanto, uma participação

[76] Espíndola (2002) ressalta que, dessa forma, as empresas "rompiam a dependência externa aos grandes atacadistas que comercializavam produtos de uma gama de frigoríficos". E que, a partir da interferência de Nereu Ramos no Ministério da

mais efetiva das agroindústrias no mercado nacional e mundial de carnes seria consolidada com o amplo favorecimento por políticas públicas dos governos federal e estadual, nas décadas de 1960 e, especialmente, 1970.

O processo de modernização agrícola imposto nos anos 1970 evoluiu para uma produção ainda mais intensiva nos anos 1990. Processo esse que também teve seus reflexos na produção dentro das propriedades agrícolas integradas às agroindústrias catarinenses. Apenas parte dos pequenos produtores conseguiu ser incluída no processo, os demais foram excluídos por não se adaptarem às exigências das empresas. Os produtores inseridos associaram-se ao capital industrial por meio do sistema de integração e, apesar de perderem o controle do processo produtivo, conseguiram reproduzir-se como pequenos produtores (PIZZOLATTI, 1996).

Essa forma de integração na produção de suínos e aves possuiu sua base nas pequenas unidades familiares que dispõem de força de trabalho, terras e de parte dos meios de produção. Contudo, esses integrados encontram-se inseridos e subordinados pelo capital que, mediante a exploração econômica, em múltiplos momentos apropria-se do trabalho excedente.

Já no ano de 2001, as empresas continuamente solicitavam inovações em todos os equipamentos destinados à criação dos animais na integração. Pensa-se que essa seja uma das formas encontrada pelas empresas para continuarem mantendo os pequenos produtores em sua dependência, além de estarem persistindo na busca por melhores índices de produtividade. Na avicultura e suinocultura, por exemplo, além da exigência de melhores equipamentos, as agroindústrias investem no melhoramento genético[77] de suas matrizes animais. O

Aeronáutica, a empresa Sadia constituiu, em 1955, a Sadia S.A. Transportes Aéreos (ESPÍNDOLA, 2002, p.145).

[77] O melhoramento genético é um programa que vem sendo executado desde o ano de 1980, pela Associação Catarinense de Criadores de Suínos, Secretaria da Agricultura e empresas vinculadas. O programa é executado mediante visitas às granjas, com prestação de assistência técnica e realização de provas zootécnicas dos reprodutores. Tais provas, ou Testes de Granja obedecem a um regulamento do Ministério da Agricultura/ABCS. A importação de reprodutores e sêmen, e o uso de sêmen das

objetivo é obter melhores produtos de aves, suínos e seus derivados (PERTILE, 2001).

Acompanhar as inovações tecnológicas tornou-se muito importante para as agroindústrias, uma vez que necessitavam acompanhar as evoluções exigidas pelo mercado consumidor – resultado do concorrente mercado nacional e externo. Nesse contexto, os produtores são responsáveis por aplicar as inovações na produção da matéria-prima e em tempo cada vez mais reduzido. Pode-se dizer que os integrados são os mediadores entre a tecnologia e alta produtividade. São eles que irão garantir a qualidade da matéria-prima para processamento industrial que, por sua vez, produz para um exigente mercado consumidor.

A concentração da produção e a tecnologia, como o melhoramento genético dos animais reprodutores, são características que fizeram e fazem da agroindústria catarinense de suínos uma das mais competitivas do país. Santa Catarina, nesse sentido, é o estado brasileiro de maior exportação de carne suína.

A produção de matrizes com a finalidade de obter suínos com genética cada vez mais modificada, ou melhorada é uma atividade que vem sendo centralizada e concentrada em reduzido número de granjas em Santa Catarina, conforme Tabela 19.

Tabela 19 - Granjas de Criação de suínos geneticamente melhorados em Santa Catarina

Ano	N. Estabelecimentos Registrados	N. Total Matrizes	N. Médio Matrizes Estabelecimentos
1970	130	1.700	13
1980	154	16.066	104
1990	100	11.211	112
2000	60	17.000	283
2006	81	48.174	594

Fonte: Organizada por Noeli Pertile com base em ACCS (2006, p. 27)

Desse modo, verifica-se que, enquanto no ano de 1970, 130 estabelecimentos criavam 1.700 matrizes, no ano de 2006, apenas 81 estabelecimentos criavam 48.174 matrizes. A busca por maior produtividade e concentração da criação de matrizes expressa-se nos

Centrais de Inseminação do Estado têm contribuído com o melhoramento genético da suinocultura catarinense (ACCS, 2006).

números entre 1970 e 2006. No ano de 1070 eram criadas 13 matrizes, em média, por estabelecimento, já em 2006 a média era de 594 matrizes por estabelecimento.

Ao mesmo tempo em que houve o aumento da produtividade média por estabelecimento, o número de estabelecimentos criadores teve considerável redução, passando de 130 em 1970 para 81 em 2006. Esses números comprovam a ocorrência da crescente concentração da produção no processo produtivo agroindustrial de carnes.

A especialização na produção de suínos e depois igualmente na de aves tornou possível a consolidação de diversas agroindústrias em Santa Catarina, sobretudo aquelas da Mesorregião Oeste catarinense, que passaram a atuar em território brasileiro e no exterior. O surgimento e a consolidação dessas agroindústrias foi o resultado de uma transformação do capital mercantil para o industrial. A forma lenta de acumulação que teve o capital mercantil tomou proporções maiores e rápidas com o "auxílio" do projeto nacional de industrialização e do planejamento estadual.

No item a seguir, sob diferentes aspectos, será abordado o modo como os empresários agroindustriais utilizaram recursos e espaços públicos para a consolidação e expansão dos complexos agroindustriais.

3.2 As condições gerais de produção e o processo de consolidação das agroindústrias no Oeste Catarinense

Para haver a consolidação das agroindústrias do Oeste do estado, as mudanças na base econômica da região necessitavam de novos suportes institucionais, financeiros e investimentos em infra-estrutura social. O Estado, tanto em âmbito nacional quanto estadual, dispunha de recursos e de articulação para direcionar os investimentos almejados pelo capital industrial, e passa então a intervir na economia para facilitar o processo de acumulação, viabilizando parte das condições gerais de produção.

Para compreender região agroindustrial hoje, é necessário vê-la

como um resultado de articulações engendradas, constante e continuadamente, no espaço. Essas ligações resultam, dentre outros fatores, das ações dos agentes hegemônicos e do Estado, presentes com mais ou menos força em determinadas porções do espaço geográfico, resultando em diferenciações espaciais. O Estado é compreendido, na definição de Lojkine, como um "aparelho territorial e agente da socialização espacial das relações de produção" (LOJKINE, 1997, p. 113).

A partir de uma análise marxista, são ressaltados os diferentes tipos de consumo: produtivo (reprodução dos meios de produção, como o consumo de estradas, energia – indispensáveis para propulsar as máquinas no processo de produção; ou escolas, hospitais – fundamentais para a reprodução da força de trabalho); individual (reprodução da força de trabalho, como o consumo de alimentos); de luxo ou individual (consumo que, mesmo sendo também individual, extrapola as necessidades básicas).

Consumo produtivo está relacionado à reprodução dos meios de produção e constitui-se como consumo coletivo. Nesse sentido, o consumo de máquinas, matérias-primas e energia, ou o de escolas e hospitais, constitui formas de consumo produtivo e, enquanto tal, mantém relação com o conjunto do processo de produção e circulação do capital. É essa sua natureza "produtiva" que o faz manter relações com o processo de produção e circulação do capital. Todavia, o consumo produtivo e o processo de produção e circulação do capital não ocorrem de forma direta, mas por intermédio das condições gerais de produção (LENCIONI, 2007 p. 3-4).

As condições gerais de produção articulam o consumo produtivo/coletivo (processo imediato de produção) ao processo de produção e circulação do capital (conjunto da produção e circulação do capital). Dessa maneira, as condições gerais de produção articulam o particular e o geral. Essas condições viabilizam tanto um capital em particular, quanto um conjunto de capitais; por isso, são denominadas de gerais. E é isso que faz o consumo delas ser coletivo (LENCIONI,

2007. p. 4).

As condições gerais de produção podem manter conexão direta com o processo de produção e circulação do capital (bancos, alguns serviços, redes de circulação material – rodovias, ferrovias, etc. – redes de circulação imaterial – telecomunicações e de informática) ou conexão indireta com o processo de produção e circulação (escolas, hospitais, centros de lazer, esportivos, culturais)[78]. Tanto no primeiro quanto no segundo conjunto, o consumo das condições acontece de forma coletiva, por meio dos equipamentos coletivos de consumo.

A autora lembra ainda que os equipamentos de consumo coletivo, relacionados diretamente ao processo de produção, desenvolvem-se de forma mais rápida que os demais (que ficam em segundo plano), porque estão em conexão direta com o processo produtivo ao permitirem a circulação da mercadoria. Possibilitam, assim, sua realização no mercado, agregam valor à mercadoria, transformam as mercadorias em potencial em mercadorias reais, por isso, são os prioritários. Como exemplos do primeiro grupo, Lojkine cita as estradas que servem as zonas industriais e os serviços de telecomunicações; do segundo grupo, as estradas servindo as residências dos trabalhadores, telefones para usuários individuais (LOJKINE, 1997, p. 158).

Os equipamentos coletivos de consumo voltados diretamente à produção e as relações que estabelecem com o espaço regional serão tomados como reflexão para discutir essa relação com o processo de produção agroindustrial de carnes, tendo como referência particular o Oeste de Santa Catarina. As diferenciações espaciais serão evidenciadas pela maior ou menor concentração das condições gerais de produção ao longo de sua formação sócio-espacial.

O resultado da pesquisa aponta que os municípios do Oeste de Santa Catarina possuem diferenciações espaciais que serão

[78] Estes "são valores de uso coletivos no sentido em que se dirigem ao consumo de uma coletividade social e - ou - territorial (estratos sociais definidos por sua renda, e ainda, classes sociais cujo modo de consumo está ligado ao lugar no processo de produção e de reprodução do capital)" (LOJKINE, 1997 p.154).

evidenciadas pela maior ou menor concentração das condições gerais de produção nas diferentes fases do processo de produção agroindustrial.

A existência da produção agroindustrial implica a ocorrência de importantes vínculos entre a criação de aves e suínos pelos agricultores, nas áreas rurais, o beneficiamento e a industrialização dessa matéria-prima, em diversos municípios do Oeste de Santa Catarina e de outras regiões do país. Para tanto, há a necessidade de redes de circulação do capital, seja material ou imaterial. Considerando a existência dessas e de outras interconexões na referida região catarinense, evidencia-se a importância de abordar o conceito rede como possibilidade de melhor compreender a realidade da construção desse espaço, que mais interessa nesta pesquisa. Assim, concorda-se com Dias (1995, p. 149) quando este enfatiza a necessidade de, na análise da rede, não a tratar isoladamente, mas "procurar suas relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho e com a diferenciação crescente que esta introduziu entre as cidades".

As cidades do Oeste catarinense, por mais que possam estar articuladas e ter em comum uma forte ligação com as áreas rurais, apresentam consideráveis contrastes entre si, a exemplo da infra-estrutura que reflete na organização da divisão do trabalho local e regional. Cidades como Chapecó, com mais de 150 mil habitantes, ou pequenos núcleos urbanos como São Bernardino, Santiago do Sul ou Santa Teresinha do Progresso, com população inferior a três mil habitantes, certamente, apresentarão contrastes ainda maiores no que tange à diferenciação socioeconômica e produtiva.

As agroindústrias que compõem o conjunto das grandes empresas de Santa Catarina integram parcelas descontínuas do espaço geográfico que constituem objeto de seus interesses. Essa ação tem se tornado possível por intermédio das redes técnicas que favorecem a articulação de parcelas do espaço em questão, revelando, dessa

maneira, a atuação das empresas em forma de rede.[79]

Desse modo, as redes de telecomunicações, a ciência e a tecnologia mais avançadas igualmente podem ser encontradas nas áreas rurais modernizadas dos municípios no interior do Brasil. Um exemplo disso é a aplicação das pesquisas genéticas no melhoramento dos animais e do uso, cada vez mais crescente, da tecnologia em equipamentos na criação de animais, com a finalidade de garantir alta produtividade e qualidade adequada às exigências do mercado consumidor, muitas vezes, externo. Ou ainda, o sistema de rastreamento da produção (via satélite) adotado por grandes agroindústrias.

Por sua vez, esse mercado também é influenciado pelas necessidades de expansão da acumulação de capital das próprias empresas. Portanto, esse meio, tornado inovador, abre possibilidades de instalação das atividades econômicas das grandes empresas que se relacionam com o comércio internacional, possibilitando, assim, a incorporação de alguns lugares às correntes da globalização, antes, pouco importantes para os propósitos da economia capitalista internacional. Contudo, Santos (1994, p. 53) alerta que

> [...] só os atores hegemônicos se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios. Eis por que os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional e os sistemas de engenharia criados em cada país podem ser mais bem utilizados por firmas transnacionais do que pela própria sociedade.

O conceito de rede técnica, por exemplo, pode ser utilizado para diagnosticar e explorar as potencialidades locais e para estabelecer ligações entre realidades locais que não possuem, necessariamente, as mesmas origens históricas, culturais e de valores ou contigüidade territorial (RIBEIRO, 1991).

No entanto, Santos (2002, p. 269) alerta que “as redes seriam incompreensíveis se apenas as enxergássemos a partir de suas manifestações locais ou regionais. Mas estas são também

[79] DIAS (1995) faz uma análise processual da gênese e evolução do conceito de redes. SANTOS (1994; 2002) também apresenta contribuições significativas para o entendimento do conceito de redes.

indispensáveis para entender como trabalham as redes à escala do mundo". Assim, é necessário pensar a complexidade da produção do espaço geográfico, como o Oeste de Santa Catarina, a partir da mediação necessária entre as diferentes escalas geográficas.

De acordo com Castro (1995, p. 138), o jogo de escalas é "um jogo de relações entre fenômenos de amplitude e natureza diversas". As diferentes escalas são os distintos recortes espaciais que possuem distintas unidades de concepção, evidenciando fenômenos, relações, fatos como uma tentativa de proximidade com a realidade. Sendo que, dessa forma, o nexo mediador pode ser as agroindústrias de carnes e toda a gama de relações com o processo de reprodução da região. Isso ocorre porque a economia regional encontra-se, em grande medida, imbricada tanto com a produção, fornecimento e industrialização da matéria-prima (aves e suínos) em nível local, quanto com a dinâmica da economia do mercado nacional e internacional de carnes e seus derivados. Portanto, a compreensão desse processo permite discernir os distintos objetos técnicos e ações a eles associados em cada período e a relação destes com o seu nível de desenvolvimento, nas diferentes escalas.

De modo complementar nesse "olhar" de escalas, uma cidade pode ser considerada uma região e, ao mesmo tempo, um lugar, porque ela é uma totalidade, e suas partes dispõem de um movimento combinado, segundo uma lei própria que é a lei do organismo urbano, com o qual se confunde, segundo Santos (1994). Para esse autor, "[...] a história de uma dada cidade se produz através do urbano que ela incorpora ou deixa de incorporar", desse urbano que, em alguns lugares, pode tardar a chegar e que, em outros, pode chegar muito rapidamente (SANTOS, 1994, p. 71). Ao buscar a compreensão da formação de uma região agroindustrial, percebe-se a existência de uma estreita ligação entre com o processo de formação das cidades e a formação da própria região.

Como acontece em outras regiões, a construção do espaço Oeste catarinense apresenta características distintas ao longo do tempo,

conforme a ocorrência dos diferentes eventos.[80] De acordo com Santos (2002), se o mundo for considerado como um conjunto de possibilidades, o evento é um vínculo dessas possibilidades existentes no mundo. E a região, bem como o lugar, pode ser um depositário final do evento. Assim, o evento seria "um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço" (SANTOS, 2002, p. 144).

É importante destacar ainda que, assim como os eventos não se repetem, pois "as circunstâncias não são as mesmas duas vezes", não há evento sem ator. E, finalmente, mediante o evento, pode-se rever a constituição atual de cada lugar e a evolução conjunta dos diversos lugares, como resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço (SANTOS, 2002 p. 145; 155).

Com base nessa compreensão, busca-se mostrar de que modo infra-estrutura ou, de modo mais abrangente, as condições gerais de produção de uso coletivo de uma cidade, de um município ou de uma região podem servir de suporte para o desenvolvimento do capital privado. Neste subcapítulo, portanto, serão abordadas diferentes formas de envolvimento do Estado na construção dos capitais regionais agroindustriais por meio da construção das condições gerais de produção. Inicia-se fazendo algumas breves considerações acerca da formação dos complexos agroindustriais no Brasil e em Santa Catarina para então, compreender as ligações entre Estado e agentes agroindustriais.

3.2.1 Considerações sobre o complexo agroindustrial

Neste item, analisa-se a constituição do complexo agroindustrial para compreender de que modo o Estado pode intervir de modo a priorizar parte deste setor produtivo. Um dos primeiros autores a utilizar o conceito de "sistema agroindustrial" foi o francês Louis

[80] Um dos pontos pelos quais os eventos podem ser diferenciados é que eles "são, hoje, dotados de uma simultaneidade que se distingue das simultaneidades precedentes pelo fato de ser movida por um único conjunto motor, a mais-valia em nível mundial, que é, em última análise, responsável, direta ou indiretamente, pela forma como os eventos se dão sobre os diversos territórios", conforme Santos (1993, p. 44).

Malassis que enfatizou a dimensão histórica desse sistema, como uma característica da etapa do desenvolvimento capitalista no qual a agricultura industrializa-se.[81] Para ele, o setor agroalimentar, nas sociedades industriais complexas, compreende quatro subsetores: o das empresas que fornecem à agricultura serviços e meios de produção (crédito, assistência técnica, fertilizantes, sementes, plantas, defensivos, alimento para os animais, etc.), o agropecuário, o das indústrias de transformação e alimentos e o da distribuição de alimentos.

Os anos de 1980 trouxeram uma forte reestruturação no setor industrial, não se limitando, portanto, às agroindústrias. Esse processo ocorreu como resposta ao desencadeamento da crise mundial da sociedade capitalista, fundada no modelo fordista de produção.[82] Nesse sentido, o próprio capitalismo, e com ele as empresas, necessitou buscar saídas às instabilidades das décadas de 1970 e 1980. As respostas dependeriam das condições políticas, sociais e econômicas predominantes em cada país que resultariam em desenvolvimento econômico e estruturação variada do espaço (BENKO, 1996). No Brasil e, mais especificamente, no Oeste de Santa Catarina, tal processo acentua-se a partir de meados da década de 1980 e evidencia-se com maior relevância no setor agroindustrial.

Promovendo a continuidade da reestruturação produtiva, já em meados da década de 1980, as agroindústrias catarinenses buscam novos mercados e agregam valor aos seus produtos, apresentando cortes especiais de frango, para competir com a concorrência internacional. Nesse aspecto, chama a atenção o crescimento das exportações de frango, passando de 32 mil toneladas em 1984 para 118 mil toneladas em 1991, representando um crescimento de 267% (ABEF,

---

[81] MALASSIS, L. Dèveloppment economique et industrialisation de l'agriculture. Économie Apliquée, v. 21, n. 1, 1968; MALASSIS, L. La estructure et l'evolution du complexe agri-industriel d'aprés da contabilité nationale françoise. Économie et Societés, Paris, v.3, n.9, set. 1973.

[82] Tratava-se da união da acumulação intensiva e do crescimento dos mercados do lado dos bens de consumo duráveis. Mas, em certos países como Brasil, México, etc., nos anos 1970 aparece a conjunção de um capital local autônomo, de classes médias relativamente abundantes e de embriões significativos de uma classe operária experiente. Essa conjunção possibilita oportunidade de desenvolvimento de uma nova lógica, denominada por Alan Lipietz de fordismo periférico (Benko, 1996, p. 237).

1992).

Atualmente, dentre os numerosos pesquisadores que se têm dedicado ao estudo do setor de alimentos, alguns, especificamente, buscam compreender as relações estabelecidas entre diversas empresas que implementam junto aos produtores rurais os contratos de criação de animais – a integração ou, mais recentemente denominada, a parceria.[83] Nesse sistema de produção, os produtores criam os animais em sua propriedade seguindo, rigorosamente, os acordos e prescrições técnicas, previamente estabelecidas pela empresa. A efetivação desses contratos resulta em conseqüências diversas para os produtores, a exemplo da perda da autonomia e de sua identidade cultural.[84]

Portanto, apesar de serem proprietários, os agricultores familiares não possuem autonomia sobre boa parcela das decisões tomadas em sua pequena propriedade. Em cada uma das propriedades integradas, todas as mudanças exigidas pelas empresas são assimiladas de forma e em tempos diferentes. Em algumas delas, as constantes inovações exigidas nas instalações e nos equipamentos para a produção de animais são contrastantes com as más condições de conservação das residências dos próprios integrados. Nesse sentido, evidencia-se que, dentre os agentes que atuam na construção do espaço agrário do Oeste do estado, as agroindústrias desempenham um papel hegemônico. Além disso, verifica-se que o resultado do sobretrabalho exigido de cada trabalhador da agricultura familiar tem um destino certo – a acumulação de capital pelas empresas (PERTILE, 2004).

No decorrer do processo de implantação e consolidação das agroindústrias em Santa Catarina, vale destacar o grande interesse do Estado em desenvolver a região Oeste sem, contudo, restringir os instrumentos de incentivos para a indústria e os serviços em outras regiões. No entanto, os agentes agroindustriais dessa região reconheceram a importância do poder público, recorrendo e se articulando com ele nas diversas esferas. Nessa relação de influências

---

[83] Ver Guimarães (1982), Wanderley (1985), Abramovay (1992), Lamarche (1993), Graziano da Silva (1982; 1998; 1999), Servolin (1989), Limouzin (1992).
[84] Vergapoulos (1985).

nas decisões políticas, grande parte dos recursos disponibilizados pelo Estado foi direcionada para o crescimento de um grupo da região, o agroindustrial.

Assim, o Estado prioriza a forma de ordenar um ou outro espaço, direcionando benefícios para um e não para outro grupo. Nesse caso, é a política do Estado que modela sua geografia, agindo e interferindo no espaço e na luta pelo espaço. E o conjunto de políticas e ações do Estado, ao serem concretizadas materialmente num determinado momento, possibilita a manipulação do espaço, no sentido de adequá-lo aos interesses dos grupos hegemônicos. Nesses grupos incluem-se os tecnocratas a serviço do Estado - é a geopolítica (MACHADO, L. O. 1990).

Para a existência e viabilidade da produção agroindustrial, toda uma gama de infra-estrutura é necessária. Essa estrutura pode, tanto estar disponível nos municípios onde as agroindústrias se instalam, quanto ser criada para a instalação das agroindústrias. Isso justifica que as ações estatais nem sempre se fizeram presentes na mesma intensidade no setor produtivo agroindustrial catarinense. Nesse sentido, apresentam-se a seguir, quais estruturas eram oferecidas pelos municípios e cidades do Oeste de Santa Catarina quando as agroindústrias foram criadas. Ou seja, como ocorreu o processo de implantação das condições gerais de produção no início das agroindústrias da região.

3.2.2 As condições disponíveis aos investimentos agroindustriais na década de 1950 em Chapecó

A atração da população para o Oeste do estado de Santa Catarina em função da colonização da região, sobretudo após 1940 fez crescer, consideravelmente, o número de núcleos urbanos. No entanto, antes disso, a inexistência de infra-estrutura, nas distantes localidades, fazia das sedes urbanas relativamente maiores, o centro do comércio. E mesmo após a instalação de infra-estrutura inicial, esta não se deu de

forma homogênea nos diferentes núcleos urbanos, proporcionando um desenvolvimento desigual nas pequenas e médias cidades da região.

Os embriões urbanos, sedes de distritos de Chapecó e de Joaçaba, tinham um peso relativamente significativo e desempenhavam importante função nas atividades agrícolas e comerciais que depois se tornariam as atividades agroindustriais. Tais unidades como Videira, Concórdia, São Miguel do Oeste, Itapiranga, Xaxim, Xanxerê e Seara, geralmente, tinham como elemento centralizador os armazéns (neles os agricultores comercializavam sua produção agrícola e os suínos criados em sua propriedade e adquiriam alguns poucos produtos industrializados como sal, fósforo, ferramentas para o trabalho agrícola), a escola primária, igreja, campo de futebol, cancha de bocha, bar.

Vários desses núcleos também contavam com serrarias uma vez que a atividade madeireira era uma das principais no início e durante a colonização da região. Em função de as propriedades agrícolas serem auto-suficientes, esses serviços atendiam, senão toda, grande parte da demanda da população em suas proximidades até as décadas de 1940 e 1950. Isso se deve às grandes distâncias e dificuldades de transporte até as aglomerações maiores, como Chapecó e Concórdia mais a Oeste e Joaçaba no vale do Rio do Peixe; implicando, assim, um fator de inibição do desenvolvimento urbano. Outro fator que pesava contra o desenvolvimento de um modo de vida urbano era a escassa monetarização da economia local. A circulação mínima de dinheiro contribuía sobremaneira para inibir outras formas de consumo de mercadorias e serviços, além daqueles de sempre, oferecidos nos núcleos urbanos mais próximos.

Nessas circunstâncias, algumas cidades organizadas pelos principais agentes sociais, como madeireiros, colonizadores e comerciantes diversos, começaram a atrair parte da riqueza influenciando, assim, no desenvolvimento urbano da região. Toda a produção de alimentos e mercadorias de origem animal, predominantemente suína, era direcionada para a cidade mais próxima,

mais importante. Assim, Chapecó, Concórdia, Joaçaba e Videira passaram a fornecer mercadorias industrializadas e serviços diversos.

A cidade de Chapecó manteve por muito tempo – até por volta da década de 1980 – forte ligação com cidades do Rio Grande do Sul e depois diretamente com São Paulo, de onde vinham as mercadorias industrializadas. Isso ocorria devido às dificuldades das vias de transportes em relação ao Litoral Catarinense. Já as cidades de Caçador, Concórdia, Joaçaba e Videira, como antecipado, tinham a possibilidade do uso do trem, favorecendo, dessa forma, tanto a venda dos produtos agrícolas para as indústrias do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, quanto a compra – atacado e varejo – das mercadorias industrializadas.

Desse modo, não se deve tomar como novidade o fato de cidades e vilas do Oeste de Santa Catarina dependerem mais de algumas cidades do Rio Grande do Sul ou do Paraná, do que da própria capital catarinense no que tange a determinadas necessidades. Nesse sentido, salienta-se uma questão de ordem religiosa a qual era de considerável importância naquele período, especialmente para uma população com poucas possibilidades de comunicação. Assim, quando era efetuada a propaganda da venda de terra para o Oeste de Santa Catarina, a empresa colonizadora deixava claro que a assistência religiosa estava garantida.

Em entrevistas com moradores mais idosos[85] da região, estes salientaram que "para colonos como a gente" era importante a existência de uma igreja na localidade e um padre que pudesse atender ao município ou à "redondeza". Dessa maneira, era comum a empresa colonizadora doar um terreno destinado à construção da igreja ou capela, como era denominada. Contudo, eram os próprios recém-chegados colonos que se encarregavam de construí-la e arcar com os custos da edificação.

No entanto, outro fator agravante da situação dos núcleos

[85] Entrevistas realizadas com diversos agricultores que migraram do Rio Grande do Sul para o município de Quilombo no início da década de 1940. Entrevistas realizadas nos anos de 2000 e 2001 e de 2006 e 2007, por Noeli Pertile.

colonizados é não haver padres na região, diferentemente do anunciado pelas companhias colonizadoras. Até a década de 1940 (Chapecó) ou 1950 (outras cidades da região), os núcleos urbanos e rurais do Oeste de Santa Catarina dependiam da vinda de padres do Estado do Paraná. A diocese de Chapecó, por exemplo, foi fundada em 1931 por um bispo de Lages, mas desmembrada de Palmas, no Paraná. Entre 1931 e 1940, a diocese de Chapecó recebia padres itinerantes que partiam de Palmas para atender às comunidades dos principais núcleos urbanos da região.

A infra-estrutura básica começa a ser implantada de forma mais efetiva a partir de meados da década de 1940. E, nessas principais cidades citadas, ela já aparece de forma mais intensa que nos demais núcleos urbanos da região. Em Chapecó, por exemplo, no ano de 1950, já existiam mais de 300 estabelecimentos comerciais (22 atacadistas e 321 varejistas), quatro agências bancárias (Banco do Brasil S.A., Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A., Banco Nacional do Comércio S.A. e Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola). Havia também uma Agência Postal Telegráfica, dois postos telefônicos do Departamento dos Correios e Telégrafos e duas estações radiotelegráficas, uma agência telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense, uma estação radiodifusora e dois jornais.

Da mesma forma, a implantação de energia elétrica segue o curso das demais infra-estruturas mais importantes para o desenvolvimento das cidades e municípios. No referido ano, o município de Chapecó oferecia luz elétrica em 533 domicílios. Na área de saúde, havia um hospital, duas clínicas gerais, dois postos de saúde e sete farmácias. Já no quesito educação e cultura, existiam, naquela década, 139 unidades de Ensino Primário Geral e um cinema de 608 lugares.

No setor de transporte, é importante ressaltar a existência do transporte fluvial especialmente relacionado ao comércio da madeira. Nesse sentido, havia sido criada, ainda em 1945, a Cooperativa Madeira Vale do Uruguai Ltda., que atendia aos interesses de seus associados no que se refere ao comércio e transporte da madeira e seus produtos.

O transporte rodoviário, por sua vez, contava com quatorze empresas para passageiros e duas empresas aéreas para passageiros e cargas (Viação Aérea Rio-Grandense - VARIG, e Transportes Aéreos Catarinenses - TAC) (IBGE, 1959).

Apesar de ser constatada a existência de alguns abatedouros de suínos distribuídos nas vilas do município, como em Xaxim, desde o início da década de 1940, os primeiros frigoríficos a serem implementados em Chapecó (também em Seara) datam do começo da década de 1950. Com isso, salienta-se que a infra-estrutura presente nessas cidades foi importante, mas pouco contribuiu para uma estruturação das atividades agroindustriais iniciais e para a expansão das empresas por meio da acumulação de capital local e regional. Por outro lado, os municípios sede dos frigoríficos viram reestruturar sua dinâmica produtiva em função destes, além de atraírem população de diversos municípios para seu entorno. Desse modo, tanto os frigoríficos foram beneficiados com infra-estrutura insipiente, existente no local, quanto às cidades receberam investimentos exteriores à sua área de abrangência graças aos frigoríficos nela instalados.

A industrialização nos frigoríficos de Chapecó concentrava, inicialmente, toda a produção de suínos – depois também de aves – do Extremo-Oeste do estado até os municípios de Chapecó. Enquanto Concórdia e Videira reuniam e industrializavam a produção do vale do Rio do Peixe, principalmente, sendo beneficiadas pela ferrovia. No caso de Concórdia, ainda na década de 1940, consolidava-se como uma "promissora cidade", pois já se achavam disponíveis, na sede municipal, várias casas de comércio, dois hotéis, moinho para a moagem do trigo e milho, três curtumes, dois pequenos abatedouros, um hospital, dentre outros estabelecimentos. Isso teria levado a um "acúmulo de capitais comerciais a nível local", conforme Silva (2002 p. 174).

No entanto, no final da década de 1950, os pequenos núcleos populacionais naquele momento já emancipados, também começaram a receber infra-estrutura como construção de colégios de ensino médio (1957), implantação de energia elétrica (1957) e bancos (1958), no caso

de Itapiranga (KESSLER, 2004). Tanto neste como nos demais pequenos municípios da região, a instalação dos frigoríficos (e, posteriormente, a transformação destes em agroindústrias maiores) nas cidades de Chapecó, Seara, Concórdia, Videira e Joaçaba, permitiu uma especialização de sua pecuária, destinando suas matérias-primas para frigoríficos de umas dessas cidades.

Até a década de 1960, as condições gerais de produção existentes nas cidades do Oeste de Santa Catarina tiveram pouca parcela de contribuição para a estruturação das empresas. Especialmente porque, nessa fase inicial, elas não necessitavam de uma grande gama de infra-estrutura urbana. Os investimentos necessários aos frigoríficos foram, em grande medida, das próprias empresas. Contudo, à medida que as empresas vão se tornando especializadas, mais mecanizadas e maiores, vão necessitando de outros serviços de infra-estrutura que lhes permitam melhor industrializar, comercializar e circular suas mercadorias. Nesse sentido, é a partir das décadas de 1960 e 1970 que isso ocorre nas cidades da referida região.

3.2.3 As condições gerais de produção exigidas para investimentos agroindustriais a partir da década de 1980

A partir da década de 1960 e, especialmente 1970, com a intensificação e desenvolvimento das atividades agroindustriais e comerciais, a estrutura socioeconômica de algumas cidades do Oeste de Santa Catarina tende a modificar-se. Na década de 1960, a região apresentava importante participação comercial no estado, e o conjunto de seus principais municípios (como São Miguel do Oeste, Chapecó, Joaçaba, Concórdia, Caçador e Videira) já participava do comércio nacional (feijão, para Rio de Janeiro e São Paulo, produtos frigoríficos, para São Paulo) e do comércio internacional (madeira e erva-mate, para a Argentina). A circulação dos capitais em forma de produtos exigia melhoramentos em infra-estrutura intermunicipal e local, como novas vias de acesso aos municípios.

Para aumentar e melhorar a infra-estrutura urbana e rural, em

1963, o Governo estadual[86] instalou na cidade de Chapecó a Secretaria de Estado de Negócios do Oeste. Essa medida do governador Celso Ramos teve a finalidade de executar os projetos regionais, as obras públicas, direcionar investimentos e, ao mesmo tempo, acalmar a classe política que, desgostosa com a falta de atenção dos governos da União e do Estado de Santa Catarina, fazia campanha pela criação do Estado de Iguaçu. Com a instalação da Secretaria, o Estado levou a administração estadual à região e elevou a cidade de Chapecó a centro regional.

Dando seqüência ao que já vinha ocorrendo com o domínio do poder local, Serafim Bertaso, filho de Ernesto Bertaso, assumiu como primeiro secretário da referida instituição até 1969, quando passou a ocupar o cargo, o empresário agroindustrial Plínio Arlindo De Nês.[87] É necessário destacar que, na ocasião, Bertaso foi nomeado pelo Governo estadual. Esse ato, bem como outras nomeações para cargos públicos ou instalação de diversos órgãos estaduais e federais na região, fazia parte dos compromissos eleitorais entre os governos estadual e local, favorecendo o domínio político por meio do controle de cargos públicos (HASS, 1996). Porém, foi a década de 1970 que mais trouxe investimento em infra-estrutura para a região por meio dos agentes agroindustriais. Contudo, parte considerável dos investimentos teve como fim o benefício dos próprios agroindustriais.

Assim, na década de 1980, com 844 mil habitantes, o Oeste de Santa Catarina representava 23% do total da população do estado. Apesar de ainda possuir grande parte de sua população na área rural, nessa década, ela é suplantada pela população urbana, o que em Santa Catarina já havia acontecido na década anterior. O êxodo rural trouxe consigo algumas preocupações como o desemprego e a não-qualificação das pessoas, nessa época, residindo em área urbana.

Por outro lado, é nesse momento que as agroindústrias começam a apropriar-se de forma mais efetiva dessa mão-de-obra cada

[86] A instalação da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, em Chapecó, ocorreu de forma articulada com a SUDESUL.
[87] Plínio Arlindo De Nês, na década de 1940, dedicava-se ao comércio de exportação de madeira em Faxinal dos Guedes (SC) e, em 1991, foi Presidente do Conselho Superior de Administração das Organizações Chapecó (Bellani, 1991).

vez mais disponível nas cidades. Não obstante, a procura em disponibilizar "emprego" às suas populações faz com que os governos municipais comecem a oferecer seus serviços e capitais públicos para a formação de capitais privados por meio da instalação de frigoríficos em diversos municípios da região.

As infra-estruturas serão implantadas antes mesmo da existência dos frigoríficos. Ou seja, elas tornam-se condição para implantação dos frigoríficos que, por sua vez, podem escolher a melhor localização de acordo com seus interesses naquele momento. Sendo assim, diversos municípios passam a disputar a possibilidade da instalação dos frigoríficos, oferecendo toda a infra-estrutura necessária, numa concorrência desenfreada; mesmo que para isso tivessem de deixar de realizar atividades básicas para seus munícipes, sempre com o discurso de "promoção de empregos e arrecadação de impostos".

Para a instalação de um frigorífico no município de Maravilha, no ano de 1988, concorreram com este, os municípios de São Miguel do Oeste, Pinhalzinho e Concórdia. As vantagens oferecidas por Maravilha não eram em nada desprezíveis e talvez por isso ele tenha sido escolhido: doação de terreno com 271 mil m^2 na BR 282, terraplanagem e acesso com pavimentação asfáltica (necessária, para isso, a instalação de um britador), tijolos necessários para a construção da obra, energia elétrica no local, telefone e água (para isso, a construção de uma barragem no município) no local, dentre outros (PAIN; RISSO; NARDINI, 2001).

Contudo, esses autores argumentam que, na implantação do frigorífico e no decorrer dos anos seguintes, houve grande rotatividade de trabalhadores na referida unidade industrial. A disponibilidade de mão-de-obra local e vinda de outros municípios da região, e também do Sudoeste do Paraná, permitiu à empresa Aurora uma contínua troca de funcionários menos qualificados e menos remunerados. Por outro lado, outros de maior qualificação e, do mesmo modo, com maior remuneração, deslocaram-se de outros municípios mais distantes como Chapecó, Concórdia e Joaçaba para Maravilha, para atender à demanda

mais especializada do frigorífico.

Esse exemplo de Maravilha pode ser estendido a tantos outros que disponibilizaram seus recursos públicos para instalação de empresas desse ramo industrial, como o caso de Quilombo na década de 1990. As realidades semelhantes apontam para o direcionamento de recursos públicos destinados às agroindústrias na implantação de unidades industriais.

Salienta-se que nem sempre os recursos públicos estavam realmente disponíveis para essa finalidade. Muitas vezes, eles eram deslocados de outros setores municipais e implantados no setor industrial, no caso para as agroindústrias. Em Maravilha, por exemplo, no período de construção do frigorífico, "as prioridades do poder público resumiram-se em atender as necessidades da indústria, em nome do progresso da cidade", fazendo com que parte considerável do maquinário da prefeitura efetuasse somente as obras do frigorífico, deixando de atender à população residente na área rural (PAIN; RISSO; NARDINI, 2001, p. 341).

O modo como as infra-estruturas foram sendo disponibilizadas ao setor agroindustrial pelos municípios fez com que as empresas, de certa forma, passassem a exigir uma "infra-estrutura básica" para possibilitar a implantação de uma nova unidade industrial. E, não tendo, a princípio, outras possibilidades de emprego, os governos municipais, estaduais e mesmo federal, comprometeram-se com esse setor privado que buscou sempre o que quis de mais importante, o lucro em seus empreendimentos. Esse mesmo setor possibilitou, por outro lado, "integrar" a região com diversas outras regiões brasileiras e, posteriormente, também com outros países, por meio de seus produtos.

Desse modo, pode-se caracterizar o período que vai de 1940 até meados da década de 1960 como de "efetiva integração" de todo o Oeste catarinense com a economia nacional e de "expansão capitalista na região" (CAMPOS, 1997, p. 136). Os diferentes momentos mostram que o Estado esteve presente no favorecimento de comerciantes, industriais, dentre outros, que formariam a elite agroindustrial nas décadas

seguintes. A partir dos anos 1960 e, sobretudo na década de 1970, a região, da mesma maneira como ocorreu em todo o país, passa a experimentar um fortalecimento no seu processo de urbanização. Isso aconteceu em níveis diferenciados de um lugar para outro dentro da mesma região. Algumas cidades mudam suas dinâmicas em decorrência da reestruturação produtiva, conforme será analisado no item a seguir.

3.2.4 A agroindústria e a mudança na dinâmica das cidades: Joaçaba perde sua hegemonia

Assim como na formação da região, a compreensão das atuais cidades do Oeste de Santa Catarina também necessita ser analisada sob o foco do processo histórico do qual elas emergiram, constituíram-se como cidades e continuam a se modificar de acordo com o acontecer dos novos eventos. A multiplicidade das formas e funções que as principais cidades da atual Mesorregião Oeste oferecem hoje é então resultado desse processo histórico. Pretende-se aqui analisar a maneira como os diversos processos (colonização, migração, implantação das agroindústrias, inserção de uma base de infra-estrutura muitas vezes mediada/promovida pelo Estado, fragmentação territorial, entre outros) ocorridos na região juntamente à existência de equipamentos de consumo coletivo relacionados diretamente ao processo de produção, contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento de algumas cidades mais do que de outras, gerando um aprofundamento desigual no espaço.

As maiores cidades regionais como Chapecó, Caçador, Concórdia e Videira, têm sua história diretamente ligada à ocupação da região durante o processo de colonização, desde o início do século passado, no Vale do Rio do Peixe e, até por volta de 1970, no Extremo-Oeste, devendo assim ser caracterizadas dentro desse contexto regional.

O processo de colonização da região, com a migração de população especialmente do Rio Grande do Sul, estendeu-se até a

década de 1970, quando em outras regiões já acontecia outro processo – o êxodo rural. Em 1920, a população representava apenas 3,6% da população catarinense. Já no ano de 1940, passou a representar 12%, resultado do primeiro período de colonização. A partir da década de 1940, no entanto, a região começou a receber maior quantidade de pessoas, passando de 138 mil habitantes em 1940 para 730 mil em 1970, quando obteve sua maior representatividade (25%) populacional em relação ao total estadual. Portanto, verifica-se ter havido um contínuo e considerável crescimento da população oestina. Contudo, foi diminuindo sua representatividade em relação ao total estadual a partir dessa década. No ano 2000, possuía 1,11 milhão de habitantes, 20,8 % do total da população catarinense (Tabela 20).

Tabela 20 - Evolução da população da Oeste de Santa Catarina 1920-2000

Ano	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Oeste de Santa Catarina	24.650	138.463	280.199	463.581	730.800	844.041	1.051.083	1.116.766
(% SC)	(3,6)	(11,7)	(17,9)	(21,7)	(25,2)	(23,3)	(23,1)	(20,8)
Total SC	668.743	1.178.340	1.560.502	2.129.252	2.901.734	3.627.933	4.541.994	5.356.360

Fonte: BRAZIL. Recenseamento (1920); IBGE, Censos Demográficos: 1952; 1955; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000.

No processo histórico de formação regional, os municípios do Oeste catarinense assemelham-se muito uns aos outros em diferentes aspectos, como da colonização e socioeconômicos, por exemplo. Nesse sentido, corrobora-se com Marchesan (2003) quando salienta que, sob o ponto de vista da colonização, os municípios do Oeste de Santa Catarina tiveram um processo idêntico; assemelhando-se ainda ao ocorrido anteriormente no Rio Grande do Sul. Do ponto de vista econômico, a semelhança entre os municípios da região é que, até por volta da década de 1950, a agricultura foi a principal atividade econômica.

No entanto, convém salientar que, no processo de desenvolvimento industrial, o município de Joaçaba teve desde cedo, comparando com outros municípios, a introdução de indústrias diversas. Joaçaba iniciou suas atividades industriais no começo na década de 1930, com a produção de máquinas agrícolas, especialmente trilhadeiras, utilizadas para debulhar produtos agrícolas como milho,

feijão, trigo e arroz. Posteriormente, teve início uma industrialização mais diversificada com a produção de carretas, carrocerias, motores, forrageiras, turbinas hidráulicas, moto-bombas e moedores de cana. Como foi constatado, a produção industrial voltava-se para o mercado consumidor que estava instalando-se na região que, tendo base agrícola, necessitava desses produtos.

Uma das fábricas de maquinários agrícolas, Caetano Branco S.A., teve seu auge produtivo por volta de 1974, quando empregava 495 funcionários, produzindo principalmente trilhadeiras, motores e forrageiras. A produção atendia, já no período, aos estados da região Sul e Sudeste do Brasil, além de exportar para alguns países sul-americanos e da África. Contudo, no início da década seguinte, a empresa entrou em grande crise econômica gerada pela retirada de subsídios à exportação e pela concorrência desigual de uma indústria americana no mercado nacional, proporcionando a brusca redução do número de funcionários - um total de 170 (QUEIROZ, 1967).

Outro aspecto diverso dos principais municípios da região, é que Joaçaba, na segunda metade da década de 1960, possuía cerca de 25 mil habitantes e, destes, aproximadamente 15 mil residiam na área urbana, representando 60% de sua população. Uma porcentagem bastante elevada para a época, tanto em nível estadual quanto nacional. E, comparando com o município de Chapecó, por exemplo, esse índice é ainda mais elevado. Em 1960, a população urbana de Chapecó representava apenas 16% e, em 1970, ainda somente 41%.

A cidade de Joaçaba representou muito antes que outras cidades da região, possibilidade de empregos industriais. No ano de 1966, empregava 812 funcionários distribuídos nos diversos setores. Dentre os ramos de atividade industrial do município, os principais eram: motores, máquinas agrícolas e industriais, turbinas hidráulicas, pasta mecânica, moinhos de trigo, arroz e milho, beneficiamento de erva-mate, esquadrias de ferro e madeiras, acordeões, beneficiamento de madeiras, móveis, caixarias e vassouras.

Parte dos produtos era exportada para os principais centros

urbanos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul e também para os países vizinhos como Argentina, Uruguai e Paraguai. Novamente cabe lembrar que essa dinâmica industrial e comercial teve contribuição especial da existência da ferrovia São Paulo-Rio Grande como possibilidade de transporte dos produtos, industrializados e agrícolas.

Joaçaba aparecia, assim, como a principal cidade do Oeste de Santa Catarina e apresentava uma diversificada lista de equipamentos de consumo coletivo para a época considerada. O Quadro 5 contribui para elucidar um pouco dessa diversidade:

Quadro 5 – Principais equipamentos na cidade de Joaçaba em 1960 (n. de freqüência)

Aeroporto	1	Ind. couro, peles e similares	1
Companhia aérea	1	Ind. Vestuário	1
Empresa ônibus urbano	2	Ind. Produtos alimentícios	24
Emp. ônibus interestadual	1	Ind. Bebidas	1
Emp. Carga de caminhão	4	Ind. Mobiliária	5
Caminhão frigorífico	5	Ind. Minerais	2
Caminhão particular/frete	148	Mecânica	7
Caminhão tanque	4	Metalúrgica	3
Caminhonete	58	Beneficiamento madeira	6
Ambulância	2	Editorial e gráfica	3
Táxi	26	Associação desportiva	15
Motocicleta	20	Boliches	2
Motonetas	20	Cinema	2
Ònibus	26	Hotel	11
Automóvel	719	Pensões	4
Jeep	250	Ligações elétricas (domic.)	2.167
Agência bancária	6	Agência postal telegráfica	2
Hospital	4	Agência postal telefônica	1
Farmácia	7	Emp. telefônica interm.	1
Centro de saúde estadual	1	Telefones comerciais	230
Escolas	54	Telefones residenciais	70
Casas comerciais	139	Jornal	1
Templos e capelas	81	Revista	1
Delegacia e sub-delegacia	4	Rádio-difusoras	2
Serviço militar	2	Rádio-amadores	11
Posto de gasolina	6		

Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em de Queiroz (1967)

Quanto ao sistema bancário, Joaçaba, na época, dispunha de seis diferentes bancos (Caixa Econômica Federal, Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. – INCO, Banco Nacional do Comércio –

Banmércio, Banco do Brasil S.A., Banco Nacional da Lavoura e do Comércio S.A. – Nossobanco e Banco Agrícola-Mercantil S.A. – Agrimer) atuando no município, além de ser beneficiada por outro (Banco do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina), instalado na cidade de Herval d'Oeste (QUEIROZ, 1967; PIMENTA, 1984).

Essa certa complexidade existente em Joaçaba na década de 1960 ainda não aparece na mesma intensidade em outras cidades da região. Na cidade de Chapecó, localizava-se o frigorífico Chapecó; em Concórdia, a Sadia; em Seara, a Seara; e em Videira, a Perdigão. Essas cidades, apesar de possuírem sua dinâmica urbana menos complexas que Joaçaba, formaram a base do desenvolvimento inicial das citadas empresas e tiveram importante papel no processo produtivo agroindustrial da região Oeste de Santa Catarina.

Alguns equipamentos de consumo coletivo de conexão direta com a produção agroindustrial foram mais intensamente viabilizados nessas cidades à medida que as empresas foram desenvolvendo-se e ampliando sua área de atuação e seu mercado consumidor. Novos mercados, novos hábitos alimentares foram exigindo novos produtos e, para isso, uma diversidade maior de equipamentos industriais foi sendo necessária. As cidades que abrigam essas empresas passaram a receber também uma série de outras indústrias do complexo agroindustrial, especialmente as de metal-mecânica e plásticos e foram tornando-se as mais importantes no desenvolvimento das primeiras empresas agroindustriais de carne da região.

A instalação de frigoríficos no período inicial não dependia de grande infra-estrutura, como foi adiantado, de modo que parte dela foi implantada nos municípios pelas próprias empresas agroindustriais. Contudo, estar próximo à produção de matéria-prima sempre foi fundamental para essas indústrias. Nesse sentido, todas as cidades que possuíam agroindústrias tinham essa facilidade, pois faziam parte da maior região produtora de suínos e de milho do estado de Santa Catarina - região Oeste. De modo complementar, a contribuição de numerosos outros municípios com o fornecimento de parte dessas

matérias-primas possibilitou desde cedo, a polarização de algumas cidades no processo produtivo agroindustrial pela existência dos frigoríficos. A seguir, serão apontadas ações do Estado no sentido de garantir as condições gerais de produção para o processo produtivo agroindustrial catarinense.

3.2.5 As condições gerais de produção na consolidação das agroindústrias

No processo de formação histórico, geográfico e econômica do Oeste de Santa Catarina, a presença do Estado atuou como agente socializador das relações de produção (LOJKINE, 1981) e passou assim, a "criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante" (MANDEL, 1982, p. 333). Nessas circunstâncias, os grupos dominantes adquirem enorme importância sendo, freqüentemente, fonte de novas idéias para o próprio Governo e, não raro, acabam tendo a última palavra. Muitas negociações podem ocorrer mais com esses grupos e a administração estatal do que entre partidos políticos.

Nesse aspecto, faz-se necessário tornar visível o papel desempenhado pelo Estado no gerenciamento regional. É o Estado quem remove as barreiras para o desenvolvimento do capitalismo, utilizando, para isso, o planejamento de infra-estrutura (forçando a mudanças na lei de valor do espaço) e a imposição de uma lógica capitalista avançada por meio de uma nova divisão do trabalho (LIPIETZ, 1988).

É nessa direção que, em diferentes momentos, o Estado catarinense exerceu papel preponderante para o desenvolvimento da regional, mas sempre atendendo à determinada parcela de beneficiados, seja na concessão de áreas para colonização, como apontado anteriormente, na implantação de políticas de fortalecimento da base produtiva ou na implantação de infra-estrutura nos municípios diversos. A formação dessa região, então, necessariamente deve ser

vista como constituinte de um processo integrado ao movimento do capital, no sentido de sua valorização.

As intervenções dos governos no setor produtivo já vinham ocorrendo em décadas anteriores. Contudo, sem dúvida, foi a partir dos anos 1960, que começa a se desencadear um processo de transformação que afeta sobremaneira o setor agrícola. Em Santa Catarina, prevaleceram as mesmas tendências presentes na agricultura nacional, como a busca da modernização na base técnica da agricultura e a consolidação das agroindústrias, dentro da já mencionada modernização da agricultura.

Tanto na região Oeste catarinense, quanto em todo o restante do estado, parece ter vingado a proposta norte-americana da "Revolução Verde". Esta incluía pesquisa genética animal e vegetal, utilização de insumos químicos e máquinas industriais e serviço de extensão rural, para difundir a nova base tecnológica aos agricultores – por meio de crédito rural subsidiado, disseminação do modelo importado de extensão rural e de amplos investimentos em pesquisas (ICEPA/SC, 1984).

Concomitantemente à expansão agroindustrial em Santa Catarina, tem-se o crescimento do emprego não-agrícola com a urbanização, trazendo, em seu bojo, maior demanda de produtos agrícolas e a evolução do mercado na direção do consumo em massa. Esse processo que ocorre dentro do modelo de desenvolvimento brasileiro fez aumentar a procura por produtos como salames, defumados, etc., ampliando as oportunidades de mercado para o setor agropecuário.

Por um lado, resultou em mudanças no perfil da demanda e no funcionamento do mercado de produtos alimentícios, fazendo com que as agroindústrias necessitassem redirecionar suas estratégias para o abastecimento mais estável de seu produto no mercado. Para isso, elas desenvolveram estratégias; muitas delas com o Estado, e diretamente ligadas ao setor agrícola, buscando melhorar o fornecimento de matéria-prima.

Por outro, ocorreu a modernização da agricultura, estimulada pelo Estado via instrumentos políticos, o que permitiu a inserção do setor agrícola na dinâmica do setor industrial: tanto como consumidor de produtos da indústria de máquinas, insumos, medicamentos, quanto como fornecedor de matérias-primas para a agroindústria (PERTILE, 2001). Essa relação fez com que o desenvolvimento do setor agrícola estivesse dependente do setor industrial e cada vez menos autônomo de suas decisões.[88]

Nesse contexto, o ritmo e a forma de mudança na base do setor agrícola passaram a ser direcionados pela agroindústria, especialmente a partir de meados da década de 1960. Esse estágio de modernização foi mediado pelo Estado por meio de vários instrumentos, como o crédito rural (Quadro 6) e assistência técnica que, por sua vez, foram amplamente direcionados para às agroindústrias. Estas passaram a crescer e a se consolidar durante toda a década seguinte.

Quadro 6 - Ações do Estado para financiar agricultura e indústrias, 1965-1981	
1965	Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR
1961	Banco Regional de Desenvolvimento da Região Sul – BRDE[1]
1963	Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - Fundesc
1975	Programa de Apoio à Capitalização de Empresas – Procape[2]
1981	Programa de Aplicações Seletivas – Proase

1- Juntamente com os estados do Paraná e do Rio Grande de Sul.
2 - Fundesc redirecionado e transformado em Procape.
Fonte: Organizado por Noeli Pertile, com base em Waintuch (1995).

Em 1965, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural para subsidiar créditos e outras condições favoráveis de financiamento rural, como prazos e período de carência razoáveis, tornando-se o principal mecanismo de articulação pelo Estado dos interesses agroindustriais (DELGADO, 1985). O crédito rural, portanto, não esteve à disposição dos agricultores de modo geral, pois era específico da estratégia modernizadora. Tinha por objetivos maiores permitir a utilização dos chamados insumos modernos e articular os interesses de uma camada de produtores rurais aos interesses da indústria em geral e da

[88] A subordinação da agricultura familiar em relação às agroindústrias também é considerada por Sorj et al. (1982); Santos J.V. T. (1984), dentre outros.

agroindústria em particular (KAGEYAMA et. al., 1987, p. 54).

Os benefícios do crédito rural atingiram a agroindústria de três formas: pelo desenvolvimento industrial – já que isso fazia parte dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investimento no setor; pela concessão de crédito para comercialização da produção; e pelo crédito aos produtores integrados, resultando em crescimento e melhoria na qualidade da produção (MIOR, 1992).

Nessa concepção de crescimento da agricultura e da indústria, acompanhando o movimento geral da industrialização brasileira, o Governo do estado de Santa Catarina propõe grandes alterações a partir da década de 1960. Assim, essa parte da economia passou a ser planejada por órgãos governamentais. São criados os chamados Planos de Metas do Governo, Plameg I (1961/1965) e Plameg II (1966/1970) e o Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD 1971-1974). Com eles, o Estado começa efetivamente a utilizar instrumentos ativos de políticas econômicas para implantar infra-estrutura social básica e para financiar o capital privado local.

Os planos tiveram quatro grandes áreas de atuação como prioridade: financeira – dotar o Estado de capacidade financeira para investimentos de longo prazo por meio de agências de fomento e programas de incentivos; transporte – integrar as mesorregiões produtoras ao mercado estadual e nacional; energia – ampliar a área de atuação das Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), gerando e distribuindo mais energia; telecomunicações – aumentar a rede de telefonia e a oferta de linhas. O Estado atuou para alargar as bases de produção, ajustando-se à ordem econômica e politizando as relações econômicas (GOULARTI FILHO, 2001).

No ano de 1961, surge o Banco Regional de Desenvolvimento da Região Sul (BRDE) e, em 1963, o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Fundesc). O primeiro tinha por objetivo desenvolver a região Sul em sintonia com o modelo estipulado nos planos nacionais de desenvolvimento. E o segundo, promover o fomento da indústria

catarinense, o que acaba sendo efetivado pelos dois, por meio de financiamentos e créditos subsidiados e de longo prazo.

O Fundesc financiou a ampliação, implantação, modernização e redistribuição de indústrias em Santa Catarina. Os recursos destinavam-se ao pagamento de despesas com estudos e projetos nas construções civis, à compra de equipamentos, ao financiamento de capital de giro, dentre outras aplicações previstas em lei. Um dos exemplos de apropriação desses recursos é a implantação de uma unidade da empresa Sadia no ano de 1970. De acordo com Espíndola (2002, p. 148), pode-se confirmar que "a instalação da Sadia Avícola, em Chapecó, contou com financiamento e subsídios do governo estadual através do Fundesc", de modo a evidenciar a participação do Estado na liberação de recursos para as agroindústrias regionais.

Dentre os setores industriais catarinenses passíveis de receber recursos do Fundesc, o setor de alimentos foi o responsável pela captação da maior parte, exceto no ano de 1970. Entre 1971 e 1975, cerca de 50% dos recursos liberados pelo Fundesc foram direcionados ao setor de alimentos. No ano de 1972, especialmente, o setor recebeu 74,8% dos recursos. Contudo, é necessário convir que parte significativa dos recursos, cerca de 50%, foi destinada às agroindústrias (WAINTUCH, 1995).

Já a partir de 1975, o Fundesc foi redirecionado e transformado no Programa de Apoio à Capitalização de Empresas, o Procape. O objetivo do Procape foi agilizar o setor produtivo, por meio da participação acionária em empresas com projetos de expansão, modernização e implantação no setor secundário da economia. Esse programa deveria estar voltado à substituição das importações, promover maior absorção de força de trabalho e incrementar a arrecadação de impostos.

Durante a vigência do programa, entre 1976 e 1978, a maior parte da liberação de recursos foi destinada ao setor de alimentos do estado, recebendo, em média, 33% do total. Nesse setor, as empresas mais beneficiadas foram aquelas voltadas à industrialização de carnes,

ou seja, as agroindústrias. E, dentre essas, especialmente as localizadas no Oeste de Santa Catarina, como Perdigão, Seara e Sadia.[89]

Apesar de ter sido criado em 1961, o Banco Regional de Desenvolvimento da Região Sul (BRDE) foi incluído nas linhas operacionais de crédito do governo apenas em 1965. De acordo com Giese (1991), no final da década de 1960 e início da de 1970, Santa Catarina foi o estado que mais recebeu benefícios com as ações do banco. As áreas de atuação do banco consistiam, dentre outras, em investimentos em infra-estrutura e serviços de interesse regional; projetos especiais de colonização e reforma agrária; exploração industrial, investimentos na pequena e média empresa, expansão e reequipamento das indústrias existentes; instalações de novas indústrias, notadamente as que utilizam matéria-prima e outras de caráter pioneiro; construção e ampliação de armazéns, silos, matadouros e frigoríficos.

Nesse sentido, o direcionamento dos recursos oferecidos pelo BRDE segue a linha do ocorrido com o Fundesc, ou seja, dentro do setor de alimentos, as agroindústrias, principalmente de carnes (suíno e frango) e soja, serviram-se das maiores parcelas. Um dos exemplos adveio com o setor de carnes e de soja nos anos de 1973 e 1979, quando recebeu 91 e 74%, respectivamente, do total dos recursos do setor de alimentos. Dentre as agroindústrias mais beneficiadas estão Sadia, Perdigão, Ceval, Coopercentral e Seara, incluindo as empresas já incorporadas por estas nas décadas de 1960 e 1970 (WAINTUCH, 1995).

No entanto, após 1975, com a expansão das agroindústrias no mercado nacional e externo, estas passaram a requerer constante aprimoramento na qualidade de suas matérias-primas. Dessa forma, o BRDE passa a direcionar recursos para a produção de matéria-prima (aves, suínos, milho e soja) atendendo à necessidade das agroindústrias, especialmente na produção de rações e carnes. A produção dessas matérias-primas no estado de Santa Catarina está mais localizada na região ocidental, para onde foram destinados cerca

[89] Dados da Secretaria da Fazenda, Relatórios Procape apud Waintuch (1995, p. 83).

de 60% dos recursos voltados ao setor primário entre os anos de 1963 e 1980 (GIESE, 1991).

No ano de 1976, o BRDE cria o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Frigoríficos de Aves e Suínos. Os recursos deveriam ser aplicados em modernização, racionalização do uso dos fatores produtivos e investimentos em áreas e equipamentos complementares e ao atendimento das normas higiênico-sanitárias, objetivando a modernização e ampliação da capacidade produtiva. Nessa perspectiva, em 1978, a suinocultura e avicultura integradas recebem 24% dos recursos destinados ao setor primário (WAINTUCH, 1995). No conjunto de subprogramas está também o Programa de Desenvolvimento Integrado da Suinocultura e da Avicultura, entre 1969 e 1980. Nesse período, foram aplicados 67% do total aplicado em outros subprogramas do setor primário como fruticultura e eletrificação rural.

Em 1981, foi criado, ainda, o Programa de Aplicações Seletivas (Proase). Nele o governo selecionou algumas atividades consideradas prioritárias para a economia estadual e essas receberam os recursos. Dentre as atividades selecionadas estão a fruticultura, a eletrificação rural, a construção de biodigestores e, especialmente, a suinocultura e a avicultura.

Os recursos das duas últimas destinam-se a uma parcela restrita de suinocultores (177) e avicultores (cerca de 170) integrados às agroindústrias, seja para projetos das empresas para integração ou para construção de aviários. Desse modo, evidencia-se, novamente, a participação do Estado na promoção de políticas voltadas às agroindústrias de carnes, por meio de recursos de planos e programas como os do BRDE.

Contudo, a forte participação do Estado não se restringe aos planos e programas que garantiram os recursos para desenvolvimento das agroindústrias do Oeste de Santa Catarina. A assistência técnica é complementar a esse pacote de medidas de “incentivo” ao setor agropecuário catarinense. A assistência técnica é um dos instrumentos pelos quais o governo Federal insere seu apoio ao setor agrícola,

executada por intermédios dos e nos estados.

Quadro 7 – Empresas de assistência técnica rural criadas em Santa Catarina, 1956-1991	
1956	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - Abcar
1956	Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural de Santa Catarina - Acaresc
1973	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa
1974	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater[1]
1975	Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária - Empasc
1979	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc
1991	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural - Epagri[2]

1- Num processo de reestruturação, a Acaresc passa a atuar com a denominação de Emater, subordinada à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), que também substituiu a antiga Abcar. 2 - A Acaresc e a Emater fundem-se e é formada a Epagri
Fonte: Organizado por Noeli Pertile, com base em Waintuch (1995, p. 72) e Alba (1998).

Em 1956, já havia sido criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), que se estende por todo o país por meio das sedes estaduais, as Associações de Crédito e Assistência Rural (Acars). Em Santa Catarina, é denominada Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc), como indica o Quadro 7.

O principal objetivo do serviço de extensão rural era difundir tecnologias modernas aos produtores rurais, visando modernizar a agricultura.[90] No setor de carnes, por exemplo, as agroindústrias impuseram um perfil tecnológico na produção animal que deveria ser seguido pelos produtores. Assim, as empresas passaram a controlar os padrões de produção como sanidade, qualidade, homogeneidade e regularidade de entrega de matéria-prima, anteriormente, controlados pelo produtor (PERTILE, 2001). Dessa forma, a assistência técnica serviu de base para a incorporação de novas técnicas e para o controle da produção nesse setor. E o Estado, ao criar a Acaresc, promoveu a adaptação e a difusão de tecnologias modernas.

Analisando a importância com que o Estado se "debruça" em expandir a indústria e levar a modernização à agricultura, é notável o direcionamento dos "olhares" deste às agroindústrias. Torna-se primordial salientar que, desde a década de 1960, as agroindústrias de carne concentravam-se, principalmente, na região Oeste de Santa

[90] É importante enfatizar que a assistência técnica e extensão rural foram direcionadas principalmente para os agricultores vinculados às agroindústrias. Nesse sentido, uma outra grande parcela estaria à mercê desse processo e, portanto, fora do que foi chamado de Modernização da Agricultura.

Catarina, principalmente no Vale do Rio do Peixe. Evidencia-se ainda que considerável parcela da preocupação que o Estado teve com o processo de desenvolvimento do setor agroindustrial, como busca de tecnologia e qualidade, foi para beneficiar direta e indiretamente as empresas agroindustriais.

Todavia, a atenciosa esteira governamental de apoio às agroindústrias estende-se pela década de 1970. Nos projetos de desenvolvimento do estado, são reafirmados alguns dos objetivos já conhecidos, como, por exemplo, expandir a indústria, aumentar a produtividade agropecuária, modernizar a assistência técnica e o sistema financeiro, fortalecer a competitividade das indústrias e acelerar a pesquisa científico-tecnológica.

Ao expandir a economia catarinense, o Governo beneficia a agroindústria de duas formas: a) direta – com recursos para investimentos oriundos do fundo de desenvolvimento destinados ao fomento industrial; b) indireta – com crédito ao produtor rural, assistência técnica e infra-estrutura para aumentar e qualificar produtos como suínos, aves, milho e soja, matéria-prima para essas empresas.

Nesse contexto, afirma-se que, no momento em que o Estado dispunha de políticas e recursos voltados para o crescimento econômico, como a industrialização, o governo do estado passou a intervir de maneira generosa por meio de direcionamento de recursos financeiros e serviços para promover o setor industrial.

Todavia, a criação de programas como o Fundesc e o Procape, e a utilização dos recursos do BRDE e do SNCR e de serviços de extensão rural foram nitidamente direcionadas a um dos setores industriais: às empresas agroindustriais. Desse modo, impulsionou-se a consolidação das agroindústrias de carne, localizadas no Oeste de Santa Catarina, que, após se promoverem, passaram a competir com o mercado nacional e internacional.[91]

---

[91] Existem algumas características que indicam a competitividade de uma empresa ou de uma região dentro da liberalização do mercado para que ofereçam seus produtos ou

Portanto, a junção dos interesses públicos e privados (do Estado em desenvolver o setor industrial na região e o dos agroindustriais em beneficiar-se dos recursos por ele disponibilizados) foi condição essencial para a consolidação das agroindústrias no Oeste nas décadas de 1960 e 1970, tornando-se uma região especializada em termos industriais no estado de Santa Catarina.

Esse é o sentido em que se concorda com Raud (1999), sobre a presença dos pólos industriais especializados em Santa Catarina, como o agroindustrial no Oeste do estado. Da mesma maneira não se pode negar que a especialização regional de atividades como industriais e comerciais também estão presentes na organização de todo o território brasileiro (LEITE, 1994).

Os anos 1970 configuraram-se para as agroindústrias catarinenses e os pequenos frigoríficos como o primeiro grande momento de reestruturação produtiva e econômica. Com isso, as empresas passaram a adotar diversas estratégias para fortificarem-se cada vez mais no mercado, como a concentração de capital (novos investimentos produtivos), as incorporações, diversificação de produtos, busca de novas áreas de valorização do capital e investimentos no processo de modernização das unidades, entre outros. A combinação dessas estratégias – aliadas à política governamental de incentivo às exportações – possibilitou às agroindústrias catarinenses entrarem agressivamente no mercado internacional de carne suína e avícola (ESPÍNDOLA, 2002).

Para que todo o processo produtivo de carnes resulte em produtos de alta qualidade, tanto aqueles voltados ao mercado nacional, quanto os de exportação, as empresas agroindustriais Sadia, Seara/Cargill, Perdigão e Aurora, contam com a participação de outras empresas que compõem o sistema agroindustrial.

O resultado das políticas públicas e de novos investimentos das próprias empresas, aliado aos interesses destas em atender às

---

serviços concorrenciais: inovação, qualidade do produto, produtividade e rapidez de adaptação ao meio ambiente (PAULET, 1998).

demandas do mercado brasileiro, foi a ampliação e consolidação das agroindústrias do Oeste de Santa Catarina. As empresas diversificaram suas atividades e expandiram sua área de atuação. Iniciaram suas atividades localmente e, a partir da década de 1970, quando houve maior investimento, expandiram-se para os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, e para as regiões Sudeste e Centro-Oeste do país, principalmente.

A Perdigão manteve suas atividades concentradas em Santa Catarina até 1974 quando passou a atuar no Rio Grande do Sul com uma unidade em Marau. Contudo, o comércio de seus produtos já se encontrava presente na região Sudeste desde 1968. Até meados da década de 1990, apesar de expandir suas atividades no Rio Grande do Sul, Paraná e em São Paulo, a empresa manteve sua atuação predominantemente em Santa Catarina.

Diferentemente da empresa Perdigão, a Sadia começa a atuar em São Paulo e Rio Grande do Sul ainda na década de 1950. Vale lembrar aqui a influência da estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande nas transações comerciais da empresa. Já nas décadas de 1960 e 1970, a Sadia expande sua área de atuação para os estados do Paraná, Mato Grosso e, principalmente, São Paulo. Nas duas décadas seguintes, os investimentos da Sadia expandem-se especialmente para os estados de Mato Grosso, São Paulo e Paraná.

Percebe-se que, ao passo que as empresas Perdigão e Sadia atuaram especialmente com expansão para os estados de São Paulo, Mato Grosso e Paraná, a Coopercentral Aurora procurou fazê-lo em Santa Catarina e no estado do Rio Grande do Sul, possuindo apenas uma de suas cooperativas filiadas no estado do Mato Grosso.

Contudo, salienta-se que, dessas três empresas, a Sadia foi a que mais se distanciou da região possuindo, até o final da década de 1990, mais de 75% de suas atividades fora do Oeste de Santa Catarina. Enquanto isso, a Coopercentral Aurora foi a empresa que permaneceu com maior concentração (mais de 50%) de suas atividades na referida região do estado.

Ao longo de todo esse processo de desenvolvimento das empresas agroindustriais em Santa Catarina, notadamente, houve a participação dos benefícios do Estado na consolidação dos principais grupos regionais. Nesse sentido, se as políticas públicas foram direcionadas a um setor, excluiu outros. Nessa senda, os representantes empresariais de grandes agroindústrias do Oeste do estado apropriaram-se do "aparelho estatal para, através dele, ampliar seu enriquecimento privado"[92], permitindo investimentos em diversos setores da economia.

3.2.6 As agroindústrias e os meios de comunicação

Dentre os investimentos das empresas agroindustriais no Oeste de Santa Catarina, apesar de não constar nos quadros dos maiores empreendimentos, estão os meios de comunicação, como as emissoras de rádio. Esse meio de comunicação teve bastante importância em uma época na qual o acesso aos municípios era bastante dificultado. A possibilidade da comunicação na região, especialmente no Vale do Rio do Peixe, era muito associada ao trem e ao rádio, conforme Antunes (2005):

> Como o trem, a Rádio Videira é um veículo que vai fazer a ligação das pessoas no município e na região do Vale do Rio do Peixe. Com algumas diferenças, é bem verdade, mas sempre solícita e fiel aos seus horários de chegar e partir. E com a grande vantagem de que não está limitada ao caminho dos trilhos. Chega a qualquer recanto desde que tenha um radinho de pilha [...] ou mesmo um daqueles tradicionais valvulados ainda do tempo da guerra.

No entanto, associar os meios de comunicação ao seu uso com fins políticos pode ser considerado uma das características na trajetória do rádio em Santa Catarina. A utilização do rádio serviu aos interesses do poder como sustentáculo dos interesses oligárquicos que comandam o estado e municípios catarinenses. Muitos ainda hoje exercem influência na política estadual, o que pode esclarecer por que a quase totalidade das concessões para a criação das emissoras passava pela

[92] MICHELS (1998. p. 151).

vontade desses grupos que, depois, direta ou indiretamente, atuavam em seu controle (DE MARCO, 1991).

No Oeste de Santa Catarina tinham forte representação as rádios Rural (Concórdia), Videira (Videira), Índio Condá (Chapecó)[93], Peperi (São Miguel do Oeste) e Catarinense (Joaçaba). No passado, especialmente até a década de 1990, havia relação marcante com a política; na atualidade, busca-se a consolidação desse meio de comunicação como negócio (COMASSETTO, 2005). Conforme o autor, a mesma rivalidade política que se fazia notar na capital e nas cidades mais desenvolvidas do Estado irradiava para o interior.

Um exemplo marcante era Joaçaba, cidade considerada o principal pólo regional entre as décadas de 1950 e 1970. Para fazer frente aos udenistas (do partido União Democrática Nacional – UDN) da Rádio Catarinense, políticos ligados ao Partido Social Democrático (PSD) obtiveram, em 1955, a concessão[94] para o canal da Rádio Herval do Oeste. Cada corrente era proprietária de uma emissora, trabalhava para promover o partido e criticar os adversários. Essa disputa teria perdurado até 1964, quando o golpe militar uniu essas duas oligarquias catarinenses (apoiando a Aliança Renovadora Nacional – ARENA) que, apesar de separadas, compartilhavam de mesma ideologia.

O rádio continuou sendo usado como instrumento de projeção política e de fortalecimento dos interesses econômicos regionais, como referenciado, ligado às agroindústrias. Nessa época, o rádio ainda não era o "negócio", servindo mais como instrumento de sustentação e promoção dos empreendimentos mais rentáveis, como Sadia e Perdigão, os maiores grupos econômicos do Oeste catarinense, de Concórdia e Videira, respectivamente.

---

[93] Rádio Índio Condá, fundada em 1976 é de propriedade de Alfredo Lang, ex-integrante dos diretórios do PDS e PFL. Em 1990, filiou-se ao PDT, para concorrer à Câmara Federal, sem conseguir se eleger. Lang, atualmente, diz que, depois de ter saído da política, passou a haver uma maior aceitação e confiabilidade de sua rádio por parte da comunidade (COMASSETTO, 2005).

[94] Concessão é a autorização outorgada pelo poder competente a entidades executoras de serviços de radiodifusão sonora de caráter nacional ou regional e de televisão.

De acordo com Comassetto (2005), na época, a Sadia já era proprietária da Rádio Rural, e a Perdigão viria a constituir uma das principais redes de comunicação do Sul do Brasil, a Rede Barriga Verde, com emissoras de rádio e televisão em Florianópolis e no Meio-Oeste do estado. Em 1991, estudos identificaram que o Partido Democrático Social (PDS) e o Partido da Frente Liberar (PFL), os dois principais partidos da chamada "União por Santa Catarina", controlavam, direta ou indiretamente, 93% das emissoras AM (Amplitude Modulada), 81% das FM (Freqüência Modulada) e 100% dos canais de televisão do Estado. Desse modo, obteriam, pelo uso da mídia, vantagens políticas e econômicas para seus negócios (DE MARCO, 1991).

Em 2005, mais do que a presença de políticos, o domínio sobre as concessões de rádio e TV estava em algumas famílias, não sendo exatamente uma novidade. Porém, o que chama a atenção é a concentração detida por essas famílias sobre as concessões.

Segundo Papel Jornal (2005), com base em uma lista divulgada pelo Ministério das Comunicações, Brandalise (Grupo Perdigão) é o sobrenome mais comum na listagem, constando dela 44 vezes. A família é sócia de 13 rádios e de três TVs dos quais Flávio Brandalise, Maria Odete Brandalise Bonato e Saul Brandalise Júnior possuem, cada um, seis concessões/permissões[95]. Comparativamente, o segundo sobrenome mais popular na radiodifusão catarinense é o dos Sirotsky. Eles aparecem 21 vezes, sendo sócios em nove rádios e em quatro TVs. José Pedro Pacheco Sirotsky e Nelson Pacheco Sirotsky possuem, cada um, seis concessões em Santa Catarina.

As transformações econômicas decorrentes da globalização da economia podem ser verificadas, de acordo com Comassetto (2005), em mudanças ocorridas nas rádios do Oeste do estado. Ou melhor, nas empresas agroindustriais proprietárias das rádios. Se, até o final da década de 1970, havia uma relação bastante forte das empresas com o

[95] Permissão é a autorização outorgada pelo poder competente a entidades para a execução de serviço de radiodifusão de caráter local.

lugar, em função da restrita abrangência geográfica dos negócios e de acentuada dependência de decisões e políticas locais e regionais, isso passou ocorrer de forma mais amena à medida que houve uma maior abertura dos mercados nacional e externo para as carnes de suínos e frangos e seus derivados. Essa abertura de mercado fez expandir as empresas numa busca desenfreada pela competitividade, não mais somente em escala local, mas em nacional e internacional. A partir disso, o interesse pelas políticas locais deixou de ser prioridade para as emissoras de rádio controladas pelas agroindústrias.

Assim como as vias e os meios de transporte para o Oeste de Santa Catarina, os meios de comunicação também apresentavam estrutura precária para a época. Desse modo, a partir de 1957, a Sadia passa a utilizar a sua Rádio Rural de Concórdia, para divulgar o seu então inovador programa de integração agroindustrial e "orientar" os criadores de suínos e depois também os de aves, em suas propriedades (SADIA, 1994, apud COMASSETTO 2005), principalmente sobre como criar animais de qualidade.

Lago (1978) observa a importância das emissoras de rádio a serviço de empresas agroindustriais como a Sadia em Concórdia. Afinal, a rádio era da própria empresa. Por meio de programas radiofônicos, os agricultores integrados à empresa eram informados a respeito da entrega ou recolhimento de lotes de aves ou suínos e entrega de rações, entre outras informações afins.

Atualmente, apesar da existência de tantos outros meios de comunicação como *internet* e o telefone, por exemplo, as agroindústrias ainda se utilizam desse meio de comunicação para transmitir programas semelhantes em todo o Oeste do estado. O programa é transmitido em diversas emissoras correspondentes a diferentes áreas de atuação das agroindústrias, como no caso da Coopercentral Aurora. A empresa, por meio de uma de suas principais filiadas, a Cooper Alfa, mantém contato diário com mais de 14 mil famílias associadas.

O programa surgiu em 1978 e ia ao ar em três emissoras de rádio: Continental (Coronel Freitas), Índio Condá (Chapecó) e Cultura

(Xaxim). As informações eram datilografadas em Chapecó e seguiam de caminhão até as outras duas cidades. O caminhão, na realidade, transportava produtos agrícolas como o milho, feijão ou suínos. Nas passagens, o motorista "dava um jeito" de entregar a programação para a emissora de rádio (PRADO e SILVA, 2007).

A programação, denominada "Informativo Cooperalfa", possui duração média de sete minutos e é gravada em Chapecó e transmitida, de segunda a sexta-feira, a partir de onze emissoras[96] de rádio localizadas em municípios desde o Extremo Oeste até o Planalto Norte de Santa Catarina (São Lourenço do Oeste, Campo Erê, São José do Cedro, São Miguel do Oeste, São Carlos, Chapecó, São Domingos, Coronel Freitas, Xaxim e Porto União). O programa é basicamente o mesmo, com pouca variação entre as quatro diferentes microrregiões. Além das emissoras localizadas em Santa Catarina, o programa ainda é transmitido por uma emissora do Sudeste do estado do Paraná (Dimensão FM, de Lapa).

Por meio do programa, a empresa repassa informações diversificadas de interesse da empresa e, por vezes, de seus associados, além dos já citados horários de carregamento de animais e alojamento de pintinhos e rações, entre outras.[97]

O horário no qual é transmitido o programa é bastante estratégico, especialmente próximo ao meio-dia, quando a maioria dos integrados pode acompanhar a programação por estar na hora do almoço; dessa maneira abrange maior número de produtores. Mais precisamente, o programa é transmitido em todas as emissoras entre 11:45h e 13:15h. Em entrevistas aos integrados, a diferentes empresas,

---

[96] As emissoras de rádio que transmitem o programa Infromativo Cooperalfa são: Rádio 12 de Maio SLO (AM), Rádio Atalaia de Campo Erê (AM), Rádio Chapecó (AM), Rádio Clube de São Domingos (AM), Rádio Colméia de Porto União (AM), Rádio Continental de Coronel Freitas (AM), Rádio Cultura de Xaxim (AM), Rádio Integração de São José do Cedro (AM), Rádio Peperi de São Miguel do Oeste (AM), Rádio São Carlos (AM) (COOPERALFA, 2007).

[97] Dentre a programação, estão dicas técnicas e de administração rural, entrevistas, aniversariantes do dia, promoções comunitárias (reuniões, festas, bailes, jogos), balcão de negócios (no qual os associados vendem desde propriedades agrícolas, maquinários e automóveis até utensílios eletrodomésticos), ofertas de emprego em agroindústrias, etc. A programação, além de ser transmitida pelo rádio, também se encontra disponível no site da Cooper Alfa (COOPERALFA, 2007).

no ano de 2001, no Oeste do estado, os produtores afirmaram acompanhar diariamente a programação de abrangência regional (PERTILE, 2001).

Essa realidade pode ser constatada ainda no ano de 2007, quando se esteve presente em diversos municípios da região onde agricultores integrados disseram acompanhar as programações radiofônicas da Cooper Alfa.[98] O que demonstra interesse por parte desses que, além de informar-se sobre as atividades da empresa na qual estão integrados, podem comparar as atividades e inovações das demais agroindústrias regionais.

3.2.7 As inter-relações e as buscas por benefícios: empresários agroindustriais, política partidária e cargos públicos

Se os meios de comunicação, como o rádio, propiciaram (até determinado momento) grande importância na vida política e também econômica da elite agroindustrial do Oeste de Santa Catarina, o que dizer das possibilidades de assumir cargos públicos? E, com eles, possíveis direcionamentos políticos favorecendo empreendimentos agroindustriais? As melhorias em infra-estrutura, por exemplo, que, à primeira vista, seriam destinadas para os municípios, estiveram, na realidade, beneficiando de forma direta e indireta as empresas agroindustriais da região.

O modo pelo qual os grupos agroindustriais encontraram para se aproximar do Estado, em Santa Catarina, foi inserindo seus representantes no poder público. Essa articulação incluiu o poder público nas três esferas, municipal, estadual e federal. No nível municipal, a articulação levou agroindustriais exercerem cargo de prefeito em municípios, como em Chapecó e em Concórdia.

Dentre os representantes agroindustriais de maior influência ligados à política partidária, pode-se citar Plínio Arlindo De Nês

---

[98] Entrevistas com integrados nos municípios de Campo Erê, São Bernardino, Chapecó, Quilombo e Santiago do Sul, maio e julho de 2007 (realizadas por NOELI PERTILE).

(fundador do grupo Chapecó[99]), Saul Brandalise (Perdigão) e Attílio Fontana (Sadia), o último com uma longa carreira política. Saul Brandalise foi fundador e presidente do primeiro diretório do PDS em Videira e, depois, membro do diretório estadual do PFL. Também associado ao grupo Bonato, a Perdigão teve outros representantes no meio político catarinense, como o caso de Ivan Oreste Bonato. Este ocupou cargos públicos em nível municipal e estadual, tendo sido secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina entre 1975 e 1979. A Perdigão, além disso, esteve representada indiretamente por Luiz Gabriel na Secretaria da Agricultura entre 1966-70 (GIESE, 1991). Plínio Arlindo de Nês foi eleito vereador em 1946 e prefeito entre 1956 e 1960 em Chapecó, suplente de deputado estadual na eleição de 1962[100] e secretário do Oeste no Governo de Colombo Salles, de 1971 a 1975. Entre 1977 e 1979, foi presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc).

Já Attílio Fontana dedicou-se à carreira política desde que ocupou o cargo de conselheiro municipal em Joaçaba, do começo dos anos 1930 até meados da década de 1970. Em 1940, fundou o PSD, foi vereador e presidente da Câmara em Concórdia, de 1947 a 1950, e prefeito da cidade, na seqüência. Depois, cumpriu dois mandatos como Deputado Federal, no período de 1955 a 1963. Em 1961, interrompeu seu mandato na Câmara dos Deputados para assumir a Secretaria da Agricultura de Santa Catarina (1961-1962), a convite do governador Celso Ramos. No ano seguinte, elegeu-se Senador por Santa Catarina, até 1971. Por fim, foi vice-governador desse estado, exercendo o cargo até 1975, quando encerrou sua carreira política (FONTANA, 1980; SILVA, H. 1991).

Da mesma família, aparece Victor Fontana e Luiz Fernando Furlan. Victor, sobrinho de Attílio, exerceu o posto de Secretário da Agricultura em Santa Catarina entre 1975 e 1979; foi eleito deputado

[99] O grupo Chapecó passou a ser administrado pelo grupo argentino Macri em 1999. Na ocasião, o presidente do grupo Chapecó, curiosamente, era Alex Fontana, filho de Victor Fontana e neto de Attilio Fontana, fundador do grupo Sadia (A NOTÍCIA, 25 de setembro de 1999).
[100] TRE/SC (1994).

estadual pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA); foi vice-governador entre 1983 e 1987; deputado federal 1987-1991 e presidente do BESC em 1999 (A NOTÍCIA, 1999; TRE/SC, 1994). Já Luiz Fernando Furlan (filho de Osório Henrique Furlan e neto de Attílio Fontana) foi diretor administrativo, atual acionista e herdeiro da empresa Sadia; ex-presidente da Associação Brasileira de Exportadores de Frango (ABEF); ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), além de ter exercido o cargo de Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, durante o Governo Lula[101]. Com isso, verifica-se a contínua ligação do setor empresarial ligado às agroindústrias catarinenses (especialmente do grupo Sadia) aos cargos públicos e políticos estaduais e federais.

Em 1982, ainda no regime militar, houve uma ampla articulação do empresariado catarinense para a candidatura de Esperidião Amin (PDS) para o governo do Estado. Ao ser eleito, Amin recompensou vários setores industriais com cargos no seu governo entre 1983 e 1987. No caso do setor agroindustrial, identifica-se Victor Fontana, da Sadia, como vice-governador e Nelson Madalena, do grupo Perdigão, como Secretário da Fazenda, em 1983 (GUTHS, 2006).

Os demais governos[102] seguintes não alteraram a lógica predominante das ações dos governos precedentes. Desse modo, continuaram a manter e ampliar o enriquecimento privado em Santa Catarina, com intensa intervenção do Estado (MICHELS, 1998). Sendo assim, vê-se ter havido grande beneficiamento dos agentes privados com financiamentos de grandes grupos, dentre eles a agroindústria, em detrimento de soluções para problemas sociais como saúde e educação.

Os citados empresários, entre outros de indústrias diversas, todos originários de grandes empresas catarinenses direta ou indiretamente, foram representados na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) durante vários mandatos (GUTHS,

[101] O Governo Lula (Luiz Inácio Lula da Silva) compreende o período de 2003 até 2010. Furlan esteve no cargo de ministro entre 1 de janeiro de 2003 e 29 de março de 2007.
[102] Governo de Pedro Ivo Campos (PMDB) e Casildo Maldaner (PMDB), 1987-1991; Vilson Kleinübing (PFL), 1991-1994; Paulo Afonso Vieira (PMDB), 1995-1998.

2006). Esta instituição, como sua entidade representativa, também exerceu e exerce grande influência nos governos estadual e federal.

Nos casos de administração local, foi privilegiada a implantação de infra-estrutura a fim de atender à demanda das agroindústrias. Já na esfera de estado, a prioridade foi estar à frente em alguns setores, como em secretarias de Estado e empresas públicas. Foi a partir do direcionamento de decisões políticas nesses postos que grande parte dos recursos, seja de bancos ou de programas de desenvolvimento, foi conduzida para interesses dos agroindustriais. A propósito disso, a participação de empresários com influência política em toda a região, como Plínio A. De Nês, na presidência do BADESC, contribuiu para uma maior participação da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC) nos recursos liberados (MICHELS, 1998).

A articulação em plano federal, a princípio, parece ter ocorrido de forma mais branda. Serviu como abertura de possibilidades de comunicação entre empresas e a esfera nacional ou atendimento de alguma reivindicação das empresas, como no caso da importação de tipos específicos de animais (como suíno tipo-carne) visando ao melhoramento genético dos animais catarinenses. No entanto, essas articulações políticas podem ter criado, por exemplo, possibilidades de direcionamento de créditos a determinadas agroindústrias, especialmente no BNDES.

Apesar das crises pelas quais passou o Estado brasileiro, as empresas do setor agroindustrial continuaram a se beneficiar dos incentivos e subsídios deste para ampliar seus domínios patrimoniais, como compras de empresas, instalações de novas unidades fabris, entre outros. A década de 1970 foi, sem dúvida, de grande crescimento das empresas agroindustriais catarinenses, impulsionadas pelo Estado. Entre os anos de 1971 e 1981 as empresas Sadia, Perdigão, Chapecó e Ceval estiveram dentre as empresas catarinenses que obtiveram maior crescimento em percentuais de 970, 2.220, 1.300 e 1.500%, respectivamente (MICHELS, 1998, p. 223).

Na análise da trajetória das agroindústrias que atuaram e atuam no Oeste de Santa Catarina, é notável a participação de órgãos financiadores oficiais, tanto no plano estadual, quanto federal e, no último, a grande participação do BNDES. Entre 1962 e 1982, 19% de todo financiamento liberado por esta instituição financeira foi destinado à indústria alimentar (VERGARO, *apud* MICHELS, 1998, p. 224).

Com grande crescimento, a partir de 1980, as agroindústrias catarinenses passam a apresentar uma maior preocupação com sua posição internacional no sentido de busca de mercado consumidor. Os grupos Sadia e Perdigão, que não apareciam entre as maiores 500 empresas do Brasil em 1973, passaram a ser o segundo e terceiro maiores grupos privados do estado de Santa Catarina em 1991, demonstrando que a renda catarinense foi sendo concentrada ao longo desse período. Essa realidade opõe-se à da grande parte da população trabalhadora brasileira, "cada vez mais empobrecida" (*op. cit.* p. 225; 227).

Em busca de maior produção com vistas aos mercados nacionais e do exterior, as empresas começaram, especialmente na década de 1990, uma redistribuição de suas unidades produtivas no Brasil. O Centro-Oeste brasileiro foi a região que passou a receber diversas empresas que antes atuavam preferencialmente no Oeste de Santa Catarina. Para isso, contaram com incentivos e empréstimos do governo federal. Para fins de exemplificação, em 1992, o BNDES financiou cerca de 12 milhões de dólares para a Sadia adquirir um complexo industrial no Mato Grosso do Sul.

Apesar de grandes investidas do Estado, via recursos do BNDES, no sentido de financiar empresas agroindustriais catarinenses, parte dos recursos pode não ter tido resultados positivos. A empresa Chapecó, por exemplo, que passou a ser *holding* do grupo argentino Macri, em 1999, obteve diversos recursos do BNDES e, posteriormente, teve sua falência decretada (PINOTTI, 2005, p. 91). A inadimplência da Chapecó com o BNDES significou prejuízo para o Brasil, além de não ter solucionado os problemas da empresa. Entre 1995 e 2003, a

Chapecó recebeu cerca de R$ 600 milhões do BNDES (NETO, 2003a, 2003b).

Para que o referido banco interviesse na empresa, ocorreu a mobilização de agentes públicos (prefeitura de Chapecó e outros municípios da região, governador de Santa Catarina, ministro da Casa Civil e Presidente da República), privados (Banco Fator) e diferentes associações com interesses na manutenção da agroindústria na região (Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina (FAESC), Sindicato dos Criadores de Aves (Sincravesc), Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS), Sindicatos de Trabalhadores e entidades empresariais da região) (Avicultura Industrial, 2004).

No entanto, não tendo sucesso em sua administração, a empresa passou a arrendar, de forma fragmentada e com direito de compra, suas unidades produtivas para outras empresas do próprio setor[103]. Um exemplo disso é a unidade de Chapecó, onde passou a atuar a Aurora, e a unidade de Xaxim, onde atua a Diplomata. O arrendamento das unidades produtivas pode, talvez, retomar a economia nesse setor produtivo da região, como apontado pelo prefeito Municipal de Chapecó, Pedro Uczai:

> O dia de hoje fica na história de todos os que, de uma forma ou de outra, sofreram com a crise do frigorífico Chapecó, principalmente avicultores, suinocultores e trabalhadores da empresa. Agora precisamos garantir a volta imediata do processo produtivo e o restabelecimento de empregos, da integração com os agricultores e a retomada da economia do setor (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, *apud* AVISITE, 2003).

Contudo, percebe-se que, mesmo aparentando um discurso com preocupação social, o apoio dos agentes públicos tendeu a beneficiar o setor privado. Nesse sentido, aponta-se que o valor dos empréstimos da Chapecó Alimentos junto ao BNDES, no ano de 2003, era de R$ 560 milhões (Avicultura Industrial, 2004). A empresa deixou de existir, arrendou suas unidades, mas a dívida com o BNDES ainda existe (ROCHA, 2007).

---

[103] A assinatura dos contratos aconteceu no dia 17 de dezembro de 2003 (AVISITE, 2003).

De modo complementar, outras formas de repasse de recursos públicos também podem ser associadas aos interesses de grupos privados por meio de pesquisas científicas. Assim, investimentos em recursos tecnológicos desenvolvidos por instituições públicas, como universidades federais e estaduais, são repassados para a iniciativa privada, como as agroindústrias. Cita-se o caso da Sadia que, na década de 1990, obteve recursos tecnológicos em software desenvolvido por uma empresa[104] em Campinas, com financiamento da Fapesp e do CNPq e a qualificação de pesquisadores da Unicamp (PINOTTI, 2005 p. 89).

Assim, pode-se afirmar que o grande apoio do Estado com suas intervenções ao longo do processo de acumulação, acrescido da exploração do sobretrabalho de diferentes trabalhadores (os agricultores integrados[105], os assalariados nos frigoríficos, dentre outros), como relação que fundamenta a lógica capitalista de produção, possibilitaram o fortalecimento do setor agroindustrial catarinense, especialmente de alguns grandes grupos, como referenciado.

Além disso, a ligação entre empresários e instituições públicas pode beneficiar os primeiros. A liberação de financiamentos do BNDES para produtos a serem exportados, em diversos setores da economia, em novembro de 2003, pode ter beneficiado uma única empresa no setor agroindustrial por influência política. Naquele ano, a Sadia foi favorecida com empréstimo de US$ 20 milhões no referido banco em que Luiz Fernando Furlan era presidente do Conselho de Administração. Acrescenta-se que, no mesmo período, Furlan exercia o cargo de Ministro do Desenvolvimento e, por muito tempo também, esteve à frente do grupo Sadia, do qual se afastou da gestão desde seu ingresso no governo (AVISITE, 2003).

No entanto, ao ser efetuada uma análise pelas equipes técnicas do BNDES, ainda em 2004, foi constatado que a família do ministro

---

[104] Empresa de Base Tecnológica (EBT) – Unisona Matemática para Produtividade.

[105] O sobretrabalho dos agricultores (e de sua família) integrados às empresas agroindustriais que atuam no Oeste de Santa Catarina, especificamente em pequenos municípios é analisado por Pertile (2001).

estava participando do bloco de controle da Sadia, o que impedia o banco conceder outros financiamentos ao grupo.[106] Com o desligamento da família Furlan do bloco de controle e com um novo acordo de acionistas na empresa, encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em maio de 2005, foram retomados os processos de análise de financiamentos.

Dessa forma, no mesmo ano, a diretoria do BNDES aprovou mais um financiamento de R$ 974 milhões à Sadia. Parte dos recursos seria utilizada para ampliar e modernizar unidades produtivas do grupo em oito estados, além de reestruturar a sede administrativa em São Paulo (BNDES, 2005). Contudo, apesar de ocorrer o afastamento do controle da Sadia para exercer o ministério e presidir o conselho do BNDES, Furlan continuou tendo grande participação acionária (20,06%) na empresa em 2005 e 2006 (SADIA/IAN, 2006).

A intervenção do Estado e a superexploração do trabalho foram alguns dos sustentáculos que possibilitaram historicamente a acumulação do capital em Santa Catarina. Nesse sentido, de forma ilustrativa, verifica-se o aumento da dívida pública do Governo catarinense.[107]

A partir da década de 1990, os grupos empresariais catarinenses, por meio da Fiesc, sua entidade representativa, buscaram criar mecanismos que trouxessem incentivos e financiamentos para proporcionar às empresas catarinenses uma maior competitividade no mercado exterior (MICHELS, 1998, p. 232). A Fiesc, desse modo, teve e continua tendo fundamental importância no apoio e efetivação dos empreendimentos agroindustriais catarinenses. Do mesmo modo que nas décadas de 1970 e 1980, as maiores agroindústrias continuam tendo forte influência sobre as instituições que promovem os

---

[106] No contrato um art. 34, inciso 5º, da Lei 4.595/64 consta uma cláusula de vencimento antecipado, prevendo a liquidação imediata do total da dívida se algum acionista do bloco de controle da Sadia viesse a fazer parte do Conselho de Administração ou da Diretoria do BNDES (BNDES, 2005).

[107] A dívida do Estado de Santa Catarina que, em 1970, era de US$ 7,5 milhões, em 1982, era de 598 milhões e, em 1987, era de 791 milhões de dólares (MICHELS, 1998, p. 202).

financiamentos para o setor, especialmente em âmbito federal, via BNDES.

Ao serem definidas as políticas públicas em benefício de uma dada empresa, determina-se também o espaço priorizado de acordo com a localização das unidades (produtivas, administrativas, etc.) da empresa. As grandes empresas agroindustriais, por meio de seus representantes, especialmente quando ligados a cargos públicos, desempenham papel fundamental na organização do espaço, pois exercem uma influência marcante sobre o espaço em sua volta.

No processo de organização espacial na atual fase do capitalismo, as grandes corporações, com suas múltiplas atividades e localizações, desempenham o principal papel na reorganização do espaço. Constituem-se em "agentes fundamentais da gestão do território, exercendo poderoso controle sobre a organização espacial e sua dinâmica" (CORRÊA, 1991, p. 33).[108]

Para as agroindústrias do Oeste de Santa Catarina conseguirem exercer a sua territorialidade, elas dispõem de uma gama variada de objetos técnicos distribuídos pelo espaço, de forma a atender as intencionalidades e objetivos para os quais tais objetos foram criados. Da mesma forma, obviamente, pensa-se que a localização das fábricas, escritórios e pontos de vendas também tem sido pensada de modo que esses elementos produzam os resultados esperados pelo planejamento das empresas.

Além das questões da "concorrência territorial" (COLLETIS *et. al.* 1997), na implantação de uma firma num dado território, a "questão chave" relaciona-se com a capacidade de esse território receber empreendimentos externos – concentração industrial e tecnológica – e de sua capacidade de influenciar no desenvolvimento industrial e tecnológico local a partir da implantação de uma empresa. Ao deslocar-

---

[108] CORRÊA (1996, p. 26), ao abordar os centros de gestão do território, afirma que gerir um território, "[...] no âmbito da sociedade capitalista, constitui-se em um poderoso conjunto de ações engendradas para conceber, planejar e dirigir o complexo ciclo de reprodução do capital das corporações multifacetadas e multilocalizadas sediadas predominantemente nas metrópoles". Sobre esse tema ver também Silva A. (1997).

se de um lugar para outro, as empresas buscam implantar-se sobre os mercados de consumação, encontrar mão-de-obra a um bom preço, recrutar quadros de alto nível, dividir os custos e riscos com outras empresas, adaptar-se ao mercado, etc. (PAULET, 1998).

Os investimentos das agroindústrias catarinenses, nesse sentido, também procuram os benefícios concedidos por outros estados e regiões do país (citam-se as isenções fiscais temporárias, os terrenos para implantação das unidades industriais, entre outros). A expansão dessas empresas que, até a década de 1970, se concentrava basicamente em Santa Catarina, após 1990 teve a região Centro-Oeste (sobretudo Mato Grosso do Sul e Goiás) como foco principal. O capítulo seguinte aponta de que modo ocorre, nos dias atuais, a divisão da produção integrada às empresas no que concerne à produção, comercialização e industrialização de aves e suínos no Oeste de Santa Catarina.

4 A REORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO REGIONAL CONTEMPORÂNEA: A MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES DO MERCADO MUNDIAL DE CARNES

O enfoque do presente capítulo será a reorganização da produção regional contemporânea da Mesorregião Oeste catarinense no contexto das transformações do mercado mundial de carnes, na divisão intra-regional da produção associada às atividades agroindustriais, salientando as principais transformações na estrutura regional.

4.1 A divisão intra-regional da produção associada às atividades agroindustriais

Como elementos que atuam influenciando direta e indiretamente no processo de reprodução do capital em estágios sempre mais avançados, as agroindustriais de carnes do Oeste catarinense, em decorrência de suas

demandas e das escalas de operação, constituem-se em grandes empresas.

Em função de suas escalas de atuação e das diferentes demandas em seus processos de produção, as grandes empresas agroindustriais do estado são capazes de atrair, ao seu redor, numerosos agentes de diferentes naturezas. A partir das relações que passam a existir entre as agroindústrias e diferentes agentes sociais, os primeiros passam a beneficiar-se e apoiar, direta ou indiretamente, as ações de outros grupos empresariais em diversos espaços onde existem suas unidades industriais.

A lei de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo orienta, sobremaneira, as grandes empresas ao se inserirem em porções do espaço ou regiões. Ao se reproduzirem, passam a ignorar, em maior ou menor grau, as formas de relações sociais e culturais movidas por temporalidades próprias. A interação entre empresas e os lugares ou regiões se dá de modo diferenciado, de acordo com o maior ou menor grau de favorecimento que esses possam atribuir ao processo de reprodução ampliada do capital.

A essas porções do espaço, Santos (1994b) denomina de “espaços luminosos” (subespaços ativos e também funcionais à acumulação capitalista) e de “espaços opacos”, os fragmentos do espaço mais ou menos desprezados pelos maiores agentes capitalistas. Esses subespaços podem se alterar ao serem incorporados de modo seletivo na engrenagem do sistema capitalista de produção e de valorização das mercadorias sendo, portanto, funcionais no processo universal de reprodução da riqueza no sistema capitalista.

Essas categorias espaciais refletem o grau de desenvolvimento das forças produtivas e da respectiva divisão espacial do trabalho em um país ou região. E, por isso, quanto mais desenvolvida encontra-se a divisão do trabalho em um país ou região, maior é a visibilidade das diferenças entre as funções realizadas e as distintas configurações espaciais (MARX; ENGELS, 1984).

No Oeste de Santa Catarina, é possível identificar a reprodução dessas duas categorias espaciais a partir dos diferentes níveis de organização e funcionalidade das atividades voltadas ao setor agroindustrial. As práticas espaciais desenvolvidas pelas agroindústrias de carnes não abrangeram a região por inteiro, não tiveram a mesma intensidade e nem ocorreram ao mesmo tempo. Assim, as inter-relações das diferentes agroindústrias, ao longo do tempo, com os demais agentes regionais, nacionais e internacionais no Oeste catarinense aconteceram de modo seletivo no tempo e no espaço.

Esse processo permitiu, na atualidade, a consolidação de diversas cidades cuja compreensão está ligada ao processo histórico de intervenção de diferentes agentes sociais. Estes tiveram interesses particulares pela produção agroindustrial de aves e suínos e pelo desenvolvimento regional de atividades em torno das matérias-primas desse processo produtivo.

O desenvolvimento das atividades agroindustriais no estado foi fortalecido durante o processo de industrialização nacional. Nesse processo, de um lado, parte da pequena produção familiar conseguiu integrar-se às agroindústrias e garantir a comercialização dos produtos. De outro, aqueles que não conseguiram acompanhar o processo de modernização da agricultura, mas que sofreram suas conseqüências, transformaram-se nos mais pobres do campo. Para eles, a propriedade ou o acesso a terra garantiu apenas um modo de sobrevivência, aquém do que necessitavam. Com isso, foram conduzidos a buscar diferentes formas de assalariamento nas maiores cidades da região.

Desse modo, a liberação de mão-de-obra do meio rural permitiu a disponibilidade de trabalhadores para os frigoríficos de carnes da região. Assim, algumas cidades, mesmo pequenas, ao instalarem um frigorífico, começam a receber população de outros municípios para trabalhar no abate de aves e/ou suínos. Essa parcela da população instala-se na cidade e passa a ser residente ou desloca-se diariamente para o trabalho.

A dinâmica de reorganização da divisão social do trabalho, que desloca trabalhadores para as cidades, vai constituir um mercado regular

de gêneros alimentícios, impulsionando uma especialização espacial de atividades e um incremento na escala produtiva e na produtividade do trabalho. O Oeste catarinense insere-se no novo arranjo territorial como produtor de alimentos, ligado à comercialização e industrialização de suínos e aves.

Nessas circunstâncias, alguns municípios possuem as unidades industriais e atraem população de diversos outros municípios principalmente para trabalhar em seus frigoríficos. Suas cidades têm apresentado importante ritmo de crescimento em termos populacionais e econômicos, possibilitando o desenvolvimento de uma maior infra-estrutura. Como exemplo dessas cidades tem-se Chapecó, Concórdia e Videira. De forma diferenciada, numerosos outros municípios que não possuem unidades frigoríficas atuam nesse processo como fornecedores de matéria-prima (aves, suínos, milho e soja – estes dois para fabricação de rações) e/ou mão-de-obra para as agroindústrias.

A dinâmica de produção industrial, ainda que especializada, vai contribuir para que algumas cidades da região abriguem uma gama mais variada de atividades e uma maior lista de profissões. E, quanto maiores e mais populosas são as cidades, mais capazes elas são de conter essas diversificações, estabelecendo, desse modo, um tecido de inter-relações mais eficaz do ponto de vista econômico (Santos, 1993).

A cidade com sua organização interna e o conjunto das cidades das outras regiões ou países, necessitam ser compreendidas também com suas relações de interdependência e complementaridade, o que pode vir a constituir, em escalas diferentes, o que Machado (2003, p. 129) define de "exemplos de sistemas abertos e hierarquizados". Ou ainda, na expressão de Lefèbvre (2001, p. 65), "[...] de um subsistema privilegiado porque é capaz de refletir, de expor os outros subsistemas e de oferecer como um 'mundo', como uma totalidade única, na ilusão do imediato e do vivido."

Em uma das afirmativas de Santos (1994, p. 83), ele diz que cidade é o "lugar onde o mundo se move mais; e os homens também" e que o urbano, no Brasil, é onde está presente o meio técnico-científico, área

onde a vida de relações tende a ser mais intensa e onde, por isso mesmo, o processo de urbanização tende a ser mais vigoroso (SANTOS, 1993, p.119). De outro modo, pode-se dizer que são nas cidades que as condições gerais de produção apresentam-se com maior densidade (LENCIONI, 2007), mesmo em se tratando de Oeste catarinense e de especialização na produção agroindustrial de carnes.

A partir dessa compreensão, é que se pretende neste item do trabalho analisar a inter-relação entre as principais cidades da região e as demais circunvizinhas como estratégias no e para o desenvolvimento das empresas agroindustriais catarinenses.

4.1.1 As maiores cidades como "espaços luminosos" no desenvolvimento agroindustrial

Na perspectiva de crescimento de algumas cidades da Mesorregião Oeste de Santa Catarina, pelos dados do IBGE, Chapecó é a que mais se destaca, com população de 134 mil habitantes. A população total de Chapecó consiste em 146.967 habitantes e a grande maioria (91%) reside na área urbana do município. Enquanto no Brasil, a população urbana representava 85% no ano de 2000, os maiores municípios do Oeste apresentavam um índice de população urbana mais elevado de até 91%, conforme a Tabela 21.

Tabela 21 - Cidades do Oeste catarinense com mais de 20 mil habitantes, ano 2000[109].

Município	População total	População urbana	(%)
Chapecó	146.967	134.592	91,5
Caçador	63.322	55.542	87,7
Concórdia	63.058	45.254	71,7
Videira	41.589	35.787	86,0
Xanxerê	37.429	32.385	86,5
São Miguel do Oeste	32.324	27.392	84,7
Joaçaba	24.066	21.688	90,1

Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em IBGE, Censo Demográfico, 2000.

[109] Optou-se em apresentar os dados do ano 2000 porque assim é possível identificar a porcentagem da população urbana, o que ainda não é possível para o ano 2007. Contudo, salienta-se que a relação e a ordem das maiores cidades do Oeste Catarinense permanecem as mesmas para os dois referidos anos.

O conjunto das sete maiores cidades relacionadas na Tabela 21 compreende uma população de 352.640 habitantes. Essa população residente nas cidades de Chapecó, Caçador, Concórdia, Videira, Xanxerê, São Miguel do Oeste e Joaçaba representa 31,57% da população total da região.

Assim, do total de habitantes residentes na região, 85%, em média, residiam nas áreas urbanas, coincidindo com a média nacional. Desses municípios, Chapecó e Joaçaba – coincidentemente, as duas cidades mais antigas da região – destacam-se com a maior proporção de população urbana, 91 e 90%, respectivamente, no ano de 2000.

Se as condições gerais de produção – especialmente no que diz respeito ao consumo coletivo – podem ser mais densas em áreas urbanizadas, considera-se que aquelas voltadas à produção agroindustrial poderão ser encontradas nessas principais cidades da Mesorregião Oeste catarinense. É importante salientar que dessas maiores cidades do apenas Caçador não possui unidades agroindustriais das grandes empresas do ramo de carnes. Todas as demais cidades possuem frigoríficos de carnes e/ou de rações compondo parte do complexo agroindustrial da região.

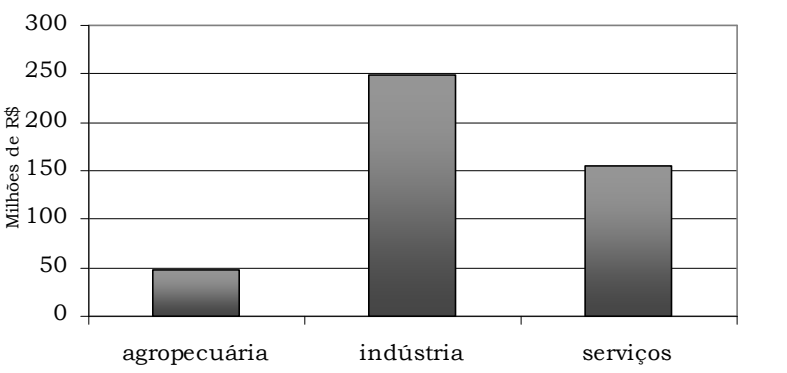
Começando por ordem crescente, serão analisadas as maiores cidades da região e sua respectiva relação com o setor agroindustrial produtor de carnes de aves e suínos. Nesse sentido, serão analisadas as sete cidades que possuíam população urbana superior a 20 mil habitantes no ano de 2000: Joaçaba, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Videira, Concórdia, Caçador e Chapecó, a maior cidade da região.

A cidade de Joaçaba, junto com a de Chapecó, foi fundada em 1917. Desde seus primórdios, teve importante papel como referência para as povoações que iam sendo formadas ao seu entorno. Sendo, desde então, onde se encontravam os “recursos” administrativos para a população local e de todo o Vale do Rio do Peixe. Atualmente, com o passar de quase um século, Joaçaba continua tendo sua importância econômica voltada ao setor terciário e também secundário sem, contudo, deixar de contar com o primário cuja expressividade mais acentuada está

na avicultura, suinocultura e no gado leiteiro.

Essas atividades do setor primário são integradas à agroindústria e às cooperativas, buscando o crescimento vertical da produção. Os setores secundário e terciário empregam a maior parte dos quase 25 mil habitantes de Joaçaba. Contudo, são as indústrias as responsáveis por gerar mais da metade do PIB do município que, no ano de 2004, foi de R$ 447 milhões. As indústrias da metalurgia mecânica, madeira e produtos alimentares respondem pelo maior número de estabelecimentos e pessoal ocupado. São mais de 250 estabelecimentos industriais no município, dentre eles, um frigorífico de suínos da empresa Aurora.

Gráfico 2



Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em IBGE (2007).

Quanto ao setor terciário, Joaçaba desempenha um importante papel na microrregião onde se situa. Ao longo de sua história, por dar origem à grande maioria dos municípios do Vale do Rio do Peixe, Joaçaba centralizou diversos serviços administrativos do governo estadual e alguns do governo federal, transformando-se em um importante centro comercial do meio oeste catarinense. Em função disso, atende à população de 25 municípios.

Todavia, são as indústrias e, especialmente as de metal-mecânica, que tomam a parte mais significativa do setor industrial do município. Elas atuam com especificação na fabricação, montagem e manutenção de máquinas e equipamentos industriais (balanças eletrônicas, batedores,

esteiras transportadoras, sistema de transporte pneumático) para indústrias alimentícias. E, ainda, na confecção de peças de reposição para máquinas frigoríficas, desde o abate até a industrialização e embalagem de aves, suínos, bovinos e seus derivados. Uma empresa do setor comercializa seus produtos para Colômbia, Holanda, Argentina, Paraguai e Alemanha. Outras indústrias são aquelas voltadas ao processamento de madeira e plásticos.

Foto 9 - Vista parcial da cidade de Joaçaba. Em primeiro plano, unidade industrial da empresa Perdigão em Herval d'Oeste, às margens do Rio do Peixe. Fonte: Autor desconhecido (disponível em: <www.skyscrapercity.com> Acesso em: 15 nov. 2007)

O que pode ser percebido é que, nas primeiras décadas do século XX, Joaçaba era a cidade mais importante, mais dinâmica em todo o Oeste de Santa Catarina, ao contrário de Chapecó que apresentava ainda suas atividades agrícolas, comerciais e industriais de modo mais incipiente. Joaçaba tinha a seu favor a linha ferroviária São Paulo-Rio Grande que significava possibilidades de transporte de mercadorias e locomoção de passageiros, especialmente até a década de 1940, quando houve a introdução dos caminhões na porção mais ocidental do estado.

Contudo, a partir dos desmembramentos de municípios (especialmente de Concórdia e Caçador em 1934 e, mais tarde, Videira), o município de Joaçaba começou a perder grande parte de sua dinamicidade e centralidade para os novos municípios. Ou seja, a centralidade antes formada por Joaçaba, passa a ser dividida com as

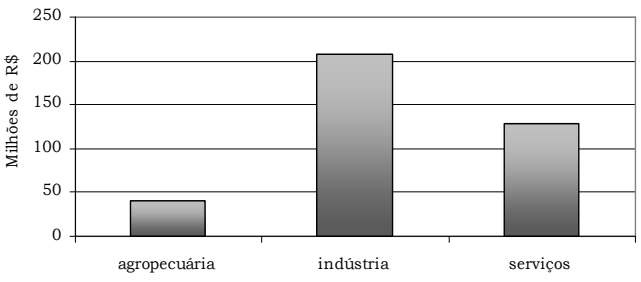
outras cidades da microrregião do Vale do Rio do Peixe: Caçador, Concórdia e Videira, que atualmente são maiores que a própria Joaçaba.

No final da década de 1960, enquanto Joaçaba possuía cerca de 25 mil habitantes, Chapecó possuía cerca de 50 mil habitantes. Em Joaçaba já predominava a população urbana, representando 60% do total, ao passo que em Chapecó essa representação era de apenas 32%.

Ao contrário de Joaçaba, apesar de também ter passado por numerosos sucessivos desmembramentos no município, a cidade de Chapecó foi sendo fortalecida e tornando-se cada vez mais complexa e central em toda a atual Mesorregião Oeste.

A cidade de São Miguel do Oeste participa da produção agroindustrial de carnes de forma direta, possui um frigorífico de abate de suínos da Aurora instalado no município. Para os abates, o município recebe matéria-prima, no caso suínos (além de leite, milho), de diversos outros municípios em sua proximidade, especialmente de Guaraciaba, São José do Cedro e Descanso. As empresas que processam esses produtos são a Cooper Alfa (Aurora), Terra Viva (leite) e Cargill Agroindustrial (grãos).

Gráfico 3



Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em IBGE (2007).

As agroindústrias são responsáveis por 40% do PIB de São Miguel do Oeste, que era de R$ 375 milhões no ano de 2004 (IBGE, 2007). Somente o frigorífico de suínos é responsável por 12% PIB da indústria local. As agroindústrias empregam cerca de duas mil pessoas, o que

significa cerca de 10% do total de empregos, conforme Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (2007).

Além da produção de matéria-prima para as indústrias locais, o município produz ainda outras como leite, bovinos e cereais destinadas aos municípios de Treze Tílias, São José do Cedro e Chapecó, nas empresas Tirol, Cedrense e Cooper Alfa, respectivamente.

O município de Xanxerê é o quinto maior município da Mesorregião Oeste de Santa Catarina com aproximadamente 37 mil habitantes, sendo destes, 86% na área urbana. Xanxerê colabora com a dinâmica agroindustrial da região de diferentes formas. A produção de rações está entre suas principais funções que permite estar em relação com diferentes agroindústrias, dentre elas, a Seara/Cargill[110] que possui uma indústria própria no município. A produção de rações é favorecida pela grande produção de milho[111] e soja no município, cuja produtividade é destaque nacional. Além de utilizar a matéria-prima própria, a fabricação de rações é viabilizada com a soja e o milho cultivados em municípios vizinhos como Xaxim, Marema, Lageado Grande, Ponte Serrada, Vargeão, Abelardo Luz, Ipuaçu e São Domingos e também em alguns municípios dos estados do Rio Grande do Sul e Paraná, conforme a Prefeitura Municipal de Xanxerê (2007).

No sentido de contribuir com a produção de sementes, o município de Xanxerê conta com a Associação dos Produtores de Sementes do Estado de Santa Catarina (APROSESC), fundada em 1975. Com o apoio da Embrapa, da Epagri e da Cidasc, a Aprosesc atua na expansão do comércio de sementes em Santa Catarina, estimulando ainda a exportação para outros estados; na orientação de seus associados na produção e comercialização de sementes e na produção de novas variedades de sementes.

---

[110] A Seara Alimentos S.A. (Seara) vendeu seu controle acionário para a Cargill Agrícola S.A. (Cargill) no dia 31 de agosto de 2004 (CADE, 2005).

[111] O município de Xanxerê tem o título de "Capital Catarinense do Milho", tendo recebido reconhecimento oficial em 2002. Possui em suas festividades a Festa Estadual do Milho (FEMI), que estará em sua XIV edição no ano de 2008 e ocorre a cada dois anos.

A existência de milhares de agricultores integrados às grandes agroindústrias da região permite a Xanxerê colaborar com as empresas, fornecendo matéria-prima para as unidades industriais, no caso de aves e suínos. Contudo, a produção de gado de corte também deve ser considerada, pois o município é o segundo maior produtor do estado.

De outra forma, o município igualmente se destaca no setor metal-mecânico e transformação de plástico, dos quais diversos produtos também são direcionados ao processo de produção agroindustrial do da região. Assim, Xanxerê apresenta considerácel crescimento em diversos segmentos industriais e de serviços. Dessa forma, Xanxerê tem sido referência para toda a Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI, composta por 17 municípios), da qual é município-sede.

Foto 10: Vista parcial da Cidade de Xanxerê. Fonte: Prefeitura Municipal de Xanxerê (2007)

É no município de Xanxerê que está sediada a Aves do Parque Ltda. (Avepar), uma das maiores empresas na produção de pintos de um dia do país. É nela que grandes agroindústrias como Seara/Cargill, Sadia e Aurora adquirem pintinhos que são levados às propriedades dos agricultores a ela integrados.[112] Nestas, recebem alimentação e cuidados necessários para o desenvolvimento das aves que ocorre em um curto período (cerca de 32 dias) e em seguida são processadas nas unidades

[112] O processo de produção de aves inicia nas granjas de aves reprodutoras, as chamadas avós e matrizes, as quais produzem os ovos que darão origem aos frangos de corte. Os ovos são recolhidos das granjas e classificados, depois são desinfetados e enviados em caminhões climatizados ao incubatório. No incubatório existem máquinas para incubar os ovos durante 21 dia quando nascem os pintos que são examinados, classificados e vacinados. Os pintinhos com um dia de vida são colocados em caixas e, em caminhões climatizados (pinteiras) e seguem para as granjas dos integrados, que são os produtores rurais.

frigoríficas. Para a produção dos pintinhos na empresa, são adquiridos ovos incubáveis de diversos municípios e estados.

Dessa forma, apesar de não sediar frigoríficos de aves e suínos de grandes empresas, Xanxerê fornece diferentes matérias-primas (leite, suínos, milho, soja, trigo, frango, pintos de um dia) para indústrias situadas em outros municípios da região e do estado do Rio Grande do Sul. Conforme dados da prefeitura, os principais municípios receptores de matéria-prima de Xanxerê são Concórdia, Chapecó, Seara e Xaxim, sendo a Sadia, a Aurora, a Seara/Cargill e a Diplomata as empresas processadoras, respectivamente.

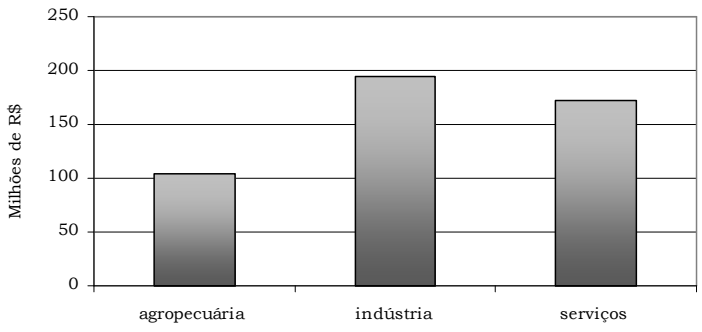
Para trabalhar nas agroindústrias Agroeste, Frigorífico Unibom, Seara/Cargill (rações), Xanxerê recebe cerca de 200 pessoas dos municípios de Xaxim, Marema, Lageado Grande, Ponte Serrada, Vargeão, Aberlardo Luz, Ipuaçu e São Domingos. Os trabalhadores deslocam-se cerca de 40 a 50 km diariamente e utilizam diferentes meios de transporte como ônibus, moto, *vans* e carros particulares.

Por outro lado, entre 300 a 400 pessoas de Xanxerê deslocam-se, também diariamente, para trabalhar nas empresas Diplomata (aves), Seara/Cargil (aves e suínos) e Sadia (incubatório) nos municípios de Xaxim, Seara e Faxinal dos Guedes, respectivamente. Mesmo havendo o recebimento de mão-de-obra de outros municípios, observa-se que Xanxerê não absorve toda a mão-de-obra disponível no município, especialmente aquela menos especializada, como é o caso da que se desloca para trabalhar em agroindústria dos citados municípios, distantes em média 40 km. Para o transporte dessas pessoas que se deslocam todos os dias, são utilizados ônibus, vans e motos.

Considerando todo o setor agropecuário do município, ele representa cerca de 60% do valor agregado de Xanxerê. No entanto, somente aproximadamente 25% do PIB municipal é da agroindústria que emprega 30% da população (PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ, 2007). O maior PIB do município (40%) é proveniente do setor industrial, o

qual possui 306 unidades industriais, considerando-se desde as pequenas até as maiores, como a fábrica de rações da Seara/Cargill.

Gráfico 4



Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em IBGE (2007).

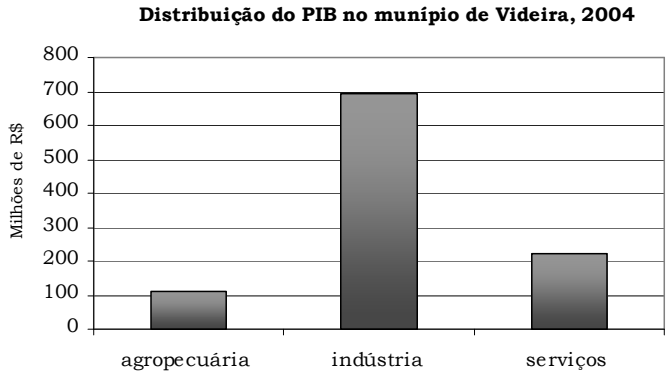
Dentre outras indústrias, é relevante citar a Hacker, que opera com a implantação de centrais elétricas, na industrialização de usinas e equipamentos com tecnologia alemã. A empresa comercializa seus produtos em toda a América do Sul, na África, Europa e Ásia. Além dessas industrias, o setor de madeiras e erva-mate e de transformação de plásticos ajuda a diversificar o setor industrial do município de Xanxerê.

Para a cidade de Videira, com o título de "Capital Estadual da Uva e Berço da Perdigão"[113], não é difícil descobrir quais são suas principais atividades econômicas. O setor agropecuário de Videira é importante suporte para as indústrias que se encontram no próprio município. Na fruticultura, ocorre o destaque da produção de pêssego, ameixa e uvas que são matérias-primas para as indústrias de sucos e as cantinas de vinho. Contudo, é na pecuária, com a criação de bovinos de leite e, especialmente, de suínos e aves que este setor se destaca (PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, 2007). Parte considerável da produção dos dois últimos é industrializada em um dos maiores frigoríficos da América Latina, da empresa Perdigão.

[113] Conforme a Prefeitura Municipal de Videira, a denominação de "Capital Catarinense da Uva e Berço da Perdigão" foi oficializada no dia 11 de dezembro de 2002, pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Todavia, se for analisado o PIB municipal, notadamente o setor industrial é o que mais se destaca, com aproximadamente 700 milhões de reais no ano de 2004, seguido do comércio e com menor proporção o agropecuário, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5



Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em IBGE (2007).

As indústrias de plástico também presentes no município são especializadas na produção de embalagens para as agroindústrias. De forma semelhante, uma fábrica têxtil atua na produção de vestuário profissional, especialmente desenvolvido para uso em frigoríficos. E sua produção é destinada para, além de Santa Catarina, outros estados como Paraná, Rio Grande de Sul e Goiás.

Não somente o processamento de animais e a industrialização deles, mas também a formação do próprio município tem relação estreita com a existência da empresa Perdigão. Em relato de um representante da Perdigão, ele afirma que a empresa não cresceu em função da cidade, acrescenta:

> Aqui ocorreu o contrário, foi a cidade que cresceu nas proximidades da indústria. Esta fábrica foi a primeira unidade da Perdigão e há 73 anos quando a empresa foi fundada praticamente não havia infra-estrutura. O município de Videira foi fundado após a instalação da empresa (PERDIGÃO AGROINDUSTRIAL, 2007).

Conforme se observou em pesquisa de campo e também na imagem de satélite (Imagem 1), é realmente interessante tanto a localização da indústria, na "volta do Rio do Peixe", quanto a quantidade de

estabelecimentos comerciais e, principalmente, residenciais ao seu entorno. Desse modo, não se considera um "exagero" a afirmação do representante da Perdigão ao dizer que a cidade – ou pelo menos parte considerável dela – cresceu nas proximidades da empresa. No entanto, a empresa salienta que, na atualidade, é de fundamental importância o apoio do poder público na manutenção do acesso rodoviário à cidade e entre as propriedades rurais e a indústria. A existência da pavimentação rodoviária, contribuindo para o deslocamento de trabalhadores (mas também e, principalmente, para os produtos da empresa), creches para filhos de funcionários (em todos os municípios fornecedores de mão-de-obra), hospitais e escolas são alguns exemplos citados pela empresa quando da atuação do Estado como promotor das condições gerais de produção.

Imagem 1 - Vista parcial da cidade de Videira e rio do Peixe, com destaque para localização da Perdigão. Observa-se ainda o aglomerado de residências nas proximidades da empresa, proximidade do local de trabalho de centenas de habitantes da cidade.

A produção na unidade industrial Perdigão demanda muito mais matéria-prima do que a produzida em Videira e, por isso, outros municípios são fornecedores de aves e suínos processados nessa cidade. Os principais fornecedores são os municípios de Herval do Oeste e Capinzal sem, contudo, desconsiderar numerosos outros municípios vizinhos que também colaboram com a produção desses animais

(PERDIGAO AGROINDUSTRIAL, 2007).

Na unidade industrial de Videira, são produzidas cerca de 300 mil toneladas por ano de alimentos derivados de aves e suínos. Essa produção, segundo a Perdigão, significou aproximadamente 60% da arrecadação do município no ano de 2006. Para viabilizar toda essa produção, é necessário grande número de pessoas, sendo o total de aproximadamente 3.850 funcionários somente na unidade de Videira. Destes, 1.400 deslocam-se diariamente de outros municípios da região (Fraiburgo, Monte Carlo, Rio das Antas, Caçador, Lebom Régis, Iomerê, Pinheiro Preto, Tangará). Parcela dessa população trabalhadora utiliza ônibus como meio de transporte para o trabalho, pois as distâncias entre o município de origem e Videira chegam a 80 km. Já outra parte das pessoas utiliza motocicletas para se deslocar de casa para seu trabalho, no frigorífico da cidade.

A relação entre Videira e outras cidades da Mesorregião Oeste não se dá somente pela dependência que esta tem às demais em função do fornecimento de matéria-prima e mão-de-obra. O fornecimento de maquinários e equipamentos de processamento de carnes para o frigorífico é feito por empresas com sede em Chapecó, por exemplo. Já outros diferentes equipamentos, também específicos para o abate e processamento de carnes de aves e suínos - como as *nóreas* e linhas de abate completas – são fornecidos por empresas de São Paulo e importados de Alemanha, Noruega, Estados Unidos e Itália.

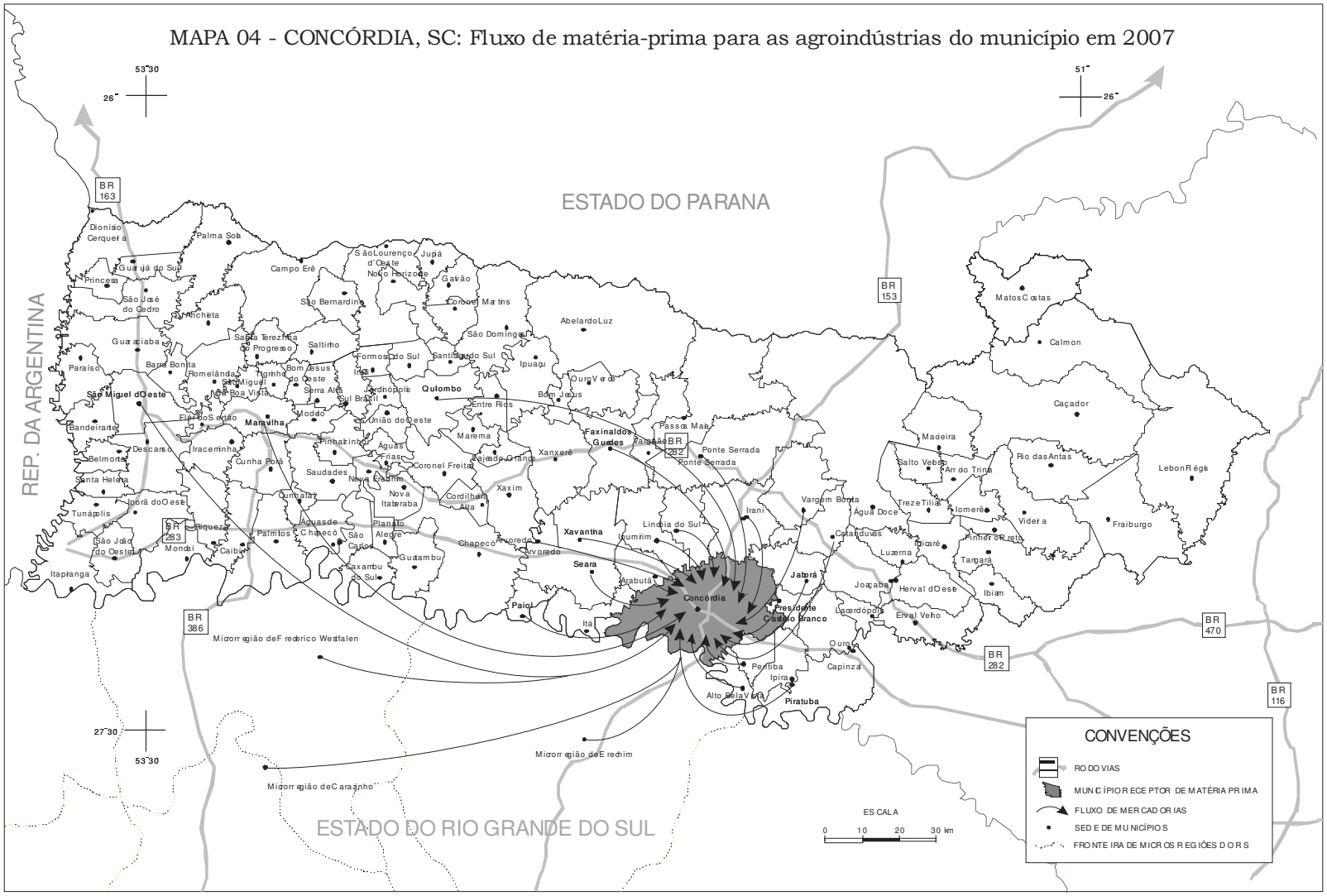
O município de Concórdia pode ser considerado um dos pioneiros na implantação do sistema agroindustrial de carnes no Brasil e, especialmente na produção integrada, sendo iniciada pela empresa Sadia. No referido sistema, os produtores rurais vinculam-se às agroindústrias para produção intensiva de aves e suínos destinados à industrialização. A economia do município está fundada no setor agroindustrial. É o maior produtor de aves e suínos de todo o Oeste de Santa Catarina com produção de 7,9 milhões e 359 mil cabeças, respectivamente, no ano de 2005 (IBGE, 2007). Além disso, Concórdia centraliza a industrialização de

suínos de grande quantidade de municípios de sua mesorregião e o abate de aves de diversos municípios da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC).

Foto 11: Vista parcial Norte-Sul da Cidade de Concórdia. Em primeiro plano, unidade industrial da empresa Sadia. Fonte: Autor desconhecido, disponível em: www.skyscrapercity.com Acesso em: 13 nov. 2007.

E é o setor industrial o principal responsável pelo PIB conferido ao município no ano de 2006, conforme Gráfico 6. Para a demanda da principal empresa de Concórdia no setor agroindustrial, a Sadia, o município recebe matéria-prima dos municípios de Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara, Xavantina, Xanxerê, entre outros (Mapa 4). Além de aves e suínos que são as duas principais matérias-primas, o município também recebe outras como madeira para as indústrias madeireiras, na fabricação de móveis e para a indústria metalúrgica.

MAPA 04 - CONCÓRDIA, SC: Fluxo de matéria-prima para as agroindústrias do município em 2007

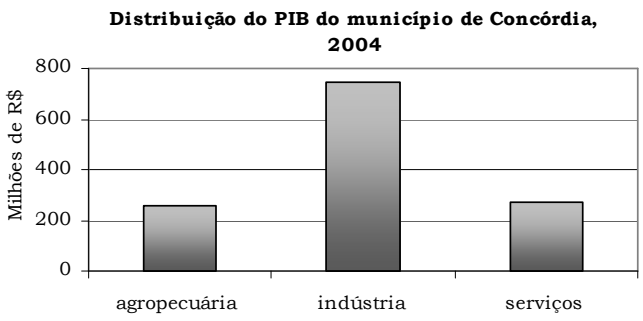


FONTE: ORGANIZADO POR NOELI PERTILE COM BASE EM PESQUISA DE CAMPO E IBGE, 2006. DIGITALIZACAO: NAZARENO MARTINS COM BASE EM ATLAS DO IBGE, 2002.

Para trabalhar na Sadia, centenas de pessoas deslocam-se diariamente de alguns municípios próximos, muitos dos quais também fornecem matéria-prima: Alto Bela Vista, Arabutã, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara, Xavantina, Ponte Serrada e Catanduvas, como se pode observar no Mapa 7. Contudo, também recebe aqueles vindos de municípios do norte do Rio Grande do Sul, como Marcelino Ramos e Severiano de Almeida. O deslocamento desses trabalhadores é feito de ônibus em uma distância que varia entre 30 e 100 km.

Nessa perspectiva, a agroindústria abarca mais de 18 mil pessoas (considerando também os agricultores integrados) de forma indireta e tem em sua unidade industrial 6 mil empregados, correspondendo a 30% de todos os empregos formais e 39% de todo o setor industrial do município de Concórdia que é o mais importante na composição geral do PIB (Gráfico 6) (Prefeitura Municipal de Concórdia, 2007).

Gráfico 6

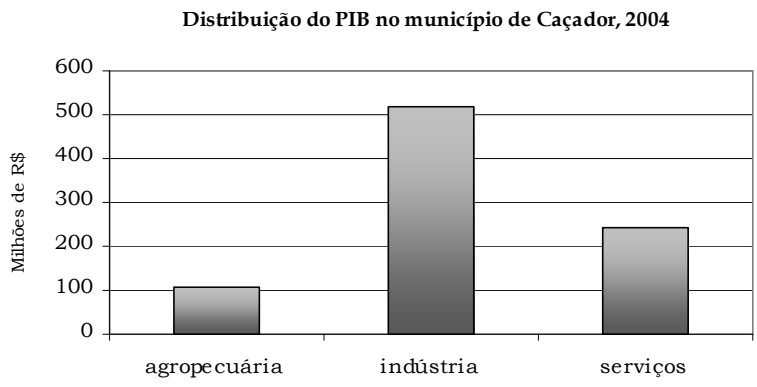


Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em IBGE (2007).

A importância da agroindústria no município pode ainda ser expressa por sua participação no PIB local. Conforme a Prefeitura Municipal de Concórdia, a Sadia representa uma participação de 20% do PIB do município, sendo reconhecida como a maior e mais importante empresa. Mas como a empresa recebe mão-de-obra e matéria-prima de diversos municípios de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, Concórdia passa a atrair parte dessa população que busca residir na cidade para trabalhar no frigorífico.

O município de Caçador, com mais de 63 mil habitantes, sendo 55 mil na área urbana, possui a segunda maior cidade da Mesorregião Oeste de Santa Catarina. A economia do município está fundada na produção e extração vegetal e na indústria. A indústria abarca 17% de sua população, com mais de 10 mil empregos, com mão-de-obra qualificada para o setor madeireiro. Com 410 unidades, a indústria[114] é o setor responsável por grande parte do movimento financeiro do município, sendo o principal compositor do PIB perto de 80%, com R$ 518 milhões em 2004 (Prefeitura Municipal de Caçador, 2007; IBGE, 2007).

Gráfico 7



Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em IBGE (2007).

Dentre as indústrias, o principal destaque é para aquelas cuja base de matéria-prima é a madeira (madeira serrada, celulose, papel, papelão, móveis, entre outros), sendo 70 principais empresas atuando no setor, que sempre foi uma das principais fontes econômicas do município. O município recebe matéria-prima (toras, madeira) de alguns municípios como Calmon, Matos Costa, Lebom Régis, Rio das Antas e Santa Cecília.

As indústrias de plástico também têm importante destaque no município, são 15 empresas no total. A matéria-prima para as indústrias de plástico de Caçador é proveniente de diversos lugares dos estados de

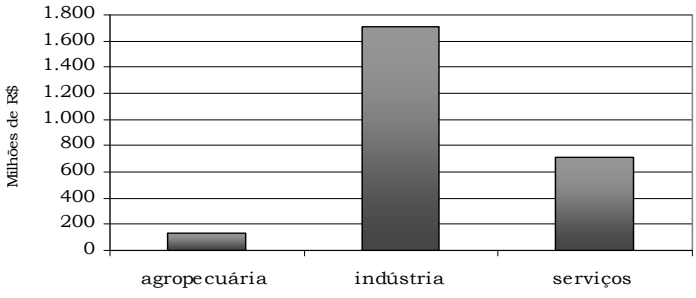
[114] Ao se tratar aqui de PIB indústria, subentende-se o valor adicionado à indústria. O Valor Adicionado corresponde ao valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas obtidas pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades (IPEA, 2007).

São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Outros tipos de indústrias que auxiliam na composição do PIB municipal são as de metal-mecânica, couro e calçado e confecções.

Ao apresentar uma economia voltada ao setor industrial madeireiro e de plástico, o que lhe permite participar do mercado nacional e externo com parte de sua produção voltada à exportação, o município de Caçador apresenta uma dinâmica econômica que foge daquela da maioria dos municípios da região cuja base está voltada à produção agroindustrial de aves e suínos, produzindo produtos agrícolas diversos como uva, vinho e pêssego. Mas destaca-se na produção de tomates, sendo o maior produtor do sul do Brasil.

O município de Chapecó, sem dúvida, exerce grande influêncida em aproximadamente 150 municípios, onde se encontra significativa parcela das principais empresas processadoras e exportadoras de carnes de suínos, aves e derivados da América Latina. O setor industrial é o responsável por mais de 60% do PIB municipal, sendo seguido pelo de serviços e, com pouca representatividade, pelo agropecuário (Gráfico 8). Os segmentos com maior destaque no setor industrial são o agroindustrial, como já anunciado, o metal-mecânico (que vem especializando-se na produção de equipamentos para frigoríficos), o de plásticos, embalagens e transportes (também especializados para atender ao setor agroindustrial), móveis, bebidas, softwares e biotecnologia. A construção civil e o comércio são também importantes fontes de renda.

Gráfico 8



Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em IBGE (2007).

O município de Chapecó, ao ser comparado com os demais municípios catarinenses com população superior a 100 mil habitantes, no ano de 2005, obteve o melhor desempenho na Variação de Empregos, com 7,51%. Os dados apontaram que o município está com índices de crescimento acima das médias estadual (5,25%) e nacional (5,09%). Esse índice é obtido a partir da evolução na geração de novos postos de trabalho nos cinco principais setores da atividade produtiva. A flutuação do emprego em nível setorial foi a seguinte: construção civil (19,18%), comércio (8,98%), indústria (6,69%), prestadores de serviços (6%) e agropecuária (4,02%). De acordo com a Prefeitura Municipal de Chapecó (2007), as agroindústrias são responsáveis por 22% do total de empregos formais no município, demonstrando a importância relativa desse tipo de atividade para a economia local e regional.

Imagem 2 - Unidades industriais da Aurora e da Sadia em Chapecó. Com vista parcial da cidade, é possível visualizar duas unidades industriais da Aurora e Sadia e algumas áreas de moradia nos arredores das indústrias. A localização da moradia facilita o acesso ao local de trabalho de muitos assalariados dos citados frigoríficos.

As maiores empresas agroindustriais existentes em Chapecó são a Sadia e a Aurora (Imagem 2). A unidade industrial de aves da Sadia localiza-se na Av. Sen. Attílio Fontana e a unidade industrial de suínos da Aurora localiza-se na Estrada Chapecó-Guatambú. Ambas distantes cerca de 8 km uma da outra e estão situadas próximas a um dos principais acessos à cidade de Chapecó, facilitando o recebimento das matérias-primas e o escoamento dos produtos já industrializados.

Nessa cidade, essas empresas concentram diversas de suas unidades industriais: a Aurora possui duas unidades de industrialização de suínos e uma fábrica de ração de aves; a Sadia, uma unidade de abate e de industrialização de aves.

No setor metal-mecânico, existe uma extensa lista de produtos destinados ao setor agroindustrial, desde a utilização nas instalações para criação e manejo dos animais até máquinas especiais de uso exclusivo dos frigoríficos para o processamento das carnes durante o processo de industrialização. Em outros setores da construção, grandes, médias e pequenas empresas atuam com o fornecimento de seus produtos derivados da metalurgia, especialmente em estruturas metálicas e pré-fabricadas (SIMEC, 2007).

Uma das fábricas é especializada na produção de máquinas para abatedouros de aves. Seus produtos são comercializados em todo Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil e no exterior (Argentina, Cuba, Bélgica, Bielorrússia, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dinamarca, Holanda, Islândia, Peru, Rússia, Síria e Venezuela)[115]. A empresa situa-se nas proximidades da Sadia, em Chapecó, facilitando o trâmite comercial entre elas. Outras fábricas, com produção de maquinários, equipamentos e peças para frigoríficos, com grande variedade de produtos, também produzem para Chapecó, Santa Catarina e mesmo para o exterior, como Venezuela, Argentina, Chile, Cuba e Estados Unidos.

Outras indústrias também especializadas fabricam diversos produtos para atender ao segmento agroindustrial não somente de Chapecó, como de toda a Mesorregião Oeste e, muitas delas, exportando seus produtos para outros estados ou países. Dentre os produtos especializados podem-se citar: esteiras (para uso em frigoríficos, fábricas de produtos industriais, hortifrutigranjeiros, indústria metal-mecânica, de bebidas e em indústria de equipamentos); máquinas e aparelhos de

[115] Dados da própria empresa, High Tech Equipamentos Industriais Ltda. Disponível em: <http://www.hightech.ind.br/> Acesso em: 10 jul. 2007 e confirmados em pesquisa de campo em julho de 2007.

refrigeração e ventilação de uso industrial e comercial; câmaras frias e carrocerias.

Diferentes indústrias, cuja base é o setor metal-mecânico, fornecem produtos ao setor agroindustrial por meio, por exemplo, de estruturas de aço, pré-fabricados, telas, esquadrias de metal e estruturas metálicas utilizadas nas construções de diferentes estabelecimentos, alguns rurais, como aqueles para o armazenamento de rações para os animais, até os destinados ao próprio funcionamento dos frigoríficos.

No entanto, outras indústrias, que também estão na cidade, mesmo não aparentando relação com a agroindústria, são importantes fornecedoras de produtos, como as embalagens especialmente desenvolvidas para acondicionar os alimentos. Nesse sentido, as indústrias de plástico de Chapecó exercem papel preponderante no setor de embalagens de produtos frigoríficos da cidade e de diversos outros municípios de produção agroindustrial.

Dezenas de outras indústrias (bolas de esporte, brinquedos, velas de cera parafina, violões, jóias, vassouras, fibras e produtos de fibra, transformação fibra de vidro, lixeiras e equipamentos industriais, confecções) contribuem para proporcionar a Chapecó a maior diversidade industrial do Oeste de Santa Catarina. Há que se ressaltar ainda a existência das indústrias da madeira, especialmente de móveis.

No sentido de incentivar e atrair um número ainda maior de indústrias para o município está sendo implantado (2007) o "Distrito Industrial Flávio Baldissera", como parte das políticas de desenvolvimento econômico. O referido distrito possui uma área de 484 mil metros quadrados, com disponibilidade para absorver dezenas de unidades industriais. Novamente aparece o Estado como viabilizador das condições para produção.

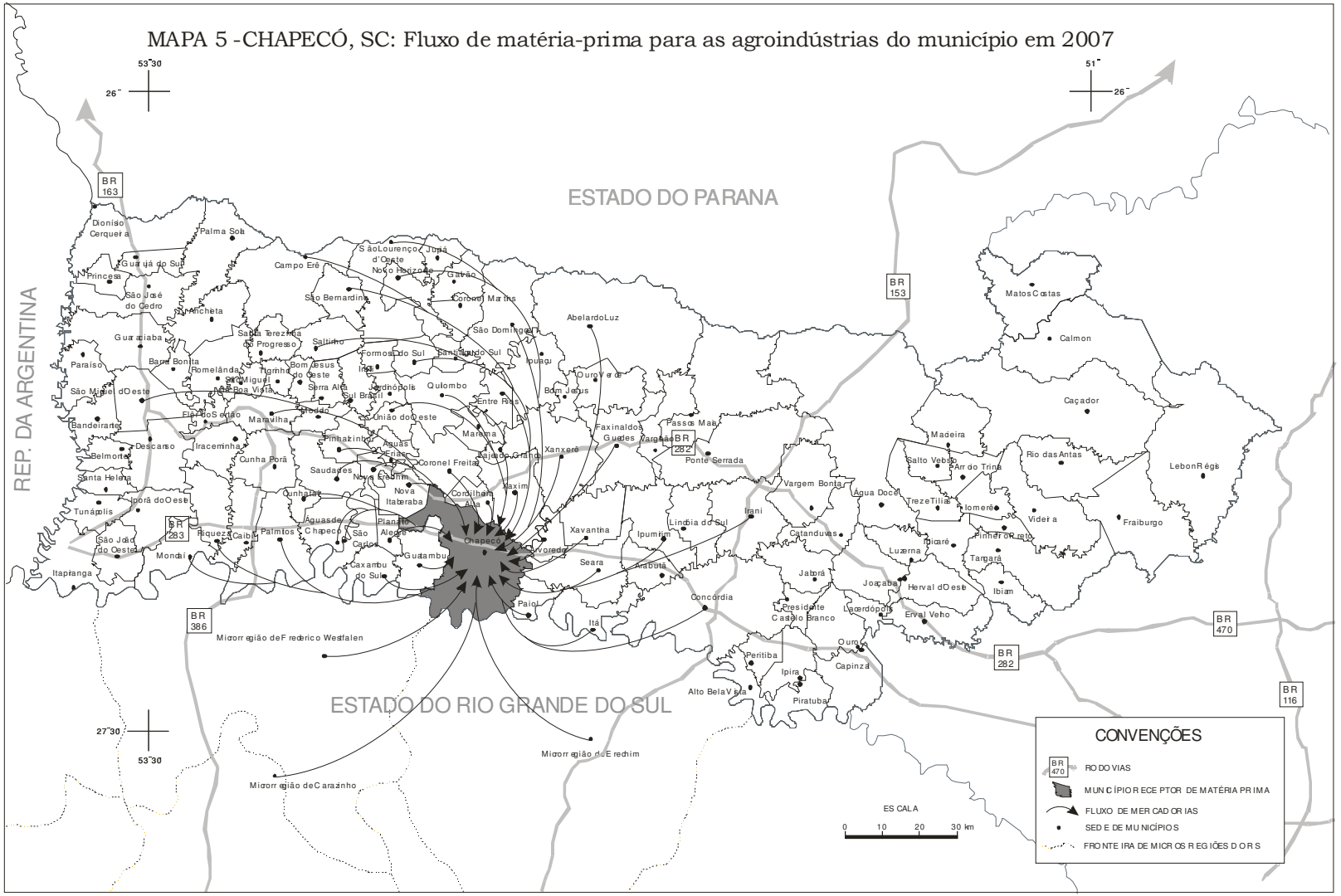
É importante frisar que grande parte das indústrias já inseridas em Chapecó, especialmente as agroindústrias, localiza-se nas principais vias de acesso à cidade, o que significa um intenso movimento de caminhões que fazem escoamento da produção (matéria-prima ou produtos

industrializados) competindo com o tráfego urbano. Todos os dias, são remetidas para Chapecó, milhares de toneladas de milho e soja, aves e suínos para atender à demanda das fábricas de rações e dos frigoríficos. Dezenas de outras matérias-primas também circulam pelas rodovias até chegar às diferentes indústrias chapecoenses. As matérias-primas para as agroindústrias de Chapecó provêm de numerosos municípios da Mesorregião Oeste Catarinense e do Norte do Rio Grande do Sul (Mapa 5). Da mesma origem é o deslocamento de centenas de trabalhadores que fornecem sua força de trabalho para os frigoríficos da cidade.

As pessoas, nesse caso, deslocam-se diariamente em distâncias variáveis entre 10 e 100 km para trabalhar nas empresas Sadia e Aurora, as quais funcionam em dois turnos. Os meios de transporte mais utilizados para o deslocamento das pessoas de outros municípios são ônibus intermunicipal e motocicleta (Prefeitura Municipal de Chapecó, 2007). Já para os trabalhadores residentes na cidade, o deslocamento dá-se por meio de ônibus urbano, motocicleta, bicicleta ou mesmo a pé, uma vez que muitos deles moram próximo às unidades industriais. Conforme informações obtidas na cidade, as adjacências do frigorífico Aurora (Imagem 3) foram ocupadas por residências principalmente após sua a implantação no ano de 1992, sendo o local anteriormente, um grande vazio urbano.

Imagem 3 - Unidade industrial da empresa Aurora em Chapecó e vista parcial e área de predominância residencial.

MAPA 5 -CHAPECÓ, SC: Fluxo de matéria-prima para as agroindústrias do município em 2007



FONTE: ORGANIZADO POR NOELI PERTILE COM BASE EM PESQUISA DE CAMPO E IBGE, 2006. DIGITALIZACAO: NAZARENO MARTINS COM BASE EM ATLAS DO IBGE, 2002FONTE: ATLAS DO IBGE, 2002

Conforme o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no ano de 2004, houve a liberação de recursos para a Prefeitura de Chapecó reestruturar o sistema viário do município. Com os recursos, seria permitido retirar da área central da cidade 82% do tráfego pesado, que representava um dos maiores problemas urbanos. O valor de R$ 19 milhões, aprovado pelo BNDES, contudo, seria utilizado em mais outros três projetos: construção de hospital materno-infantil, expansão do aterro sanitário e recuperação de área degradada no Lixão Parque das Palmeiras. Assim, ainda que tenha havido uma reestruturação, o trânsito pesado que circula na cidade, concentra-se em suas principais vias de acesso. Portanto, continua sendo um problema também para a mobilidade das pessoas na área urbana.

Os produtos do setor industrial de Chapecó, especialmente as novidades, são apresentados em feiras e exposições no próprio município. No entanto, os eventos têm repercussão nacional e até internacional. Dentre os segmentos industriais, o agropecuário (com especificidade para o setor de carnes), o de móveis e o de plástico são os que se sobressaem na organização periódica de eventos.

Para a realização desses eventos, a cidade possui um Parque de Exposições (Tancredo de Almeida Neves) com área de 210 mil m², o maior de Santa Catarina, com a possibilidade de shows para um público de 80 mil pessoas. Nele acontecem diferentes eventos que permitem projetar a cidade em nível nacional e internacional. Os principais eventos são a EFAPI (Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó - 40ª. Edição em 2007); a Mercoagro (Feira Internacional de Processamento e Industrialização da Carne); a Mercomóveis[116] (Feira Mercosul da Indústria de Móveis); a Metalplast (Feira e Congresso de Metalmecânica e Plásticos).

[116] A Mercomóveis é considerada a terceira maior feira moveleira do Brasil, congregando fornecedores e fabricantes de móveis de todo o país. Em 2006, foi realizada a 5ª edição, com a presença de 142 expositores e volume de negócios superior a R$ 163 milhões (Mercomóveis, 2007).

Apesar de toda a diversificação do setor industrial e de este proporcionar o maior PIB do município de Chapecó, é o setor de serviços que faz da cidade de Chapecó um Centro de referência regional. No setor de serviços, Chapecó apresenta grande diversificação, atendendo à sua população e dos municípios próximos, para além das necessidades do processo de produção agroindustrial.

Imagem 4 - Vista da cidade de Chapecó. Na imagem é possivel ter uma compreensão da extensão que toma a Cidade de Chapecó e, nela, a localização das unidades industriais frigoríficas das empresas Aurora e Sadia, ao longo dos principais eixos rodoviários.

Parte do setor de serviços, como não poderia deixar de ser, é especializada para atender aos frigoríficos, como os serviços e armazenagem frigorífica, (incluindo a estocagem de matérias-primas e produtos industrializados), venda e locação de câmaras frigoríficas, máquinas e equipamentos (empilhadeiras, retro-escavadeiras, compactadores, máquinas de limpeza), laboratório diagnóstico veterinário, rastreamento de veículos via satélite (carga frigorífica), etc. Outra parte atende à população de forma geral, tanto do próprio município, quanto das microrregiões Oeste e Extremo-Oeste catarinense.

O Aeroporto de Chapecó atende diariamente Florianópolis, Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belém, Natal, Porto Alegre e Santo Ângelo, com destaque para uma linha direta São

Paulo/Chapecó/Porto Alegre e retorno.

Chapecó conta ainda com 33 estabelecimentos; duas emissoras de televisão, quatro de rádio FM e dois de AM, três jornais diários, todos de abrangência regional; dois hospitais (um deles regional) e sete policlínicas. Esses hospitais e policlínicas permitem o atendimento à população de dezenas de municípios da região, especialmente o Hospital Regional, em cera de 40 especialidades.[117].

Nos serviços relativos à saúde, a cidade de Chapecó é considerada como centro de referência regional. Nesse sentido, acrescenta-se a existência do Centro de Referência de Especialidades (CERES), o Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (Cerest); Centro de Orientação e Apoio Sorológico (COAS); Núcleo de Apoio Psicossocial (NAPS) e o Serviço de Atenção Psicossocial à Criança e ao Adolescente (SAPS).

A área de saúde é importante fator para fazer de Chapecó um centro de regional nesse tipo de atendimento. Contudo, outros fatores contribuem significativamente para que a cidade seja tornada, cada vez mais, um centro de referência regional. Nesse aspecto, Chapecó conta com 28 instituições públicas federais, dentre elas, o DENR, IBAMA, FUNAI, IBGE, IBDF e 17 repartições públicas estaduais como Epagri, Cidasc e FATMA; cerca de 70 entidades de classe (Anexo B), entre sindicatos e associações. A rede bancária é uma das mais diversificadas do estado (Quadro 8) com 13 diferentes bancos atuando na cidade, somando cerca 25 agências e diversos outros postos de auto-atendimento.[118]

---

[117] Entre as especialidades médicas disponíveis na cidade de Chapecó, citam-se: Anatomia Patológica, Anestesiologia, Cardiologia, Cirurgia Pediátrica, Cirurgia Plástica, Cirurgia Vascular, Clínica Geral, Dermatologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Gineco/Obstetrícia, Hematologia, Infectologia, Nefrologia, Neurocirurgia, Oftalmologia, Oncologia, Ortopedia/traumatologia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Psiquiatria, Radiologia, Urologia, Dermatologia, Pneumologia, Coloproctologia, Alergologia, Medicina do Trabalho, Legista, Broncoesofologia, Homeopatia, Endoscopia Digestiva, Cancerologia, Fisiatria, Angiologia, Infectologia, Ortopedia Infantil, Patologia, Reumatologia, Medicina Estética, Medicina Preventiva, Neurologia. Ainda existem os serviços de Hemodiálise, quimioterapia, fisioterapia, hemoterapia, farmácias Internas e Públicas, Herbários, Laboratório de Análises Clínicas, Distribuidora de Medicamentos, Serviço Privados de Ultra-sonografia, Eletroencefalografia, Eletrocardiografia, Endoscopia Digestiva (Banco de Dados da PMC, 2007).

[118] Os diferentes bancos atuantes em Chapecó estão concentrados, em sua maioria, no centro da cidade, com destaque para a avenida Getúlio Vargas. Nas unidades

Quadro 8 – Bancos existentes em Chapecó, 2007
Banco do Brasil S.A. (mais 3 agências e um posto de serviço)
Banco Bradesco S.A. (mais 3 postos de serviços)
Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC (2 agências, mais 6 postos de serviços)
Banco HSBC Bank Brasil S.A Banco Múltiplo
Banco Santander S.A.
Banco Itaú S.A.
Banco ABN-AMRO Bank – Real
Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
Caixa Econômica Federal (4 agências)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul
Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina – Badesc
BBV - Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil S.A.
Banco Fininvest

Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó (2007); Listaonline (2007)

Nesse sentido, a diversidade de serviços disponíveis na área da saúde, instituições públicas e rede bancária, atraem parcela da população de muitos municípios diariamente que buscam em Chapecó, os serviços não disponíveis em suas cidades. Muitas vezes, deslocam-se aproximadamente 200 km ou mais em busca desses serviços. O vaivém dessa população e sua permanência temporária na cidade também demandam outros serviços, especialmente aqueles ligados ao comércio.

Dentre os serviços, o transporte rodoviário merece destaque. O transporte das diferentes matérias-primas até o escoamento de todos os produtos industrializados e sua distribuição para os distintos mercados é feito por caminhões, cada qual adaptado para os diferentes produtos ou matérias-primas. Nessa direção, dezenas de empresas atuam na cidade, oferecendo os mais distintos serviços para o transporte rodoviário, sendo este, outro motivo pelo qual Chapecó representa centralidade no oferecimento de serviços para o Oeste de Santa Catarina.

Com base nessas considerações, pode-se concluir que as referidas cidades, e principalmente Chapecó, são as que podem ser consideradas como sendo os “espaços luminosos” no desenvolvimento agroindustrial da Mesorregião Oeste Catarinense. Enquanto a grande maioria produz

---

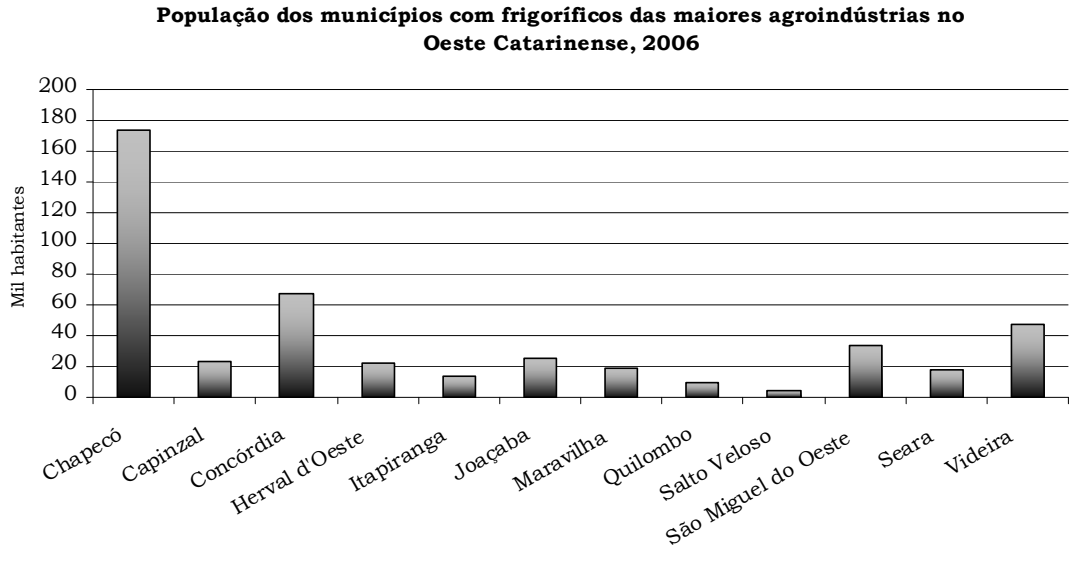
agroindustriais, também se encontram postos de auto-atendimento (Prefeitura Municipal de Chapecó, 2007).

matéria-prima e/ou mão-de-obra para servir às agroindústrias, cidades como Chapecó oferecem maior diversidade e possibilidade na estruturação do capital agroindustrial por meio de diferentes serviços, como a rede bancária. Essa dinâmica produtiva das indústrias de alimentos à base de carnes de aves e suínos envolve dezenas de outros pequenos municípios, como será analisado a seguir.

4.1.2 A contribuição dos pequenos municípios na produção e industrialização de matérias-primas para a agroindústria de carnes

Além dos maiores municípios do Oeste catarinense existem outros que também possuem grande importância no que concerne à produção agroindustrial de carnes na região, pois todos eles possuem unidades industriais de grandes empresas agroindustriais, ou seja, possuem filiais das empresas Sadia, Perdigão, Aurora ou Seara. Nesse sentido, passa-se a analisar os municípios de Capinzal, Herval d'Oeste, Seara, Quilombo, Maravilha, Itapiranga e Salto Veloso.

Gráfico 9



Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em IBGE (2007)

Como é possível observar no Gráfico 9, com exceção de Capinzal e Herval d'Oeste, com população próxima a 21 mil habitantes, os demais municípios possuem população inferior a 20 mil habitantes, sendo

Quilombo e Salto Veloso os dois com menor população, desse conjunto de municípios, possuindo cerca de 9.900 e 4.200 habitantes, respectivamente.

Em todos os casos, uns mais outros menos, recebem mão-de-obra de outros municípios para trabalhar em seus frigoríficos. Somente para trabalhar nas unidades industriais da Perdigão, em Capinzal e Videira, 2.829 pessoas deslocam-se diariamente de outros municípios e, no caso de Capinzal, grande maioria parte do Rio Grande do Sul, dos municípios de Cacique Doble, Machadinho, Marcelino Ramos, Paim Filho, Maximiliano de Almeida, Sananduva, São João da Urtiga, São José do Ouro, Barracão, Viadutos e Carlos Gomes. Outra parte é residente em municípios catarinenses mais próximos, como Lacerdópolis, Piratuba, Ipira, Ibicaré, Herval d'Oeste, Catanduvas, Campos Novos, Anita Garibaldi e Vargem Bonita.

Em Capinzal e Salto Veloso, encontram-se unidades industriais da empresa Perdigão com abate e processamento de aves e suínos e, em Herval d'Oeste, abate e industrialização de suínos e o maior incubatório de aves da América Latina. Considerando ainda a existência da fábrica de rações em Catanduvas, a empresa Perdigão emprega nesses municípios cerca de 7,5 mil funcionários de forma direta e mais 1.850 produtores integrados na produção de suínos e aves.

Assim, pode-se dizer que cerca de 37% da força de trabalho atuante nas agroindústrias desses municípios vem de fora, seja de municípios catarinenses ou gaúchos. Segundo a empresa, todos esses trabalhadores deslocam-se de uma distância máxima de 80 km e o transporte mais utilizado é o ônibus, sendo comum também a utilização de motocicletas.

Por outro lado, os trabalhadores residentes próximo às indústrias da empresa utilizam bicicletas (quando o relevo permite), ônibus urbano ou se deslocam a pé. Residir perto do trabalho é algo almejado por significativa parcela da população assalariada. Evitar gastos com transporte e tempo de locomoção é o principal objetivo dos trabalhadores

que buscam moradias próximas aos frigoríficos em diversas cidades pesquisadas.

A Perdigão Capinzal salienta que o poder público municipal contribui significativamente com a produção agroindustrial. Sua participação ocorre a partir da melhoria e manutenção das vias rodoviárias municipais – o que tem permitindo melhor escoamento da produção das propriedades rurais dos produtores integrados até a unidade industrial e o envio de rações, por exemplo, para as propriedades rurais; e por disponibilizar outros serviços públicos, como creches e escolas, que atendem a centenas de crianças, filhos de trabalhadores da empresa.

Salto Veloso é o menor município a possuir uma unidade industrial de grande empresa agroindustrial na Mesorregião Oeste de Santa Catarina. O município possui apenas aproximadamente 4.000 habitantes e o frigorífico da Perdigão é o maior estabelecimento industrial do setor agroindustrial. Para trabalhar no frigorífico, Salto Veloso recebe 80 pessoas do município de Arroio Trinta. Essas pessoas deslocam-se por meio de ônibus, diariamente em percurso de 12 quilômetros de distância.

Com aproximadamente 550 empregados, esta unidade da Perdigão representa cerca de 40% do total de empregos em Salto Veloso e 70% do PIB do município. Em contrapartida, o poder público municipal oferece creches aos filhos dos funcionários e apoio na formação dos trabalhadores da agroindústria com unidades de ensino supletivo (Prefeitura Municipal de Salto Veloso, 2007).

A empresa Seara/Cargill, originada em Seara, atualmente com sede em Itajaí, possui duas unidades industriais de aves e suínos no Oeste Catarinense: uma em Itapiranga, com abate e industrialização de aves e outra em Seara, com abate e industrialização de aves e suínos. Em Seara, a maior indústria instalada é a agroindústria Seara/Cargill, com

abate e industrialização de aves e suínos. Essa unidade frigorífica emprega 2.667 funcionários, conforme dados da própria empresa[119].

Com perto de 17.500 habitantes, o município possui no setor industrial a maior parcela de contribuição para a formação de seu Produto Interno Bruto. Para o ano de 2004, dos R$ 594 milhões da composição do PIB, mais de 63% adveio do setor industrial do qual a agroindústria Seara tem significativa contribuição.

Esses dados revelam a privilegiada posição ocupada pelo município de Seara na relação dos municípios do Oeste catarinense com os melhores PIBs *per capita*. Em segundo lugar regional, Seara possuía em 2004 um PIB *per capita* de R$ 34.537 (IBGE, 2007) que, convertido para dólar, pode ser comparado ao PIB *per capita* de Malta, superior inclusive a Portugal.[120]

Com população de aproximadamente 13 mil habitantes, Itapiranga possui o frigorífico da empresa Seara/Cargill, com 3.072 funcionários. Destes, centenas residem em outros municípios catarinenses próximos, e em diversos municípios do Rio Grande do Sul. Os referidos trabalhadores deslocam-se todos os dias de suas residências para trabalhar no frigorífico em Itapiranga.

O deslocamento diário de trabalhadores dá-se pela ausência ou pouca possibilidade de empregos nos municípios dos quais eles partem, mas também pelo déficit habitacional no município de Itapiranga. Nesse sentido e preocupados obviamente com a garantia de produção, a empresa Seara/Cargill e a Prefeitura Municipal de Itapiranga, com apoio da Caixa Econômica Federal, no projeto intitulado "Minha Casa", iniciaram a construção do "Loteamento das Flores".

Em um terreno de 48.000 m^2, a um quilômetro da empresa, serão construídas 105 unidades habitacionais para funcionários da empresa Seara/Cargill. Cada lote terá em média 264 m^2 e cada casa 55 m^2, além

---

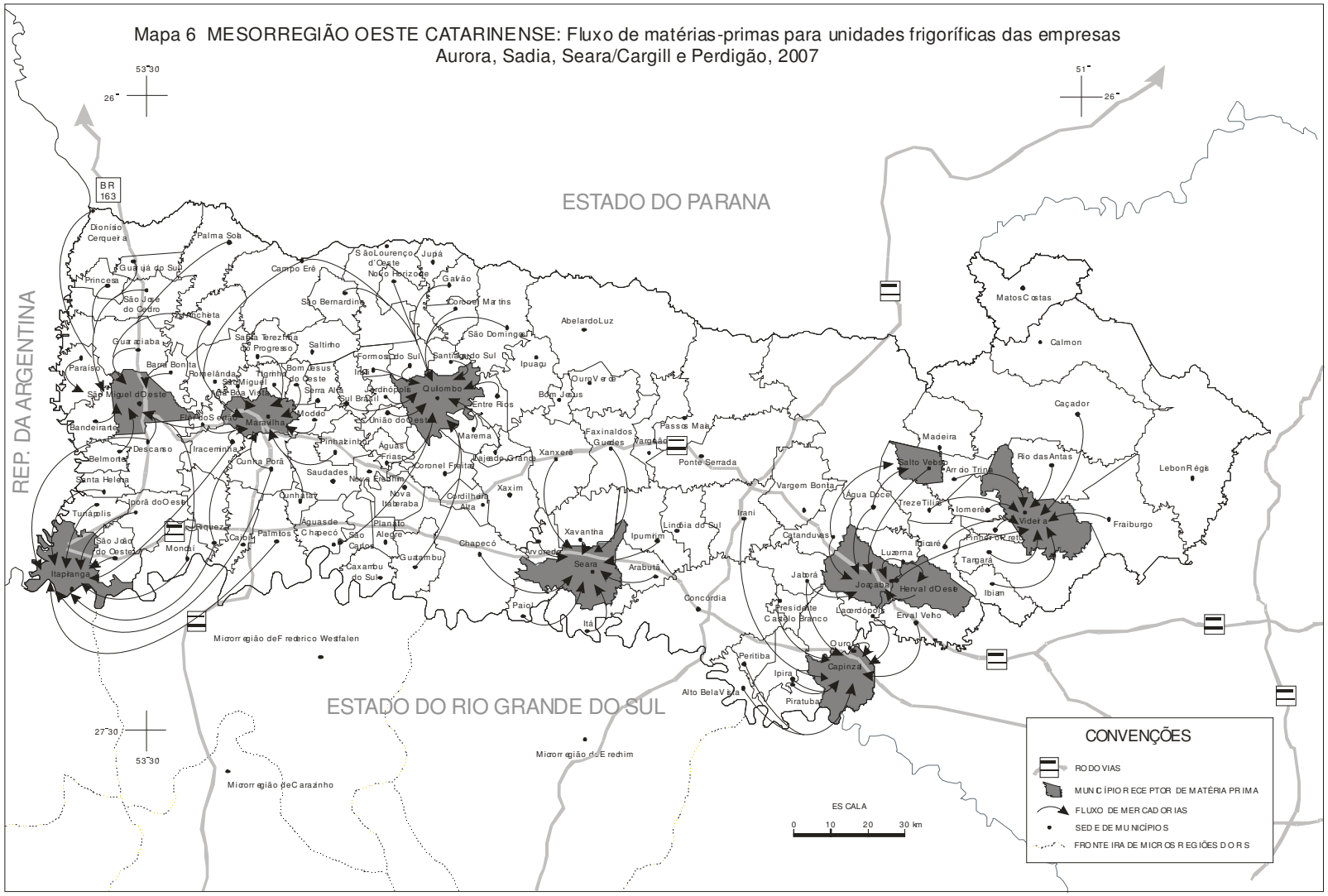
[119] Em Itajaí também está localizado o terminal portuário privativo da Seara/Cargill para cargas frigoríficas, o Braskame Armazéns Gerais Ltda. (SEARA ALIMENTOS, 2007; CARGILL AGRÍCOLA, 2006).

[120] Dados referentes à conversão de moedas e à comparação entre PIB per capita podem ser obtidos em Banco Central do Brasil (http://www5.bcb.gov.br/) e em: <http://www.tiosam.com/enciclopedia> Acesso em: 20 nov. 2007.

das vias públicas, quadras de lazer, esportes e áreas verdes. No projeto, haverá a construção de uma estação de tratamento de esgoto. O investimento da prefeitura foi de aproximadamente R$ 85.000,00 com serviços de terraplanagens, abertura de ruas e apoio técnico por meio de serviços de engenharia. Essa participação pública é tida como contribuição à empresa que tem buscado o "progresso do município" (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, 2007; JORNAL EXPRESSÃO, 2007). Na relação do poder público com a iniciativa privada, como nesse caso de investimentos para a construção de moradias, novamente o Estado aparece como provedor das condições gerais de produção, para o setor agroindustrial.

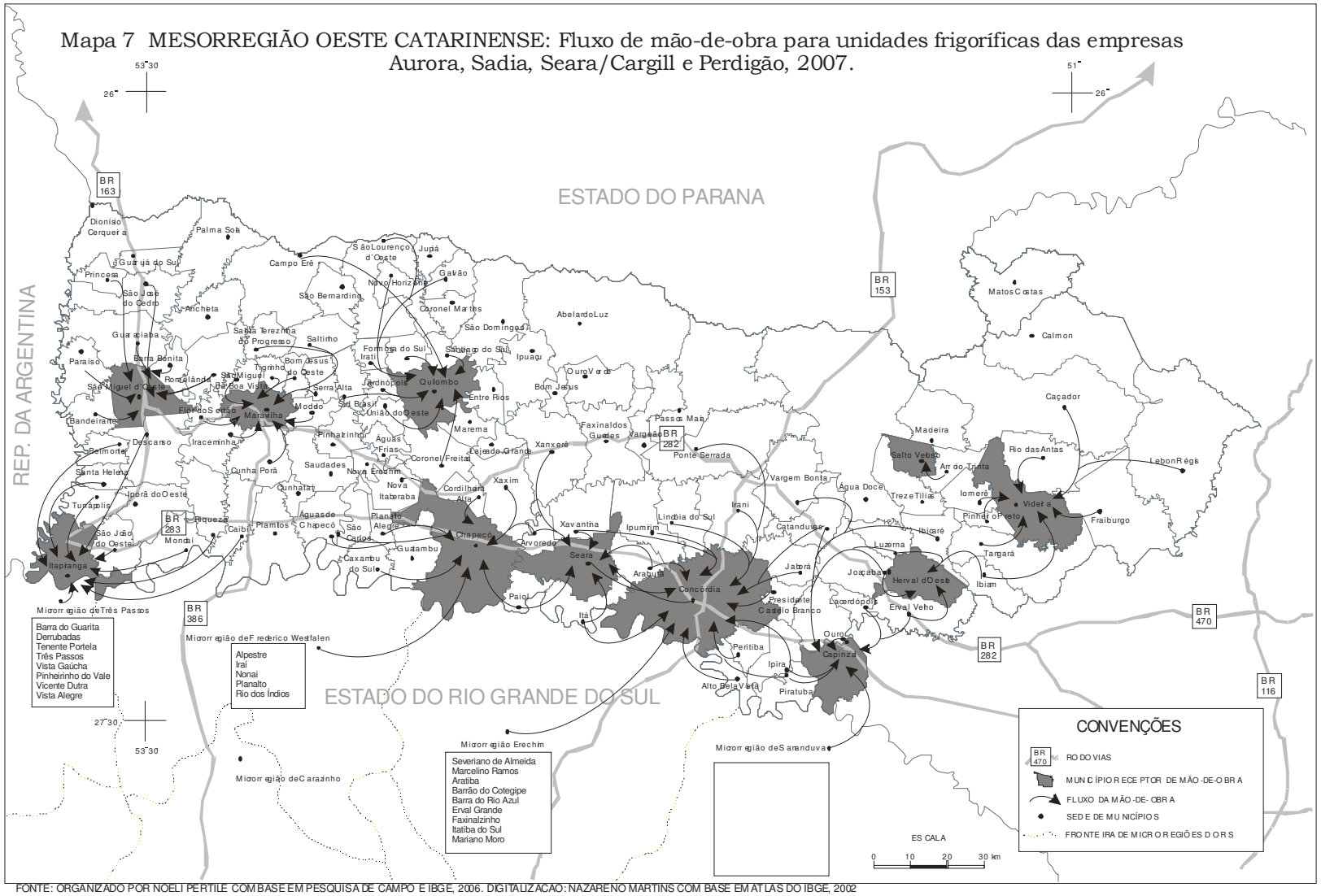
O município de Itapiranga teve, no ano de 2004, um PIB de R$ 332 milhões e, deste total, cerca de 50% foi constituído pelo setor industrial (IBGE, 2007). Em segundo lugar na composição do PIB, aparece o setor agropecuário e, nele, a expressiva produção de aves. Com a produção de 5,5 milhões de cabeças no ano de 2005, Itapiranga é o segundo maior produtor de aves de todo o Oeste, perdendo apenas por Concórdia. De toda a produção da Seara/Cargill de Itapiranga, perto de 20 mil toneladas por ano, 70% é destinada à exportação, predominantemente, para Europa e Ásia.

Mapa 6 MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE: Fluxo de matérias-primas para unidades frigoríficas das empresas Aurora, Sadia, Seara/Cargill e Perdigão, 2007



FONTE: ORGANIZADO POR NOELI PERTILE COM BASE EM PESQUISA DE CAMPO E IBGE, 2006. DIGITALIZACAO: NAZARENO MARTINS COM BASE EM ATLAS DO IBGE, 2002.

Mapa 7 MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE: Fluxo de mão-de-obra para unidades frigoríficas das empresas Aurora, Sadia, Seara/Cargill e Perdigão, 2007.



FONTE: ORGANIZADO POR NOELI PERTILE COM BASE EM PESQUISA DE CAMPO E IBGE, 2006. DIGITALIZACAO: NAZARENO MARTINS COM BASE EM ATLAS DO IBGE, 2002

Já a produção industrializada de aves da Aurora concentra-se em dois municípios, Maravilha e Quilombo. Sendo assim, toda a produção de aves dos agricultores integrados à empresa no Oeste de Santa Catarina é enviada para a industrialização nesses dois municípios. Os principais municípios fornecedores de aves para a Aurora de Maravilha são os seguintes: Tigrinhos, Tanta Teresinha do Progresso, Bom Jesus do Oeste, Modelo, São Miguel da Boa Vista, Flor do Sertão, Cunha Porã, Iraceminha e Caibi. Todos eles são vizinhos ou muito próximos ao município de Maravilha. Por outro lado, outras matérias-primas, a exemplo de milho e soja produzidos no município, são remetidas para Chapecó, Capinzal e Concórdia, onde são transformadas em rações pelas fábricas da Aurora, Perdigão e Sadia, respectivamente.

O município de Maravilha possui aproximadamente 19 mil habitantes. Destes, 500 são empregados do frigorífico de aves da Aurora; além destes, entretanto, a empresa emprega mais 200 pessoas que partem de outros municípios diariamente. Para esses trabalhadores, o transporte mais utilizado é o ônibus, que percorre uma distância aproximada de 20 km, de Iraceminha, São Miguel da Boa Vista, Tigrinhos, Bom Jesus do Oeste e Saltinho. Na composição do PIB do município, o setor industrial é o mais representativo com cerca de 60%. Dentro desse setor, a agroindústria Aurora é a mais importante no município, representa 25% de todo o PIB municipal.

De modo semelhante, no município de Quilombo, 61% do PIB municipal é composto pelo setor industrial, do qual 40% são decorrentes da agroindústria. A Aurora emprega em Quilombo, próximo de 1.400 pessoas, representando 60% dos empregos do município. Dessas, 600 pessoas que trabalham no frigorífico são de outros municípios. A distância entre estes e o frigorífico de Quilombo varia entre 15 e 60 km, e o trajeto, na maioria dos casos, é feito de ônibus, diariamente. Os municípios que fornecem mão-de-obra para a Aurora de Quilombo são diversos e, em sua maior parte, pequenos: Irati, Santiago do Sul, Formosa do Sul, Novo

Horizonte, Coronel Freitas, Jardinópolis, União do Oeste, Campo Erê, Galvão, São Lourenço do Oeste e Coronel Martins (Mapa 7).

Além do abate e industrialização de aves, a Aurora possui em Quilombo uma fábrica de rações e, por isso, diversos municípios são fornecedores de matérias-primas para essas fábricas. As principais matérias-primas recebidas em Quilombo são aves, milho e soja, vindas de Irati, Santiago do Sul, Formosa do Sul, Novo Horizonte, Coronel Freitas, Jardinópolis, União do Oeste, Galvão, Xaxim, Marema, São Lourenço do Oeste, Lageado Grande, como se pode conferir no Mapa 6.

Um outro dado relevante que vale para todos os municípios do da Mesorregião Oeste é que em um município podem atuar uma ou mais empresas agroindustriais com integração dos produtores de aves e de suínos. Desse modo, cada empresa recolhe a produção local e a envia para uma de suas unidades industriais mais próximas. Isso faz com que exista uma grande movimentação de veículos de carga das diferentes empresas pelas rodovias municipais e regionais.

Em Quilombo, por exemplo, existem produtores integrados em diferentes empresas como Aurora, Sadia, Seara/Cargill na produção de aves e suínos. Mas, além dessas grandes empresas, existem diversas outras que atuam na região e que não possuem unidade industrial no município. Por isso, parte da matéria-prima produzida em Quilombo (aves, suínos, bovinos, leite, grãos e laranja) é industrializada em outras cidades: Chapecó, Guatambu, Xaxim, São Lourenço do Oeste, Coronel Freitas, São José, Cordilheira Alta, Treze Tílias, Concórdia, Xanxerê, Rio do Sul, Pouso Redondo (PREFEITURA MUNICIPAL DE QUILOMBO, 2007).

No município de Quilombo, como acontece em outros que também oferecem oportunidade de emprego na agroindústria, tem ocorrido uma crescente busca por moradias. Parte daquelas pessoas que necessitam deslocar-se diariamente prefere residir próximo ao local de trabalho. Nesse sentido, como verificado com a Seara/Cargill em Itapiranga, a Aurora, com apoio da Prefeitura Municipal de Quilombo, também construiu um

loteamento com moradia para seus funcionários, nas proximidades do frigorífico.

O poder público local continua colaborando com a produção agroindustrial do município ao oferecer as condições gerais de produção por meio dos serviços de saúde, educação e transporte para a população que fornece sua força de trabalho à Aurora e também por meio de todo o investimento anterior à instalação do próprio frigorífico.

Ao abordar a temática produção agroindustrial de carnes de aves e suínos no Oeste de Santa Catarina, necessariamente há de se considerar a produção não somente animal como também a produção de milho e de soja. Esses dois produtos agrícolas formam a base da fabricação de rações destinadas à produção avícola e suinícola. Conforme dados da Avicultura Industrial (2007), em 2006, o milho respondeu por 56% da demanda de macro-nutrientes na fabricação de rações, e farelo de soja representou 20%.

Nessa direção, a fabricação de rações forma um importante componente do complexo agroindustrial da região. As indústrias de rações, por vezes, encontram-se nos municípios com unidades industriais de abate de animais, instaladas próximas aos frigoríficos e, outras vezes, encontram-se em outros municípios que não possuem unidades frigoríficas das grandes empresas, mas que possuem grande produção de milho e/ou soja, a exemplo do município de Xanxerê. Para se ter uma idéia do crescimento da indústria de rações, faz-se uma comparação entre as produções entre anos de 1990 e 2006.

Em 1990, foram produzidas 14,8 milhões de toneladas de rações e, no ano de 2006, a produção foi de 48,3 milhões de toneladas (LIMA, 2007 e Avicultura Industrial, 2007). Do total produzido no último ano, 27 milhões foram para a avicultura e 13 milhões para a suinocultura. Desse modo, o consumo de rações é predominantemente maior com a criação de aves, que responde por 55% do total consumido e a produção de suínos que vem em seguida, com o consumo de 26% da ração brasileira. Ou seja,

pouco mais de 80% das rações produzidas no Brasil têm como destino a produção de aves e suínos.

Se forem considerados os ritmos de crescimento da produção de rações em decorrência da maior produção desses animais, junto com o aumento das exportações e do consumo interno de carnes nos próximos anos, a produção de rações poderá chegar a 61 milhões de toneladas em 2012, segundo a Avicultura Industrial (2007).

Alguns municípios que não possuem agroindústrias, ou pelo menos não possuem frigoríficos de grandes empresas, como Xanxerê, Abelardo Luz e Campo Erê, são importantes fornecedores de matérias-primas para a fabricação de rações. Os dois últimos, localizados nas últimas áreas à Sudoeste dos Chamados Campos de Palmas, possuem relevo que favorece à mecanização. Com essa condição, são grandes produtores de grãos, especialmente soja e milho, que formam a base das rações usadas na alimentação de aves e suínos no processo de produção de carnes na região.

Em Xanxerê, há uma fábrica de rações da empresa Seara/Cargill, como citado, que recebe matéria-prima de vários municípios como de Abelardo Luz. Já, parte da produção de milho e soja do município de Campo Erê, São Lourenço do Oeste, entre outros, é direcionada à fábrica de rações da Aurora no município de Quilombo. Essa mesma empresa possui outras duas fábricas em Chapecó, onde são centralizadas matérias-primas (milho e soja) de dezenas de municípios da região. A empresa Sadia, por sua vez, possui fábricas de rações em Chapecó e Concórdia, e a Perdigão possui no município de Videira e Catanduvas.

Considerando que todos esses pequenos municípios recém-analisados têm unidades industriais de grandes empresas agroindustriais, eles formam importantes referências para dezenas de outros pequenos municípios próximos. Essa dependência mútua ocorre por dois motivos em especial, por um lado, a necessidade de matérias-primas e mão-de-obra para os frigoríficos e/ou fábricas de rações; por outro, a necessidade de industrializar a produção de aves, suínos, milho e soja e de ocupar a

força de trabalho disponível nos municípios que não possuem opções de emprego para oferecer à sua população.

Desse modo, as agroindústrias se instalam também em pequenos municípios para serem favorecidas com políticas públicas que lhes beneficiem, a exemplo de doações de terrenos, isenção de impostos, entre outros. Além disso, esses municípios normalmente representam grande produção de matéria-prima e oferecem parte da mão-de-obra necessária para os frigoríficos, reduzindo, assim, os custos de produção para as agroindústrias. Outro fator que pode ser apontado é que a maioria desses municípios localiza-se próximos a rodovias importantes como as BRs 163, 282 e 283 favorecendo o processo de recebimento de matéria-prima e escoamento dos produtos industrializados.

4.1.3 Municípios com outra dinâmica econômica

A agropecuária não deixa dúvida de sua predominância na composição do PIB da grande maioria dos municípios do Oeste de Santa Catarina. No entanto, são as indústrias as responsáveis pela maior parte dos R$ 16.532.889 do PIB regional para o ano de 2004, com uma representação de 47%. A agropecuária por sua vez, em segundo lugar, representou 28%, e os serviços 25% (IBGE, 2007).

A produção industrial aparece concentrada em 23 dos 118 municípios que compõem a Mesorregião Oeste Catarinense enquanto somente três municípios - Cordilheira Alta, Dionísio Cerqueira e Matos Costa – apresentam, no PIB, o setor de serviços como mais importante. Em Chapecó, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê aparece a grande participação dos serviços logo em seguida do setor industrial e em Fraiburgo, Saudades e Xaxim, a indústria concorre com o setor agropecuário, sendo os dois importantes formadores do PIB municipal.

No setor industrial, além da agroindústria de carne e a metal-mecânica, outras indústrias aparecem exercendo predomínio no PIB municipal. Nessa condição, encontram-se as indústrias da madeira e

móveis, têxtil, papel e celulose e agroindústrias do leite e de frutas, como é o caso de Fraiburgo. As indústrias da madeira e móveis têm aumentado significativamente sua importância em nível regional, especialmente em pequenos municípios – com as pequenas e micro empresas. É importante lembrar que as indústrias da madeira constituem o tipo de indústria mais antigo da região.

A produção de móveis da região contribui para que o estado de Santa Catarina ocupe a 1ª posição entre os estados exportadores brasileiros de móveis. De janeiro a outubro de 2007, o Brasil exportou US$ 823 milhões, em móveis. Santa Catarina é responsável por 37% e o Rio Grande do Sul por 29% do total exportado pelo país (CGI MÓVEIS, 2007).

De acordo com o Sebrae, os setores moveleiro, madeireiro e mobiliário do Oeste catarinense representam o Arranjo Produtivo Local (APL) que conta com o maior número de empresas do estado (cerca de 900), o terceiro em número de empregados (28 mil funcionários diretos e 35 mil indiretos) e o quarto em movimentação econômica. A atividade está presente em 86 municípios da região. Desse total, 72 apresentam menos de 10 mil habitantes, o que reflete a importância econômica das indústrias do segmento.

Os principais municípios apontados na APL são: Caçador, Chapecó, Coronel Freitas, Nova Erechim, Pinhalzinho, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste[121] e São Miguel do Oeste. Contudo, dentro do Oeste catarinense, incluem-se outros municípios que igualmente possuem, no setor industrial, importante contribuição para a indústria moveleira da região, como Ipumirim, Herval d'Oeste, Mondaí, Passos Maia, Ponte Serrada, Salto Veloso, Saudades, Riqueza, Vargeão, Vargem Bonita, Xanxerê, Xaxim.

---

[121] Além das indústrias de móveis, portas e compensados, São Lourenço do Oeste possui fábrica de estruturas metálicas e sua maior empresa é do setor de alimentos, a Parati S/A. A empresa foi fundada em 1975 e, atualmente, com cerca de 1.400 funcionários, produz massas, biscoitos, refrescos em pó, entre outros e comercializa em todo o Brasil. Dentre os principais países para os quais a Parati exporta, destacam-se os Estados Unidos, México, Venezuela, Cuba e Libéria (Diário Catarinense, 05/11/2007 p.76; Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, 2007).

Em função da atividade moveleira e com o objetivo de garantir os interesses do setor, em 1999 foi fundada, na região, a Associação dos Moveleiros do Oeste de Santa Catarina, a Amoesc. Atualmente, a fabricação de móveis tornou-se uma nova e definitiva atividade econômica regional na qual estão inseridas 380 indústrias de móveis que geram cerca de 5,5 mil empregos diretos e 15 mil indiretos. No entanto, somente 124 empresas fazem parte do APL Móveis do Oeste catarinense e, destas, 96 são micro e pequenas empresas. Do total, 47 vendem seus produtos para outros países (SEBRAE, 2007).

No ano de 2006, houve um considerável crescimento das exportações da APL de Móveis do Oeste de Santa Catarina. A importância desse pólo moveleiro catarinense pode ser constatada com os valores da produção voltada às exportações entre os anos 2002 e 2006: o total exportado foi de US$ 3,3 milhões e US$ 18 milhões, respectivamente. Os produtos exportados têm como destino diversos países da União Européia, destacando-se Alemanha (15%), Irlanda (14%), Inglaterra (12%) e Espanha (6%); das Américas, cujos grandes clientes são Chile (13%), Estados Unidos (12%), Porto Rico (3%) e Argentina (2%); e África (7%) (SEBRAE, 2007).

A busca por melhor qualidade e novos produtos para exportação fez com que os empresários do setor, articulados com outras instituições como a Prefeitura Municipal de Chapecó e Sebrae/SC, implementassem a Escola Técnica Moveleira em Chapecó com um centro de usinagem.[122] Os recursos de R$ 350 mil disponibilizados pelo Ministério da Integração Nacional (MIN) foram viabilizados pelo Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, Associação dos Moveleiros do Oeste de Santa Catarina (Amoesc) e Sindicato das Indústrias Madeireiras e Moveleiras (Simovale) (PORTAL MOVELEIRO, 2007).

---

[122] O centro de usinagem possibilita diversas funções no preparo de móveis como furações, cortes e desenhos em peças com até 3 metros de comprimento. O equipamento permite ampliar a capacitação e prestação de serviços no Centro Profissionalizante Moveleiro que opera em Chapecó desde agosto de 2005 (SEBRAE, 2007).

Como parte da diversidade industrial do Oeste catarinense, encontra-se ainda a indústria têxtil, porém, com menor número de municípios. Os municípios de Saudades, Caibi, Maravilha, Mondaí, São Carlos e Xaxim são importantes representantes desse setor na região. O município de Saudades possui duas importantes indústrias que produzem para as marcas multinacionais *Umbro* e *Kappa*. Já os demais municípios, como São Carlos, Maravilha e Caibi produzem para outras diversas marcas a partir de empresas regionais.

De outro modo, os municípios de Mondaí e Xaxim industrializam produtos a partir do polipropileno, um tecido chamado ráfia. Seus produtos são especialmente desenvolvidos para a agropecuária, com destaque para suinocultura e avicultura. Para diferentes empresas, tanto no ramo têxtil quanto no moveleiro, esses municípios contratam mão-de-obra externa. Nesse sentido, os municípios de Riqueza, Iporã do Oeste, São João do Oeste (SC) e Vicente Dutra (RS) são importantes fornecedores de mão-de-obra, especialmente para o município de Mondaí (DIÁRIO CATARINENSE, 05/11/2007, p. 52).

Foto 12 – Produto da industria têxtil do Oeste Catarinense. As cortinas são utilizadas na climatização das instalações para criação de suínos e aves. Na foto, exemplo de uso de cortinas em aviário. Fonte: Têxtil Oeste (2007).

Assim como na indústria têxtil, as indústrias de papel e celulose não se encontram em muitos municípios oestinos. No entanto, a indústria de papel tem concorrido com a antiga hegemonia do setor agropecuário de alguns municípios, a exemplo de Faxinal dos Guedes, Tangará e Vargem Bonita.

Em Tangará, no ano de 2005, a indústria de papel produziu o equivalente a R$ 26 milhões, respondendo por 44% da arrecadação dos

setores indústria e comércio juntos. Já em Vargem Bonita, a Celulose Irani é responsável pela maior contribuição industrial do município. A indústria representa 67% do PIB que, no ano de 2004, foi de R$ 190 milhões. Com população de aproximadamente 4.500 habitantes, Vargem Bonita ocupa o primeiro lugar de todos os municípios da região no que concerne ao PIB *per capita,* R$ 39.297 no ano de 2004. Esse PIB *per capita* pode ser comparado ao de países como Israel e Coréia do Sul.

Em Fraiburgo, a principal atividade é a produção e comercialização da maçã, o que o torna um dos maiores municípios produtores de frutas do Brasil. Os municípios de Petrolina (PE), Juazeiro (BA) e Fraiburgo concentraram 6,7% do valor da produção brasileira de frutas em 2006.

Em 2006, a produção nacional de maçã somou 863.019 toneladas e o estado de Santa Catarina produziu 496.665 toneladas, ou 57,5% do total nacional. O município de Fraiburgo manteve-se como maior produtor, respondendo por 21% da produção nacional. Apenas uma das empresas do município, a Fischer Fraiburgo Agrícola Ltda., foi responsável por 12% da produção nacional, sendo a maior empresa produtora de maçã do Brasil (IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2006).

A partir dessa atividade, Fraiburgo envolve grande parte da população do município. No entanto, a atividade aumenta o número de empregos na colheita da maçã, entre os meses de janeiro e abril, quando são contratadas cerca de 10 mil pessoas no emprego temporário. É importante frisar que aproximadamente 90% da maçã produzida para exportação no Brasil é comercializada na Europa, especialmente na Holanda, Reino Unido, Alemanha e Suécia (DUPONT, 2007).

O município de Cordilheira Alta, com pouco mais de três mil habitantes e com dinâmico setor terciário, possuía um PIB *per capita* de R$ 24,1 no ano de 2004. Esse índice pode ser considerado elevado se comparado com a média regional que é de 15,02. Sua localização às margens da BR-282, entre Chapecó, Xaxim e Xanxerê, torna-se estratégica para serviços direcionados ao transporte rodoviário, especialmente para caminhões, já que é por meio deles que toda a

produção é transportada. Dentre os serviços oferecidos para o transporte rodoviário, estão as reformas de furgões e câmaras frigoríficas, manutenção de máquinas e tanques combustíveis para caminhões, entre outros.

Outro fator contribuinte do setor de serviços de Cordilheira Alta é a existência do comércio atacadista e distribuidor. Uma única grande empresa atacadista de Cordilheira Alta atua na distribuição de produtos alimentícios, higiene e limpeza, calçados, entre outros em todo Oeste e Planalto catarinenses (35%), Norte, Nordeste e Noroeste do Rio Grande do Sul (55%) e Sudoeste do Paraná (10%).

De modo diferente e com PIB *per capita* muito inferiores, outros dois municípios apresentam o setor de serviços como maior componente do PIB municipal, nessa situação encontram-se os municípios de Dionísio Cerqueira e Matos Costa.

Dionísio Cerqueira apresenta uma dinâmica diferenciada por estar na divisa de Santa Catarina com o Paraná e na fronteira com a Argentina. Por sua condição limítrofe, o município Cerqueira possui em seu Porto Seco a única passagem terrestre de Santa Catarina para o Mercosul. Nesse sentido, por meio do Porto Seco de Dionísio Cerqueira é possível reduzir distâncias rodoviárias no comércio do Brasil, especialmente de Santa Catarina, com a Argentina e com o Chile.

Com população de aproximadamente 14,5 mil habitantes, Dionísio Cerqueira possui um PIB *per capita* de R$ 5,02, bastante baixo em relação ao médio regional. Os serviços, especialmente aqueles voltados à aduana como a Inspetoria da Receita Federal do Brasil, fazem com que Dionísio Cerqueira se torne uma particularidade na região Oeste de Santa Catarina.

Foto 13 – Aduana no município de Dionísio Cerqueira. No pátio, caminhões a espera da liberação de cargas. Fonte: Via Mercosul (2007).

O Porto Seco em Fronteira de Dionísio Cerqueira localiza-se entre os municípios de Dionísio Cerqueira, no Brasil e Bernardo de Irigoyen, na Argentina. No local, estão instalados todos os órgãos brasileiros e argentinos ligados ao controle alfandegário, como Receita Federal, Cidasc, Ministérios da Agricultura e da Saúde (do BR), Serviço Nacional Sanitário (Senasa) e Controle Nacional de Aduanas (da ARG), entre outros.

No Porto Seco, são executados procedimentos de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias e bagagem, sob controle aduaneiro. Todas essas operações sujeitam-se ao regime de concessão ou de permissão. São também executados todos os serviços aduaneiros a cargo da Secretaria da Receita Federal, inclusive os de processamento de despacho aduaneiro de importação e de exportação (conferência e desembaraço aduaneiros) (BRASIL - RF, 2007).

Por sua vez, o município de Matos Costa possui no setor de serviços algumas poucas possibilidades de trabalho para uma população de 3,6 mil habitantes. O município tem sua base agrícola de subsistência e os serviços, especialmente temporários, contribuem para movimentar o pequeno comércio local. Por localizar-se próximo a Caçador, o município de Matos Costa tem facilidade de oferta de mão-de-obra temporária na colheita da maçã e outros produtos agrícolas ou ainda na extração vegetal, como o *pinus*. Matos Costa possui o menor PIB *per capita* de toda região para o ano de 2004. Enquanto a média do PIB *per capita* regional foi de R$ 13.032, o município de Matos Costa apresentou apenas R$ 4.319, o equivalente a países como Gana e Angola.

Aponta-se então que, apesar de hegemônica, a atividade agroindustrial não é exclusiva no Oeste. Essa análise permitiu identificar a existência de municípios que, mesmo estando dentro do Oeste do estado, possuem uma lógica diferente da agroindustrial. As distintas realidades econômicas locais reforçam a idéia da diferenciação espacial regional, sobretudo em relação à concentração industrial das agroindústrias de carnes e suínos.

É importante frisar que, mesmo que seja de forma indireta, a grande maioria dos municípios da Mesorregião Oeste Catarinense está inserida no processo de produção e industrialização de aves e suínos tendo como agentes hegemônicos as grandes agroindústrias. Até mesmo municípios que não apresentam significativa produção de animais ou indústrias voltadas ao setor, contribuem com a industrialização de embalagens ou máquinas e peças para as agroindústrias, a exemplo de Mondaí e Caçador.

A “convivência" das referidas atividades com agroindústria é possível e, até certo ponto, necessária uma vez que, ao oferecer produtos necessários para as agroindústrias (no caso das indústrias de plástico e metal-mecânica), estão colaborando para uma menor dependência da região Oeste a outras áreas produtoras e reduzindo custos com transportes, pela proximidade.

No mais, outras atividades como fabricação de móveis e as indústrias têxteis são importantes no sentido de suprir parte da mão-de-obra local, que não se encontra inserida no processo de produção agroindustrial, além de representar outras possibilidades de produção que não seja a produção e industrialização de carnes, criando menor dependência às grandes empresas agroindustriais.

4.1.4 A interdependência entre os municípios da mesorregião

O que se verificou a partir da pesquisa ressalta a enorme interdependência entre os municípios do Oeste de Santa Catarina em

relação ao emprego é que a maioria dos municípios que possuem unidades industriais de abate e/ou processamento de aves e suínos necessita de mão-de-obra de outros municípios para suprir a demanda das empresas. Não obstante, centenas de trabalhadores deslocam-se do estado do Rio Grande do Sul, atravessando o Rio Uruguai, seja via rodoviária pelas pontes, ou fluvial com a utilização de balsas ou barcos para fazer a travessia.

Fotos 14 e 15 - A travessia do Rio Uruguai entre Itapiranga e os municípios gaúchos de Barra do Guarita e Pinheirinho do Vale é feita por meio de barcos ou balsas. Fonte: Prefeitura Municipal de Itapiranga (2007).

A travessia do Rio Uruguai, cerca de 700 metros, feita com as balsas, demora aproximadamente 10 minutos, e em alguns pontos da travessia, a profundidade do rio é de 15 metros (Diário Catarinense, 05/11/2007). Diversos pontos entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul permitem esse meio de passagem. A partir do município de Itapiranga, é possível chegar à Barra do Guarita e Pinheirinho do Vale (os dois últimos no RS). Pode-se ainda fazer a travessia por balsa entre os municípios de Caxambu do Sul (SC) e Rio dos Índios (RS) e entre Mondaí (SC) e Vicente Dutra (RS).

Por meio das balsas, é possível transportar inclusive veículos maiores como ônibus e caminhões. Já nos pequenos barcos, o transporte é somente para pessoas. O vaivém das balsas e barcos é importante condição para o transporte de moradores e de mercadorias entre as cidades dos dois estados. Especialmente para aquelas do Rio Grande do Sul que dependem dessa travessia para trabalhar nos frigoríficos catarinenses. O problema das travessias por barcos ou balsas é que, ao ocorrerem cheias no rio, o transporte, por vezes, fica inviabilizado.

O deslocamento das pessoas expõe uma situação comum entre centenas de pequenos municípios catarinenses e gaúchos que é a falta de opções de trabalho remunerado. Isso faz com que, ao existir uma possibilidade de emprego, essas pessoas se desloquem até 100 km de suas residências, diariamente. A possibilidade do deslocamento torna-se viável para evitar outros gastos como o aluguel de imóvel próximo ao local de trabalho. Enquanto um membro da família desloca-se para trabalhar, os outros permanecem no local da residência, trabalhando em outras atividades, especialmente na agricultura, como é comum em dezenas de municípios catarinenses visitados.

A produção de alimentos para o consumo da família, garantido pela atividade agrícola e o não-pagamento de aluguel, permite que o salário recebido pelo trabalhador do frigorífico seja significativo no final do mês. O salário normalmente é utilizado para as despesas fixas da família como para o pagamento de contas de energia elétrica e telefone.

A dependência entre os municípios ocorre de muitas outras formas; uma delas acontece com a utilização de máquinas e equipamentos especializados para o abate, transporte e industrialização de aves e suínos. Parte considerável do equipamento utilizado nos frigoríficos provém de empresas da própria região que se especializaram nesse tipo de produto para atender à demanda dos frigoríficos. Nesse sentido, as indústrias metais-mecânicas do Oeste Catarinense desenvolveram produtos capazes de suprir os diferentes mercados, desde o local até o de exportação. Algumas cidades destacam-se nesse tipo de produção como Herval d'Oeste, Caçador, Joaçaba, Salto Veloso e principalmente Chapecó que atende às principais empresas agroindustriais de Santa Catarina com a produção de balanças, máquinas classificadoras, esteiras transportadoras, etc.

No entanto, como já anunciado, parte do equipamento ainda necessita ser adquirido de empresas de outras cidades de Santa Catarina, especialmente daquelas especializadas em metal-mecânica de motores e refrigeração, a exemplo de Jaraguá do Sul, Joinville e Blumenau. Ou

ainda, de outros estados do Brasil, principalmente São Paulo, Porto Alegre e Curitiba. Deste estado são adquiridos, pelas agroindústrias, equipamentos e máquinas como as de embalagem a vácuo, utilizadas especialmente para acondicionar produtos *in-natura* ou para moer, misturar e congelar subprodutos.

Alguns outros equipamentos são importados de países como Alemanha, Holanda, Inglaterra, Itália, Noruega e Estados Unidos. São equipamentos e máquinas especiais para fazer, por exemplo, o corte automático das partes dianteiras de frango ou para a preparação, cozimento, resfriamento e embalagem de outros produtos, como os empanados.

A relação estabelecida entre as principais cidades e os pequenos municípios do Oeste de Santa Catarina, tanto por meio da produção e comercialização de produtos agropecuários, fornecimento de mão-de-obra, quanto pela industrialização e comercialização de diferentes produtos voltados à produção agroindustrial, tem se tornado cada vez mais intensa à medida que ocorre maior especialização da produção. É possível, pois, identificar as áreas de produção de matéria-prima e as áreas de industrialização, as áreas de fornecimento e as de consumo de mão-de-obra. As empresas agroindustriais são o centro dessa especialização e dinâmica produtiva.

4.2 Transformações e permanências na estrutura regional do Oeste Catarinense

O Oeste catarinense continua sendo referência nacional na produção de aves e suínos para as grandes empresas. Neste item abordam-se algumas das principais transformações que possibilitaram reestruturar o espaço regional por meio de diferentes agentes ligados direta ou indiretamente ao setor agroindustrial.

4.2.1 Diferenciações regionais: o PIB *per capita* dos municípios e a cidade de Chapecó como centro de atração regional para a população

Como é próprio do sistema capitalista a geração de desigualdades, os espaços de seu domínio também passam por aprofundamentos em suas desigualdades. Nesse sentido, o processo de produção agroindustrial do Oeste de Santa Catarina também gerou, por sua vez, profundas desigualdades no meio rural e urbano de modo que algumas cidades têm sido atrativas para diferentes investidores, população, etc.

As diferentes realidades dos municípios podem ser reveladas na disparidade do PIB *per capita* municipal. Enquanto alguns municípios possuem PIB inferior a cinco mil reais, outros possuem PIB *per capita* médio de 25 mil, chegando até 39 mil. Nessas variantes, no caso de PIB *per capita* elevado, há que se considerar o número de habitantes no município.

Parte considerável do grupo que possui PIB *per capita*[123] inferior a R$ 10 mil é composta por pequenos municípios com população inferior a 10 mil habitantes, 48 municípios se encontram nesta situação. Outra característica desse grupo é que são municípios cuja estrutura econômica está voltada para a produção agropecuária, com destaque para milho, soja, leite, suíno e aves. Ou seja, são municípios fornecedores de matéria-prima para as agroindústrias que atuam na região.

O segundo grupo possui PIB *per capita* de 10 a 20 mil reais. Este grupo é formado por um conjunto de 54 municípios, sendo o mais representativo e, por isso, é o que forma a média do PIB *per capita* regional, que é de R$ 15 mil. Inclui municípios com grandes agroindústrias ou outros tipos de indústrias como a metal-mecânica e moveleira: Chapecó e Concórdia, com 173 e 66 mil habitantes (possuem agroindústrias); Joaçaba e Herval d'Oeste com pouco mais de 20 mil habitantes cada um (agroindústrias e metal-mecânica) e Caçador com 72 mil habitantes (indústrias dos setores moveleiro e metal-mecânica).

Já os municípios que apresentam um PIB *per capita* acima de R$

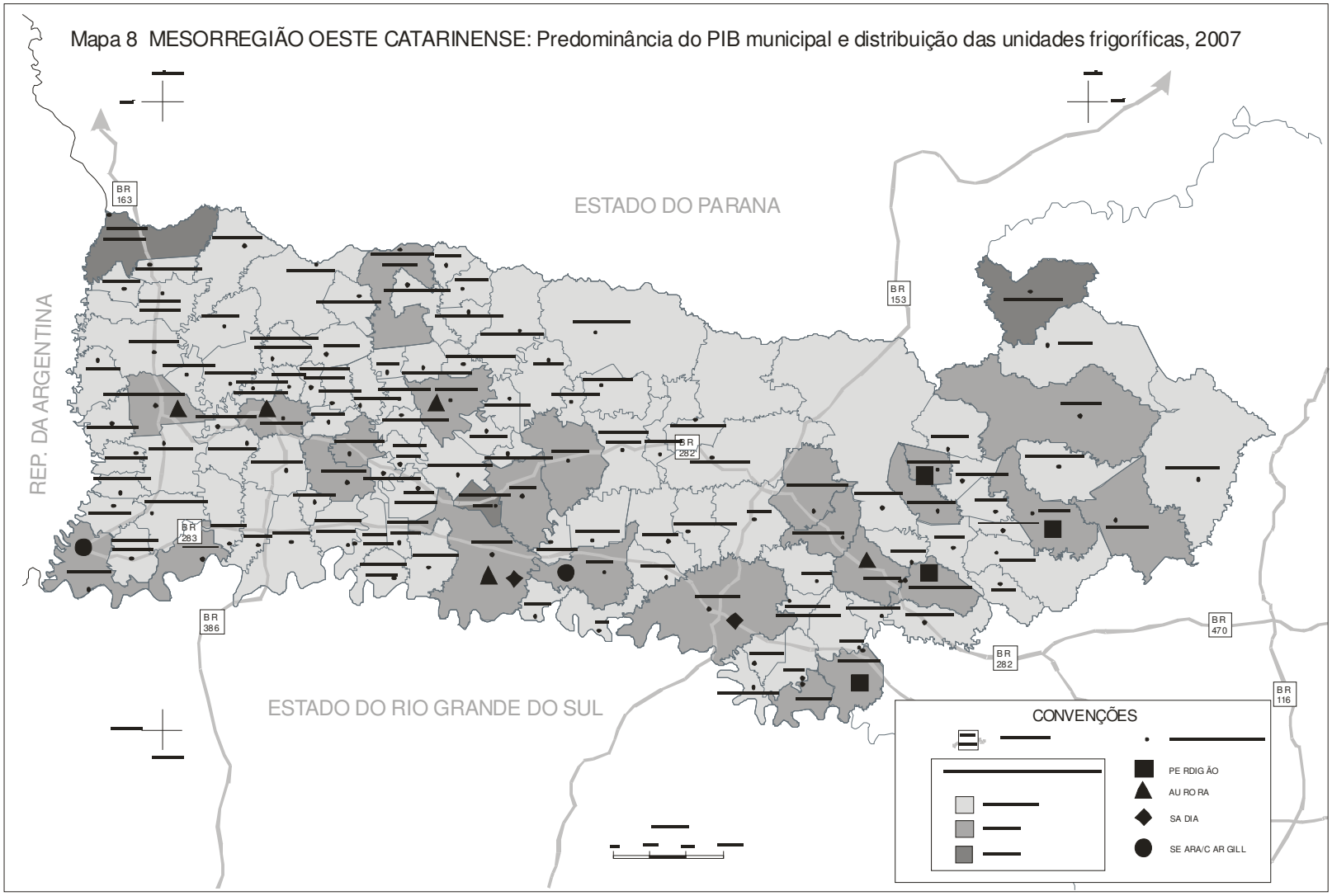
[123] Dados municipais para o ano de 2004 (IBGE, 2007).

20 mil são a minoria (16) e podem ser subdivididos em dois grupos: a) são pequenos municípios cuja população não ultrapassa sete mil habitantes e sua economia é predominantemente agropecuária com grande produção de animais e vizinhos a outros municípios que possuem frigoríficos. Neste caso estão os municípios de Ipumirim, Itá, Presidente Castelo Branco e Xavantina; b) são municípios de menos de 50 mil habitantes que possuem grandes empresas agroindustriais como a Seara/Cargill, Perdigão e Celulose Irani. Neste conjunto, estão os municípios de Itapiranga, Seara, Capinzal, Videira, Salto Veloso e Vargem Bonita.

Vargem Bonita, por exemplo, que apresentou o maior índice *per capita* de todo o Oeste catarinense, com R$ 39 mil possui uma grande indústria de papel responsável pela representação do PIB industrial. No entanto, a população total do município é de pouco mais de 4,5 mil habitantes, o que justifica o elevado PIB *per capita*.

Nesse meio onde a produção agropecuária tem se tornado a linha econômica condutora da grande maioria dos municípios do Oeste catarinense, alguns deles concentram não somente a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento produtivo como também grande quantidade de pessoas que formam os agentes sociais desse processo de produção.

Em busca de um trabalho remunerado capaz de garantir a sobrevivência da família, as pessoas (especialmente parte da população rural) têm procurado cidades que lhes possibilitam essa melhor condição de vida, nem que para isso tenham de migrar. Os trabalhadores rurais sem propriedade podem ser os primeiros a se deslocarem para cidades da região onde se apresenta uma expectativa de emprego, ou seja, cidades com melhor dinamismo econômico (SINGER, 1980).



FONTE: ORGANIZADO POR NOELI PERTILE COM BASE EM PESQUISA DE CAMPO E IBGE, 2006. DIGITALIZACAO: NAZARENO MARTINS COM BASE EM ATLAS DO IBGE, 2002.

Embora alguns estudiosos (DEL GROSSI; GRAZIANO DA SILVA; CAMPANHOLA, 2001) afirmem que o êxodo rural tenha diminuído no Brasil ou mesmo têm sugerido a existência de uma volta ao campo, outras pesquisas, no entanto, não corroboram com essa idéia. Tomando como exemplo a região Oeste catarinense, é possível identificar que passou por um expressivo êxodo rural durante a década de 1980 e também 1990. De acordo com Silva *et al.* (2003), esse processo de desruralização regional tende a continuar porque a agricultura oestina não proporciona níveis de renda capazes de garantir a reprodução econômica da pequena produção, especialmente nos menores estabelecimentos agrícolas (com tamanho inferior a 20 hectares).

A existência de um grande número de agricultores com insuficiência de terras tem contribuído para intensificar a migração rural em níveis superiores à capacidade urbana de absorver tais contingentes, agravando o processo contínuo de exclusão socioeconômica na região Oeste catarinense.

Os migrantes rurais são cada vez mais jovens e, entre eles, é tendencialmente crescente a proporção de mulheres, o que tem levado dezenas de municípios ao chamado processo de masculinização do campo.[124] O fato de o êxodo rural estar aumentando, principalmente entre os jovens, tem se tornado um fator preocupante no que concerne à própria continuidade do "desenvolvimento rural" da região. Por isso, é notável o processo de envelhecimento da população que vive no campo. Concomitantemente, os centros regionais urbanos vêm dando sinais de esgotamento de sua capacidade de gerar empregos e absorver o contingente populacional que sai do campo anualmente.

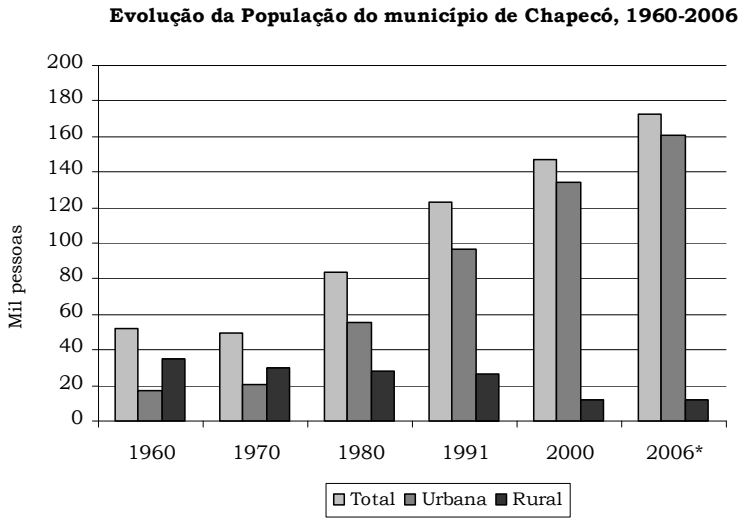
Ao analisarem a migração da população do Oeste de Santa Catarina, Alves e Mattei (2006) indicam que 46% do total populacional residiam nos dez municípios mais populosos no ano de 2004. Por outro lado, 50% dos municípios da mesorregião possuíam apenas 15% da população. Conforme a pesquisa, essa desigualdade se faz presente na

[124] Stopasolas (2006) aborda tanto a questão do envelhecimento quanto do processo de masculinização do campo, tendo como foco o Oeste Catarinense.

orientação dos fluxos migratórios, pois os dez maiores municípios do Oeste centralizaram 70% dos fluxos que se destinaram a esta mesorregião naquele ano, com destaque para os quatro municípios mais populosos, Chapecó, Caçador, Concórdia e Videira, que representam 15%, 6%, 6% e 4%, respectivamente, da população total regional. Contudo, sobressai o município de Chapecó entre os anos 2000 e 2004, tendo recebido 50% do fluxo que se dirigiu às cidades do Oeste.

A cidade de Chapecó vem atraindo população continuadamente desde a década de 1970 quando a população urbana ultrapassou a rural. Mas, no Gráfico 10, observa-se que a cidade recebeu o maior número de habitantes na década seguinte, entre 1980 e 1991, 41 mil pessoas. Nesse caso, estando no meio do período de maior êxodo rural da região, Chapecó recebeu grande contingente da população rural de outros municípios, pois a população rural do município diminuiu em apenas dois mil habitantes no mesmo período.

Gráfico 10



Fonte: Organizado por Noeli Pertile com base em IBGE (Censos Demográficos 1960, 1970, 1980, 1991, 2000); *População estimada pelo IBGE (2006).

Na seqüência desse processo migratório regional para as décadas seguintes, entre 1991-2000 e 2000-2006, a cidade de Chapecó marca definitivamente seu papel de principal cidade de toda a Mesorregião Oeste Catarinense no que se refere ao destino da população migrante, tendo

recebido em torno de 30 mil habitantes em cada um dos períodos indicados.

Mas o que faz as pessoas migrarem preferencialmente para Chapecó? Pensa-se que a resposta a esta questão pode ser encontrada na existência de maior número de indústrias variadas, comércio e a construção civil que, certamente, formam o quadro de empregos capaz de atrair para Chapecó, cada vez mais, um maior número dessa população migrante.

Chapecó é a única cidade do Oeste do estado que aparece entre 20 localidades de maior expressão da população imigrante ocupada com mais de 20 anos (Figura 5). De acordo com Braga (2006), aparece grande número de lugares novos, que marcam as novas oportunidades delineadas pelas rotas de desconcentração dos fluxos, todos com mais de 64% dos seus migrantes adultos ocupados.

Figura 5 – BRASIL: Porcentagem de população ocupada no total de imigrantes, 2000.

Fonte: Braga (2006, p. 11)

No entanto, apesar dessa parte da realidade animadora para o município, parte da força de trabalho vinda com o fluxo migratório não é totalmente absorvida, especialmente aquela menos qualificada. Nesse meio, estão principalmente os trabalhadores rurais. Muitos deles não

conseguem acessar o mercado de trabalho formal, passando a viver precariamente nas periferias da cidade, "demandando a ampliação dos serviços sociais" (SEABRA, 2003 p. 18).

As diferentes realidades regionais apontadas a partir do PIB *per capita* podem ser apenas um dos indicadores que mostram que o desenvolvimento regional também ocorre em escalas e graus diferenciados. E essa diferenciação pode ser considerada como produtora da dinamicidade dos processos migratórios, social e econômico em escala regional, no caso o Oeste catarinense, em decorrência do desenvolvimento capitalista em escala mundial.

4.2.2 A produção local e regional para atender um mercado mundial: mercados específicos

A produção de 300 mil toneladas/ano de alimentos em uma única unidade agroindustrial do Oeste de Santa Catarina (Perdigão Agroindustrial, em Videira), não poderia atender apenas ao mercado regional, tampouco ao mercado local. Dessa produção, da unidade da empresa Perdigão de Videira, no ano de 2006, apenas 30% foi consumida no Brasil, sendo 10% em Santa Catarina e a maior parte (70%) foi para o exterior.

O destino dessa produção teve como principais consumidores países de todo o Oriente Médio, alguns da Europa, Ucrânia, África do Sul e uma pequena porcentagem para a América Latina (Uruguai, Argentina, Venezuela e Haiti). Isso significa dizer que o que circula e o que se produz no local e regional, não atende apenas ao mercado local e regional, mas é produzido para atender ao mercado externo.

Não diferente é o que acontece com a produção de suínos no Brasil. A produção de carne suína no Brasil destinada às exportações atende especialmente à Rússia que, em termos de volume, foi responsável por 65% das exportações em 2005. A exportação para a Rússia somada às de Hong Kong (9,7), Ucrânia (3,5%) e África do Sul (2,8%) concentrava 80% das exportações nacionais.

As quatro maiores empresas que atuam no Oeste de Santa Catarina são responsáveis por considerável fatia da exportação de carnes suínas do Brasil. Dentre as cinco maiores empresas exportadoras de carne suína do país, quatro possuem unidades industriais na região, e a Perdigão é a líder, com 20% de participação, conforme Tabela 22.

Tabela 22 – Participação das empresas Perdigão, Sadia, Seara e Aurora nas exportações de carne suína do Brasil em 2006.

empresas	PERDIGÃO	SADIA	SEARA	AURORA
Exportação (t)	105.996	76.418	54.572	36.855
% do total	20,45	14,74	10,53	7,1

Fonte: Organizada por Noeli Pertile com base em ABIPECS (2007, p.10)

A concentração na produção de carne suína em Santa Catarina, tendo a Rússia como um de seus principais mercados, pode ajudar a explicar a importância e ao mesmo tempo a gravidade do embargo russo às exportações brasileiras em dezembro de 2005, depois de constatados os focos de febre aftosa no Mato Grosso do Sul (outubro) e Paraná (dezembro).

Em Santa Catarina, cujas exportações entre 2003 e 2005 tiveram um aumento de 53,6%, o quadro de embargo da Rússia foi mais intenso. Para o estado, o caso da concentração nas exportações é mais grave porque a participação da Rússia representou 78% em 2005. E, se forem somados os outros três países de maior importação da carne suína catarinense, a soma chega à cerca de 90% - Ucrânia (4,7%), Hong Kong (3,8%) e Cingapura (3,0%) (EPAGRI/CEPA, 2006).

A apreensão sobre o embargo da Rússia permeou todo o processo produtivo de carne suína no Brasil. Este tema foi constante em debates promovidos por instituições diversas ligadas à produção, pesquisa e comércio de suínos e seus derivados, a exemplo da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs) que salienta não compreender a lógica das autoridades daquele país e a maneira como interpretam o Protocolo Sanitário Brasil – Rússia.

Figura 6 - Capa de revista da Suinocultura Industrial no período de embargo da Rússia.
Fonte: Suinocultura Industrial (2007)

Considerando que o embargo russo atingiu especialmente as grandes agroindústrias catarinenses é de observar que essas tenham reduzido consideravelmente sua produção com fins de exportação. Somente para se deter em um exemplo, a Aurora teve suas vendas para exportação reduzidas em dois terços entre dezembro de 2005 e maio de 2007. No sentido de evitar maiores prejuízos econômicos, a empresa buscou ampliar (perto de 25% do volume diário) a industrialização de suínos em sua unidade de Sarandi, no Rio Grande do Sul (ARECHAVALETA, 2007). Essa medida estratégica teve o princípio de que o estado gaúcho não sofreu com o embargo da Rússia e, portanto, continuou sua exportação normalmente.

Em função da redução das vendas no exterior, também na carne de aves em função da gripe aviária, unidades industriais das empresas em Santa Catarina reduziram suas produções para exportação. Desse modo, a Aurora de Quilombo, a Perdigão de Capinzal e a Seara de Seara concederam férias coletivas aos funcionários. Em Quilombo, 300 funcionários tiveram um mês de férias o que proporcionou reduzir o abate de 160 mil para 110 mil aves por dia. Já a Perdigão concedeu férias a 1.200 funcionários de sua unidade em Capinzal. Por sua vez, a Seara não só concedeu férias a 900 funcionários de sua unidade em Seara como também demitiu 300 funcionários em sua unidade em Forquilhinha, no Sul do estado (A NOTÍCIA 29/03/2006; IEA, 2006).

As empresas de Santa Catarina associadas à Abipecs, em função das preocupações com tal fato, investiram ainda mais em sanidade

animal. Por meio do Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária (ICASA), foram viabilizados recursos financeiros para a recuperação do serviço público de sanidade animal. Essa iniciativa das empresas criou a possibilidade de Santa Catarina pleitear a condição especial de livre de febre aftosa sem vacinação perante a Organização Mundial de Sanidade Animal (OIE), o que ocorreu somente no dia 22 de maio de 2007, em Paris (SUINOCULTURA INDUSTRIAL, 2007).

A importância disso, especialmente para a suinocultura, para Santa Catarina reside no fato de que os mercados que pagam preços melhores por produtos agropecuários, como o Asiático, somente aceitam comprar produtos de origem bovina e suína de países ou de zonas reconhecidas internacionalmente como livres de febre aftosa sem vacinação.

Para o Brasil, tão importante quanto o mercado russo é para a exportação de carne suína, estão os países árabes para a carne de aves. O Brasil está entre os maiores produtores de carnes de frango do mundo. Os Estados Unidos e a China foram os dois maiores produtores e consumidores de carne de frango no ano de 2005. O Brasil, nesse ano, foi o terceiro maior produtor e o quarto maior consumidor, permitindo que o país fosse o maior exportador do mundo, seguido pelos Estados Unidos. Já os países que mais importam esse produto são a Rússia e os países árabes, ou da Liga Árabe[125].

Sendo o maior exportador mundial de carne de frango, o Brasil exportou 2.712 mil toneladas no ano de 2006, o equivalente a US$ 3.203 milhões. Desse montante, o frango catarinense correspondeu a 757 mil toneladas e US$ 966 milhões. Assim, Santa Catarina representou 30,2% das exportações de frango do Brasil em 2006. O estado é o segundo maior

[125] A Liga Árabe, nome corrente para a Liga de Estados Árabes, é uma organização de estados árabes fundada no Cairo em 1945 por sete países com o objetivo de reforçar e coordenar os laços econômicos, sociais, políticos e culturais entre os seus membros, assim como mediar disputas entre estes. Atualmente a Liga Árabe compreende vinte e dois estados (Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Marrocos, Argélia, Jordânia, Líbia, Líbano, Tunísia, Síria, Kuwait, Catar, Iêmen, Iraque, Mauritânia, Omã, Bahrein, Sudão, Somália, Djibouti, Ilhas Comores e Palestina), que possuem no total uma população de 200 milhões de habitantes.

produtor de carne de frango do Brasil, depois do Paraná e está também entre os maiores exportadores (Epagri/Cepa, 2006, p. 142; 222).

A participação de Santa Catarina nas exportações para os países árabes, conforme a Fiesc, somara pouco mais de US$ 133 milhões entre janeiro e setembro de 2006. Os principais produtos exportados foram a carne de frango, ladrilhos e cerâmica e tubos de ferro (FIESC *apud* Câmara Árabe. 2006. p. 8).

Diversas empresas catarinenses participam da exportação de produtos para os países árabes, especialmente produtos cuja matéria-prima é o frango. A Perdigão, contudo, é uma das mais tradicionais fornecedoras de frangos para o Oriente Médio, atuando nesse mercado desde 1977. Vende produtos como salsichas e hambúrgueres feitos especialmente para os países de povo muçulmano (Arábia Saudita, Kuwait, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Catar, entre outros). Os produtos são feitos com frango do abate halal[126] para atender às exigências religiosas.

Com os novos produtos, a Perdigão teve um aumento de cerca de 20% nas vendas para o mercado árabe que, por sua vez, corresponde a 30% das exportações da empresa. Por isso o interesse por parte da Perdigão - em todas suas unidades – de seguir as regras islâmicas, por meio do abate halal. Também é em função dos seus negócios com o Oriente que a empresa mantém um escritório em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos (ANBA, 2004; 2005).

---

[126] Halal significa alimento "permissível" ao muçulmano, uma prática que tem origem no Alcorão (livro sagrado do Islamismo, que contém a doutrina da Maomé). O abate halal obedece à norma que determina que os animais, que serão consumidos pelos muçulmanos, devem ter a traquéia e a jugular rompidas e o sangue totalmente extraído porque, segundo os muçulmanos, "o sangue é fundamental para a vida, mas contém impurezas, como doenças e adrenalina". Assim, o abate dos animais deve ser realizado por um muçulmano com os animais virados para Meca (Nordeste), com a pronúncia das palavras "em nome de Deus" e "Deus é grande" a cada sangria (ANBA, 2005).

Nesse sentido, para preparar as empresas sobre os procedimentos de abate de animais (aves e bovinos) a Cibal[127] elaborou um guia sobre o abate islâmico. O guia consultivo da Cibal foi preparado para explicar aos exportadores e importadores como funciona o abate feito com as regras muçulmanas. A primeira vez que um cliente da Arábia Saudita adquiriu produtos catarinenses foi em 1974 quando foram compradas da Perdigão, unidade de Videira, 500 toneladas de frango. Talvez seja por isso que ela tenha se tornado a "unidade modelo de abate *halal* no Brasil". No local, existe uma mesquita, um xeque religioso e um centro de treinamento. Toda a produção da unidade é *halal*.

Figura 7 – Embalagem de produto para exportação da Perdigão. Salsicha de frango da Perdigão, produto certificado para ser consumido pelos muçulmanos.
Fonte: ANBA (2005).

Além dos produtos industrializados derivados de aves e suínos, e carne *in natura,* algumas cidades do Oeste catarinense também exportam máquinas e equipamentos especializados para frigoríficos da indústria metal-mecânica para diversos países. A cidade de Chapecó, por exemplo, possui empresas que fornecem esse tipo de produto para Argentina, Cuba, Bélgica, Bielorrússia, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dinamarca, Holanda, Islândia, Peru, Rússia, Síria, Venezuela e Estados Unidos.

Em média, 60% de toda a produção de aves e suínos do Oeste catarinense é destinada às exportações, o restante é consumida no Brasil. Os países para os quais ocorre maior exportação dos produtos de origem de aves e suínos são a África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Canadá, Chile, China, Cingapura, Cuba, Emirados Árabes

[127] A Cibal é ligada à Federação das Associações Muçulmanas do Brasil. Seleciona e treina os funcionários que vão vistoriar as linhas de produção dos abatedouros de frangos e bois em empresas que exportam para os países do Oriente Médio. Começou a operar em 1974, hoje atende a aproximadamente 55 empresas, dentre elas a Perdigão, Sadia, Seara, entre outras. Na década de 1970, trabalhavam para a Federação entre 10 e 15 pessoas, em 2005 eram 256. Dentre eles estão supervisores técnicos, como veterinários, engenheiros agrônomos e outros. O tempo de treinamento teórico é de aproximadamente três meses, no entanto, após o treinamento eles são encaminhados para as unidades onde os supervisores são incumbidos de treiná-los e monitorá-los (ANBA, 2005).

Unidos, França, Haiti, Hong Kong, Ilhas Canárias, Inglaterra, Japão, Kuwait, Panamá, Portugal, Republica Tcheca, Rússia, Suíça, Turquia, Ucrânia, Uruguai, Venezuela (SADIA, 2006b; SEARA 2007; AURORA, 2007; PERDIGÃO, 2007 – Unidades industriais do Oeste Catarinense).

4.2.3 As agroindústrias hoje: novas formas de consumo e novos espaços de produção

Em meio às mudanças significativas dos hábitos alimentares do Brasil, além da urbanização como já apontado, há que se levar em consideração o papel da globalização da economia que, assim como em muitos outros países, tem importância decisiva na reestruturação do padrão alimentar de sua população.

Atualmente, ocorre a internacionalização da cultura material tradicional própria das sociedades modernas – evidenciadas principalmente nas zonas urbanas, embora também existentes nas zonas rurais. Com isso, há uma combinação de comidas nacionais com aquelas assimiladas, procedentes de outras culturas e com os produtos da indústria de alimentos, de consumo quase universal, como o café, chá, cerveja, conservas, pastas, confeitos, etc. (NUÑEZ GONZÁLEZ *apud*, PEDRAZA, 2004).

O padrão de consumo alimentar brasileiro, sobretudo nas grandes cidades, vem passando por diversas transformações ao longo do tempo. O acentuado processo de urbanização verificado nas últimas décadas e a crescente participação da mulher no mercado de trabalho reduziram o tempo disponível para o preparo e o consumo de refeições. A diminuição do número de pessoas do núcleo familiar, por sua vez, cria uma crescente demanda por produtos em menores porções e, muitas vezes, com elevado prazo de validade.

As agroindústrias salientam que a rotina dos habitantes de grandes centros urbanos brasileiros faz com que eles necessitem controlar o tempo de modo a não desperdiçá-lo, criando assim, um “nicho” de mercado para

alimentos prontos para o consumo. Nesse sentido, pesquisadores especializam-se para descobrir os novos tipos de alimentos que o mercado demanda: “O mercado de alimentos de conveniência, prontos para o consumo, já está totalmente consolidado nas grandes cidades brasileiras e a tendência é que nos próximos anos a demanda por esse tipo de produto aumente ainda mais”, afirma Esdras Sundfeld, engenheiro agrônomo e pesquisador da Embrapa Agroindústria de Alimentos (PIF PAF ALIMENTOS, 2007).

Atualmente, há pelo menos 140 tipos de produtos prontos, incluindo aqueles à base de suínos e frangos, disponíveis nos supermercados de todo o país. Apesar disso, algumas chamadas nas embalagens como “pronto para consumo”, “esquente e coma” e “não requer utensílios” são os novos atributos demandados em alimentos. O pesquisador salienta que, para os consumidores, essas características estão à frente, em muitos casos, da preocupação com a nutrição e com a saúde. A comodidade e a diversificação têm atraído novos adeptos para o consumo desse tipo de alimento, especialmente pessoas de classe média, moradores de grandes cidades e que trabalham o dia inteiro. Esse é o perfil do consumidor dos produtos prontos, possuem um estilo de vida que dispõe de pouco tempo para fazer suas refeições.

A crescente demanda por alimentos prontos reforça, na indústria de alimentos, a necessidade de desenvolvimento ou aperfeiçoamento constante de seus produtos, para satisfazer e até criar necessidades do consumidor, que as empresas traduzem em “antecipar as necessidades“. Sempre atentas ao mercado, as agroindústrias catarinenses, entre outras, têm desenvolvido e disponibilizado produtos cada vez mais elaborados, práticos, de fácil preparo, com tempo de validade elevado, em menores porções ou em porções individualizadas.

O corre-corre diário dos brasileiros, especialmente urbanos, tem se tornado o discurso mais apropriado pelas agroindústrias, que enfatizam o “pouco tempo” e a “praticidade” para inserir seus produtos na mesa do

consumidor. Para isso, recorrem aos meios de comunicação (imprensa escrita, televisiva e rádio) para divulgar a gama de produtos disponíveis.

Figura 8 – Capa da revista avicultura industrial: "Aquecer e comer", agroindústrias buscam apresentar produtos cada vez mais práticos. Fonte: Avicultura Industrial - 1156 - ano 98 - Nº 05 - Ed. 1156/2007.

O discurso de representantes agroindustriais deixa transparecer essa "preocupação" em atender aos novos mercados: "O consumidor brasileiro está cada vez mais cosmopolita e ávido em acessar as últimas novidades mundiais, exigindo das indústrias produtos cada vez mais práticos e rápidos" (Luiz Carlos Mendes Costa, diretor-superintendente de agroindústria. *In.* PIF PAF ALIMENTOS, 2007).

Apesar da crescente procura por produtos prontos, a diversidade desse tipo de produto no Brasil ainda é relativamente pequena quando comparada à de países da Europa e aos EUA. A tendência é que nos próximos anos o mercado possa aumentar consideravelmente a diversificação de alimentos prontos, incorporando novos ou maiores atributos à nutrição, saúde e funcionalidade, como os alimentos orgânicos, por exemplo, que vão ao encontro das exigências dos consumidores, em qualquer mercado.

Mesmo assim, as agroindústrias brasileiras têm investido no setor *food service,* como a Pif Paf Alimentos o têm feito no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, com possibilidade de expansão para o estado do Paraná e a região Nordeste (CIÊNCIA DO LEITE, 2007).

De modo semelhante, as empresas agroindustriais que atuam no Oeste catarinense também têm buscado a diversificação na oferta de produtos para atender a esse segmento de consumidores. Desenvolvem,

assim, produtos variados que permitem seu preparo em pouco tempo e que apresentem porções compatíveis com as mais diferentes unidades familiares, em grande parte, localizado nos centros urbanos. Destacam-se os congelados, empanados, lanches prontos, tortas, dentre outros.[128] Nesse sentido, a empresa Seara (Mapa 9) lançou cinco novos produtos de carnes de suínos e aves com a chamada "Pratos Prontos", além de lasanhas (SEARA ALIMENTOS, 2007).

A empresa Sadia, por sua vez, desenvolveu e lançou em novembro de 2007, a pizza para microondas que fica pronta em cerca de 5 minutos e fez um acordo com a Brastemp[129] para o desenvolvimento de ações, promoções e produtos em todo o país. Quanto à Brastemp, esta desenvolveu uma tecla especial no microondas para o referido alimento.

Não obstante, a empresa Sadia adquiriu, no início de dezembro de 2007, a *Big Foods* Indústria de Produtos Alimentícios Ltda., fabricante de produtos industrializados congelados e especializada na produção de sanduíches prontos, lasanhas, pizzas, pães, pão-de-queijo, entre outros. Desse modo, a Sadia, que possui sua sede na cidade de São Paulo, também passa a produzir no estado de São Paulo, na cidade de Tatuí, a 140 km da capital.

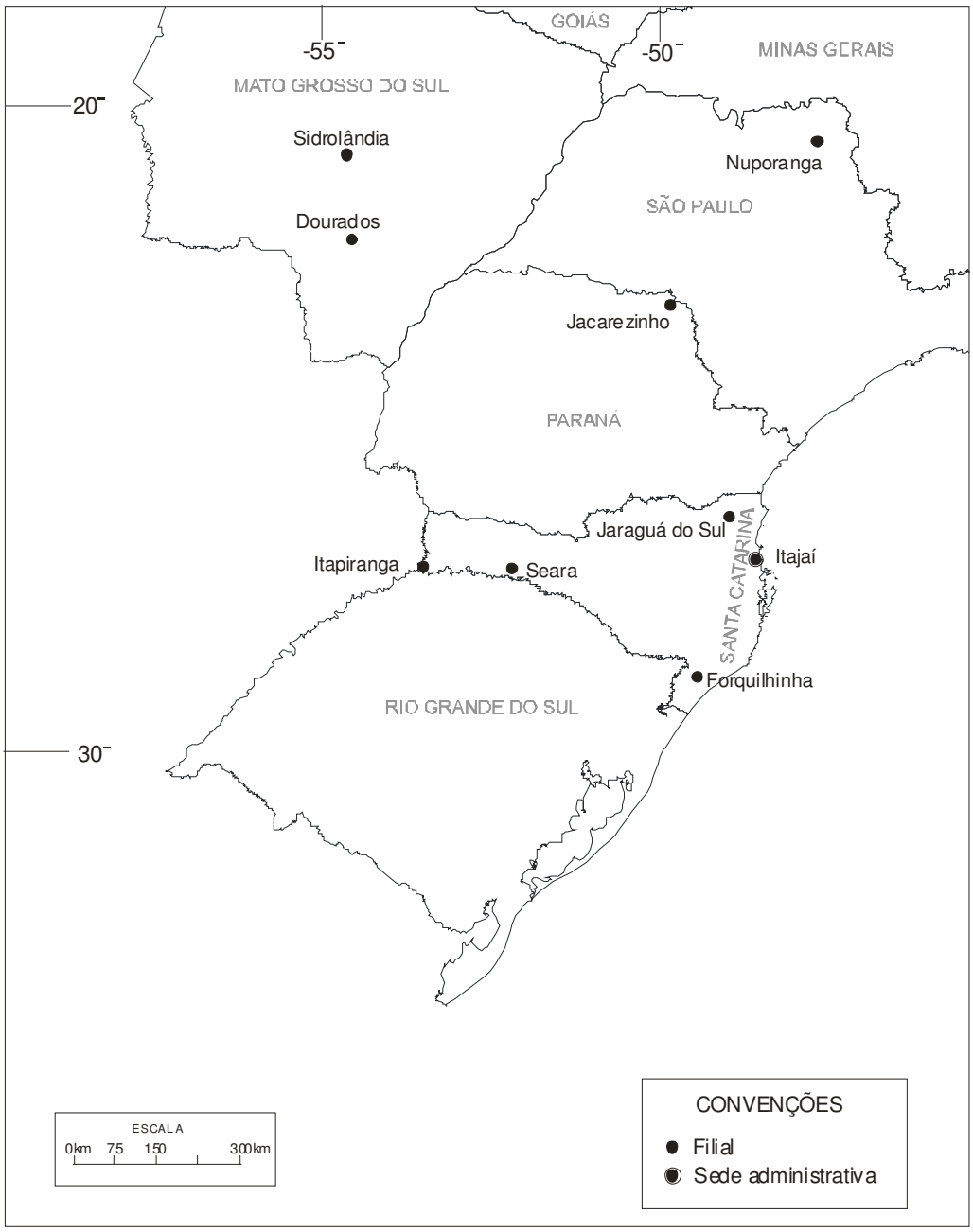
Essa aquisição faz parte da estratégia das agroindustriais que têm buscado controlar todo o processo produtivo, desde a produção dos animais até o consumidor final. Nessa condição, as maiores agroindústrias que atuam no Oeste catarinense têm apresentado cada vez maior o aumento das vendas e dos respectivos lucros. A exemplo disso, nos primeiros nove meses de 2007, a Sadia obteve R$ 3,2 bilhões com crescimento de 18% se comparado com o mesmo período do ano anterior (INSTITUTO SADIA, 2007b).

---

[128] Entre outros produtos congelados estão as pizzas, lasanhas, hambúrguer, almôndegas, etc. A relação completa de produtos pode ser encontrada nos sites oficiais das empresas Sadia, Seara, Perdigão e Aurora.

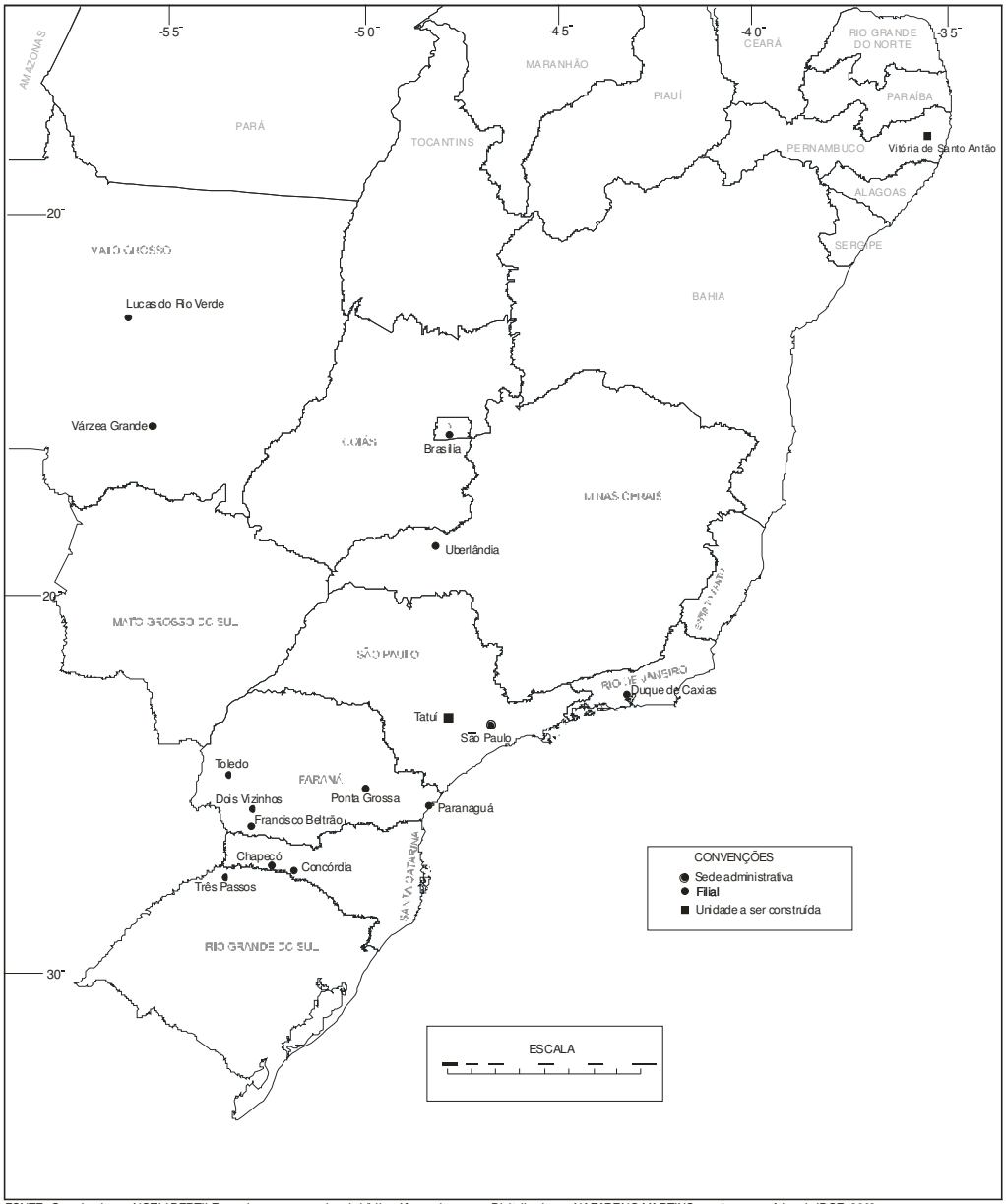
[129] A Whirlpool S.A., a partir de sua Unidade de Eletrodomésticos, é a única empresa do Brasil que fabrica, com as marcas Brastemp e Consul, todos os produtos de linha branca, como refrigeradores, freezeres horizontais e verticais, fogões, lavadoras de roupa, secadoras, lava-louças, microondas, entre outros (INSTITUTO SADIA, 2007a).

Mapa 9 BRASIL: Localização das unidades frigoríficas da empresa Seara/Cargill, 2007



FONTE: Organizado por NOELI PERTILE com base em pesquisa de bibliográfica e de campo. Digitalizado por NAZARENO MARTINS com base em Atlas do IBGE, 2002.

Mapa 10 - BRASIL: Localização das unidades frigoríficas da empresa Sadia, 2007



FONTE: Organizado por NOELI PERTILE com base em pesquisa de bibliográfica e de campo. Digitalizado por NAZARENO MARTINS com base em Atlas do IBGE, 2002.

Ainda como parte do processo de expansão no Brasil, a empresa irá criar uma fábrica em Pernambuco, na cidade de Vitória de Santo Antão, para produzir embutidos, como mortadelas, salsichas e lingüiças (Mapa 10). A possibilidade de geração de empregos é de 1.350 mil diretos e perto de 4 mil indiretos (SADIA, 29/10/2007). Já em Santa Catarina, como divulgado pela Suinocultura Industrial em 03/12/2007, também está prevista outra unidade da empresa para industrialização de suínos para exportação, especialmente para União Européia e Japão. O local está sendo analisado pela Sadia, que já visitou municípios do Norte do estado de Santa Catarina, como Mafra e Itaiópolis, os dois próximos aos portos de Itajaí e São Francisco do Sul.

A Sadia emprega hoje cerca de 49 mil funcionários e, por meio de sistema de integração agora denominado Sistema de Fomento Agropecuário, mantém parceria com aproximadamente 10.000 granjas de aves e de suínos. No ano de 2007, a empresa também finalizou a construção e inaugurou sua primeira unidade fora do Brasil – uma fábrica para processar produtos à base de frango e de suínos, instalada em Kaliningrado, na Rússia e inaugurada no dia 1º de dezembro de 2007.

Com essa nova unidade, a empresa passa a atuar mais fortemente no mercado russo, nos países da Comunidade dos Estados Independentes, como fornecedora global do McDonald´s, com produtos à base de frango; o que já ocorre na América Latina, Inglaterra, França e Alemanha. Aproximadamente, 25% da produção da nova unidade será destinada ao abastecimento da rede mundial de *fast food* (SUINO.COM, 2007). Conforme a própria Sadia, a empresa investirá na construção de duas outras unidades no exterior, uma nos Emirados Árabes, no Oriente Médio, onde já estão sendo investidos perto de R$ 100 milhões para industrialização de carnes de aves e bovinos, e a outra ainda sem local definido.

De modo diferenciado, ampliando os investimentos no setor de aves e investindo em industrializados, além dos tradicionais produtos a

partir de aves, a Aurora construirá uma nova unidade industrial em Canoinhas, SC (Mapa 11). O novo frigorífico no norte de Santa Catarina proporcionará a abertura de aproximadamente três mil novos empregos. Para garantir matéria-prima, no caso aves, suficiente ao frigorífico, pelo menos mil novos aviários devem ser construídos na região. O custo aproximado de cada um é de cerca de R$ 100 mil e, para isso, os produtores terão linhas de crédito no Banco do Brasil.

Seguindo a tendência de outras agroindústrias na demanda do consumidor atual, no novo complexo da Aurora também haverá uma indústria de derivados de carne de frango, como empanados, grelhados e embutidos, 60% de produção será destinada para o mercado externo. Estão previstos ainda incubatório e fábrica de ração com capacidade de produção de 80 toneladas/hora.

Como tem ocorrido em outras situações na implantação de novas indústrias em diferentes municípios, em Canoinhas, o Estado também já aparece intervindo nas negociações com a empresa no que se refere à implantação da empresa e a acessibilidade dela às condições gerais de produção. O governo do Estado de Santa Catarina comprometeu-se em conceder incentivos fiscais, e o governo municipal de Canoinhas em fornecer o terreno com área de 100 hectares para construção da unidade industrial, terraplanagem, água e acessos rodoviários. A conclusão da unidade está prevista para o final de 2009. Se já não era suficiente a disponibilidade de mão-de-obra e das concessões do Estado, há ainda outros benefícios em instalar a empresa em Canoinhas, como a proximidade do município com a BR-280 e com os portos de Itajaí e São Francisco do Sul, já que parte de produção será destinada à exportação.

Depois de Canoinhas, está prevista uma nova fábrica, em Carazinho (RS), com abate de 300 mil aves por dia e investimento de R$ 400 milhões, os mesmos que em Canoinhas. A futura indústria no município gaúcho ocupará uma área de 100 hectares e gerará 3.200 empregos diretos; a terraplanagem deve iniciar em 2008 e a construção em 2009. Atualmente, a cooperativa abate diariamente 440 mil aves,

nas unidades de Quilombo, Maravilha e Erechim (RS) (DIÁRIO CATARINENSE, 01/11/2007).

Ainda no processo de investimentos da empresa, a Aurora aprovou a construção de uma nova fábrica de rações no município de Cunha Porã, facilitando a entrega de rações para cerca de 1.400 avicultores, parte dos quais abastece o frigorífico de Maravilha. Por se tratar de uma unidade de grande automação, está prevista a abertura de apenas 30 postos de trabalho para a nova unidade produtiva com possibilidade de produzir 40 mil toneladas por mês (AURORA ALIMENTOS, 08/01/2008).

A empresa Perdigão, por sua vez, no primeiro semestre de 2007, anunciou um acordo para a aquisição da *Plusfood*, empresa processadora de aves e bovinos com três plantas na Europa e a compra de um frigorífico de bovinos em Mirassol D´Oeste (MT), dentre outros investimentos. A empresa também tem agido de forma a diversificar sua área de produção no Brasil e inaugurou uma unidade industrial de aves em Mineiros (363 km de Goiânia) no mês de março de 2007. Para a construção da nova unidade produtiva, houve um investimento de R$ 510 milhões; destes, R$ 240 milhões a empresa obteve financiamento no BNDES e os demais R$ 270 milhões foram aplicados pelos produtores integrados. Estes obtiveram recursos no Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), por intermédio do Banco do Brasil.

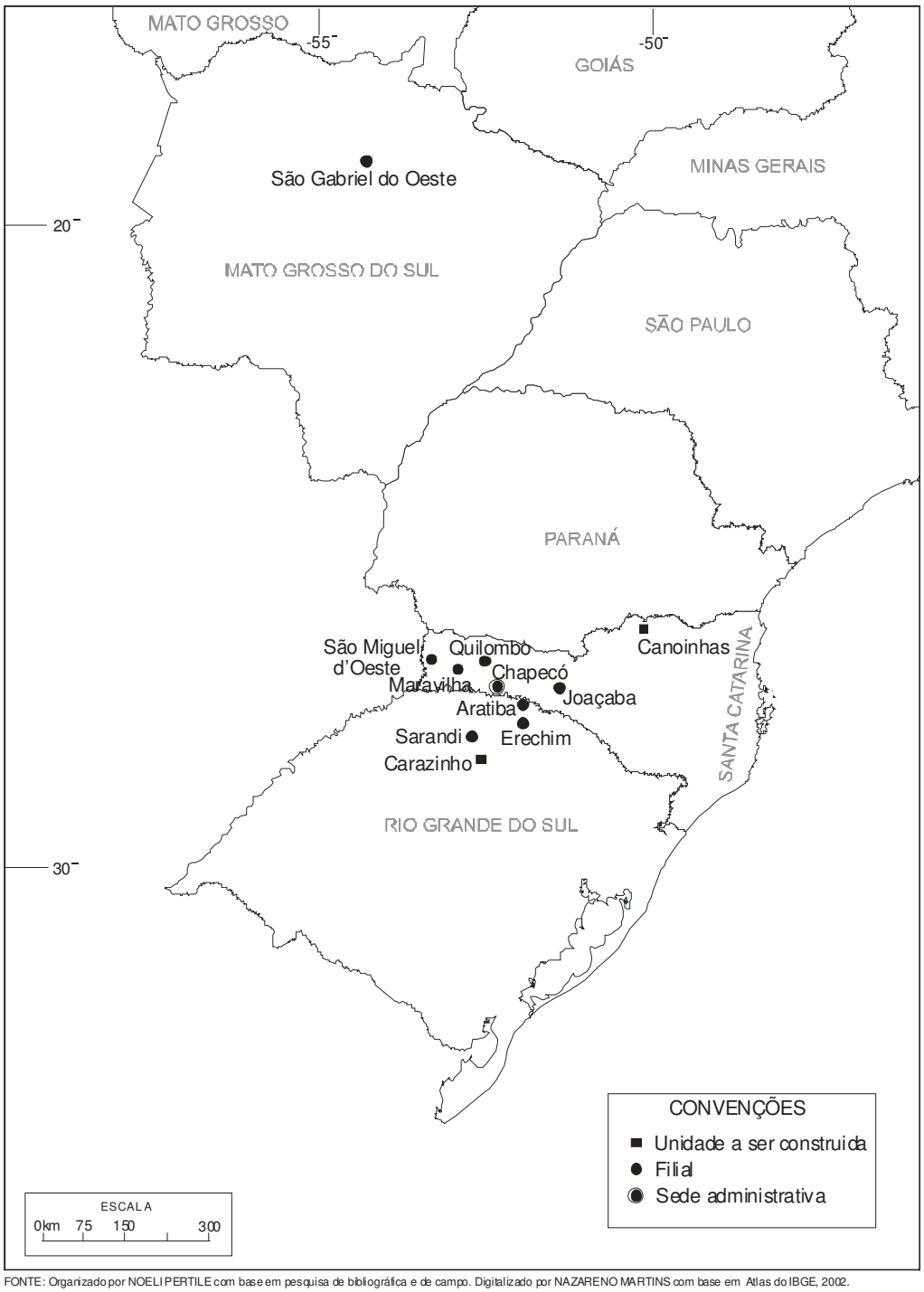
De acordo com a empresa, dentre os principais fatores, a cidade foi escolhida devido à disponibilidade de grãos para a fábrica de rações e de mão-de-obra, boas condições climáticas e segurança sanitária. Contudo, ressalta-se ainda o apoio do governo de Goiás, por meio da concessão de incentivos fiscais e reforço de infra-estrutura, e da Prefeitura de Mineiros, com a doação da área de 135 hectares para construção e melhoria do sistema viário local, o que deve ter contribuído significativamente na decisão da empresa. De toda a produção da unidade de Mineiros, 80% serão para o mercado externo (SUINOCULTURA INDUSTRIAL, 19/03/07).

Já no segundo semestre de 2007, outros investimentos foram previstos pela empresa, agora no Nordeste onde o volume de vendas para o mercado interno da empresa representa 21%. Os novos investimentos da Perdigão foram confirmados em 17 de setembro de 2007 para o município de Bom Conselho, em Pernambuco (287 km de Recife) (Mapa 12). No projeto, consta a construção de duas fábricas e de um centro de distribuição com investimentos de R$ 280 milhões. As obras devem estar concluídas em até 18 meses, segundo Nildemar Secches, presidente da Perdigão.

Uma das plantas de Bom Conselho será da Batávia, voltada para a produção de iogurtes e leite com produção de 125 mil toneladas de produtos anuais. A outra planta do Bom Conselho será direcionada para a fabricação de salsichas, lingüiças e mortadela, numa produção anual de 120 mil toneladas. Inicialmente, a matéria-prima será de outras regiões do país e aos poucos será desenvolvido o fornecimento local.

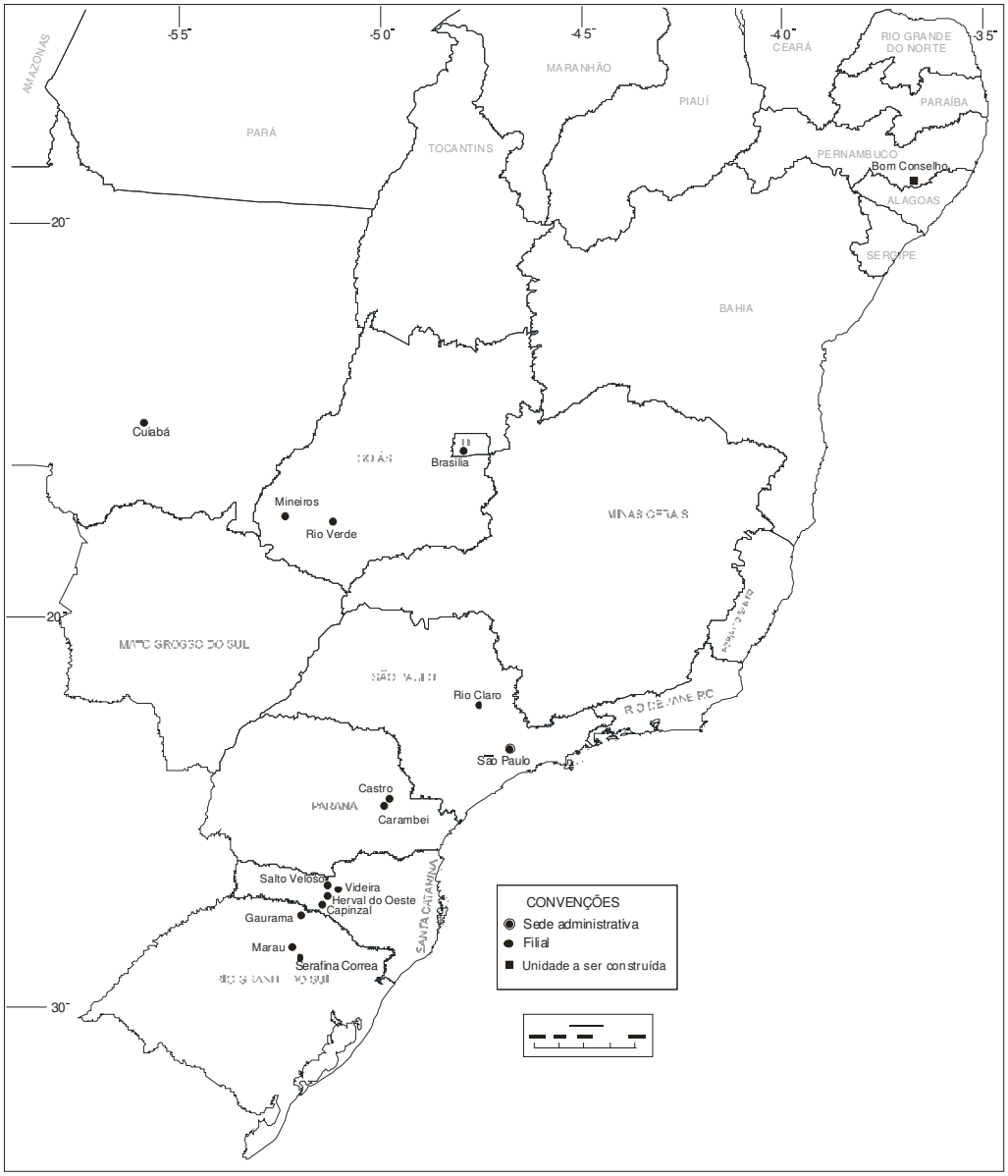
Além das unidades produtivas, haverá um centro de distribuição que servirá para abastecer todos os Estados nordestinos, tanto com produtos feitos em Pernambuco, quanto em outras partes do país. Assim, os produtos do Nordeste e Centro-Oeste seriam exportados via Pernambuco e não mais por Santa Catarina, “como seria mais lógico”, segundo Secches. A expectativa da Perdigão é que as duas unidades gerem um faturamento anual de R$ 600 milhões quando estiverem em funcionamento. A Perdigão pediu ao governo do Estado a concessão de benefícios fiscais para a instalação da unidade e a solicitação foi aceita, mesmo que ainda não exista uma data para o início das obras (SYSRASTRO, 2007).

Mapa 11 - BRASIL: Localização das unidades frigoríficas da empresa Aurora, 2007



FONTE: Organizado por NOELI PERTILE com base em pesquisa de bibliográfica e de campo. Digitalizado por NAZARENO MARTINS com base em Atlas do IBGE, 2002.

Mapa 12 - BRASIL: Localização das unidades frigoríficas da empresa Perdigão, 2007



FONTE: Organizado por NOELI PERTILE com base em pesquisa de bibliográfica e de campo. Digitalizado por NAZARENO MARTINS com base em Atlas do IBGE, 2002.

Para financiar o projeto, a Perdigão deverá contar com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) por meio do Banco do Nordeste (BNB) e do governo estadual por meio do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (Prodepe). A prefeitura de Bom Conselho e o estado contribuirão com melhorias na infra-estrutura necessária para a instalação do complexo, terrenos, acessos rodoviários, etc. Para completar o quadro de possibilidades para a produção, os produtores rurais, por sua vez, poderão utilizar linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para investirem em suas propriedades com a finalidade de produzir as matérias-primas para a Perdigão (PERDIGÃO HOJE, 2007).

Como exemplo do empenho das prefeituras na doação de terrenos, é possível observar nas fotos 16 e 17 a extensão da área ocupada por uma unidade produtiva da Perdigão no Centro-Oeste do país. Na Foto 16, é possível comparar o tamanho do terreno doado pela Prefeitura Municipal de Mineiros com a extensão da área urbana do próprio município. O referido terreno é de 135 ha onde, atualmente, a unidade industrial já está em funcionamento (Foto 17).

Fotos 16 e 17 – Área e unidade industrial da Perdigão em Mineiros (GO). Na primeira foto, destaque para o pontilhado, área de 135 hectares, destinada à construção de um complexo da Perdigão em Mineiros (GO), doada pelo governo municipal no ano de 2004. Na foto à direita, a unidade pronta, inaugurada em março de 2007. Fonte: Avicultura industrial (2007) e Perdigão (2007

Os novos redirecionamentos das empresas agroindustriais que atuam em Santa Catarina estão no sentido de buscar maiores possibilidades de lucros, como qualquer outra empresa capitalista. Esse processo inicia com a escolha do local de instalação das novas

unidades. E é por isso que, como já citado, elas buscam implantar suas unidades produtivas onde há maior disponibilidade de mão-de-obra e matéria-prima, o que lhes possibilita menor concorrência e onde lhes sejam oferecidas as melhores ofertas no provimento das condições de produção, sejam elas provenientes dos governos municipal, estadual e/ou federal.

Em conseqüência da instalação das agroindústrias, ocorre a implantação de diversas outras empresas que fornecerão diferentes outros produtos durante todo o processo de produção agroindustrial de aves e suínos, como as indústrias de plástico para embalagens, metal-mecânica para equipamentos agrícolas e para os frigoríficos, as chamadas indústrias periféricas, empresas prestadoras de serviços diversos como refrigeração, transporte rodoviário especializado em câmaras frias, etc.

Aos poucos, ocorre uma diversificação da oferta de empregos de forma a dinamizar a cidade que tenha recebido a agroindústria. Isso ocorre especialmente naquelas cidades que não oferecem outra alternativa de emprego para sua população. E é justamente essa situação, ou seja, a não-opção de emprego da população local e/ou regional que deixa a agroindústria tranqüila quanto à oferta de mão-de-obra, pelo menos inicialmente. A Perdigão justifica a implantação da nova unidade industrial em Rio Verde (GO), no ano de 2000, pelos incentivos fiscais municipais e estaduais, a aptidão para a atividade agroindustrial, a ausência de competidores e a abundante mão-de-obra. Atualmente, a unidade é o maior complexo agroindustrial da América Latina, um dos maiores do mundo, com perto de 4.500 funcionários.

No entanto, um dado novo no que concerne à produção de aves e suínos hoje é QUEM os produz. Comparando com o Oeste catarinense, o sistema de produção integrada na região Centro-Oeste do Brasil é relativamente novo. Uma das maiores diferenças entre estas duas regiões é que o produtor do Centro-Oeste tem uma estrutura com base na produção industrial de bovinos de corte e de leite e a maioria deles

também produz soja e milho. A criação de aves e de suínos, nesse sentido, é uma atividade recente.

Mas uma das maiores diferenças, contudo, está no perfil dos produtores. Na região Sul os produtores de suínos e de aves são pequenos e médios proprietários, caracterizando a produção como familiar. Já no Centro-Oeste, nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os produtores são grandes fazendeiros, donos de extensas áreas de cultivo de soja e de milho e de bovinos, são produtores com um perfil empresarial. Tanto para a produção em Mineiros, quanto em Rio Verde, a Perdigão conta com cerca de 200 a 250 integrados (de aves e de suínos), e cujos aviários padrões contam com quatro galpões de 25 mil aves (HACKLAUER, 2004).

Como se pode constatar, a Perdigão mudou de estratégia de produção entre o Sul e o Centro-Oeste, enquanto a produção que atende aos frigoríficos da empresa em Santa Catarina necessita de 1.850 produtores integrados e no Rio Grande do Sul 1.584, as unidades produtoras do Centro-Oeste necessitam de bem menos produtores integrados. A concentração da produção e a alta tecnologia nos aviários são as características do novo modelo de produção das empresas agroindustriais no Centro-Oeste brasileiro.

Essa grande diferença demonstra claramente que, enquanto a produção no Sul é efetuada por maioria de pequenos produtores, no Centro-Oeste do Brasil essa mesma produção concentra-se em poucos e grandes produtores com o uso predominante de mão-de-obra assalariada nos aviários e a introdução de uma base técnica homogênea (FERNANDES FILHO; QUEIROZ, 2005).

Ao contrário, França, Souza e Moraes (2007) afirmam que um trabalhador cuida de 9.713 aves em Videira, enquanto em Goiás um trabalhador cuida de 34.885 aves. Pensa-se que há sim maior concentração, tanto de aves quanto de tecnologia nos aviários introduzidos especialmente nesta década no Centro-Oeste. Mas há que se considerar que houve uma concentração de produção em poucas propriedades e, por isso, diminuiu o número de integrados em pelo

menos 80% para a mesma quantidade produzida, o que não significa dizer que este integrado não possa contratar mão-de-obra assalariada. Essa atividade já vinha atraindo pessoas do sul do país para trabalhar em propriedades avícolas em São Paulo, desde a década de 1990.[130]

A concentração da produção proporciona a redução do número de contratos de integração para a empresa e a redução de viagens que os caminhões necessitam fazer para a entrega de rações e pintinhos e para a coleta das aves para o abate, entre outros. Nesse aspecto, foram desenvolvidos caminhões com carrocerias de maior capacidade de carga, passando de 13 para 26 toneladas, os de rações e de 3.131 para 7.178 cabeças os caminhões de aves no novo modelo de produção (FRANÇA; SOUZA; MORAES, 2007).

Com base nesse conjunto de mudanças, é possível inferir que houve grandes vantagens para a empresa no que concerne: à concentração da distribuição de aves e rações e da coleta de aves no momento do abate, reduzindo seus custos (mesmo que não se possa dizer a quantidade por não se ter acesso a esses dados da empresa) por estarem em menor número de propriedades; à redução do número de contratos de integração, gerando menos burocracia e despesas de material; ao acesso à matéria-prima para produção de rações, uma vez que as unidades estão inseridas em área de grande produção de grãos, entre outras, que poderão ser analisadas em trabalhos futuros.

Sempre é bom relembrar que, se ocorre um redimensionamento e uma (re)locação espacial das unidades industrias das agroindústrias em Santa Catarina e no Brasil, tudo isso está em consonância com a ampliação do mercado exportador de carnes que o país está alcançando e buscando ampliar cada vez mais. Contudo, se as agroindústrias continuam expandindo-se no país e concentrando suas atividades, o

---

[130] O uso de mão-de-obra assalariada nesta atividade não é necessariamente uma novidade. Em viagens de estudo no Oeste Catarinense, desde meados da década de 1990, constatou-se a migração de pessoas, incluindo famílias inteiras que, sem possibilidades financeiras de investir em suas propriedades, migraram para o Norte de São Paulo, mais especificamente em Nuporanga e outros municípios próximos, para trabalhar como assalariados na criação de aves poedeiras e de corte. A referida cidade tem uma unidade da Seara/Cargill.

Estado continua tendo considerável participação como propulsor das condições gerais de produção para as grandes empresas do setor, via financiamentos e concessões diversas, como apontado anteriormente.

Já para as empresas, suas escalas produtivas e consumidoras têm sido variadas e crescem a cada nova década e a cada ano. A produção catarinense e brasileira de aves e suínos já têm como mercado consolidado nos Estados Unidos, Japão e União Européia. Contudo, outros países, especialmente os chamados emergentes, como a China, estão sendo apontados como futuros e próximos grandes consumidores segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC). Essa mudança do "Onde" da agropecuária, na indústria e do comércio, ou seja, da produção, industrialização e consumo de produtos de carnes, possibilita favorecer os produtores brasileiros e, sobretudo, as grandes agroindústrias.

4.2.4 A força de trabalho nos frigoríficos: a saúde dos trabalhadores na produção agroindustrial

Os problemas de saúde em trabalhadores envolvidos no processo de produção agroindustrial de carnes nas grandes empresas têm aumentado e mesmo sido motivo de denúncias, manifestações em atos públicos. As causas das doenças estão ligadas a superexploração e ao ritmo intenso de trabalho nos frigoríficos. Essa aceleração no ritmo de trabalho tem causado a multiplicação de lesões por esforço repetitivo (LER), além de outras doenças e problemas como acidentes de trabalho, inclusive com vítimas fatais.[131] Os trabalhadores com apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da

[131] O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação (Contac/CUT - Central Única dos Trabalhadores) e coordenador do Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST), Siderlei de Oliveira, manifestou-se em relação a uma vítima fatal de acidente de trabalho na empresa Seara/Cargill (MS) e acidentes de trabalho diversos em diferentes unidades industriais da empresa no Brasil. Salienta a necessidade de ações e fiscalizações mais rigorosas, envolvendo os Ministérios do Trabalho, da Saúde e da Previdência nas indústrias que têm causado o aumento lesões e mutilações de seus trabalhadores por meio da superexploração e da intensidade do ritmo de trabalho (SEVERO, 2007).

Alimentação defenderam a aprovação da MP 316[132] para combater a subnotificação dos acidentes de trabalho e garantir seus direitos.

A sobrecarga de trabalho, com lesões e mutilações pelo esforço repetitivo, pode ser constatada no aumento da produção das empresas sem ocorrer contratação de mais trabalhadores. Como exemplo, pode-se citar o abate de 277 milhões de aves em 2005, na empresa Seara/Cargill, 14 milhões a mais que no ano de 2004, sem novas contratações de um ano para o outro (Contac *apud* SEVERO, 2006, p. 43).

Os casos de lesões em trabalhadores de agroindústrias foram tema de debate em audiência pública na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, anualmente[133], mostrando não apenas a importância do fato em si, mas igualmente a relevância da atividade agro-industrial no estado. De modo semelhante ao que ocorreu em outros estados brasileiros, os trabalhadores catarinenses também têm sido vítimas de doenças causadas pela sobrecarga e intensidade de trabalho na referida agroindústria de carnes. Na audiência, um dos deputados catarinenses[134] salientou ter havido um aumento considerável da carga de trabalho nos frigoríficos. Isso teria feito crescer o número de trabalhadores precocemente inutilizados ou que passam longos meses em tratamento médico.

---

[132] MP 316 - Medida Provisória n° 316, assinada pelo Governo Federal em 11/08/2006. A MP determina que o trabalhador vítima de acidente no trabalho ou que apresente doença relacionada à sua atividade passa agora a ter o nexo ocupacional (relação entre a doença e o trabalho) automaticamente estabelecido e é afastado por Auxílio-Doença por Acidente do Trabalho (B-91). Caso a empresa não concorde, ela terá de provar que o trabalho não é a causa da doença ou acidente. Ou seja, está invertido o chamado ônus (obrigação) de provar. Antes da MP 316, quando a empresa não emitia a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), o trabalhador era afastado por "doença comum" (B-31), implicando a interrupção do contrato de trabalho e no não-recolhimento do FGTS, além de outras perdas (DIVS/SES/SC, 2007).

[133] As Audiências Públicas na ALESC: dia 28 de abril de 2004, com cerca de 600 pessoas, denunciava e alertava as autoridades públicas sobre o aumento das doenças profissionais (LER, o Estresse, o Assédio Moral, principalmente) entre os trabalhadores catarinenses; no dia 25 de abril de 2005, com o tema: Trabalho para Viver, não para Morrer, com mais de 1.200 pessoas; outra no dia 04 de agosto de 2006 (FETIESC - Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina).

[134] Dionei Walter da Silva (PT), autor do Projeto de Lei que dispõe sobre normas de proteção à saúde do trabalhador em empresas de abate de industrialização de carnes (apud SEVERO 2006, p. 42).

Nesse sentido, foi elaborado um Projeto de Lei 300/2006 propondo a implementação de uma rotina de intervalos a cada período trabalhado para a realização de alongamentos; a instalação de delimitadores da velocidade, em limites suportáveis, em todos os mecanismos como esteiras e correias (*nórea*) que compõem as linhas de produção e a colocação de mecanismos físicos (tacógrafos) para a fiscalização da velocidade de funcionamento imposta aos trabalhadores, especialmente no abate de aves (SEVERO 2006).

É sabido que o trabalhador está na empresa para vender sua força de trabalho. No entanto, parece contraditório o próprio trabalhador estar afastado de seu emprego justamente porque, estando doente, já não consegue liberar sua força. E o pior, doente por excesso de trabalho. A pesada jornada e de ritmo intenso tem comprometido inúmeros trabalhadores de frigoríficos no Brasil. Essa situação parece acontecer especialmente em agroindústrias onde as más condições de trabalho, como aquelas relacionadas aos ambientes de temperaturas extremas (alta ou baixa), velocidade e sobrecarga de trabalho em frigoríficos afetam sobremaneira a saúde dos trabalhadores.

Ao preencherem um cadastro de emprego em uma agroindústria, os trabalhadores necessitam passar por testes físicos e mentais. Assegurado de que esses trabalhadores podem lhe oferecer sua força de trabalho, a empresa admite-os. Ao longo do tempo, no entanto, esses trabalhadores internalizam em seu cotidiano um ritmo de trabalho desabituado ao seu organismo. A conseqüência disso, que não é percebida de imediato, vai aparecendo aos poucos e de formas diversificadas. Dores de cabeça, tensões musculares, febres já não são considerados motivos suficientes para interromper o ritmo de trabalho imposto pelas "máquinas da empresa".

Nesse sentido, o presidente da Contac[135] cita casos em que empregados de uma grande agroindústria foram expostos a más condições de trabalho. Um funcionário (JPO, 39 anos) trabalhou 14

[135] Siderlei de Oliveira, em uma manifestação diante de uma das unidades frigoríficas da Seara/Cargill, no dia 21/09/2007, em Sidrolândia (MS).

meses na fábrica e teve problemas no braço direito por conta de LER. O trabalhador foi despedido alguns meses antes de um colega morrer dentro do frigorífico. Conforme essa entidade, cerca de 65% dos trabalhadores da referida unidade industrial do MS apresentam sintomas de doenças sendo, no entanto, "obrigados a continuar o trabalho". Em situações semelhantes, em Santa Catarina, oito pessoas foram demitidas porque não suportaram trabalhar em temperaturas abaixo de zero por muitas horas seguidas: "Eles saíram por alguns minutos para tomar sol e a empresa os dispensou por justa-causa". Esses são casos que expressam um pouco da realidade de trabalhadores de agroindústrias de carnes. Assim como ocorre no MS, no Sul e Norte de Santa Catarina, esses problemas também são comuns no Oeste do estado, onde há a maior concentração de frigoríficos.

Segundo a Anasps[136] (2003), no ano de 2002, cerca de 380 mil pessoas sofreram acidentes de trabalho no Brasil, considerados somente aqueles em trabalhos formais. Foram ainda registradas aproximadamente 2.900 mortes por acidente de trabalho no Brasil, sendo o 10º lugar dentre os 32 países analisados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além disso, há que se considerar a ocorrência da subnotificação, ou seja, nos casos em que os acidentes não são comunicados, notificados por serem considerados menos graves. A Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT) deveria ser efetuada, independentemente da gravidade do acidente, alerta a Anasps.

Naquele mesmo ano (2002), 88% dos acidentes ocorreram dentro das empresas, durante o trabalho. Os mais atingidos foram trabalhadores com idade inferior a 30 anos, somando 120 mil pessoas. Depois de São Paulo, Santa Catarina é o estado com maior índice de acidentes de trabalho. Porém, se for considerada a relação entre o total de acidentes e o número de trabalhadores, Santa Catarina apresenta os maiores índices. Ou seja, a cada 100 trabalhadores, 2,6 sofreram

[136] Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social (ANASPS) (2003).

acidentes em Santa Catarina, enquanto para São Paulo o índice é de 2,2. Dentre os acidentes, aqueles que prejudicam os punhos e as mãos são os mais freqüentes, especialmente LER.

Nesse caminho, a precarização das condições de trabalho e os mecanismos ilegais encontrados pelas empresas para reduzir os custos e aumentar a produção colaboram para a elevação desse número cada vez mais. Conforme dados do Observatório Social[137], em torno de 500 mil pessoas acidentaram-se e 2.708 morreram no Brasil em 2005, por causa de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. No mundo, o número chega a cinco mil mortes por dia em função de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho (OIT *apud* Observatório Social, 2006). A indústria, serviços e agricultura são os setores mais perigosos, e a maioria da força trabalhista mundial não possui segurança preventiva, serviços médicos nem mesmo compensação para acidentes ou doenças.

Apesar de ocorrer uma estagnação e até redução das vítimas fatais nos últimos anos, os acidentes e doenças continuam aumentando em todo o país. Os acidentes são mais fáceis de serem notificados, pois podem ser vistos, o que não acontece com as doenças que surgem lentamente e nem sempre são diretamente relacionadas ao trabalho. Os acidentes mais freqüentes em 2005 – 33% do total – também estiveram relacionados aos ferimentos e lesões de punho e mão. Nas estatísticas, as doenças representam apenas 6,1% do número de acidentes registrados. Entre as principais doenças estão: asma ocupacional, LER/DORT, perda auditiva induzida pelo ruído, pneumoconiose e distúrbios mentais.[138]

---

[137] O Instituto Observatório Social é uma organização que analisa e pesquisa o comportamento de empresas multinacionais, nacionais e estatais em relação aos direitos fundamentais dos trabalhadores. Esses direitos estão assegurados, principalmente, nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que tratam da liberdade sindical, negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação de gênero e raça, meio ambiente, saúde e segurança ocupacional. (http://www.observatoriosocial.org.br).

[138] Asma Ocupacional – Adquirida por meio da inalação de poeira de materiais como algodão, borracha, couro, sílica, madeira vermelha, etc. Dermatoses ocupacionais – Causadas por contato com agentes biológicos, físicos e químicos, principalmente. Ocorre alteração da pele e mucosas. LER/DORT (Lesão por Esforço Repetitivo/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho) - Decorrentes de problemas com o local de trabalho e com os movimentos repetitivos. Perda auditiva

As doenças mais notáveis em trabalhadores de empresas agroindustriais são, principalmente, relacionadas aos problemas respiratórios e de circulação sangüínea pela exposição dos trabalhadores às baixas temperaturas e as LER/DORT. Há de se pensar ainda que parte considerável das pessoas que contraem essas doenças é impossibilitada definitivamente de retornar a sua função ou ao trabalho. Com o afastamento ou demissão da empresa e sentindo-se incapacitado, o trabalhador pode entrar em depressão.[139] Não obstante, há ainda outra constatação: a maior incidência de LER/DORT ocorre entre as mulheres. Conforme a Fetiesc (2004), dentre os trabalhadores catarinenses, para cada dez casos com LER/DORT, oito são mulheres.

De acordo com a Fetiesc (2004), um grande frigorífico em Capinzal, ao contratar novos trabalhadores, necessitou recrutar pessoas de outras cidades. O motivo alegado foi a escassez de pessoas jovens que estivessem em pleno gozo de sua saúde para iniciar suas atividades no frigorífico.

A precariedade do acompanhamento das doenças dos trabalhadores e a morosidade dos processos de investigação diagnóstica, muitas vezes, prolongam sobremaneira a exposição do trabalhador às situações de trabalho causadoras das lesões, permitindo seu agravamento.

O direito à informação sobre a saúde, o acesso e o repasse de informações aos trabalhadores, principalmente quanto aos riscos nos processos e ambientes de trabalho, e as que dizem respeito direto à prevenção e promoção da qualidade de vida[140] deveria ser prática cotidiana das empresas. Não é o que foi constatado em um trabalho de

---

induzida pelo ruído (PAIR) – Diminui gradativamente a audição dos trabalhadores por exposição continuada a níveis muito elevados de ruído. Pneumoconioses – Doenças pulmonares ocasionadas pela inalação de poeiras químicas como da sílica e dos asbestos, que causam silicose e asbestose. Distúrbios mentais – Mais difíceis de detectar e principalmente de relacionar ao trabalho, podem ter ligação com diversas circunstâncias (FRANCO, 2006, p.4-11).

[139] Mário César Ferreira, doutor em ergonomia do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (Unb). Entrevista em O Globo, explica que à medida que o trabalhador vai se sentindo incapacitado, excluído, começa a ter o que os psicólogos chamam de vivência depressiva (O Globo, 03 julho 2005).

[140] Portaria nº3.908, de 30 de outubro de 1998, que aprova a NOST/SUS – Norma Operacional Básica de Saúde do Trabalhador apud Niero (2000).

Niero (2000) que acompanhou diferentes relatos de trabalhadores atendidos no Ambulatório de Saúde do Trabalhador do Hospital Universitário da UFSC (HU) de Florianópolis.

Dentre os exemplos, a autora relata o histórico de um trabalhador de 35 anos, do município de Concórdia, SC. Ele trabalhou em granjas de aves e suínos. Trabalhava com herbicidas para limpar as ervas daninhas ao redor da granja e com "desinfetantes" para ninhos e ovos, causando intoxicação. Depois, foi ajudante de produção de agroindústria durante cinco anos. Havia sido demitido da empresa, mesmo após os exames demissionais terem indicado sérios problemas de saúde como função hepática alterada e diminuição dos glóbulos brancos; abatido, emagrecido, com dificuldade de articulação das palavras e com dores abdominais, causados pelos produtos químicos manuseados pelo trabalhador. Mesmo assim, ele havia sido considerado "apto" no exame médico. Ao ser atendido no HU, foi solicitado um CAT à perícia do INSS de Concórdia, o qual foi negado. Posteriormente, foi confirmado o médico era o mesmo que havia demitido o trabalhador da empresa, trabalhava no INSS e na agroindústria ao mesmo tempo. Com outras tentativas e acompanhamento médico e judicial, o trabalhador recebeu as informações necessárias e também foi reintegrado à empresa agroindustrial com direito aos benefícios previdenciários (NIERO, 2000, p. 84-85).

A autora sustenta que, quando os trabalhadores da economia formal são encaminhados para fazer o registro das ocorrências, muitos deles expressam, verbalmente, que não gostariam de fazê-lo porque, na seqüência, vem a demissão. Em situações como essa, os atestados médicos são recusados pelas empresas e, muitas vezes, os trabalhadores seguem sob pressão até ser expirado o prazo da garantia legal de emprego. Quando, "não raro, são dispensados na vigência deste ou mesmo em afastamento pela perícia médica do INSS. Nestes casos, não resta outra alternativa ao trabalhador senão a via judicial" (NIERO, 2000, p. 85; 99).

No ano de 2003, em anúncio da revista AVICULTURA INDUSTRIAL (26/11/2003): “Empresa grega processa 9 mil frangos por hora com uma nórea de 4 mil metros de comprimento”. Essa notícia apresentava a novidade naquele ano quando a tecnologia permitia uma empresa grega processar 2,5 frangos/segundo.

No entanto, cinco anos depois, tem-se no Brasil, mais especificamente no Oeste catarinense, uma produção nada desprezível se comparada à produção grega de 2003. Atualmente, frigoríficos dessa região estão abatendo oito mil frangos/hora, o que significa 2,2 frangos/segundo. Subentende-se assim que as mais modernas tecnologias utilizadas mundialmente no processamento de carnes são rapidamente absorvidas pelas agroindústrias catarinenses, tendo em vista a constante busca do concorrido mercado de exportação.

Assim, a redução do ritmo e da jornada de trabalho, a garantia do emprego, retirando as mulheres grávidas das áreas insalubres, e o encaminhamento à seguridade social dos trabalhadores lesionados fazem parte das reivindicações que os trabalhadores das indústrias catarinenses têm buscado junto a sua classe representante e às instituições públicas, como a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina[141].

Ao contrário do que argumenta a Contac, não é apenas uma empresa agroindustrial no país e em Santa Catarina que tem pressionado seus trabalhadores para uma maior produtividade, sem considerar os prejuízos na saúde dessas pessoas. Além das empresas que atuam no Sul e no Norte do estado, aquelas localizadas no Oeste também agem de forma semelhante.

De acordo com entrevistas realizadas com funcionários das maiores e diferentes empresas agroindustriais de Santa Catarina, duas em Chapecó, uma em Quilombo, uma em Concórdia e outra em Videira, o ritmo do trabalho no abate de aves tem aumentado a cada ano. E esse aumento tem causado mais lesões nos funcionários:

---

[141] Rever Bussanello (2005) e Iglesias (2007).

> No início do abate de aves no município eram abatidas 3 mil aves por dia. Depois passou para 7 mil, agora abatemos 8 mil aves por dia. Ou seja, abatemos 133 aves por minuto. Até já experimentaram ver se conseguiam com que abatêssemos 10 mil aves/hora, o que significaria 166 aves por minuto. Mas então viram que não tem condições, que é impossível. Será que eles (agroindustriais) não percebem que nós não somos máquinas? Não conseguimos acompanhar o ritmo das máquinas do frigorífico, é demais rápido, não adianta (ENTREVISTADO 06).

Dentro dos frigoríficos, ocorre "forte pressão" para não haver desperdício de tempo, "o tempo todo". A cada seção de produção, como na evisceração e sala de cortes (Figura 9), há um funcionário chamado de "ronda" que vigia os trabalhadores em todas as suas atividades de forma permanente. Essa vigilância torna-se, por vezes, "insuportável".

A constante vigilância dentro dos frigoríficos em questão remete a atenção para a teoria de Foucault em Vigiar e Punir (1977). Nessa obra, o autor argumenta que os princípios trazidos pela disciplina são constituídos pelo método de adestramento dos corpos: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame.

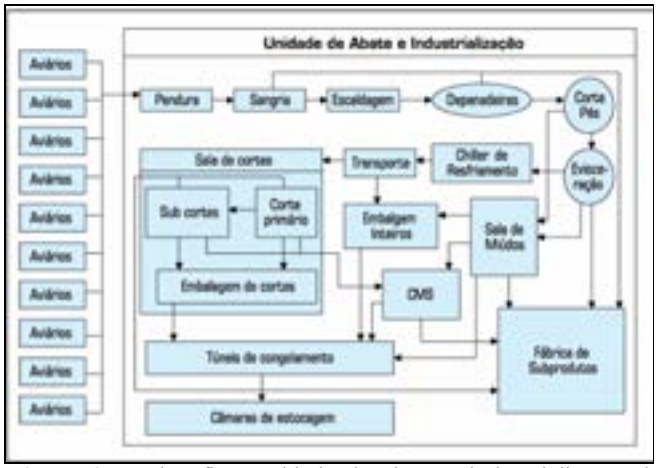


FIGURA 9 – Frigorífico: unidade de abate e industrialização de aves. Fonte: Cassel, Antunes Jr. e Oenning (2006, p. 253).

A primeira, a vigilância hierárquica, existiria como um sistema de poder sobre o corpo alheio. Integrado por redes verticais de relações de controle, exercidas por dispositivos/observatórios que obrigam pelo olhar. Por meio de técnicas de ver que operam sobre a completa visibilidade dos submetidos, são produzidos efeitos de poder, como ocorre nas fábricas, por exemplo. Permite o controle contínuo dos

processos de produção e, assim, funciona como operador econômico inseparável do sistema de produção, da propriedade privada e do lucro.

Já a chamada sanção normalizadora existe como um sistema duplo de recompensa (promoção) e de punição (degradação), instituído para corrigir e reduzir os desvios. Acontece especialmente mediante micro-penalidades baseadas no tempo (atrasos, ausências), na atividade (desatenção, negligência) e em maneiras de ser (grosseria, desobediência), fundadas em leis, programas e regulamentos, em que a identidade de modelos determina a identificação dos sujeitos. Por fim, o exame representa a conjugação de técnicas de hierarquia (vigilância) com técnicas de normalização (sanção), em que relações de poder criam o saber e constituem o indivíduo como efeito e objeto de relações de poder e de saber (FOUCAULT, 1977, p. 150-172).

Os efeitos positivos da prisão, produzidos mediante o investimento do corpo por relações de poder e definidos como estratégia das classes dominantes para criar docilidade e extrair utilidade das forças corporais, indicam, segundo Santos (2006, p.297), "o modo de atuação da ideologia de submissão de todos os vigiados, corrigidos e utilizados na produção material das sociedades modernas".

Nesse sentido, a relação de vigilância na sociedade, pode ser percebida em atividades industriais atuais, como em uma agroindústria, por exemplo. Em seus frigoríficos, a vigilância é efetuada diretamente por um funcionário selecionado, de confiança da empresa, o chamado Ronda. Este exerce o poder da empresa por meio de palavras e punições aos funcionários subalternos dentro das unidades produtivas, no caso, frigoríficos. Sua condição de "superioridade" contrasta, assim, com a submissão vigiada e corrigida dos demais funcionários durante todo o tempo no processo produtivo. Já a extração das forças corporais pode ser expressa na quantidade de horas trabalhadas e no reduzido tempo de intervalo dos funcionários. No depoimento que segue, é possível ilustrar as duas situações em realidades de grandes empresas no Oeste, dentro de seus frigoríficos:

> O nosso trabalho é intenso, de verdade. Das 8 horas de trabalho, temos apenas 40 minutos para a refeição (janta ou

> almoço, depende o turno de trabalho), 3 minutos de pausa para ir ao banheiro (ir ao banheiro significa tirar o avental e as luvas, ir ao banheiro, fazer as necessidades, voltar, colocar novamente o avental e as luvas) e 5 minutos de intervalo para ginástica. Não são todos os dias que fizemos ginástica, os alongamentos. E se você demorar segundos a mais, o Ronda já vem perguntar o que houve? Por que atrasou? Onde estava? O que estava fazendo? É assim, essa é a nossa realidade dentro do frigorífico, o tempo todo assim (ENTREVISTADO 7).

Fica evidente que o conceito de disciplina de Foucault, definido pelas técnicas de controle e sujeição do corpo com o objetivo de tornar o indivíduo dócil e útil (capaz de fazer o que e como se quer), representa uma teoria materialista da ideologia nas sociedades capitalistas. Esta, implementada com o objetivo de separar o poder do sujeito sobre a capacidade produtiva do corpo, se torna necessária para a subordinação do trabalhador assalariado ao capital (SANTOS, 2006).

Assim submetido, o assalariado irá permanecer na empresa até o momento em que estiver em condições de oferecer sua força de trabalho, sendo útil, possibilitando a produção e o lucro para a empresa. Quando, por "acaso" ele adoecer ou por outro motivo – idade avançada, gravidez, requerimento de melhores condições de trabalho por meio de mobilizações etc. – não interessar mais para a produção e o lucro da empresa, o funcionário é demitido, sem qualquer preocupação por parte da empresa:

> Como um outro tipo de escravidão, essa é a nossa condição: exigem que se trabalhe mais do que o teu organismo poderia suportar (ENTREVISTADO 1).
> Uma colega esteve doente com LER, com o antebraço inflamado. Ela ficou afastada algumas semanas tentando se recuperar. Quando acabou o prazo de afastamento, mesmo sem ela poder trabalhar voltou à empresa, mas foi demitida (ENTREVISTADO 2).

O trabalho demasiadamente intenso dentro dos frigoríficos é realidade vivenciada por milhares de trabalhadores catarinenses, especialmente no Oeste (nos municípios de Quilombo, Chapecó, Xaxim, Guatambu, Seara, Concórdia, Capinzal e Videira). Esses trabalhadores, muitas vezes, deslocam-se de outros municípios para trabalhar nas unidades frigoríficas localizadas nos municípios citados. Deslocam-se diariamente de suas residências, viajam, em sua maioria, de ônibus por

distâncias diversificadas que variam de oito ou 10 km até 100 km. Conforme um entrevistado, estar trabalhando na empresa é uma questão de necessidade, não de escolha:

> O pior é que a gente – muitas pessoas – sabe disso, sabe dessa situação de escravidão. Mas o que fazer, se este trabalho no frigorífico é a única possibilidade de emprego no município? Eu ainda moro aqui, na cidade. E aqueles que nem têm emprego no próprio município como eu tenho, têm que viajar por duas ou três horas de ônibus todo dia para vir trabalhar, enfrentar estrada e depois o trabalho? Não é fácil (ENTREVISTADO 5)!

Se a carência do trabalho existe e se há, para isso, a necessidade de despender certo esforço, tudo isso é normal em qualquer atividade de produção. No entanto, deve haver um limite de esforço e um ritmo de trabalho suportável para pessoas envolvidas. O empenho em atividades repetitivas e o não-cuidado da saúde de seus funcionários são um risco sério e uma realidade dos frigoríficos do Oeste de Santa Catarina. Constatou-se, em pesquisa na região, a imprudência de representantes administrativos no que tange aos seus Recursos Humanos[142]. Os relatos de casos omissos constam, infelizmente, da realidade no ano de 2007:

> Dentro do frigorífico temos uma colega com câncer já diagnosticado por um médico fora da empresa. No entanto, o médico da empresa continua dizendo simplesmente que a doença é apenas 'coisa da mente dela' e ela tem que continuar trabalhando. Esse médico trabalhava no hospital do município e era ótimo profissional. Agora o frigorífico o contratou para trabalhar também com a empresa e ele já não parece mais o mesmo médico de antes (ENTREVISTADO 3).

O entrevistado relata que um dos atuais médicos da empresa atuava anteriormente no hospital do município. A partir do momento em que passou a atuar também na empresa, começou a defender os interesses da empresa e não mais os dos pacientes como ocorria anteriormente à sua contratação:

> Agora até parece que ninguém mais fica doente, que todo mundo está bem e que pode trabalhar. [...] Antes de entrar na empresa ele diagnosticava, falava dos problemas que realmente a gente tinha. Agora, a gente continua com os mesmos problemas e ele diz que a gente não tem nada. Então já sabemos que se quisermos realmente descobrir o problema de saúde, não adianta procurar o médico da empresa, nem dentro da empresa, nem lá no hospital. Devemos procurar um outro

[142] Os recursos humanos estariam entre os demais recursos utilizados pelas empresas, como recursos hídricos, energéticos, matéria-prima, etc.?

> que não esteja ligado aos interesses da empresa. A realidade é que o médico simplesmente está defendendo os interesses da empresa e não está se preocupando com a saúde do trabalhador, a nossa saúde (ENTREVISTADO 4).

A omissão em relação à saúde e aos problemas de saúde dos trabalhadores é saliente na região onde atuam os frigoríficos de carne, especialmente no abate de aves do Oeste de Santa Catarina. No entanto, a omissão pode e deve também ser atribuída ao poder público, especialmente às prefeituras municipais. Estas, que tanto incentivam a instalação dos frigoríficos em seus respectivos municípios, por meio de isenção de impostos, concessão de terrenos, entre outros, necessitam apresentar um mínimo de acompanhamento e/ou preocupação com sua população trabalhadora.

Nos frigoríficos, a atenção deveria ser redobrada e não menosprezar ou ignorar seus problemas. No processo produtivo, o trabalhador passa a ser como "qualquer outro" produto descartável. É o que parece estar acontecendo nos estabelecimentos de processamento de carnes no Oeste de Santa Catarina, em mais um relato de um representante de um frigorífico no abate de aves ao funcionário que reclamava suas dores: "Não está bem? Não está contente? Vá embora, tem gente esperando lá fora para trabalhar no seu lugar".

Este item do trabalho teve a finalidade de chamar a atenção para uma realidade que é omitida: pelas empresas – pois este é o seu pior aspecto, a falta de cuidado e respeito com os trabalhadores, a desumanização; pelo poder público – há interesses na manutenção das empresas no município, elas são sinônimas de arrecadação de impostos; pelos próprios trabalhadores: sem opção de um outro trabalho submetem-se aos esforços, às dores, até as últimas conseqüências. Essa submissão inclui o silêncio. As pessoas não falam abertamente sobre o assunto, com medo de serem repreendidas pela empresa, com temor da demissão.

No entanto, há a necessidade de estudos mais aprofundados que possam servir de base para os diferentes segmentos do poder público

tomarem conhecimento – se já não o tem – e agirem no sentido de prevenção.

Apesar de o INSS indicar que está havendo maior proteção do empregado em Santa Catarina, com um acréscimo médio de 20% ao mês na concessão de benefícios por auxílio-doença acidentário, ainda são elevados os dados de ocorrência de acidentes de trabalho.

Em comparação com outras regiões produtivas do estado, a de abrangência de Chapecó (produção agroindustrial), está em segundo lugar no número de ocorrências benefícios de auxílio-doença por acidente do trabalho, aposentadoria por invalidez, pensão por morte e auxílio suplementar por acidente do trabalho com 7,5 mil; atrás de Criciúma, com 9,6 mil (doenças pulmonares – carvão) e é seguido por Blumenau (indústria têxtil), com 7,1 mil (MPAS/AgPREV, 2007).

4.2.5 Mão-de-obra para a agroindústria: empregos disponíveis e formação universitária

Na Mesorregião Oeste Catarinense, é possível encontrar mão-de-obra com pouca ou sem especialização para atender à demanda das empresas agroindustriais da região, como ocorre com a maioria dos funcionários que trabalham nos frigoríficos. Contudo, mesmo considerando essa possibilidade, a pesquisa aponta para situações nas quais as empresas recorrem à contratação de mão-de-obra vinda de municípios do Rio Grande do Sul, conforme antecipado. Não obstante, a necessidade de contratação de mão-de-obra externa não se restringe àqueles empregos que precisam baixa qualificação. Verificou-se uma carência de trabalhadores especializados para atender às diferentes áreas das agroindústrias, desde o início até o final do processo produtivo de carnes.

Os trabalhadores não especializados, ao iniciarem seu trabalho nos frigoríficos, recebem treinamento para manipulação de alimentos. Esse treinamento é fornecido pelas próprias empresas e, em alguns

casos, com apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). No Oeste do estado, o Senai possui diversas unidades nas cidades com indústrias frigoríficas, como em Chapecó, Concórdia, Capinzal, Xanxerê, Videira, Caçador e São Miguel do Oeste. Nessas cidades, o Senai desenvolve formações direcionadas, dentre as quais se destacam os cursos técnicos na área de alimentos, informática, metal-mecânica e eletrônica.

No entanto, apesar da qualificação técnica fornecida pela empresa, outras atividades mais especializadas necessitam ser desenvolvidas por profissionais especializados em diferentes áreas do conhecimento. Nesse caso, há a necessidade de as empresas contratarem especialistas de outras cidades distantes e mesmo de outros estados do Brasil. Nessa linha, incluem-se as especialidades das áreas de engenharia (Química, Alimentos, Mecânica, Elétrica, Civil), Veterinária, Medicina, Enfermagem, Administração e ainda Técnica de Segurança do Trabalho. O número desses especialistas contratados por empresa pode chegar a 30 por unidade industrial.

Com base nos dados obtidos com as empresas, foi possível identificar quais são as áreas que demandam especialistas vindos de outras cidades de Santa Catarina e de outros estados. Assim, as áreas de Engenharia (Química, Alimentos, Mecânica, Elétrica, Civil), Veterinária, Medicina, Enfermagem, Administração e Técnica de Segurança do Trabalho, dentre outras, foram as mais apontadas como sendo ocupadas por profissionais externos à Mesorregião Oeste. De acordo com as empresas Perdigão, Sadia e Aurora, esses profissionais são vindos principalmente de outros estados, com destaque para o Rio Grande do Sul.

As empresas apontaram possuir entre nove e trinta profissionais de outros estados atuando em suas unidades industrias. A Perdigão de Capinzal afirmou empregar cerca de 30 trabalhadores especializados de diversos estados do país. A Aurora de Quilombo, Maravilha e Chapecó, bem como as unidades da Sadia de Chapecó e de Concórdia, também possuem profissionais de outros estados. Em todos os casos, foi

apontada a existência predominante de profissionais cuja origem são os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Considerando a necessidade das empresas buscarem trabalhadores especializados para atuar na região, buscou-se associar essa informação com a existência de vagas de empregos em *sites* especializados[143] para fazer uma comparação entre ambas. Para tanto, procurou-se identificar quais eram as vagas de empregos disponíveis nas cidades cujas maiores empresas agroindustriais possuem unidades no Oeste do estado de Santa Catarina.

O resultado obtido com a busca esteve em conformidade com os dados conseguidos nos questionários aplicados nos diferentes municípios e empresas. Em Chapecó, os tipos de empregos aparecem bastante variados, alguns diretamente relacionados às atividades agroindustriais, outros direcionados às diferentes atividades profissionais oferecidas pelo município; foi a maior diversidade encontrada. Dentre os distintos empregos, aparecem, por exemplo, vagas para projetista desenhista para indústria e comércio de equipamentos frigoríficos e operador de rede de teleprocessamento para uma empresa prestadora de serviços de rastreamento.

Esta última é uma atividade relativamente recente que parece não estar relacionada à agroindústria. No entanto, a empresa Aurora está implementando um sistema de rastreamento de seus produtos de origem animal – avicultura e suinocultura e leite – desde o produtor até o consumidor, o sistema denominado rastreabilidade[144] (AVICULTURA INDUSTRIAL, 12/06/2007). Com a implantação do novo sistema,

---

[143] Consideraram-se três sites para a pesquisa (http://www.jobrapido.com.br; http://www.catho.com.br/ e http://www.curriculum.com.br), pois foram os que mais apresentaram detalhamento dos dados da empresa contratante (ramo, descrição sumária, porte, nacionalidade) e da vaga de emprego (título, data da entrada, quantidade, descrição, observações, faixa salarial, cidades). Além disso, abaixo de cada vaga de emprego, aparece uma pesquisa salarial de cada formação específica solicitada pela vaga solicitada.

[144] Segundo os padrões internacionais (ISO 8402), rastreabilidade é definida como a habilidade de descrever a história, aplicação, processos ou eventos e localização, de um produto, a uma determinada organização, por meios de registros e identificação. No caso de animais, o objetivo da rastreabilidade é permitir, rapidamente, o acesso do histórico do produto e de seu processo de produção, desde sua origem no campo até à mesa do consumidor, atuando como um dos mecanismos na segurança alimentar da população (SYSRASTRO, 2007).

surgem novas possibilidades de emprego na cidade onde a empresa prestadora desse serviço passa a atuar, no caso Chapecó.

Além dessas vagas, aparecem os *trainees*[145] em diversas áreas, algumas diretamente associadas às atividades de produção agroindustrial. Dentre os *trainees* que a cidade necessita, estão os de engenharia química, administração de empresas, tecnologia de alimentos, engenharia elétrica, engenharia de alimentos, engenharia de manutenção industrial e engenharia de segurança no trabalho. Outros empregos são das áreas de tecnologia da informação, comércio em geral, farmácia, serviços gerais.

Já em outras cidades da região em que existem agroindústrias, percebe-se que os empregos disponíveis estão predominantemente ligados às atividades das empresas agroindustriais lá instaladas. Em Itapiranga, por exemplo, vagas para engenheiro ambiental, técnico eletromecânico, técnico de segurança do trabalho e engenheiro mecânico são todas para uma única empresa, a Seara/Cargill.

Em Capinzal, de modo semelhante, a Perdigão, busca médico do trabalho que atua com medicina ocupacional, realização de exames admissionais, demissionais e periódicos. Em alguns casos, como este, no anúncio do emprego, a empresa ressalta a importância exercida no mercado e sua grandiosidade em número de funcionários além da valorização de seus recursos humanos. Para isso, há um discurso de promoção da "qualidade de vida" da força de trabalho atuante na empresa.

---

[145] Trainee (do inglês "training" ou treinamento) é um tipo de cargo em uma empresa em que o desenvolvimento profissional do funcionário é incentivado, especialmente jovens executivos recém-formados com duração de 1 a 3 anos. No período, o funcionário tem um tutor, recebe treinamentos e participa de cursos voltados à gestão de sua carreira, conhecimento de processos de uma ou mais áreas da empresa e à gerência de pessoas. Ao término do período, o funcionário terá um cargo mais alto e conseqüentemente maior remuneração se comparado a um funcionário semelhante que não tenha participado do processo, cuja função é a de preparar melhor o jovem para o mercado de trabalho. Uma das empresas, a Cargill, selecionou candidatos para 10 vagas de trainee 2008, cuja formação superior de, no máximo dois anos, seja nas áreas de Administração, Economia, Ciências Contábeis, Engenharia, Matemática, Estatística, Comércio Exterior e Relações Internacionais. Uma das principais exigências da empresa é o candidato ter a disponibilidade de fixar residência em outra cidade ou Estado (CARGILL, 2007).

Não diferente, em Concórdia, a agroindústria demanda empregados nas áreas de auxiliar de serviços gerais, de engenharias (alimentos, produção, agronomia e química) e medicina veterinária. Em Videira, há emprego para trabalhar em empresa prestadora de serviços de refrigeração industrial e, em Joaçaba, para trabalhar como operador de sala de máquinas e auxiliar administrativo em indústria de abate de suínos. Assim, pode-se verificar que todas as vagas de empregos citadas estavam relacionadas à produção agroindustrial de aves e suínos. Decisivamente, as agroindústrias do Oeste catarinense buscam profissionais mais qualificados para suas indústrias o que denota a necessidade de suprir uma carência local.

É notório que as agroindústrias têm apresentado importante papel no que tange à oferta de empregos nas cidades e municípios onde atuam, sobretudo em cidades onde são únicas ou predominantes fontes de emprego. Pensa-se que é por isso que nas cidades de Itapiranga, Concórdia, Capinzal, Videira e Seara, a oferta de empregos esteve mais diretamente ligada às agroindústrias lá instaladas do que em Chapecó.

Nesta última, por apresentar maior variedade de atividades, a oferta de empregos também aumenta em diversidade. A busca de alguns profissionais, no entanto, reflete a pouca ou insuficiente qualificação dos trabalhadores locais. A maioria dos anúncios de empregos para as citadas cidades é pela busca de profissionais com nível superior, com qualificação em determinados setores da atividade agroindustrial.

Essa situação remete a um outro aspecto de importância econômico-social: a população local e regional serve às agroindústrias em suas atividades menos qualificadas, como força de trabalho de maior remuneração e de maior rotatividade de mão-de-obra por existir em número maior. Por outro lado, a força de trabalho mais qualificada que detém os melhores salários, necessita, muitas vezes, vir de outras cidades ou estados para suprir as necessidades locais.

Nesse sentido, a busca por maiores e/ou melhores especializações da população local também significa a busca por

melhores salários, pelo menos para parte desta, além da melhoria do trabalho da produção, objetivo principal das agroindústrias. Desse modo, buscou-se identificar quais são os cursos disponibilizados pelas instituições de ensino superior à população nas cidades cujas agroindústrias Aurora, Perdigão, Sadia e Seara/Cargill atuam no Oeste catarinense.

Essa região possui aproximadamente 280 cursos superiores espalhados por pouco mais que uma dezena de municípios. Cerca de 40% desse total[146] apresenta sua base de ensino voltada, em grande parte, à formação de profissionais para atuar como agentes do processo produtivo agroindustrial. Os diferentes cursos atendem desde a formação voltada à agropecuária até o gerenciamento e/ou administração de pessoal e dos produtos finais industrializados pela agroindústria.

Em um primeiro grupo pode-se incluir cursos de medicina veterinária, agronomia, ciências agrícolas, zootecnia, engenharia sanitária e ambiental e horticultura, voltados diretamente para a produção de diferentes matérias-primas e/ou manejo agrícola. Já o segundo volta-se à administração (recursos humanos, comércio exterior, marketing, de empresas, pública, gestão em saúde, cooperativismo), gestão (negócios, empresarial, marketing, vendas, de agronegócios, estratégica operacional), design industrial, ciências contábeis, publicidade, propaganda, tecnologia (em gestão comercial, gestão pública, em desenvolvimento de recursos humanos, de representação comercial, de trânsito e transporte, em processos gerenciais, em alimentos, de alimentos química, manutenção industrial), engenharia (de alimentos, química, química industrial de alimentos, industrial, mecatrônica), biotecnologia (industrial, em saneamento ambiental, do empreendimento), secretariado executivo, gestão em fabricação mecânica e em logística.

---

[146] A relação completa dos demais cursos oferecidos no Oeste de Santa Catarina pode ser encontrada no site do Ministério da Educação (<http://portal.mec.gov.br>) e, por meio dele, o acesso a cada uma das instituições de ensino superior.

A maior parte dos cursos citados é voltada para a formação de pessoal que atuará no setor produtivo de carnes e nas próprias agroindústrias ou em outras empresas que dão suporte técnico e especializado para estas. Outro aspecto bastante notável é a oferta de cursos noturnos. Em Itapiranga, por exemplo, dos 12 cursos disponíveis, dez deles oferecem a possibilidade noturna. Destes, cinco cursos são ministrados somente no período noturno. A criação de cursos noturnos deve-se, principalmente, à realidade dos estudantes. Ou seja, se os cursos são oferecidos visando qualificar a força de trabalho das agroindústrias, é importante serem oferecidos em período diferente do qual o estudante trabalha. Outro fator importante é que a maioria deles é direcionada às atividades agroindustriais, desde o processo produtivo de matéria-prima (animais) até a gestão de negócios e marketing.

É interessante notar que a busca por uma formação especializada direcionada ao setor agroindustrial tem se tornado de fato marcante em todo o Oeste do estado como constatado em pesquisa realizada nas instituições de ensino superior.[147] De outro modo, como complementaridade, a busca por qualificação profissional dos funcionários de empresas agroindustriais pode recorrer às instituições de ensino superior locais, como ocorreu em Xanxerê no ano de 2006.

A empresa Aves do Parque Ltda. (Avepar) buscou na Unoesc (Campus Xanxerê), o que chama de parceria para a elaboração de um programa de qualificação profissional de seus "colaboradores-chave" (AVEPAR, 2006). Conforme a própria universidade, a parceria entre a Unoesc e a empresa Avepar iniciou no segundo semestre de 2006, objetivando o desenvolvimento de lideranças gerenciais para atuarem nas diversas funções administrativas da organização empresarial (UNOESCXXE, 2007).

---

[147] A busca das instituições de ensino superior (sites oficiais), nas cidades onde há unidades industriais das empresas Aurora, Seara, Sadia e Perdigão, teve como guia o site do Ministério da Educação (<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/>), no qual se pode acessar também cada uma das instituições com seus respectivos cursos. No caso, foram considerados os cursos de graduação.

Como parte de extensão da Unoesc, a qualificação dos funcionários da referida agroindústria esteve relacionada às áreas de administração empresarial e as aulas ocorreram no próprio campus universitário e com professores dessa instituição de ensino. Essa ação demonstra a inserção do empresariado agroindustrial nas unidades de ensino e pesquisa locais que, nesse caso, ocorreu de forma direta entre o proprietário e funcionários da empresa com a universidade.

Percebe-se que a procura por abertura de cursos superiores que atendam à demanda de empregos local e regional tem sido uma alternativa à necessidade de trabalhadores qualificados para atuar no setor produtivo, especialmente o agroindustrial. Contudo, a não-existência de determinados cursos como Medicina do Trabalho e engenharia (química, mecânica, entre outros), ou mesmo por serem cursos muito recentes na região, faz com que haja a necessidade da contratação de profissionais vindos de outras regiões do estado e outros estados do Brasil.

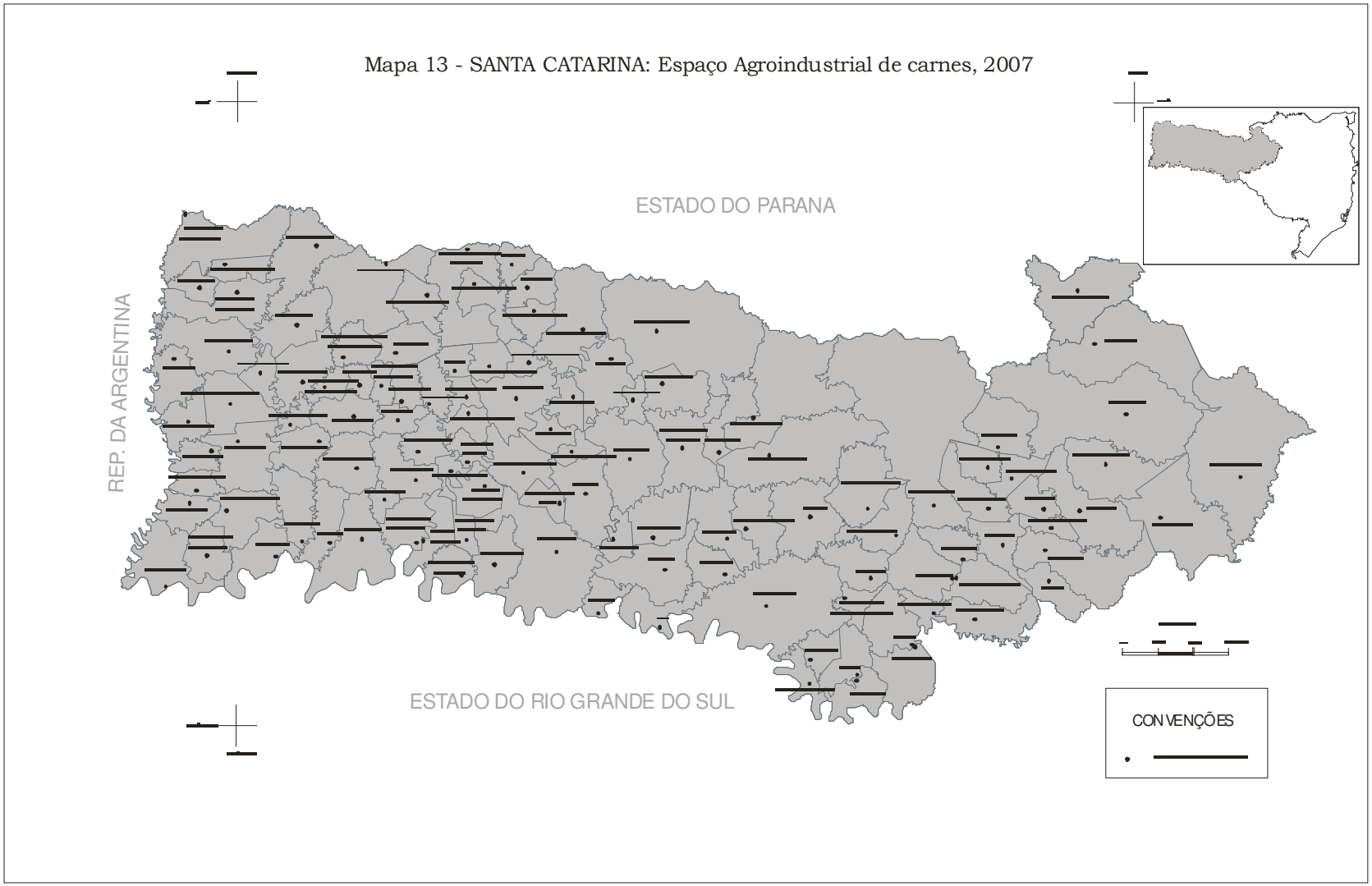
Entretanto, a abertura de novos cursos superiores e novas universidades promove uma maior dinamização tanto na qualificação profissional regional, quanto na estrutura de pesquisa e ensino superior, contribuindo para a existência de outras possibilidades de emprego, especialmente no caso de professores universitários.

E essa dinâmica, juntamente com outras produções da Mesorregião Oeste Catarinense, abordadas no item 4.1.3 desta tese, é indispensável para a ampliação da diversidade regional. Mais do que uma “convivência" necessária (muitas vezes guiada pela agroindústria) algumas indústrias colaboram para uma menor dependência da região agroindustrial de Santa Catarina (Mapa 13) em relação a outras áreas produtoras.

Mais do que isso, outras atividades como fabricação de móveis e as indústrias têxteis são importantes no sentido de suprir parte da mão-de-obra local, que não se encontra inserida no processo de produção agroindustrial, além de representar outras possibilidades de

produção que não seja a produção e industrialização de carnes, criando menor dependência às grandes empresas agroindustriais.

Mapa 13 - SANTA CATARINA: Espaço Agroindustrial de carnes, 2007



FONTE: ATLAS DO IBGE, 2002. DIGITALIZACAO: NAZARENO MARTINS (nazarenomartins@hotmail.com)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interlocução com a empiria acerca de uma das maiores regiões produtoras de alimentos do Brasil e a maior do estado de Santa Catarina permite tecer algumas considerações que se julga fundamentais. Na análise, buscou-se compreender como a relação entre a pluralidade dos elementos históricos, sociais, políticos, culturais e tecnológicos contribuiu para a formação do arranjo geográfico da agroindústria de carnes catarinense, tendo como particularidade a Mesorregião Oeste.

A compreensão do processo de formação da geografia da agroindústria catarinense necessitou ser compreendido à luz das relações sociais permeadas pela presença de agentes hegemônicos que se beneficiaram com as condições gerais de produção - de uso coletivo -, implantadas, em grande medida pelo Estado.

Espera-se que este trabalho, possa ter oferecido respostas

adequadas e satisfatórias às questões motivadoras da execução da pesquisa e àquelas surgidas no decorrer da tese. Pensando nisso, busca-se aqui sintetizar as principais idéias contidas no texto, como forma de conclusão.

O estudo da formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina, tendo enfoque principal a mesorregião Oeste, identificou a participação de diferentes atores, incluindo aqueles que o antecederam. A participação dos tropeiros como condutores dos muares e depois de gado vivo deixou suas marcas que ainda hoje podem ser encontradas em rodovias e cidades, não somente do referido espaço, como também em outras regiões do Brasil. A presença desses agentes permitiu a abertura de caminhos – Os Caminhos dos Tropeiros – que se tornaram as principais vias do atual transporte rodoviário e originaram a formação de povoados que, posteriormente, se tornaram vilas e cidades. Se, no século XIX e início do XX, aqueles caminhos serviam aos tropeiros por estes serem os principais (para não dizer únicos) viajantes de longa distância a percorrer a região, atualmente, servem a toda uma população e economia que foi transformada, principalmente, ao longo do século XX.

O transporte nos caminhos dos tropeiros foi modificado, perdendo sua importância para o trem e para o caminhão; este, especialmente, após 1940. A implantação da ferrovia no Oeste de Santa Catarina foi um grande acontecimento que teve outros desdobramentos durante e após sua construção. As mudanças advindas a partir dos trilhos do trem repercutiram econômica, cultural e socialmente entre os habitantes que se encontravam ao longo da via férrea. Uma das principais marcas deixadas entre a população expulsa por não possuir título de propriedade de suas terras (fundada na Lei de Terras de 1850) é a lembrança de seus familiares mortos durante a Guerra do Contestado, principalmente entre a população cabocla.

De outro modo, a economia local (especialmente em Concórdia) e a regional (no Vale do Rio do Peixe) foram beneficiadas pela existência e proximidade da ferrovia. Essa situação permitiu grande dinamismo

comercial de seus produtos de origem animal e agrícola, além de acesso aos produtos industrializados adquiridos nos maiores centros urbanos do país, a dizer, São Paulo e Rio de Janeiro.

No início do século XX, como parte do projeto de integração nacional, o Estado brasileiro começou a se preocupar com os "vazios demográficos" existentes no Oeste do Brasil, a exemplo do que ocorria também em Santa Catarina. Por isso, nesse estado foi intensificado o processo de colonização em sua parte mais ocidental, após a década de 1920, estendendo-se até fins da década de 1970 e início de 1980. Foi nesse período que a porção ocidental do estado de Santa Catarina foi subdividida em pequenas propriedades para que os colonos, predominantemente gaúchos, que lá iriam instalar-se pudessem trabalhar a terra e dar início a produção de suínos, a princípio para subsistência. Contudo, antes mesmo de estes acessarem suas propriedades, os extrativistas ervateiros e madeireiros (principalmente as empresas colonizadoras) retiraram, ao máximo, as maiores riquezas vegetais para serem comercializadas nos países platinos, ou na Europa, no caso das madeiras.

À medida que as empresas colonizadoras vendiam todos os seus lotes aos colonos, deixavam as áreas colonizadas e retornavam ao município de origem, em grande parte no Rio Grande do Sul; a exceção da Colonizadora Bertaso que permaneceu no local colonizado, em Chapecó.

Nos novos vilarejos formados, iniciou-se a prática de um comércio incipiente que, na realidade, funcionava como troca de produtos coloniais – excedentes da agricultura – por outros industrializados, vindos dos estados do Rio Grande do Sul ou do Sudeste brasileiro. Percebe-se, desde então, a existência do pouco contato que o Oeste de Santa Catarina possuía com sua capital e outras cidades litorâneas, tendo suas relações comerciais mais estreitas com cidades de outros estados. Isso se justifica pela precariedade ou inexistência de suas rodovias e a possibilidade oferecida pelo transporte ferroviário, ao menos na parte mais oriental da região, permitindo a

ligação com o Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Foi em função disso, e pela crescente demanda de alimentos nas metrópoles do Sudeste do Brasil, que o comércio inicial regional desenvolveu-se mais na direção Norte-Sul do que na Oeste-Leste. O suíno, que já era comercializado pelos colonos, formaria a base dos produtos que se tornariam alguns dos principais elementos responsáveis pela especialização da agropecuária da região.

A especialização na produção animal (primeiro suínos e depois aves) e a expansão dos frigoríficos (que se tornaram grandes empresas) contaram com a colaboração generosa do Estado em diversos momentos ao longo desse processo de reestruturação produtiva regional. Nesse sentido, o Estado foi e tem sido um grande propulsor/viabilizador das condições gerais de produção, em alguns municípios em especial. Já as agroindústrias, atuantes na maioria dos municípios da região e presentes com unidades industriais em dezenas desses, têm se apropriado de forma direta e/ou indireta e continuamente dessas condições disponibilizadas para o uso coletivo. É importante ainda considerar que as empresas também foram favorecidas, tanto por ações estatais com liberação de recursos financeiros, quanto por via político-partidária, assumindo cargos públicos.

Desse modo, é possível inferir que os agentes agroindustriais do Oeste catarinense conduziram eficazmente suas empresas no processo histórico de evolução agroindustrial na região, beneficiados pelo ambiente econômico e social e pelo processo de urbanização brasileiro. Uma situação de eficiência produtiva possibilitou ao empresariado agroindustrial buscar maior poder econômico e político regional. O resultado disso foi a grande disparidade no que tange aos recursos destinados ao processo produtivo de carnes na região, repercutindo na divisão espacial regional da produção de carnes de aves e suínos.

Dentre os agentes sociais que têm participado desse processo, os representantes empresariais das grandes agroindústrias tiveram sempre asseguradas grandes parcelas dos recursos do Estado, por exemplo, contribuindo em torná-las competitivas em nível regional e

nacional. As unidades industriais frigoríficas dessas empresas, por se localizarem em poucos municípios da região, atraem grande contingente populacional em busca de emprego. Parcela dessa população é local (tanto da área urbana quanto rural); outra se desloca de dezenas de pequenos municípios que não possuem outras possibilidades de emprego.

Nesse contexto, há que se considerar que centenas desses trabalhadores são resultantes do êxodo rural e constituem agentes sociais que faziam parte do processo produtivo de animais para as agroindústrias, mas que, por não serem competitivos o suficiente, foram excluídos do processo. Nessa senda, vale acrescentar que a concentração da produção, tanto de aves quanto de suínos, tem aumentado consideravelmente de forma a eliminar pequenos produtores. As empresas priorizam as grandes produções e, preferencialmente, aquelas localizadas próximo às unidades industriais.

Na divisão econômico-espacial regional, têm-se os municípios que se industrializaram e, por isso, contam com maior infra-estrutura e os municípios fornecedores de matérias-primas e mão-de-obra para os primeiros. Com esta pesquisa, foi possível identificar uma dezena de municípios que se encontram na primeira situação e uma centena de outros, principalmente os pequenos, que se encontram na segunda situação. Em ambos os casos, a articulação e a dependência são mútuos, uns dependem da matéria-prima e mão-de-obra e outros da venda da produção e da oferta de empregos para a população, reforçando a idéia de um desenvolvimento desigual no espaço em questão.

Nesse aspecto, verifica-se que, dentre todos os agentes envolvidos no processo produtivo de carnes de aves e suínos no Oeste catarinense, as grandes empresas são as que mais se beneficiam. Como detentoras de grande parte dos postos oferecidos na região, empregam centenas de pessoas de outros municípios para trabalhar em suas unidades produtivas localizadas em Chapecó, Concórdia, Seara, Capinzal, Quilombo, etc. A ausência de outra opção de emprego faz com

que milhares de pessoas se desloquem diariamente até 100 km para trabalhar nos frigoríficos de outras cidades. Em decorrência dessa posição de oferecer empregos e da relativa disponibilidade de trabalhadores, é constante a rotatividade de funcionários, especialmente nos frigoríficos de aves, nas funções de menor remuneração.

Além disso, a pesquisa revelou alguns apontamentos sobre o resultado das inadequadas condições de trabalho em que os assalariados das unidades frigoríficas agroindustriais são submetidos. O ritmo acelerado e a intensidade de trabalho têm resultado em problemas na saúde desses agentes produtivos do processo agroindustrial que, no entanto, têm sido abafados pelos próprios funcionários, pelas autoridades municipais e, principalmente, por parte das agroindústrias que dizem desconhecer, atenuam ou ignoram o problema. A preocupação da pesquisa é no sentido de apontar esse problema decorrente do avanço tecnológico que as empresas têm buscado para gerar maior produtividade sem, contudo, melhorar a qualidade de vida de seus empregados que, na maioria das vezes, também constituem a população local.

Dentre as preocupações que permearam a pesquisa, uma delas foi a de salientar a relação existente entre o processo produtivo local e regional e as demais escalas geográficas. Desse modo, a produção de carnes do Oeste do estado pouco aponta para o consumo na região e, tampouco no local, sendo predominantemente para atender ao mercado nacional e do exterior. Dentro de uma escala produtiva, na divisão internacional do trabalho e no Brasil, a contribuição da Mesorregião Oeste de Santa Catarina está em produzir carnes de suínos e aves e seus subprodutos para abastecer países da América, Europa, Ásia e África.

Como parte do processo de concorrência no mercado mundial de carnes, as agroindústrias catarinenses têm buscado manter e elevar, cada vez mais, os níveis de qualidade técnica dos alimentos, sobretudo pela preocupação em manter e aumentar suas exportações. Para tanto,

ocorre uma real pressão a respeito da busca da qualidade em todo o processo de produção, desde a criação dos animais – aves e suínos –, passando pelas indústrias e transporte, até os locais de distribuição.

Para garantir essa qualidade e as características que marcam produtos de cada uma das empresas, há a necessidade de uma grande quantidade de outras empresas que produzam e/ou comercializam produtos específicos para as agroindústrias. Nessa esteira produtiva, pode-se citar a indústria metalúrgica fabricante de equipamentos e maquinários, tanto para os avicultores e suinocultores, como para as unidades industriais das agroindústrias. Contudo, apesar do considerável desenvolvimento industrial no setor metalúrgico especializado na agroindústria existente na região (como em Chapecó e Joaçaba), a importação de maquinários mais sofisticados de países europeus e norte-americanos é uma realidade constatada em todas as grandes agroindústrias pesquisadas.

Outros exemplos de indústrias que surgem no "rastro" das agroindústrias são as de plástico, embalagens, refrigeração, transporte frigorífico, equipamentos de limpeza para empresas de alimentos, entre dezenas de outras. Essa gama de indústrias voltadas para a produção, industrialização, comércio, transporte e distribuição dos produtos de origem agroindustrial toma grandes dimensões espaciais e socioeconômicas onde se instalam, principalmente quando localizadas em áreas urbanas.

Nessas circunstâncias, o "onde", o "como" e "quem" produz, no processo produtivo agroindustrial de aves e suínos, pode ser compreendido ao percorrer o estado de Santa Catarina. Desde o Vale do Rio do Peixe até o Extremo Oeste, em Itapiranga e São Miguel do Oeste, dos pequenos municípios até o maior deles, Chapecó, é possível visualizar cada uma das particularidades que compõem o processo agroindustrial de carnes na região: a produção de grãos de milho e soja utilizados na fabricação de rações; as fábricas de rações; a criação e as instalações para os animais (aves e suínos) nas propriedades agrícolas ao longo das rodovias e o cheiro característico dessas criações; o

comércio regional voltado à agropecuária com especializações em todas as fases, desde a produção até a industrialização de aves e suínos; o transporte de animais, grãos, rações, maquinários e produtos já industrializados (em caminhões frigoríficos), presente em todas as rodovias regionais; de modo semelhante, o transporte dos assalariados para os frigoríficos, no vai-e-vem dos ônibus, bicicletas e motocicletas nos horários de troca de turno na indústria; por fim, a industrialização nos frigoríficos, também próximos às principais rodovias dos municípios onde estão localizados.

Quanto à localização das unidades produtivas, a Aurora, por exemplo, possui dois de seus frigoríficos ao longo da mesma rodovia, no caso a BR 282. No Vale do Rio do Peixe, a empresa possui um frigorífico de suínos em Joaçaba, no Km-399 e no Extremo Oeste, um frigorífico de aves em Maravilha, no Km-610. Outro exemplo é o da empresa Sadia que, apesar de localizar unidades diferenciadas em cidades distintas, curiosamente, mantém os frigoríficos em vias com o nome do fundador da empresa: em Concórdia, um frigorífico de suínos e aves está localizado na Rua Senador Attilio Fontana e, em Chapecó, um frigorífico de aves encontra-se na Avenida Senador Attilio Fontana.

O que se apresenta de modo marcante no espaço regional é uma grande dependência econômica em relação ao processo produtivo de carnes comandado pelas grandes empresas Aurora, Perdigão, Sadia e Seara/Cargill, pois são elas que demandam a maior parcela de matéria-prima e força de trabalho de milhares de pessoas. Essa dependência pode ser identificada de formas diferenciadas, tanto nas áreas rurais, quanto nas cidades dos diferentes municípios.

Nas áreas rurais, principalmente dos pequenos municípios (são a maioria), aparecem as instalações de criação dos animais, construídas de acordo com as necessidades e exigências da empresa integradora; a dependência também pode ser identificada na perda de autonomia do produtor – uma vez que o investimento é efetuado, o proprietário rural se vê na condição de subordinado da empresa e, mesmo assim, não consegue mudar de atividade facilmente, pois o gasto com a atividade

de produção de animais na propriedade, muitas vezes, é o equivalente a décadas de trabalho de uma família; as marcas também são visíveis nas cores utilizadas pela empresa – cada uma tem um padrão de cores a ser adotado nas instalações dos animais, nos caminhões utilizados no transporte de rações e animais e nas próprias indústrias e embalagens de seus produtos.[148]

Já nas cidades, nota-se a existência de comércio (insumos e maquinários agrícolas) e serviços (agropecuários) especializados e, nas cidades maiores, principalmente naquelas que possuem frigoríficos instalados, a variedade desse tipo de comércio, serviços e indústria é maior ainda. Dessa forma, não somente o comércio especializado depende da atividade agropecuária, mas também o comércio em geral (móveis, eletrodomésticos, tecidos, supermercados, etc.), porque parte dos consumidores é composta pelos próprios produtores rurais, na maioria dos municípios. Ou, naqueles onde há um frigorífico instalado, os assalariados ajudam a dinamizar o comércio local.

De outro modo, aquela população que se desloca diariamente para trabalhar em frigoríficos de outros municípios gasta seu salário nos municípios de origem e não naqueles que lhe proporciona o emprego. Assim, de forma indireta, as agroindústrias instaladas em determinado município de Santa Catarina igualmente influenciam na economia de municípios onde não possuem frigoríficos, inclusive em municípios do Rio Grande do Sul, cujo estado também fornece mão-de-obra para empresas catarinenses.

Todos esses fatores componentes da produção agroindustrial são características que conferem à Mesorregião Oeste Catarinense uma particularidade no processo produtivo brasileiro. E, ao se considerar essa gama produtiva, notadamente, são as agroindústrias que fazem a conexão entre as diferentes escalas geográficas, desde os locais de produção dos animais (no interior de uma centena de municípios dessa região catarinense, ou de tantos outros do Rio Grande do Sul que, além

[148] Em relação à perda de autonomia e em relação às cores-padrão como marcas deixadas em seus espaços de atuação pelas empresas integradoras em municípios do Oeste de Santa Catarina, a exemplo de Quilombo, consultar PERTILE (2001).

de produzirem a matéria-prima, também colaboram com o fornecimento de mão-de-obra para os frigoríficos), passando por uma dezena de cidades também pequenas, como Quilombo e Maravilha ou médias, como Chapecó (onde ocorre o abate e industrialização dos animais), até grandes centros consumidores no Brasil ou no exterior.

Essa situação permite ao capital agroindustrial se tornar cada vez mais centralizador na economia regional e, em parte, na economia nacional, considerando as recentes aquisições por parte das agroindústrias, de outras empresas do setor alimentício, em diferentes estados brasileiros. Algumas das maiores empresas que atuam no Oeste originaram-se e se desenvolveram nessa região e, atualmente, são as maiores do país, produzindo pelo menos 60% para exportação.

A análise do processo de formação e desenvolvimento econômico e espacial na atual Mesorregião Oeste de Santa Catarina remete a uma região cuja dinâmica evolutiva teve a participação de diferentes agentes sociais, cada qual com sua relativa participação e responsabilidade. No entanto, a pesquisa apontou que, nas interlocuções entre diferentes agentes sociais, a partir de seu surgimento, as grandes empresas agroindustriais sempre apareceram como agentes hegemônicos, sinônimo de poder econômico e político regional. E, nessa desigual condição, própria do sistema capitalista, são essas mesmas empresas acabam por fazer a mediação entre a região produtora de carnes do Oeste catarinense e as demais escalas geográficas.

Em longo prazo, em decorrência do crescimento contínuo da produção de aves e suínos no Oeste de Santa Catarina, a região poderá diminuir sua competitividade pela alta dependência de matéria-prima para a fabricação de rações (milho e soja) de outras regiões do país, ou de importação. Os custos com o transporte é o principal componente dessa situação que resulta em um maior peso no preço final dos produtos. E, no caso da região pesquisada, o transporte rodoviário tem sido a única possibilidade atual para longas distâncias e em grandes volumes, uma vez que esta área produtiva encontra-se distante dos grandes centros consumidores.

Uma das possibilidades que poderia ser implementada e que já vem sendo analisada, por diferentes instituições (Governo Estadual, deputados estaduais, pesquisadores de universidades) desde 2002 é a construção de uma ferrovia que faria a ligação entre os portos do litoral Norte de Santa Catarina – Itajaí e São Francisco do Sul – às ferrovias do Norte da Argentina, com conexões até o Oceano Pacífico, passando pelo Paraguai e Chile. A ferrovia, que passaria por municípios como Chapecó e Joaçaba, contribuiria consideravelmente para o escoamento da produção, principalmente para os produtos agroindustriais como aves e suínos, entre outros. Esse projeto na região tem sido denominado de "Ferrovia do Frango".

Contudo, toda a estrutura produtiva presente e em expansão na região permite visualizar a continuidade da produção de produtos derivados de aves e suínos por mais longas décadas. A possibilidade de expansão do mercado externo para os produtos do Oeste catarinense, sobretudo carnes e derivados, tem sido uma forte "bandeira" dos empresários agroindustriais, produtores, associações e governos municipais e estadual para a continuidade dessa especialização regional.

O que reforça essa idéia é a constatação da existência de toda uma estrutura formada para atender – de diferentes modos – à demanda regional, seja com a produção agrícola (milho e soja para fabricação de rações), pecuária (aves e suínos), industrial, comercial, pesquisas em instituições públicas (Embrapa, Epagri, Cidasc, etc.) ou cursos superiores (principais municípios de produção e industrialização de carnes) voltados à formação e qualificação da força de trabalho para servir a esse processo produtivo, dentre outros. O espaço está organizado para uma especialização produtiva que não corresponde apenas às necessidades locais, mas é viabilizada em função de um mercado muito maior, nacional e externo.

A cidade de Chapecó, nesse sentido, tem se tornado um espaço de referência central para a região. A diversidade de atividades em serviços e indústrias existentes na cidade tem atraído considerável

número de pessoas do próprio Oeste Catarinense e de outras regiões, inclusive de outros estados (Rio Grande do Sul e Paraná), o que tem feito de Chapecó, um centro de convergência para migração atual. Com esta pesquisa, foi possível concluir que essa cidade tem polarizado funções que atendem a mais de uma centena de pequenos municípios e que nela estão instaladas indústrias especializadas que atendem a dezenas de municípios em todo o estado, parte do Brasil e até mesmo outros países.

Chapecó é a cidade que concentra o maior número de frigoríficos e, em função disso, existe considerável oferta de empregos e grande produção de industrializados, tendo por base aves e suínos criados em toda a região e no Noroeste do Rio Grande do Sul. Essa dinâmica possibilita a existência de empregos para além daqueles dos frigoríficos. Essa possibilidade decorre da existência de dezenas de outras indústrias e estabelecimentos comerciais que atendem a todas as etapas da produção agroindustrial de carnes da região e do funcionamento de serviços em geral. Assim, diversas outras atividades, diferentes das agroindustriais, complementam a oferta de empregos capaz de fazer de Chapecó a atração regional e a maior cidade do Oeste do estado de Santa Catarina.

A multiplicidade das formas e funções que as principais cidades do Oeste oferecem hoje é então resultado desse processo histórico de formação de uma economia que teve e tem por base à agropecuária e industrialização de seus produtos. O modo pelo qual os diversos processos (colonização, migração, implantação das agroindústrias, inserção de uma base de infra-estrutura cuja existência de equipamentos de consumo coletivo relacionam-se ao processo produtivo; muitas vezes mediada/promovida pelo Estado, fragmentação territorial, entre outros) ocorreram na região contribuiu de forma significativa para o maior desenvolvimento de algumas cidades, gerando um aprofundamento desigual no espaço.

Nesse processo produtivo em que a Mesorregião Oeste Catarinense, está inserida, é possível inferir que, se por um lado, uma

das maiores preocupações da população local consiste em garantir o emprego ou a venda da matéria-prima, por outro, as empresas parecem estar bem atentas aos ritmos de produção e consumo do processo, desde o local até os mercados mais longínquos, como o Oriente Médio, China e Japão. O resultado da produção pode ser percebido nas crescentes ampliações, reestruturações, modernizações ou construções de novas unidades produtivas pelas grandes agroindústrias e incorporações de outras empresas, sempre no sentido de viabilizar-lhes menores custos de produção, o que significa a busca de maiores lucros.

Nesse sentido, a importância do espaço Oeste Catarinense para as grandes empresas agroindustriais consiste na possibilidade desta região em lhes oferecer matérias-primas e mão-de-obra de qualidade e de baixo custo, advindos, principalmente pela proximidade entre os municípios produtores e aqueles que industrializam as matérias-primas. É imprescindível, ainda, somar a esses fatores, a ação do Estado, como agente contribuinte da implantação das condições gerais de produção. A relativa oferta de mão-de-obra barata, a possibilidade de produzir matéria-prima, o baixo valor agregado dos produtos agroindustriais da região são componentes que permitem a produção de grande quantidade de carnes principalmente com a finalidade de exportar para países que já não aceitam esse tipo de produção, especialmente pelo consumo de energia e pela poluição (não abordados nesta tese) decorrentes do processo produtivo.

O sistema de produção implantado pelas grandes empresas agroindustriais no Oeste catarinense fez surgir o que hoje pode ser considerado o espaço de produção agroindustrial de carnes em Santa Catarina. A organização do espaço regional é parte integrante da divisão do trabalho nas diferentes escalas geográficas. Os distintos lugares apresentam as funções de produzir matéria-prima e mão-de-obra e/ou de industrialização e, longe de ser homogêneo, esse espaço agroindustrial apresenta numerosas desigualdades.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEF. **Associação Brasileira de Exportadores de Frango.** Relatório Anual. 1992.

ABIPECS - Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína. **Relatório ABIPECS 2006**. 19p.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: UNICAMP, 1992, p. 31-77 (Estudos Rurais)

ACCS – Associação Catarinense de Criadores de Suínos. **Relatório Anual 2006**. Concórdia, 2006.

AGÊNCIABRASIL – Radiobrás. **Países árabes começam a diversificar importações do Brasil.** São Paulo, 08/11/2006. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/> Acesso em 05 de outubro de 2007.

ALBA, Rosa S. **A produção do espaço urbano de Chapecó-SC.** Florianópolis: UFSC, 1998. (Dissertação, Mestrado em Geografia)

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas. **História do Contestado.** Disponível em: <http://www.alca-bloco.com.br/ocontestado/historia.htm> Acesso em 16 de outubro de 2007.

ALTMANN, Rubens. **A agricultura familiar e os contratos**: reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de produtores. Florianópolis, 1997.

ALVES, Pedro A. e MATTEI, Lauro. F. **Migrações no Oeste Catarinense**: História e elementos explicativos. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu, MG. set./2006

AMSTALDEN, Luiz Fernando**. Os custos sócio-ambientais da modernização agrícola brasileira**. Campinas, SP: FFCH/Unicamp, ano 1, n.º 1, 1991

ANBA – Agência de Notícias Brasil-Árabe. **Perdigão investe em produtos exclusivos para os países árabes**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.anba.com.br/> Acesso em 28 de setembro de 2007.

_____.**Central Brasileira de Alimentos *Halal* lança guia sobre o abate islâmico**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.anba.com.br/> Acesso em 28 de setembro de 2007.

ARAÚJO, Nilton C. M. de. **Origens e evolução espacial da indústria de alimentos do Rio Grande do Sul** . 1º Encontro de Economia Gaúcha, 16 e 17 maio de 2002. Disponível em <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/...pdf> Acesso em 31 de julho de 2007.

ARECHAVALETA, Fernanda. **Aurora concentra exportação no RS para fugir do embargo russo**. Em 5 de abril de 2007. Disponível em: <http://amanha.terra.com.br/notas_quentes/notas_index.asp?cod=4248> Aceso em 28 de novembro de 2007.

ARIAS NETO, José M. As fantásticas máquinas do futuro. **História & Ensino** (UEL), Londrina, v. 3, p. 87-94, 1997.

ARRUDA, B. K. G. **Padrões alimentares da população brasileira**. Instituto Nacional da Alimentação e Nutrição - INAN, 1981, 64p.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: Cortez, 1984.

AURÉLIO. **Dicionário Aurélio Eletrônico**. v. 1.4. Editora Nova Fronteira, 1994.

AURORA ALIMENTOS. Cooperativa Central Oeste Catarinense. **Cooperativas**: a Aurora por inteiro. Disponível em <http://www.auroraalimentos.com.br/2006/> Acesso em: 09 de agosto de 2007.

_____ . Coopercentral Aurora investe R$ 45 milhões para construir fábrica de rações em Cunha Porã. Redação em 08/01/2008. Disponível em: <http://www.auroraalimentos.com.br> Acesso em 07 de fevereiro de 2008.

AVICULTURA INDUSTRIAL. **Justiça aceita concordata da Chapecó Alimentos.** Redação em 26/01/2004. Disponível em: <http://aviculturaindustrial.com.br> Acesso em 19 de setembro de 2007. (diversos números)

_____. **Produção de rações vai a 61 milhões de toneladas em 2012**. Redação em 06/02/2007. Disponível em: <http://aviculturaindustrial.com.br> Acesso em 08 de novembro de 2007.

AVISITE. **Presidente Lula anuncia arrendamento dos frigoríficos de Chapecó e Xaxim da Chapecó Alimentos.** Disponível:<http://www.avisite.com.br/clipping/maisnot.asp?codnoticia=3383&codCategoria=7&Mes=0&Ano=2003> Acesso em 19 de setembro de 2007.

_____. **Sadia receberá financiamento de US$ 20 milhões**. Disponível em: **<**http://www.avisite.com.br/clipping/maisnot.asp?codnoticia=3276&codCategoria=7&Mes=0&Ano=2003> Acesso em 19 de setembro de 2007.

BALDO S/A. **Nomes populares da erva-mate**. Disponível em <http://www.baldo.com.br/br/producao.htm> Acesso em: 25 de julho de 2007(b).

BARRACÃO - PR. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>.Acesso em: 26 de julho de 2007.

BAVARESCO, Paulo R. Os ciclos econômicos do Extremo Oeste Catarinense: modernização, progresso e empobrecimento. Blumenau: FURB, 2003. (Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento Regional)

_____. **Colonização do Extremo Oeste Catarinense:** Contribuições para a história campesina da América Latina. Disponível em: <http://www.alasru.org/...pdf> Acesso em: 25 de julho de 2007.

BELLANI, Eli M. **Madeira, balsas e balseiros no Rio Uruguai**: o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917/1950). Florianópolis: UFSC, 1991 (Dissertação, Mestrado em História)

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec, 1996. (Geografia: teoria e realidade 34)

BEZZI, Meri Lourdes. **Região**: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004. 292p.

BLEIL, Susana I. O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. **Revista Cadernos de Debate.** NEPA/UNICAMP, v. 6 p.1-25. /1998

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. BNDES vai liberar R$ 19 milhões para quatro projetos em Chapecó.** Redação em 09/06/2004. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br> Acesso em 20 de agosto de 2007.

_____ . **BNDES aprova financiamento de R$ 974 milhões à Sadia S/A**. Em 20.10.2005. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/noticias/2005/not269_05.asp> Acesso em 19 de setembro de 2007.

BORDIGNON, Gilberto A. **Municípios Catarinenses**. Curitiba: Linero, 1968.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense**: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro. 2.ed. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988. 155p.

BRAGA, Fernando G. **Migração interna e urbanização no Brasil contemporâneo**: um estudo da rede de localidades centrais do Brasil (1980/2000). XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP. Caxambu, MG: 18 a 22 de setembro de 2006.

BRASIL ESCOLA. **Território do Iguaçu**. Disponível em <http://www.brasilescola.com/historia> Acesso em 06 de agosto de 2007.

BRAZIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Recenseamento do Brazil**. vol. II (Indústria, Relação dos estabelecimentos industriais recenseados em 1920). Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1925.

_____ . _____ . _____ . vol. III (Agricultura, Instrumentos e machinas agrícolas dos estabelecimentos rurais e beneficiamento da produção em 1920). Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1925.

_____ . _____ . _____ . vol. III. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1926.

BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes/Fidene, 1987. 220p.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Lunardelli/Ed. da UFSC, 1983.

CÂMARA ÁRABE - Notícias. **Missão empresarial no Golfo Arábico.** Ano 1 número 2. Novembro/ Dezembro 2006.

CAMARGO, Maria T. L. de A. **Tropeirismo, farinha de milho e de mandioca:** de que modo mudanças culinárias se associam a movimentos sociais e migratórios e o feijão tropeiro no Centro de Tradição Nordestina em São Paulo. Encontro Cultural de Laranjeiras. Aracaju, 2005. Disponível em <http://www.aguaforte.com/herbarium/Tropeirismo.html>. Acesso em 24 de julho de 2007.

CAMPOS. Indio. **Os colonos do Rio Uruguai:** relação entre a pequena produção e a agroindústria no Oeste Catarinense. Campina Grande: UFPB, 1987. (Dissertação, Mestrado em Economia)

CARGILL AGRÍCOLA. **Relatório Anual Cargill Agrícola S.A**. 2006.

CASTRO, Iná E. de. O problema da escala. *In.*: CASTRO, Iná Elias de (Org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

CHAPECÓ, Prefeitura Municipal de. **Chapecó**: Capital do Oeste Catarinense. 1984. 37p.

CGI MÓVEIS – Centro Gestor de Inovação Moveleiro. **Cresce exportação de móveis.** Em 13/11/2007. Disponível em: <http://www.cgimoveis.com.br/economia/cresce-exportacao-de-moveis> Acesso em 27 de novembro de 2007.

CIGOLINI, Adilar A. **A fragmentação do território em unidades político-administrativas**: análise da criação de municípios no estado do Paraná. Florianópolis: UFSC, 1999 (Dissertação, Mestrado em Geografia)

COLLETIS, G. *et. al*. Firmes e territoires: entre nomadisme e ancrage. **Espaces e sociétés**, Paris, L'harmattan, p. 115-137, n. 88/89. 1997.

COMASSETTO, Leandro R. Da política ao negócio: a mutação do rádio no Oeste catarinense. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. www.eptic.com.br, Vol. VII, n. 5, May. – Ago. 2005.

COOPERALFA. **Informativo Radiofônico**. Disponível em: <http://www.cooperalfa.com.br/>. Acesso em 18 de setembro de 2007.

CORRÊA, Roberto L. Processos e formas espaciais. In. _____. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989, p. 36-79. (Princípios)

_____. Corporacão e organização espacial: um estudo de caso. **Revista**

Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, 53 (3): 33-66, jul./set. 1991.

_____. Espaço, um conceito-chave da Geografia. *In.*: CASTRO, Iná Elias de (Org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.

_____. Os centros de gestão do território: uma nota. **Revista Território**, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, vol. 1, n. 1, jul/dez. 1996. p.23-30

_____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Wanderley Messias da. **O estado e as políticas territoriais no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

CSN - COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL. Disponível em <http://www.csn.com.br> Acesso em 21 de agosto de 2007.

DE MARCO, B. **O controle da mídia**: elites e a radiodifusão em Santa Catarina. UFSC: Florianópolis.1991.140f. (Dissertação, Mestrado em Sociologia Política)

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. O fim do êxodo rural? **Revista Espaço e Geografia**. Brasília - DF, v. 4, n. 1, p. 37-56, 2001.

DELGADO, Guilherme da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil***:* 1965-1985. São Paulo: Unicamp/ÍCONE, 1985. 240p.

DIÁRIO CATARINENSE. **O melhor de Santa Catarina**: Oeste – agroindústria, empreendedorismo e tradição. Encarte Especial do dia 05/11/2007. 87p.

DIAS, Leila C. Redes: emergência e organização. In. CASTRO, Iná Elias de (Org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.

DINIZ, José Alexandre F. e DUARTE, Aluízio C. A região cacaueira da Bahia. Recife: SUDENE, 1983. (Estudos Regionais 10)

DROULERS, Martine. **Brésil**: une géohistoire. Paris: PUF, 2001.

ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Disponível em <http://www.eletrobras.gov.br> Acesso em 21 de agosto de 2007.

ENTREVISTADO 1. Funcionário de frigorífico de aves do município de Chapecó. Entrevista concedida a Noeli Pertile em julho de 2007.

ENTREVISTADO 2. Funcionário de frigorífico de aves do município de Quilombo. Entrevista concedida a Noeli Pertile em julho de 2007.

ENTREVISTADO 3. Funcionário de frigorífico de aves do município de Quilombo. Entrevista concedida a Noeli Pertile em julho de 2007.

ENTREVISTADO 4. Funcionário de frigorífico de aves do município de Quilombo. Entrevista concedida a Noeli Pertile em julho de 2007.

ENTREVISTADO 5. Funcionário de frigorífico de aves do município de Capinzal. Entrevista concedida a Noeli Pertile em julho de 2007.

ENTREVISTADO 6. Funcionário de frigorífico de aves do município de Videira. Entrevista concedida a Noeli Pertile em julho de 2007.

ENTREVISTADO 7. Funcionário de frigorífico de aves do município de Seara. Entrevista concedida a Noeli Pertile em julho de 2007.

EPAGRI/CEPA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2005-2006**. Florianópolis: Epagri/Cepa, 2006

ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP. Disponível em: <http://www.esalq.usp.br/> Acesso em 12 de junho de 2007

ESPÍNDOLA, Carlos J. **As agroindústrias no Brasil**: o caso Sadia. Grifos: Chapecó, 1999.

_____. A gênese das agroindústrias de Carne em Santa Catarina. In. SILVA, João M. P. e SILVEIRA, Marcio R. (org.). **Geografia econômica do Brasil**. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2002. p. 140-155.

Evolução territorial do Brasil (1534-1990). Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Fronteiras_do_Brasil. Acesso em 13 de setembro de 2007.

FARIA, José Eduardo. **Poder e legitimidade**: uma introdução ao estudo do direito. São Paulo: Perspectiva, 1978. 130 p. (Debates Políticos)

FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Rússia explica embargo em carta enviada à FIESC. Ano 13 - Santa Catarina, 24 de maio de 2006 - nº 624- Informativo Semanal do Sistema FIESC.

FOLADOR, João D. **História de Campo Erê**. Campo Erê: Cruzeiro, 1991.

Folha do CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. n. 5. jan./2005. **Boletim Informativo Eletrônico**. Chapecó: Unochapecó.

Disponível em
<https://www.unochapeco.edu.br/arquivos/downloads/folha5.pdf>
Acesso em 06 de agosto de 2007.

FONSECA, Pedro C. D. **Legitimidade e credibilidade**: impasses da política econômica do Governo Goulart. Estudos Econômicos. São Paulo, 34 (3): 587-622, jul-set 2004.

FONTANA, Attilio. **História da minha vida.** Petrópolis, Vozes, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Historia de la sexualidad**: la voluntad de saber. Madrid: Siglo XXI Editores, 1977.

_____. **Power/Knowledge**: Selected Interviews & Other Writings 1972 – 1979. New York: Pantheon Books, 1980.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhete. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIESE, Bárbara. **A atuação política do empresariado catarinense nos ramos têxtil e agroindustrial**: demandas e canais de influência (1970-1985). Florianópolis: UFSC, 1991, 191p. (Dissertação, Mestrado em Sociologia Política)

GIL. Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GOULATI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. Campinas: UNICAMP, 2001. (Tese, Doutorado em Economia)

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 (Agricultura e Sociedade)

_____ . **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. rev. Campinas, Unicamp. IE, 1998. 211p.

_____ . **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 238p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e

Terra, 2.ª ed. 1982. (O Mundo, Hoje; v. 29)

GUTHS. Marisa L. A Ação Política do Empresariado Industrial Catarinense: O Caso da FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **V Workshop empresa, empresários e sociedade:** o mundo empresarial e a questão social. PUCRS: Porto Alegre. 2 a 5 de maio de 2006.

HAESBAERT, Rogério. Região, Diversidade Territorial e Globalização. **GEO*graphia*** – Ano. 1 – No 1 – 1999.p.15-39

HASS, Mônica. **Os partidos políticos e a elite Chapecoense:** um estudo de poder local 1945 a 1965. Florianópolis: UFSC, 1993. (Dissertação, Mestrado em Sociologia Política)

_____ . **A política Chapecoense de 1917 a 1945.** Chapecó: Unoesc, 1996. (Série Interdisciplinar, 19)

_____ . **O linchamento que muitos querem esquecer**: Chapecó, 1950-1956. Chapecó: Argos, 2003. (Debates)

HIGH TECH. High Tech Equipamentos Industriais Ltda. Disponível em: <http://www.hightech.ind.br/> Acesso em: 10 de julho de 2007

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/duvidas/madeira.htm>. Acesso em 12 de junho de 2007

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca. **Banco de Dados**: cidades@. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em julho de 2007.

_____. **Municípios Santa Catarina**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/> Acesso em 17 de outubro de 2007.

_____. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, (vários anos).

_____ . **Censo Agropecuário de Santa Catarina**. Rio de Janeiro, (vários anos).

_____ . **Censo Demográfico.** Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Séries estatísticas retroativas**. Vol. 2. Rio de Janeiro, 1986

_____. **Censo Industrial**. Rio de Janeiro. 1960, 1975.

_____ . **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Vol XXXIII, Municípios do Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1959.

_____. **Censo Demográfico**. Série Regional. Estado de Santa Catarina, 1950. Rio de Janeiro, 1955.

_____. **Censos Econômico, Agrícola, Industrial, Comercial e de Serviços do ano de 1940**. Rio de Janeiro, 1952.

_____. **Censo Demográfico**. Série Regional. Recenseamento Geral do Brasil, 1940. Rio de Janeiro, 1952.

ICEPA/SC - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. **Relatório Anual**. Florianópolis, 1984.

_____ . **Perspectivas para a agricultura familiar** – Horizonte 2010. Florianópolis, 2002.

_____ . **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2003-2004**. Florianópolis, 2004.

IHGSC – Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Disponível em <http://www.ihgsc.org.br/home.htm> Acesso em 13 de agosto de 2007.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Estatísticas Cadastrais – Municipais**. Recadastramento 1992. 2002. vol. I

INE – Instituto Nacional de Estatística. **Sinopse estatística do Estado de Santa Catarina**, n. 1. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1936.

_____ . Anuário Estatístico do Brasil. Ano II, 1936.

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO, DECRETO-LEI N. 3.124 – de 19 de março de 1941. Disponível em: <http://www.soleis.adv.br/pinhoinstitutonacional.htm>. Acesso em 28 de junho de 2007.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/Contas%20Nacionais-Conceitos.doc> Acesso em 11 de novembro de 2007.

JANOTTI, Maria de Lurdes. M. O Coronelismo: uma política de compromissos. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Tudo é História; 13)

JORNAL EXPRESSÃO. **Projeto "Minha Casa" contempla 105 pessoas com casa própria.** Itapiranga, setembro de 2007. Disponível em:

<http://www.jexpressao.com/noticias.php?id_not=30> Acesso em 22 de novembro de 2007.

KAGEYAMA, Angela. et. al. **O novo padrão agrícola brasileiro**: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas: Unicamp, 1987. 121p.

LACOSTE, Yves. **A geografia:** isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 5. ed. Campinas: Papirus, 1998.

LAGO, Paulo F. A terra e o homem. in. SANTOS, Sílvio Coelho dos. (Org.) **Santa Catarina no século XX**: ensaios e memória fotográfica. Florianópolis: Ed. da UFSC: FCC Edições, 2000, p.62-90.

_____. **Santa Catarina:** dimensões e perspectivas. Florianópolis, UFSC, 1978.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar**. Campinas, SP: Unicamp, 1993. 336 p. (Repertórios)

LEÃO, Regina. M. **A floresta e o homem.** Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais/Esalq-Edusp. São Paulo: EDUSP, 2000, 434p.

LEFEBVRE**,** Henry. **La production de l'espace**. Paris: Editions Anthropos, 1974.

_____. **O direito à cidade**. 2.ª ed. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 145 p. Título original: Le droit à la ville.

LEITE, Maria Ângela Faggin P. **Destruição ou desconstrução?** Questões da paisagem e tendências de regionalização. São Paulo: Hucitec/FAPESP. 1994 (Geografia: teoria e realidade, 23)

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Acadêmica; 25).

_____. **Condições gerais de produção**: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. In. IX Coloquio Internacional de Geocritica. Porto Alegre: UFGRS. 28 de mayo – 1 de junio de 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/9porto/lencioni.htm>. Acesso em 31 de outubro de 2007.

LIMA, Gustavo J. de M. M de. **A competitividade da avicultura e suinocultura depende da qualidade nutricional do milho.** Disponível em: <http://www.cnpsa.embrapa.br/> Acesso em 05 de julho de 2007.

LIMOUZIN, Pierre. **Agricultures et industries agro-alimentaires françaises**. Paris: Masson, 1992.

LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988. 209p.

LISTAONLINE. Disponível em: <http://www.listaonline.com.br> Acesso em 25 de agosto de 2007.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Novas Direções) Título original: *Le marxisme, l'État et la question urbaine.*

MACHADO, Lia O. Urbanização e migração na Amazônia Legal: sugestão para uma abordagem geopolítica. In. BECKER, B. K., MIRANDA, M. H. P., MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1990. p. 107-113.

_____. Sistemas e redes urbanas como sistemas complexos evolutivos. in. CARLOS, Ana F. A. e LEMOS, Amália I. G. (orgs). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 129-135.

MACHADO, Paulo P. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916.** Campinas: Unicamp, 2001. (Tese, Doutorado em História)

_____. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2004. 397p.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 - 1912). Editora da UNESP/Moderna Editora: São Paulo, 1997.

MAHARAJ, Brij e NARSIAH, Sagie. La nouvelle géographie régionale de l'Afrique du Sud post-apartheid. In. ANTHEAUME, Benoît e GIRAUT, Frédéric. **Le territoire est mort**. Vive les territoires! Paris: IRD Éditions, 2005. p. 79-107.

MALASSIS, Louis. Dèveloppment economique et industrialisation de l'agriculture. **Économie Apliquée**, Paris, v. 21, n.1, 1968.

_____. La estructure et l'evolution du complexe agri-industriel d'aprés da contabilité nationale françoise. **Économie et Societés**, Paris, v.3, n.9, set. 1973.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Introdução de Paulo Singer.

Tradução de Carlos E. Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas) Título original: Der Spaetkapitalismus: versuch einer marxistischen Erklaerung.

MARCHESAN, Jairo. **A questão ambiental na produção agrícola**: um estudo sócio-histórico-econômico no município de Concórdia (SC). Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. 232p. (Coleção Trabalhos Acadêmico-científicos. Série dissertações de mestrado, 8)

MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. In. **Planejamento e políticas públicas**. v. 1 n.º 1. Brasília : IPEA, 1990. pp. 3-44

MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo, o empresário e a empresa**: estudo de sociologia do desenvolvimento. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1976. (Estudos Brasileiros, 1)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: teses sobre Feuerbach. Tradução dos Editores. São Paulo: Moraes, 1984. 119 p.

MERCOMOVEIS – Feira Mercosul da Indústria de Móveis. Disponível em: <http://www.mercomoveis.com.br/>. Acesso em 23 de setembro de 2007.

MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento**: do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997. Campo Grande: UFMS, 1998. 244p.

MILBUS. **História do ônibus**. Disponível em <http://www.milbus.com.br/revista_portal/revista_cont.asp?4918>. Acesso em 07 de agosto de 2007.

MIOR, Luiz C. **Empresas agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo de carnes de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1992. 400p. (Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento Agrícola)

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. 392p. Título original de 1952: Pionniers et planteurs de São Paulo.

MONTEIRO, C. A.; MONDINI, L. **Mudanças na composição e adequação nutricional da dieta alimentar nas áreas metropolitanas do Brasil (1966-1988).** Revista da Saúde Pública, v.28, n.6, p.433-39, 1994.

MONTEIRO, C. A.; MONDINI, L.; COSTA, R. B. L**. Mudanças na composição e adequação nutricional da dieta alimentar nas áreas**

metropolitanas do Brasil (1988-1996). Revista da Saúde Pública, v.34, n.3, p.251-58, 2000.

MPAS/AgPREV. MINISTÉRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/ Agencia de Notícias da Previdência Social. **Benefícios**: Registro automatizado das doenças ocupacionais melhora proteção ao trabalhador. Disponível em <http://www.mpas.gov.br/agprev/agprev_mostraNoticia.asp?Id=27846&ATVD=1&xBotao=2> Acesso em 30/07/2007.

MÜLLER, Geraldo. A economia política do CAI. *In*: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. 24, Lavras, 1986. **Anais** ... Brasília : SOBER, 1986.

NETO, Apolos. **Depoimentos reforçam suspeitas de má gestão de recursos do Grupo Chapecó:** Prejuízos por parte do BNDES chegam a R$ 600 milhões. AL/RS, 13/10/2003a. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/dep/> Acesso em 17 de setembro de 2007.

_____. **Aumentam indícios de má gestão nas negociações que envolveram Grupo Chapecó:** Empresa não apresentava condições técnicas para tomar financiamentos do BNDES. AL/RS, 24/11/2003b. Disponível em:
<http://www.al.rs.gov.br/> Acesso em 17 de setembro de 2007.

OFÍCIO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA E MUNICÍPIO DE CHAPECÓ. **Extrato de cartório**. Chapecó, 2005.

PAIN, Elison A., RISSO, Neusa W. e NARDINI, Terezinha. **Maravilha**: caminhos e descaminhos da ocupação do espaço urbano na década de 80. in: Cadernos do CEOM. Chapecó: Argos, 2001, n.14, 360p.

PAPEL JORNAL**. Famílias tradicionais e políticos dominam rádios e TVs em SC**. Papel Jornal nº 34 - dezembro/2003. Disponível em <http://www.sjsc.org.br/pj_online/pj_34/central.htm> Acesso em 11 de setembro de 2007.

PAULET, Jean-Pierre. Les **régions à l'heure de la mondialisation**. Paris: Armand Colin, 1998. (Synthèse)

PEDRAZA, Dixis F. **Padrões Alimentares**: da teoria à prática – o caso do Brasil. Mneme – Revista Virtual de Humanidades, n. 9, v. 3, jan./mar.2004. ISSN 1518-3394 Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme> Acesso em 15 de agosto de 2007.

PERDIGÃO AGROINDUSTRIAL. Relatório de questionário respondido no dia 24 de agosto de 2007.

PERDIGÃO S.A. **Prospecto definitivo de distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Perdigão S.A.** (pdf). São Paulo. Out./2006. 504p.

PEREIRA, Maria do Carmo Silveira. **Produção e consumo de produtos florestais**: perspectivas para a região sul com ênfase em Santa Catarina. Florianópolis: BRDE/AGFLO/GEPLA, 2003. 51p.

PERTILE, Noeli. **Marcas da "integração" na agricultura familiar de Quilombo, SC**. Florianópolis: UFSC, 2001. (Dissertação, Mestrado em Geografia)

_____**.** Integrados e não-integrados: a agricultura familiar e a produção do espaço no Oeste catarinense. In. **Geografia**. Rio Claro: v.29, n. 2, p. 141-152, mai./ago. 2004.

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S/A. Disponível em <http://www2.petrobras.com.br> Acesso em 21 de agosto de 2007.

PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. Porto Alegre: BRDE/Palotti, 1982.

_____**. Santa Catarina:** sua história. Florianópolis: Ed. da UFSC/Lunardelli, 1983.

PIMENTA, Margareth de C. A. **A estrutura espacial da Microrregião Colonial do Rio do Peixe.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1984. (Dissertação, Mestrado em Engenharia de Produção)

PINOTTI, Raquel N. **Análise comparativa dos mecanismos de governança das redes agroindustriais avícolas da macrorregião de Ribeirão Preto – SP e de Santa Catarina**. São Carlos: UFSCar, 2005 (Dissertação, Mestrado em Engenharia de Produção Agroindustrial)

PIZZOLATTI, Roland L. **Os pequenos produtores no Oeste Catarinense: integrados ou entregados?** São Paulo. USP, 1996. 343p. (Tese, Doutorado em Geografia Humana)

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In. **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Fundeste, 5(7): 47-88, abr./1991.

POLI, Odilon L. Camponeses no Oeste Catarinense. In. **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Argos, n.14, p.11-62. 2001.

PORTAL MOVELEIRO. **Pólo moveleiro do Oeste catarinense terá moderno Centro de Usinagem**. Disponível em <http://www.portalmoveleiro.com.br/redacao/nova_noticias.html> Acesso em 29 de outubro de 2007.

PRADO, Cristiane R. do e SILVA, Sidivânia P. **Programa de Rádio:** Cooperalfa**.** Disponível em: <http://www.cooperalfa.com.br/>. Acesso em 18 de setembro de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **Banco de dados.** Disponível em: <http://www.chapeco.sc.gov.br/> Acesso em 11 de julho de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA. Questionário respondido pela prefeitura a Noeli Pertile em agosto de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA. Natureza e ecoturismo. Disponível em: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>. Acesso em 29 de outubro de 2007.

_____. **Prefeito participa do lançamento do loteamento da Seara/Cargill.** Itapiranga, 13 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/conteudo> Acesso em 22 de novembro de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUILOMBO. Questionário respondido pela prefeitura a Noeli Pertile em julho de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO. Questionário respondido pela prefeitura a Noeli Pertile em julho de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE. **Hino Oficial do Município de São Miguel do Oeste**. Disponível em: <http://www.saomiguel.sc.gov.br/> Acesso em 11de outubro de 2007.

_____. Questionário respondido pela prefeitura a Noeli Pertile em julho de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA. Disponível em: <http://www.videira.sc.gov.br/> Acesso em 10 de julho de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. Questionário respondido pela prefeitura a Noeli Pertile em julho de 2007.

QUEIROZ, Alexandre Muniz de. **Álbum-comemorativo do Cinqüentenário do município de Joaçaba**: 25 de agosto de 1917/1967. Joaçaba: [s.n.], 1967. 250p.

QUEIROZ, Maurício V. de. **Messianismo e conflito social**: a Guerra Sertaneja do Contestado 1912-1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RADIN, José C. **Italianos e Ítalo-Brasileiros na colonização do Oeste Catarinense.** 2. ed. rev. e amp. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2001. 180p.

RAUD, Cécile. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil**: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense. Florianópolis/Blumenau: Ed. da UFSC/Ed. da FURB. 1999. p.83-182.

RECCO, Claudio. **O Tropeirismo no Brasil**: A Atividade dos Tropeiros no Brasil. Disponível em: <http://www.historianet.com.br> Acesso em: 24 de julho de 2007.

RENK, Arlene A. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990. (Dissertação, Mestrado em Antropologia Social)

_____. As representações da colonização no Oeste Catarinense a partir de brasileiros. In. **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Fundeste, 5(7): 7-47, abr./1991.

RIBEIRO, Ana Clara T. Matéria e Espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. *in.*: PIQUET, Rosélia e RIBEIRO, Ana Clara T. (Org.). **Brasil, território da desiguladade:** descaminhos da modernização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Fundação Universitária José Bonifácio, 1991. p.44-55.

ROCHA, Janes. **Franco Macri ressurge das cinzas com seu império.** Em 04/01/2007. Disponível em: <http://www.eletrosul.gov.br/> Acesso em 19 de setembro de 2007.

SADIA/IAN. **Informativo Anual 2006**. Arquivamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Disponível em: <http://sadia.infoinvest.com.br/modulos/IAN> Acesso em 18 de setembro de 2007.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia.** 7. ed. São Paulo: Best Seller, 2001.

SANTA CATARINA. **Sinopse de Bioestatística do Estado de Santa Catarina**. Departamento de Saúde Pública. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1939.

_____. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Bacias hidrográficas de Santa Catarina**: diagnóstico geral. Florianópolis, 1997. 163p.

_____. Disponível em: <www.sc.gov.br>. Acesso em 24 de julho de 2007.

_____. **Governadores de SC.** Disponível em <http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/governadores.html> Acesso em: 09 de agosto de 2007b.

SANTOS, André L. dos. Dinâmica territorial da rede telefônica em Santa Catarina: 1927 a 1960. in DIAS, L. C. e SILVEIRA, R. L. da. (org.) **Redes, sociedades e territórios.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. p.176-195

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho:** estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1984. 182p.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Técnica, Espaço e Tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.190p.

_____. O retorno do território. In: _____; SOUZA, Maria A. A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.) **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994b. p. 15-20

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. Ed. São Paulo: Edusp, 2002. 384p.(Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina.** Florianópolis: Lunardelli, 1974.

_____. A modernidade chega pelo Trem. In. SANTOS, Sílvio Coelho dos. (Org.) **Santa Catarina no século XX**: ensaios e memória fotográfica. Florianópolis: Ed. da UFSC: FCC Edições, 2000, p.13-30.

SANTOS PEREIRA, Helio dos. **Instituciones forestales**: Brasil. Proyeto informarción y analisis para el manejo forestal sostenible: integrando esfuenzos naionales e internacionales en 13 paises tropicales en América Latina. Santiago, Chile, 2001. 31p.

SEARA ALIMENTOS. **A empresa**: mais unidades, novos produtos, melhor atendimento. Disponível em: <http://www.seara.com.br/> Acesso em 14 de novembro de 2007.

SEBRAE/SC. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **APL de móveis de SC consolida-se como pólo exportador**. Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/noticias/default.asp?materia=14868> Acesso em 29 de outubro de 2007.

SEI/SC. Secretaria de Estado da Infra-estrutura. **Ferrovia São Paulo Rio Grande**. Disponível em

<http://www.sie.sc.gov.br/sie/competencias/ferroviario> Acesso em 13 de agosto de 2007.

SERVOLIN, Claude. **L'agriculture moderne**. 1ª. Ed. Paris: Seuil, 1989. (Points)

SEVERO, Antunes. **As pioneiras**: Rádio Videira. Boletim Caros Ouvintes. n. 64. 26/07/2005.

SILVA, Augusto C. P. da. Gestão e território: o caso da empresa Fleischmann & Royal no noroeste fluminense. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano II, n. 3: 53-75, jul./dez. 1997.

SILVA F. César. A. *et al*. **Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense**. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: InstitutoCepa/SC, 2003. 99 p.

SILVA, Etienne L. **Desenvolvimento econômico periférico e formação da rede urbana de Santa Catarina**. Porto Alegre: UFRGS, 1978 (Dissertação, Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)

SILVA, Fernando J. da. **Arquivo gráfico municipal de Santa Catarina**: consolidação das divisas intermunicipais. Florianópolis: UFSC, 2003. (Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Geografia)

SILVA, Harrysson L. da. **A gestão do território pelo grupo Sadia no município de Concórdia, Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991 (Dissertação, Mestrado em Geografia)

SILVA, Jussara M. Os marcos referenciais na estruturação espacial da cidade de Concórdia. **Revista de História Regional.** 7(1):161-193. Ponta Grossa, Verão 2002.

SILVA, Lígia O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996 (Repertórios)

SIMEC - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Chapecó**.** Disponível em: <http://www.simeconline.org.br/index2.htm> Acesso em 10 de julho de 2007.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual:** natureza, capital e a produção do espaço. (Tradução de Eduardo de Almeida Navarro) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** 2.ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1980 (Agricultura e Sociedade)

SORJ, Bernardo. et al. **Camponeses e agroindústria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Agricultura e Sociedade)

SOROCABA. PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA. **História de Sorocaba.** Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br>. Acesso em: 24 de julho de 2007.

SOUZA, Maria D. C. A. e HARDT, Priscilla P. **Evolução dos hábitos alimentares no Brasil**. Brasil Alimentos. N. 15. ago. 2002. p. 32-39.

SUGIMOTO, Luiz. Edição 313 - 20 de fevereiro a 5 de março de 2006. Disponível em: **<**http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/> Acesso em 17 de outubro de 2007.

SUINOCULTURA INDUSTRIAL. **OIE reconhece Santa Catarina como zona livre de Febre Aftosa sem vacinação.** Redação SI 22/05/2007. <http://www.suinoculturaindustrial.com.br/> Acesso em 30 de novembro de 2007.

TERNES, Apolinário. **Aury Luiz Bodanese**: Líder de 47 mil produtores rurais ajudou a modernizar o Oeste de SC. A Notícia Especial, 1997. Disponível em: <http://www1.an.com.br/grande/bodanese/0gra1.htm> Acesso em 17 de outubro de 2007

THOMÉ, Nilson. **Trem de Ferro**: história da ferrovia do Contestado. Caçador (SC): Imprensa Universal, 1980.

_____ . **A Ferrovia do Contestado**. Disponível em <http://www.cdr.unc.br/ambientes/ museu/museu.htm>. Acesso em 16/11/05.

TOMIO, Fabricio R. de L. A criação de municípios após a Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.17 n.48 São Paulo, Fevereiro de 2002.

TRE/SC. **Resenha eleitoral**: nova série/ Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, v. 1, n. 1 Florianópolis: TRESC, 1994.

TVCULTURA. O terceiro mundo: África. Disponível em: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/guerrafria/guerra10 /terceiromundo-africa3.htm> Acesso em: dia 20 de junho de 2007.

UBA - União Brasileira de Avicultura. **Integração**: a parceria que deu certo. Disponível em: <http://www.uba.org.br/integracao.html> Acesso em 14 de novembro de 2008.

UCZAI, Pedro e MARCON, Telmo. O fazer-se da cidade de Chapecó: disputa pelas memórias de ruas, praças e bairros. In. RAMPINELLI, Waldir J. (Org.) **História e Poder**: a reprodução das elites em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2003, p.81-104.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**: no limiar de uma nova era, 20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

VERGAPOULOS, K. The end of agribusiness or the emergence of biotechnology. **Internacional Social Science Journal**, v. 37, n.3, p. 285-300. 1985.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, Ano 11, n. 2, abr./jun.1949.

_____. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: SUPREN/IBGE, 1979.

WAINTUCH, Janice M. **Poder público e iniciativa empresarial no desenvolvimento do setor de carnes da região Oeste Catarinense**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1995. (Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento Agrícola)

WANDERLEY, Maria de N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. In. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**. Brasília, 2 (1): 13-78, jan/abr. 1985.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2000.

WERLANG. Alceu A. **A colonização às margens do Rio Uruguai no Extremo Oeste Catarinense**: Atuação da Cia Territorial Sul Brasil - 1925 a 1954. Florianópolis: UFSC, 1992. (Dissertação, Mestrado em História)

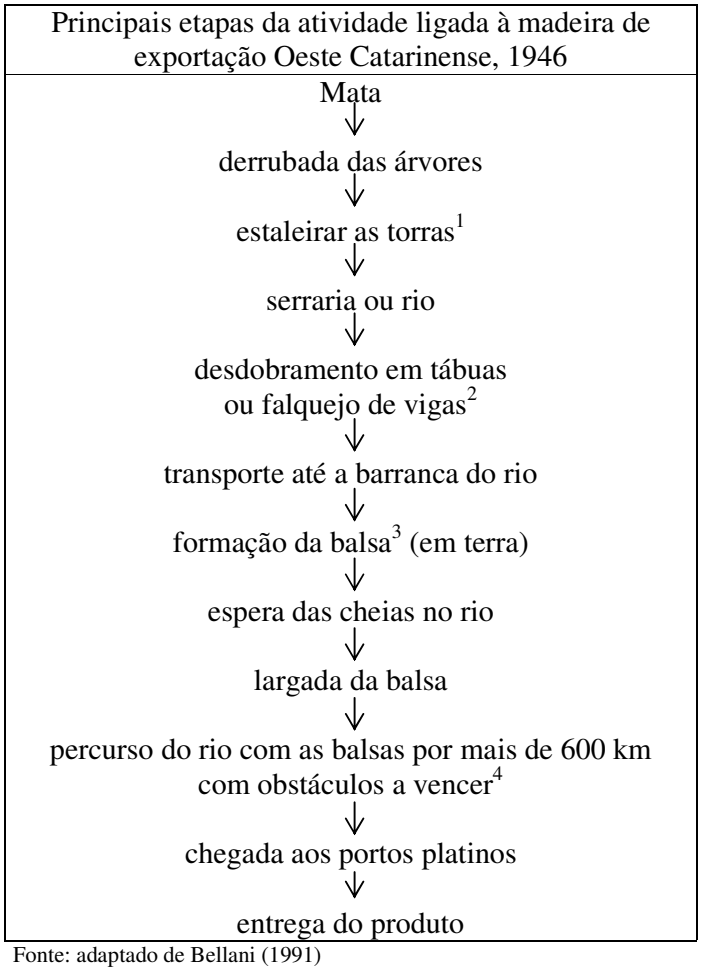
TRINDADE, Narciso S. da. Entrevista concedida a Noeli Pertile em abril de 2000, em Quilombo.

XAXIM. **História do Município de Xaxim.** Disponível em <http://www.camaraxaxim.sc.gov.br/historia.html>. Acesso em 14 de agosto de 2007.

X. J. Entrevista concedida a Noeli Pertile em junho de 2006, São Bernardino - SC.

ANEXOS

ANEXO A



Fonte: adaptado de Bellani (1991)

[1] Estaleirar – reunir em um determinado lugar as toras de madeira da mata, antes de transportá-las para as serrarias. Também á beira do rio existiam estaleiros para guarda da madeira gradeada esperando a confecção das balsas e as cheias do rio.

[2] Processo pelo qual se desbastava a madeira, secionando-a.

[3] Processo de amarração das madeiras para a formação das balsas - "embalsar madeira". As toras eram atadas (antes do uso do arrame) com cipós, especialmente os da chamada "banana de bugre". Na realidade, trata-se da banana-do-brejo - trepadeira que apresenta espigas como uma infrutescência carnosa, que pode ser ingerida. Quando encontrada em árvores, elas desprendem liames que auxiliam sua fixação. Dependendo de sua idade e da altura da árvore da qual ela se encontra, seus liames (os chamados cipós) podem chegar a dezenas de metros de comprimento, são bastante resistentes. E era a população local mais pobre, ou seja, os caboclos (chamados bugres) que extraía os cipós para vendê-los aos madeireiros da região. Era uma sub-atividade do comércio da madeira. Talvez, em função disso, o nome do vegetal tenha sido propagado como sendo "banana-de-bugre".

[4] Os obstáculos ao longo do percurso eram principalmente de ordem natural e econômica. Os problemas naturais eram as cachoeiras, ilhas, remansos, corredeiras, curvas, neblina, tempestades. Não obstante, haviam os problemas econômicos em torno da madeira brasileira, prejuízos causados pelo contrabando e pelo monopólio argentino na aquisição desse produto. Quanto ao contrabando, ocorria principalmente na foz dos rios onde os balseiros eram alvo de ataques. Eles desamarravam as vigas das balsas, roubavam as melhores madeiras, levavam-na para esconderijos onde destruíam a marca de origem e de propriedade do produto, formavam as suas próprias balsas e desciam o rio, sem maior impedimento, tanto com madeira catarinense quanto com a gaúcha. Já em relação ao monopólio, a Argentina impunha a cotação dos preços, a classificação e a medição da madeira brasileira que, após adquiri-la, revendia-a a países europeus.

ANEXO B

ENTIDADES DE CLASSE DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, 2007:

1 - ORGANIZAÇÕES SINDICAIS DE EMPREGADOS

Sindicato dos Jornalistas de Chapecó
Sindicato dos Professores do Oeste de Santa Catarina
Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos Bancários
Sindicato. dos Emp. em Est. de Serviços da Saúde Chapecó
Sindicato dos Empregados no Comércio de Chapecó
Sindicato dos Trab. em Educação - Núcleo de Chapecó
Sindicato dos Trab. Industria, Construção, Mobiliário Chapecó
Sindicato dos Func. Públicos de Chapecó e Região
Sindicato dos Trab. na Indústria do Vestuário de Chapecó
Sindicato dos Trab. em Transportes Rodoviários de Chapecó
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó
Sindicato dos Trabalhadores Água e Esgoto Sta Catarina
Sindicato dos Trab. em Indústria de Alimentação de Chapecó
Sindicato dos Emp. Comércio Hoteleiro e Similares Chapecó
Sindicato dos Trab. em Ind. de Carnes e Derivados Chapecó
Sindicato dos Trab. Ind. Metal Mecânica e Elétrica Chapecó
Sindicato dos Engenheiros do Oeste de Santa Catarina
Sindicato dos Carregadores de Chapecó
Sindicato dos Radialistas de Chapecó
Sindicato dos Emp. em Est. de Ensino Particular do Oeste
Delegacia Sindical dos Vigilantes
Delegacia Sindical Emp. em Asseio e Conservação
Delegacia Sindical dos Jornalistas de Chapecó

2 - ASSOCIAÇÕES PATRONAIS

Sindicato do Comércio Varejista de Chapecó
Associação Comercial e Industrial de Chapecó
Câmara dos Dirigentes Lojistas
Centro Empresarial de Chapecó
Sindicato Ind. Extrativas de Madeira do Vale do Rio Uruguai
Sindicato Rural de Chapecó
Sindicato Indústrias da Carne e Derivados de Santa Catarina
Sindicato da Indústria, Construção Civil e Mobiliário
Sindicato da Indústria Madeira
Sindicato Ind. Met. Mecânicas e Material Elétrico de Chapecó
Sindicato dos Cond. Autônomos de Veículos Rodoviários
Sindicato da Ind. de Olarias e Cerâmicas de Chapecó
Sindicato dos Hotéis, Rest., Bares e Similares de Chapecó
Sindicato das Empresas do Transporte Coletivo
Associação do Vestuário da Região Oeste

3 - ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS

Associação Brasileira de Odontologia - Região Oeste
Associação Catarinense de Medicina do Extremo Oeste
Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Chapecó
Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Oeste
Associação Profissional dos Técnicos Agrícolas
Associação dos Economistas do Oeste
Associação dos Administradores do Oeste
Associação Catar. de Medicina Veterinária do Extremo Oeste
Associação dos Viajantes do Oeste de Santa Catarina
Associação dos Professores de Chapecó
Associação Eng. Agrônomos Núcleo Oeste de Santa Catarina
Associação dos Profissionais de Enfermagem de Chapecó
Associação dos Contabilistas de Chapecó
Associação Profissional dos Artesãos de Chapecó
Associação dos Psicólogos do Oeste
Associação Despachantes Micro-Região Policial Santa Catarina
Associação Trab. Movimentação de Mercadorias de Chapecó
Associação dos Criadores de Aves
Associação dos Escritores de Chapecó
Associação dos Criadores de Suínos de Chapecó
Associação dos Oleiros do Oeste
Associação dos Bioquímicos e Farmacêuticos
Associação Aposentados e Pensionistas da Previdência SC
Associação Profissional Assist. Social do Oeste de SC
Associação da Defesa do Meio Ambiente
Associação Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC
Associação Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
Associação dos Legisladores do Oeste Catarinense
Conselho Regional dos Corretores de Imóveis

Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó (2007).